



REFERENCIAL CURRICULAR

REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE SERGIPE

www.seed.se.gov.br



Governo do Estado de Sergipe

Marcelo Déda Chagas

Secretaria de Estado da Educação

Belivaldo Chagas Silva

Secretaria Adjunto da Educação

Hortência Maria Pereira Araújo

Departamento de Educação

Maria Izabel Ladeira Silva

Coordenadoria de Informática

José Everton Siqueira Santos

Assessoria de Comunicação

Ofélia Onias Freire

Assessoria Jurídica

Luzia Cristina Guedes Magalhães

Assessoria de Planejamento

Evandro Barbosa Dias

Departamento de Educação Física

Maria Auxiliadora Almeida Pires Santos

Departamento de Recursos Humanos

Sandra Maria Coêlho Nunes

Departamento de Alimentação Escolar

Ednéia Elisabete Cardoso Sobral

Departamento de Inspeção Escolar

Ana Luiza Dortas Valadares

Departamento de Apoio ao Sistema Educacional

Maria Zelita Batista Brito

Departamento de Administração e Finanças

Toscanini Brandão França

Conselho Estadual de Educação

Eliane Passos Santana

Diretoria de Educação de Aracaju

Nadia Maria da Silva Cardoso

Diretoria Regional de Educação 01

Dionísio de Almeida Neto

Diretoria Regional de Educação 02

Dimas Rabelo dos Santos

Diretoria Regional de Educação 03

Reynolds Alves Santos

Diretoria Regional de Educação 04

Adriana Silva de Oliveira

Diretoria Regional de Educação 05

Hélio José Santos Nascimento

Diretoria Regional de Educação 06

Antônio Nunes de Oliveira

Diretoria Regional de Educação 07

Élio Silva de Castro

Diretoria Regional de Educação 08

Everaldo Pinto Fontes

Diretoria Regional de Educação 09

José Laudisson Rezende Lima

Núcleo de Comunicação Visual

Antônio Vieira de Araújo

Coordenação Geral

Maria Izabel Ladeira Silva

Coordenação das Equipes de Trabalho

Paulo Roberto de Menezes Rêgo

Manuel Alves do Prado Neto

Equipe de Elaboração

(Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

Ana Débora Lima de França

Ana Gardênia Felizardo de Souza

Célia Maria dos Santos

Cláudia Viana de Andrade Pereira Melo

Jeane Caldas Hora

José Farias Santos

Josefa dos Santos

Karla Vannessa A. S Teles

Manoel Luiz Cerqueira Filho

Márcia Furlan de Almeida Soares

Maria Júlia Costa Diniz

Maria Luzia Menezes Melo

Nadja Nayra Alves Monteiro

Narciso Lima de Oliveira

Revisão Técnica e Editoração

Maria Izabel Ladeira Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Fernando Rodrigues Nascimento

Fotografia

Juarez Silveira

José Santana de Menezes Alves

Equipe de Elaboração

(Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio)

Alex Sandro Barreto Melo

Almir Tavares da Silva

Ana Lúcia Muffareg Silva

Ana Paula Cavalcante de Oliveira

Antônio José de Jesus Santos

Arionaldo Moura Santos

Elba Carla Maciel Santana Rêgo

Fernanda Oliveira de Araújo

Graziela Menezes Faro

Luciana de Oliveira Ramos

Manuel Alves do Prado Neto

Marcos André de Souza

Maria da Conceição Matos Cavalcante

Maria de Fátima Lopes de Menezes

Marilene Mendes da Costa

Marlaine Lopes de Almeida

Odirley Batista Moreira

Paulo Roberto de Menezes Rêgo

Rivanna Conceição Santos

Professores Colaboradores

Alda Alves de O. Carvalho	Cristina Santana Lopes	Joanelice O. Santana	Lívia Maria Vieira Fortes	Marilene Mendes da Costa	Ronaldo dos Santos
Adalberto Mendes Neto	Denice Batista da Silva	João Emanuel Santos	Luana Machado	Marília Rafael Tavares da Silva	Rose Meire Pereira Santos
Adriana Simões Côrtes	Denilson Melo Rodrigues	João Everton da Cruz	Lucimara de Jesus Góis	Marilene Silva Dantas	Roseane Santana Santos Dias
Adriana Souza de Santana	Denise Azevedo de Paula	Jociene Silva de Melo Reis	Lucy Floresta de Oliveira	Maristela Machado Melo	Rosenilde Oliveira Leal Souza
Alda Alves de O. Carvalho	Denise Morais V.N. Santana	Joelma Garcez dos Santos	Luzinete dos Santos Santana	Marize Amorim S. Santana	Rozineide Santos Hora
Almira Teles dos Santos	Denival O. Araujo	Jolindo Santos	Maésia Vieira Brota	Marleide Meneses Almeida	Rubens Cesar L. Prado
Ana Cristina Dantas da Silva	Diana Lima Santos	Jorge dos Santos	Magna Rodrigues Dias	Marli Barreto Franco Cunha	Rute Lisboa Dias Rosendo
Ana Cristina do Nascimento	Dinare Soares de Carvalho	Jorge H.V. Santos	Maísa Fernanda de Souza Alva	Marli Menezes da Cruz Souza	Samuel Dalvo dos Santos
Ana Paula Macedo Prudente de Queiroz	Edclayde Andréa do N. Moura Ribeiro	José Barreto de Júnior	Marcondes Graças A. Santos	Mônica Soares Souza	Sarah Karenine Paes Ribeiro
André Andrade Rabêlo	Edclayde Andréa Meneses Almeida	José dos Santos Lima	Marcone Augusto Araújo Borges	Nadja Corrêa Soares	Sérgio Luiz Costa de Andrade
Andréa Brasil J. de Góis	Edelci Maria de Oliveira	José Everton de Jesus Nascimento	Marcos Ribeiro de Oliveira	Nadja Tavares Bispo	Sheyla Pinto Silva Sena
Andréa Cardoso O. Santos	Elder Melo de Oliveira	José Luciano Lima Santos	Maria Anunciada Santos Aragão	Nadma de Oliveira Filgueira	Sidlene da C. F. Lima
Andréa Maria de Melo	Eliane Maria de Carvalho	Joseane Carvalho Santos	Maria Aparecida de Oliveira	Nícia Maria Gambardella do Nascimento	Silvania Barreto dos Santos
Angélica Jesus de Santana	Eliane Pinheiro Ribeiro dos Anjos	Josefa da Silva Costa	Maria Conceição Santos Góes	Núbia F. S. Sobral	Silvio Freire de Oliveira
Anselmo Vieira dos Santos	Eliete Cezar Fontes Prata	Josefa Damaris S. Carvalho	Mascarenhas	Paloma Silva Santos	Sônia de Melo Meneses
Antônio David Rodrigues Almeida	Elizabeth Freitas dos Santos	Josefa dos Santos	Maria de Fátima Melo Silva	Patrícia Coimbra de A. Fonseca	Suêlto Amaral de Góis
Antônio Jailson dos S. Fonseca	Elson José de Queiroz	Josefa Eunice da Silva Gomes	Maria de Fátima Rodrigues Carvalho	Patrícia Martins S. Santos	Suely Castro de Menezes
Antônio Marcos Modesto	Elton Oliveira Carvalho	Josefa Suely Rodrigues Prata	Maria de Lourdes S. Almeida	Rachel Freire Passos	Valdilene Alves Sobral
Antônio Marcos Rocha	Emerson de O. Nunes	Josefa Valdira Guimarães de Melo	Maria do Carmo Carvalho Lima	Reinaldo Rafael M. de Jesus	Valdir Santos Azevedo
Arinaldo Moura	Evi Suzy Alexandria de Cunha	Josenilde B. Almeida	Maria Gecivalda Pereira de Santana	Renato Mitsuyoshi Umeda	Vera Cristina Santana Santos
Astrogildo V. de J. Filho	Flávia Rachel Cardeal de Souza	Josevandro Soares Figueirôa	Maria Goretti Silva dos Santos	Risoleta de Jesus França	Vera Lúcia Luz Marques
Carlos Alexandre Nascimento Aragão	Geane Ferreira Melo Santos	Josevânia Nunes Rabêlo	Maria Lucineide Ribeiro	Rita de Cássia Morais Oliveira	Vicente Fiscina Neto
Carlos Henrique R. Andrade	Gema Galgani Freire D. Santos	Josiene Santos da Conceição	Maria Salete Santana	Robson Costa Oliveira	Yvana Mota Soares
Carlos Roberto de Lima Santos	Genicelma Alves de Souza Lima	Jucimone Moura dos Santos Monteiro	Maria Vieira Matos	Romualdo Bispo dos Santos	
Carolina Angélica D. Naturesa	Gilvan Lima Nascimento	Júlia Maria Santos Lima			
Christiane Dantas Menezes Souza	Giselle Napoleão Arcoverde Pires	Kátia Batinga Ferro			
Cirlene Mendes de Lima	Graciete Muniz Cariri	Kátia Silene dos A. Santos			
Cosmira Santos Pinto	Hailton Silveira de Jesus	Larissa Silva Santos			
Cristiane Cardoso Barbosa	Helisleidy Silveira dos Santos Lisboa	Laudicema S. D. Nascimento			
Cristiane Silva de Jesus	Iraci José da Silva	Laura Galvão da C. Santos			
Cristina da Costa Fonseca	Izabel Cristina dos Santos Blinof	Lígia Maria de J. Oliveira			



APRESENTAÇÃO

1.INTRODUÇÃO	8
2.REFLEXÕES SOBRE METODOLOGIA DE ENSINO.....	6
3.REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO.....	15
4.INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE.....	17
5.APRESENTANDO O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS.....	20
6.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	22
6.1. GLOSSÁRIO DA LEGISLAÇÃO.....	23
7.REFERENCIAL BÁSICO DOS COMPONENTES CURRICULARES	
7.1. ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	24
7.1.1. LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS.....	24
7.1.2. CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS.....	39
7.1.3. CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS.....	55
7.1.4. ENSINO RELIGIOSO.....	65
7.1.5. ÉTICA E CIDADANIA.....	71
7.2. ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO	
7.2.1. LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS.....	73
Língua Portuguesa.....	75
Língua Inglesa.....	101
Língua Espanhola.....	111
Arte.....	119
Educação Física.....	131
7.2.2. CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS.....	141
Ciências e Biologia.....	141
Física.....	165
Matemática.....	175
Química.....	195
7.2.3. CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS.....	207
Filosofia.....	207
Geografia.....	213
História.....	229
Sociologia.....	251
7.2.4. ENSINO RELIGIOSO.....	257
SUGESTÃO DE MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR	261
SUGESTÃO DE MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO REGULAR	262
MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA ENEM.....	263
Legislação Educacional.....	328

O presente documento constitui-se em uma proposta de referencial curricular que deve ser analisado e discutido pelos docentes da rede estadual, levando-se em consideração as especificidades e o contexto em que as respectivas comunidades escolares estão inseridas. Esta proposta foi elaborada por um grupo de professores, em regência de classe, convidados mediante critérios de compromisso ético, competência e experiência profissional em escolas estaduais. Também contamos com a participação de técnicos de diversos setores desta Secretaria, em parceria com o Departamento de Educação.

Este documento é um ponto de partida, que tem como objetivo contribuir para a mobilização dos docentes e técnicos em torno do debate sobre o projeto socializador e formativo das unidades escolares da rede estadual. Caberá à comunidade de educadores definir a proposta final, assumindo o compromisso

com a sua efetiva aplicação. Dessa forma, a SEED cumpre seu papel no sentido de contribuir para este debate, submetendo o presente documento ao concurso dos agentes sociais envolvidos, e reafirmando o compromisso com o resgate do prestígio da Escola Pública.

Aracaju, 28 de Março de 2011

Belivaldo Chagas Silva
Secretario de Estado da Educação



O estágio atual de desenvolvimento da sociedade contemporânea ampliou o espaço de atuação e a função social da Escola. Nas últimas décadas essa instituição vem acumulando tarefas que ultrapassam o papel tradicional de transmissora de conhecimento e cultura historicamente constituídos. As atuais demandas estabelecem como prioridade a inclusão social que favoreça e estimule a convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças além de preparar os egressos para o exercício pleno da cidadania. De acordo com Libâneo “O grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação”. O referido autor aponta como contingências positivas e eficazes para o bom funcionamento da escola pública “professores preparados, com clareza de seus objetivos e conteúdos, que planejem as aulas e cativem os alunos (...) um bom clima de trabalho, em que a direção contribua para assegurar o empenho de todos, em que os professores aceitem aprender com a experiência dos colegas”.

Nesse contexto, o da inclusão e formação para a vida em sociedade, a Educação Pública concentra as expectativas de milhares de brasileiros oriundos, em sua ampla maioria, das camadas populares. Afinal, a Escola é reconhecida como espaço legitimador e definidor do conhecimento e de valores que possibilitam uma condição social digna e produtiva, capaz de promover o acesso ao mundo do trabalho e à produção material e simbólica da existência.

A partir de janeiro de 2007, foram realizados pelo Governo do Estado amplos estudos no sentido de avaliar e estabelecer um diagnóstico qualitativo da estrutura e funcionamento do sistema estadual público de ensino. Este diagnóstico possibilitou a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Educação – PDE/Sergipe, que orienta todo o planejamento estratégico da Secretaria de Estado da Educação.

Os dados e as condições encontradas revelaram uma alarmante realidade: altos índices de repetência, evasão, abandono e distorção idade/série. Tudo isso somado aos baixos níveis de aprendizagem dos alunos. O problema era ainda agravado pelo sucateamento e desaparelhamento da estrutura física das escolas e pela desmotivação de parte dos profissionais de ensino. O quadro era sintomático de uma crise que, construída historicamente, vem afetando, em maior ou menor proporção, a Escola Pública estadual.

Todos esses problemas são reflexos do isolamento a que cada unidade de ensino está submetida, dificultando a aplicação do conceito de “rede” no sistema público estadual de escolas. Este isolamento fica evidente, dentre outros aspectos, pela ausência de um Currículo Mínimo de Referência, indicador de conteúdos, programas, e diretrizes teórico - metodológicas a serem construídas e aplicadas em sala de aula, viabilizando, em um conjunto de ações administrativas e pedagógicas concatenadas, o desenvolvimento dos Projetos Políticos Pedagógicos que traduzam a melhoria da qualidade da Educação Básica. O que temos hoje é uma miríade de ações, configurando-se como um currículo informal, não sistematizado, e por isso mesmo, de difícil acesso, incapaz de enfrentar o fracasso escolar.

A carência de uma base curricular de referência, subsidiando a gestão da sala de aula, é a expressão de uma filosofia fundamentada apenas em conteúdos transplantados dos livros didáticos, cujos fins estão encerrados em si mesmos. Nesse contexto, o livro didático consolidou-se como o definidor do que é ensinado e como único instrumento do processo educativo. As outras dimensões do ensino tais como, metodologias, técnicas e avaliação estão negligenciadas. A ausência de um Currículo de Referência induz à fragilidade dos Programas de Ensino e das discussões teórico - metodológicas conduzidas por valores e atitudes que ora descambam para um “criticismo” exagerado, ora para o oposto, ou seja, uma

total ausência de atitude crítica.

Esse quadro foi agravado pela dificuldade de interlocução entre os professores regentes e a equipe diretiva das escolas. Os profissionais responsáveis pelo acompanhamento e orientação das práticas pedagógicas perderam completamente o foco de sua atuação e foram, historicamente, burocratizados. A grande maioria está assumindo, cada vez mais, funções de cunho administrativo, como montar calendários, fiscalizar horários de trabalho, distribuir serviços básicos, etc. Essa limitação no seu campo de atuação e a consequente ampliação da dimensão administrativa trouxe como resultado a secundarização do olhar e da interferência pedagógica que tenha como fundamento o currículo escolar.

Por outro lado, os professores, como qualquer categoria profissional, não conseguem se adaptar de imediato a uma nova realidade estrutural, traduzida pela universalização do ensino e pelo aparecimento de tecnologias educacionais, ocorridas nas últimas décadas. O avanço nas taxas de escolaridade, resultante da legislação e de políticas públicas inclusivas, aproximou cada vez mais o professor de problemas sócio-culturais que antes não faziam parte do universo acadêmico. O ganho social provocado pelo acesso democrático à escola foi acompanhado por uma imensa dificuldade em compreender e lidar com os recém-incluídos e todos os aspectos característicos dessa nova realidade educacional.

A sala de aula tornou – se o espaço de convivência entre práticas pedagógicas tradicionais e o diálogo desafiador com meninos e meninas, que trazem conhecimentos e práticas culturais, consideradas por alguns educadores, estranhas ao universo escolar, as quais acarretam, não raramente, ruptura da hierarquia tradicional e corrosão da autoridade docente.

Para alguns professores, uma das maneiras de manter sua autoridade é impor conteúdos e a avaliações como mecanismos de controle e coerção a serem utilizados

no contexto de gestão da sala de aula. Nesse contexto sobressai o aspecto punitivo do ensino, notadamente da avaliação, que responde em conjunto com outros fatores, pelos altos índices de repetência, abandono e evasão escolar. Desse modo, processo avaliativo perde o caráter diagnóstico e balizador, que levaria a instituição escolar a refletir sobre sua função e re-significar conteúdos e atividades.

O Currículo Mínimo de Referência contribui para minimizar tais distorções e possibilita a constituição de conteúdos e métodos que dialoguem com as novas exigências do mundo contemporâneo, em que a aprendizagem passe a ser o objetivo principal da prática educativa. Para tanto, os conteúdos e as metodologias devem ser atreladas ao desenvolvimento de competências e habilidades que permitam a incorporação de novos valores e atitudes necessárias ao crescimento social dos nossos alunos, qualificando-os, dessa forma, para a continuação dos estudos e para a inserção no mundo do trabalho. Daí a importância do currículo escolar, como elemento articulador de saberes e práticas e do pluralismo social e político.

Para enfrentar os desafios de um mundo em mudanças aceleradas, a Educação se volta para o desenvolvimento humano entendido como a capacidade de raciocinar, imaginar, discernir e assumir responsabilidades individuais e sociais. Não se trata apenas de “saber”, mas de “saber aprender”, adotando uma posição ativa frente às transformações sociais e tecnológicas. Daí a importância do currículo escolar, como elemento articulador de saberes e práticas e do pluralismo social e político.

O presente documento define, em termos gerais, a constituição de uma mudança no ensino público, construindo, dessa forma, uma identidade para toda a rede. Esperamos garantir que os alunos matriculados, independente da unidade escolhida, tenham acesso assegurado ao mesmo padrão de qualidade e

relevância de ensino. Isso não anula a autonomia das escolas, na medida em que este documento se propõe a oferecer subsídios para a construção de Projetos Políticos Pedagógicos consistentes e Regimentos Escolares definidores, em última análise, da gestão escolar.

A implantação do Currículo de Referência não resolverá, por si só, os problemas educacionais. Todavia, propõe-se repensar a prática pedagógica, induzindo a reflexão, necessária para a reconstrução da Escola, como espaço de produção de saberes e fazeres e superação dos desafios impostos pela contemporaneidade.

A construção e implementação de referenciais curriculares não representam uma ação isolada da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe. Referenciais curriculares estão sendo discutidos pelas demais Secretarias de Educação e por entidades representativas dos professores em um processo de amplas reformas visando à melhoria urgente da Educação. Em 2008, o Ministério da Educação instituiu, na Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), a Diretoria de Orientações e Concepções Curriculares. Por outro lado, consolidou os instrumentos de avaliação e informações sobre o fluxo dos sistemas de ensino, que alimentam o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o qual funciona como indicador de qualidade. É quase consenso a noção em que a melhoria do IDEB está atrelada ao resgate dos referenciais curriculares.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à política nacional para inserção no ensino superior. O Ministério da Educação vem adotando medidas inclusivas e afirmativas no sentido de democratizar o acesso. A ocupação das vagas segue critérios que estão relacionados aos resultados obtidos pelos alunos avaliados no estágio final da educação básica por meio do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Portanto, consideramos como aspecto incontornável, embora

não primordial, de nossa proposta curricular a apropriação e o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas pelo ENEM, não só para garantir a democratização do acesso ao ensino superior, mas, também com o objetivo de melhor qualificar a educação pública.



Na Conferência Mundial de Educação para Todos da UNESCO, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, foram definidos quatro pilares da educação, que deveriam ser a meta para o desenvolvimento educacional em todos os países signatários de seus documentos, dentre os quais o Brasil. Esses pilares são: Aprender a Conhecer; Aprender a Fazer; Aprender a Viver, e Aprender a Ser. O desafio que se coloca para os sistemas educacionais brasileiros diante dessa nova perspectiva de ensino é, portanto, a construção de princípios e procedimentos didático-metodológicos que permitam a efetivação dos pilares defendidos na citada Conferência.

Os recentes paradigmas de Ensino nos levam a pensar o desenvolvimento do processo educacional a partir dos conceitos de competências e habilidades. Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) as Competências são modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. Para o INEP as habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do 'saber fazer'. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências (INEP, 1999).

Outra definição respaldada nas discussões educacionais é apresentada pelo Sociólogo Philippe Perrenoud. Para o autor, competência é uma “capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (1999). O sociólogo esclarece que as competências não são, em si, conhecimentos; elas utilizam, integram, ou mobilizam tais conhecimentos. No que se refere às habilidades ele elucida “a

habilidade é uma inteligência capitalizada, uma sequência de modos operatórios, de analogias, de intuições, de induções, de deduções, de transposições dominadas, de funcionamentos heurísticos rotinizados que se tornaram esquemas mentais de alto nível ou tramas que ganham tempo, que inserem a decisão” (1999). Para o autor as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não “pertence” a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

Alguns estudiosos consideram desnecessário o uso do conceito de habilidade, hierarquizando as competências em gerais e específicas. Neste debate, o que importa é ir além de um ensino “conteudista”, desenvolvendo nos alunos a capacidade de aprender a ser, aprender a fazer, e aprender a aprender. Nesse contexto, o conteúdo deixa de ser o centro do processo, deslocando-se para uma posição subsidiária, ou seja, um meio para a aquisição de determinadas habilidades, e não um fim em si mesmo. Sendo assim, é importante evidenciarmos que a Matriz de Referência do ENEM é um documento fundamental para nortear esta discussão, uma vez que traz no seu bojo as competências e habilidades que o aluno deve ter desenvolvido ao final de sua trajetória escolar na Educação Básica. As referidas competências e habilidades dizem respeito à interpretação e relação entre os conteúdos, ao invés da memorização; diálogo entre as disciplinas ao invés do conhecimento fragmentado; autonomia de pensamento ao invés de formulas pré-concebidas.

Assim considerando, optamos didaticamente pelo desenvolvimento de expectativas de aprendizagem em

dois níveis: Competências Gerais e Habilidades. Sendo as Competências Gerais relacionadas às atitudes necessárias para enfrentar os problemas da vida moderna. O outro nível, as Habilidades, é mais específico e se relaciona diretamente com os conteúdos disciplinares. São os saberes que, em última análise, possibilitam, quando devidamente mobilizados, a compreensão e solução dos problemas do cotidiano. Para que isso seja possível, precisamos pensar os princípios metodológicos adequados a esse processo complexo e contínuo.

O conteúdo, sob a forma de conhecimento, pode ser encontrado em qualquer lugar: no livro, na web, na TV, no rádio, nos jornais e revistas, no cinema, etc. As novas tecnologias de comunicação colocam à disposição das pessoas o acesso rápido e fácil ao conhecimento. Diante disso, a Escola já não é a única fonte de conhecimento existente no mundo moderno. Por exemplo, a web, disponibiliza ferramentas como as enciclopédias eletrônicas e sites de busca que contemplam a curiosidade de qualquer interessado. Não obstante esse fato, a Escola não perdeu o seu lugar no processo de aquisição do conhecimento. O que houve foi uma mudança de foco, do conteúdo para as habilidades. Ainda, a relação habilidades/contéudo, tem como lugar privilegiado para o seu desenvolvimento: a Escola. Cabe a ela, sobretudo, desenvolver nos alunos a capacidade de ler, escrever, interpretar, descrever, conviver, mediar, refletir, avaliar, comparar, analisar, ou seja, tudo aquilo que está posto pela ciência e pela cultura. São estas habilidades agregadas ao conhecimento sistematizado que prepararão o nosso aluno para o convívio em sociedade, sua inserção no mundo do trabalho e um bom desempenho nos exames de avaliação.

Nesse sentido, a Escola enfrenta o grande desafio de

repensar o “como ensinar”, levando em consideração um plano pré-estabelecido e sistematizado, em um processo contínuo de autoavaliação. Este plano é caracterizado por quatro aspectos: 1- diagnóstico do nível de aprendizado dos alunos, estabelecendo como ponto de partida os conhecimentos e as habilidades que eles já possuem; 2- a definição dos objetivos e metas a serem atingidas; 3- a definição dos conteúdos que funcionarão como suporte para que os objetivos e metas sejam atingidos; 4- a definição das estratégias que funcionarão como instrumentos que nos permita alcançar os objetivos e metas então definidos.

Faz-se necessário resgatar o planejamento pedagógico como um momento importante de discussão interna. Ensinar não é uma tarefa que possa ser feita de improviso. Planejar, criar, pensar e repensar é tarefa precípua do processo educacional escolar. O planejamento pedagógico está dividido em vários níveis, que se situam desde o Projeto Político Pedagógico até o plano de aula. Neste momento nos interessa discutir o plano de aula, que é onde se situa a questão do “como ensinar”. Este aspecto do processo educativo se reveste de grande importância e deve ser alvo de constantes indagações.

Sob essa perspectiva, é urgente a apropriação de conhecimento didático específico para cada disciplina, e a reflexão sobre a prática docente, estabelecendo como foco a aprendizagem. Segundo Philippe Meirieu (1998), o ofício de ensinar requer duas prospecções: por um lado a das capacidades, aquisições, recursos e interesses do educando; por outro, o inventário de saberes, os meios e caminhos para sua apropriação. Vale lembrar que o perfeito domínio do conhecimento por parte do professor, nada diz sobre os meios possíveis de como se chegar a ele. Desse modo, Meirieu nos sugere: “o professor deve procurar um

ponto de apoio no sujeito, mesmo o mais sutil, um ponto ao qual possa articular um aporte, onde instalar um mecanismo, para ajudar o sujeito a crescer”.

Este ponto de apoio pode ser um desejo, um interesse, uma curiosidade, uma capacidade, um atributo do sujeito que aprende, uma alavanca na qual o professor possa articular-se com ele, e fazê-lo avançar. Segundo nosso autor, “consiste em ter ao mesmo tempo e em interação permanente duas preocupações: a de melhor conhecer os recursos do aluno e a de descobrir incessantemente novos itinerários para nossos saberes, a fim de operar sem ilusão mecanicista e com consciência da precariedade do método, as correspondências possíveis”.

Portanto, no contexto dessa proposta curricular podemos apenas sugerir alguns princípios gerais e instrumentos que podem subsidiar os profissionais no ensino da sua disciplina:

- 1- O ponto crucial de todo processo é a certeza de que só pode haver aprendizagem se o educador estiver convencido de que o educando é capaz de aprender. É preciso que o educador construa uma expectativa positiva em relação ao aprendiz, que acredite na sua educabilidade. Mesmo que os fins nunca sejam alcançados, é preciso não desistir, por maiores que sejam os obstáculos.
- 2- A aprendizagem é um processo dialético que coloca frente a frente aquilo que o educando já conhece (sua identidade, seus valores, sua cultura seus saberes), com os saberes e valores que serão transmitidos pelo educador. Este confronto entre o externo e o interno, entre professor e aluno, entre estruturas cognitivas

distintas, será sempre pleno de tensões e conflitos. Neste contexto, a aprendizagem acontece quando os desejos e as aspirações do educando se articulam a uma proposta do professor. É preciso buscar incansavelmente um elo que articule educador e educando, naquilo que ambos querem construir juntos.

- 3- A aprendizagem acontece quando o conhecimento que se quer transmitir é confrontado com um projeto ou uma situação concreta de utilização.
- 4- Conhecimentos não são coisas que se acumulam progressivamente. Conhecimentos são sistemas de significação através dos quais o educando se apropria do mundo. Desse modo, o educando só fixa aquilo que quer conservar para uso em uma situação de utilização. Cabe ao professor a busca confiante de novas mediações (artifícios didáticos) entre o educando e o mundo, para que se realize a aprendizagem significativa.

Philippe Meirieu apresenta uma interessante ferramenta que permite ao professor explorar pontos de apoios em seus alunos e novas abordagens para os saberes que devem transmitir. Nesta ferramenta, nem todas as conexões professor/aluno serão exploradas, mas ajudarão a desencadear no professor sua inventividade didática.

	Em que pontos de apoio posso articular meu aporte.	De que entradas para os saberes posso dispor.
Situação geral do aluno e ambiente de aprendizagem	Quem é o aluno? Qual idade ele tem? Quais são suas referências culturais? Quais foram os acontecimentos marcantes de sua história pessoal dentro e fora da sala de aula?	Formas de sensibilização Níveis de complexidade Vocabulário
Domínio sensório motor	Quais são as capacidades perceptivas do aluno? Qual sua capacidade de expressão verbal e não verbal? Qual é o seu tempo para aprendizagem?	Que tipo de suporte posso utilizar nas diferentes fases da aprendizagem? Como posso modular o tempo da aprendizagem?
Domínio cognitivo	De que competências e capacidades (escolares, sociais e pessoais) o aluno já dispõe? De que conhecimento o aluno já dispõe?	Sobre quais conhecimentos anteriores posso construir a aprendizagem? Em que domínios do conhecimento ou atividades posso encontrar as competências que eu procuro fazer com que sejam adquiridas? Que materiais posso utilizar que permitam aplicar estas competências?
Domínio afetivo	Quais os interesses, paixões e curiosidades o aluno manifesta? Que desafios poderiam existir para ele numa aprendizagem?	Em que projetos pessoais poder-se-ia inscrever a aprendizagem?

Fonte: MEIRIEU, Philippe – “Aprender sim... Mas Como?”; 7ª. Edição; Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

A Avaliação é um dos mais importantes momentos da ação educativa, capaz de apontar os pontos fracos e fortes do processo ensino aprendizagem, definir e redefinir caminhos. Todavia, historicamente, não é dessa forma que a avaliação vem sendo concebida. Por diversas razões, a avaliação passou a ser utilizada como instrumento de punição e disciplinamento. Na pior das hipóteses, como meio de humilhar os alunos e impor os valores de quem avalia

A proposta curricular aqui apresentada não concebe a avaliação como um instrumento de poder. No âmbito da Escola, a avaliação da aprendizagem deve ser balizadora, diagnóstica e contínua. Deve ainda contemplar todas as dimensões da formação humana, desde o conhecimento científico desenvolvido, sobretudo na Escola, até os valores, atitudes e comportamentos pré-existentes em que todos esses aspectos devem estar contemplados no processo de avaliação.

O sucesso ou fracasso deve ter como parâmetro os objetivos e metas estabelecidos, e não devem ser resumidos em uma única atividade. Ao aluno deve ser dada a oportunidade de mostrar o que aprendeu e o que deixou de aprender, através de múltiplas atividades de avaliação. O objetivo é estabelecer um diagnóstico do processo educativo e levar o aluno e a Escola a refletirem sobre o êxito ou fracasso em relação aos objetivos e metas propostas.

A avaliação deve ser considerada sob a perspectiva processual, enfatizando as seguintes dimensões: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa. Segundo Libâneo a verificação consiste na *“coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevista etc.”* A

qualificação se refere à *“comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos.”* O terceiro objetivo diz respeito à *“avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.”*

Além desse aspecto, Libâneo evidencia três funções para a avaliação, as quais atuam de forma interdependente. São elas: a pedagógico-didática, a de diagnóstico e a de controle.

1. Função pedagógico-didática: Está ligada ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos do processo educacional, qual seja o atendimento às finalidades sociais do ensino, de preparação dos alunos para enfrentarem as exigências da sociedade, bem como de sua inserção no processo global de transformação e de propiciar a participação ativa nos diversos âmbitos da vida social.
2. Função de diagnóstico: Possibilita a identificação dos progressos e dificuldades e a atuação do professor. Esta função está atrelada às outras duas na medida em que cria as condições para o cumprimento da função didático-pedagógica e dá sentido pedagógico à função de controle.
3. Função de Controle: Diz respeito aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares que dão suporte ao

diagnóstico das situações didáticas vivenciadas no cotidiano do processo de ensino.

Ao tratar de currículo e avaliação, o MEC apresenta dois tipos de avaliação – a **somativa** (que ocorre no final do processo, com o objetivo de mensurar o resultado final) e a **formativa** (que ocorre durante todo o processo, com o objetivo de reorientá-lo, quando necessário). Neste último caso, a característica processual da avaliação se mostra necessária na medida em que o foco é o fornecimento de informações acerca do desenvolvimento da aprendizagem.

Seguindo esse raciocínio, a avaliação formativa parte do pressuposto que todas as pessoas são capazes de aprender e que as ações educativas, as estratégias de ensino, os conteúdos das disciplinas devem ser pensados a partir das ilimitadas possibilidades de aprender que os alunos possuem. Essa maneira de avaliar leva a professores e alunos a oportunidade de compreender de forma mais organizada o processo de ensino-aprendizagem, permitindo ajustamentos sucessivos no desenvolvimento e experimentação do currículo.

Esse percurso exige o uso de uma série de atividades/instrumentos que podem ser trabalhos extra classe ou de campo, provas e testes, relatórios, seminários, questionários, ações comunitárias e culturais, atividades em laboratórios, entre tantos outros. Pactuar com os alunos a aplicação do instrumento e o processo avaliativo permite criar mais uma oportunidade de aquisição de competências. O registro da avaliação formativa pode ser feito de várias formas. Cabe ao professor encontrar uma maneira de documentar os dados acumulados ao longo do

processo. São exemplos de registros que podem ser empregados concomitantemente: planilhas de notas, relatórios de desempenho dos alunos, anotações diárias das aulas, memorial, diários do professor, etc. Por outro lado, vale destacar alguns aspectos inerentes ao processo de avaliação. São eles:

- Incluir tarefas contextualizadas;
- Problematizar;
- Possibilitar o conhecimento prévio das tarefas e exigências antes das situações de avaliação;
- Discutir os erros levando em consideração a perspectiva da construção das competências;
- Promover a autoavaliação discutindo com os alunos os avanços na aquisição dos conhecimentos e das competências;
- Considerar as aptidões dos estudantes, seus conhecimentos anteriores e seu grau atual de domínio das competências visadas;
- Exigir para todos os alunos os mesmos procedimentos, e oferecer reforço necessário para os que têm dificuldades.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados a partir dos Programas de Ensino e com o propósito de atingir objetivos específicos presentes nos referidos Programas. Devem estar coerentes com as finalidades do ensino e explorar a capacidade de leitura e escrita, assim como a de raciocínio. Portanto, a avaliação é parte integrante dos procedimentos metodológicos das disciplinas. Sua coerente utilização possibilita ao professor redimensionar sistematicamente o processo ensino-aprendizagem.

Segundo Ivani Fazenda o debate sobre a interdisciplinaridade surgiu na década de 1960, como resposta às reivindicações de um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica da época. Ainda naquela década o debate chega ao Brasil, exercendo influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71. Desde então, sua presença no cenário educacional brasileiro tem se intensificado, sobretudo, recentemente, com a LDB Nº 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Destacamos que a interdisciplinaridade exige cooperação e diálogo entre as disciplinas do Conhecimento, cujos pressupostos comuns, podem assumir as mais variadas formas. Na verdade, eles dizem respeito ao elemento (ou eixo) de integração das disciplinas, que norteia e orienta as ações interdisciplinares. Na mesma direção, nos dizem os PCN:

“A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários”.

Sendo assim, compreendemos que a interdisciplinaridade não deve ser considerada como uma meta obsessivamente perseguida no meio educacional simplesmente por força da lei, como tem acontecido em alguns casos. Pelo contrário, ela pressupõe uma organização, uma articulação voluntária e coordenada das ações disciplinares orientadas por interesses comuns. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade só vale a pena se for uma maneira efetiva de se atingir objetivos educacionais previamente estabelecidas e compartilhadas pela

comunidade escolar.

Os PCNs dispõem a organização pedagógica da escola em torno de três princípios orientadores: a contextualização, a interdisciplinaridade e as competências e habilidades.

“Um trabalho interdisciplinar, antes de garantir associação temática entre diferentes disciplinas – ação possível, mas não imprescindível –, deve buscar unidade em termos de prática docente, ou seja, independentemente dos temas/assuntos tratados em cada disciplina isoladamente. Em nossa proposta, essa prática docente comum está centrada no trabalho permanentemente voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, apoiado na associação ensino–pesquisa e no trabalho com diferentes fontes expressas em diferentes linguagens, que comportem diferentes interpretações sobre os temas/assuntos trabalhados em sala de aula. Portanto, esses são os fatores que dão unidade ao trabalho das diferentes disciplinas, e não a associação das mesmas em torno de temas supostamente comuns a todas elas”.

Com essa afirmação, fica claro que a interdisciplinaridade proposta nos PCNs funciona como elemento de integração da prática docente voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades comuns nas diversas disciplinas. Essa proposta promove a mobilização da comunidade escolar em torno de objetivos educacionais mais amplos, que vão além de quaisquer conteúdos disciplinares.

Contudo, é necessário esclarecer que a interdisciplinaridade não gera a descaracterização das disciplinas ou a ruptura com a estrutura disciplinar do currículo. Trata-se de uma prática que não dissolve as disciplinas, mas que amplia o trabalho curricular, na medida em que promove a aproximação e a articulação das atividades em uma ação coordenada e orientada para objetivos bem definidos.

Preocupado com as novas demandas educacionais, Severino (1998) dá mais ênfase ao enfoque antropológico da interdisciplinaridade em detrimento do epistemológico, pois, segundo ele, é importante não se priorizar a perspectiva epistemológica, excessivamente valorizada pela modernidade, uma vez que a referência fundamental da existência humana é a prática. Como enfatiza o autor, notamos que é preciso que a interdisciplinaridade se torne efetivamente uma realidade nas escolas. E é com essa perspectiva que propomos encorajar essa prática nas unidades de ensino e fundamentá-la como princípio básico.

Muitas são as possibilidades quando se trata de interdisciplinaridade, não há receitas a seguir. Os caminhos na busca da interdisciplinaridade devem ser trilhados pela equipe docente de cada unidade escolar. O ponto de partida é determinado pelos problemas compartilhados pelos professores e por sua experiência pedagógica. A trajetória é definida pelos objetivos educacionais, ou melhor, pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Uma das possibilidades é a utilização dos *temas transversais* previstos na legislação vigente, tais como, saúde, meio ambiente, pluralidade étnico-cultural, orientação sexual, trânsito, violência, gênero, consumo, trabalho, etc, como eixos orientadores da relação interdisciplinar.

As questões que tratam da problemática das relações do Homem com o espaço social são denominadas de “temas transversais”. Como o próprio nome sugere, os *temas transversais* devem perpassar todas as disciplinas, contribuindo para o desenvolvimento de *competências e habilidades* comuns. É essa capacidade a responsável pela não compartimentalização das disciplinas, mesmo porque, quando se toma um ou mais temas transversais como eixo norteador das ações no âmbito das *competências e habilidades*, se

pensa na sua condição de instrumentos que tornam os conteúdos escolares mais significativos para o aluno. A concepção de transversalidade, da mesma forma que a de interdisciplinaridade, se baseia na crítica ao processo de fragmentação do Conhecimento. De acordo com os PCNs (BRASIL, 1998):

“Ambas - transversalidade e interdisciplinaridade - se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática”.

Para trabalhar os temas transversais na perspectiva da cidadania, além da abordagem interdisciplinar, pode-se levar os alunos a estudarem a realidade utilizando a observação, a experiência e a vivência como uma forma de inserção direta nos conteúdos, buscando uma mudança de atitude frente ao mundo, sendo ele próprio, o aluno, o sujeito de transformação. É preciso promover a participação social dos alunos, levando-os a assumir posições, decisões, responsabilidades, que propiciem uma vivência concreta de cidadania. Do mesmo modo as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos*, por meio da Resolução Nº 07 de 14 de dezembro de 2010, estabelece que:

“os componentes curriculares e as áreas do conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos da criança e do

5. APRESENTANDO O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

adolescente, de acordo com a Lei Nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, preservação do meio ambiente, nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Nº 9.795/99), a educação para o consumo, educação fiscal, trabalho ciência & tecnologia, e diversidade cultural, devem permear os conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo”.

É importante destacar que, inserir os *temas transversais* significa lançar mão de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a trajetória escolar do aluno, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas. Disso surge uma transformação da prática pedagógica, a qual se reflete dos professores, diante das atividades formais e amplia a sua responsabilidade com a própria formação, bem como com a de seus alunos. Dessa maneira, os *temas transversais* devem permear toda a prática educativa. Por fim, é preciso lembrar que a abordagem transversal e interdisciplinar não deve se restringir a projetos de elaboração coletiva. Cada professor, partindo do olhar específico de sua disciplina sobre um dado objeto, deve dialogar conceitualmente com as outras Ciências que constituem sua área de conhecimento



Ao longo dos anos, países vêm buscando a melhoria da qualidade da educação, com vistas ao crescimento e o desenvolvimento econômico, cultural, social. O Brasil tem acompanhado esse movimento e, nas últimas décadas, a legislação vem retratando a busca pela garantia do direito à educação para todos e, mais do que isso, à qualidade das instituições de ensino. Neste percurso podemos destacar três medidas que incidiram sobre a concepção de Ensino Fundamental.

Primeiramente, após 35 anos de obrigatoriedade do Ensino Fundamental de 8 Anos, a Lei 11. 274, de 06 de fevereiro de 2006, instituiu a ampliação do Fundamental para 9 anos de duração, com a inserção das crianças de 6 anos de idade. Uma segunda medida adotada foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 59/2009, de 11 de novembro de 2009, que aprovou a obrigatoriedade da educação infantil, a partir dos quatro anos de idade. E em terceiro lugar, mais recentemente, o Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Básica, fixou as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos* e a Resolução Nº 07 de 14 de dezembro de 2010, que apresenta como principal objetivo orientar a elaboração dos projetos pedagógicos e das propostas curriculares dos Estados e Municípios.

A ampliação do ensino fundamental foi embasada em pesquisas, segundo as quais, 81,7% das crianças de seis anos que já estão inseridas na educação infantil ou nas turmas de alfabetização ou no ensino fundamental, em sua maioria, são crianças de classes mais abastadas e frequentando a Escola privada. Também foram considerados os

resultados obtidos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) em 2003, o qual verificou que as crianças com passagem pela pré-escola obtiveram melhores resultados de proficiência em leitura. Antes da obrigatoriedade, garantir o acesso das crianças de 6 anos na educação infantil, era problemático, pois os municípios sempre tiveram dificuldades em atender à demanda que sempre foi maior que a oferta, deixando um número significativo de alunos fora da escola.

Garantir o acesso à educação pública às crianças de seis anos não é o suficiente, é preciso assegurar a permanência e a aprendizagem com qualidade. Conforme o documento *Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para Inclusão da Criança de Seis anos de Idade* (2007), o principal objetivo da ampliação do ensino fundamental é “*assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem. O ingresso dessas crianças no ensino fundamental não pode constituir uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas*”.

A inclusão da criança de 6 (seis) anos de idade, na etapa fundamental do ensino, requer que comunidade escolar reflita sobre as mudanças necessárias na estrutura do ensino fundamental como um todo, não devendo se restringir, apenas, ao que fazer no primeiro ano. O momento é de repensar os cinco anos iniciais e os quatro anos finais. É uma oportunidade de repensar a proposta pedagógica, o planejamento, a formação

continuada, a infância, a gestão, a metodologia, os conteúdos, os espaços e o tempo da escola, os materiais didáticos, o mobiliário, os equipamentos, enfim, tudo que envolve o currículo escolar. O ensino fundamental, com a participação das crianças de seis anos, sugere que haja um diálogo pedagógico entre as diversas modalidades, buscando, inclusive, evitar o abismo entre a educação infantil e o ensino fundamental.

Para Philippe Ariès (1978) o conceito de infância muda historicamente em função de determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos. Logo, é preciso repensar sobre quem são as crianças de hoje, para definir sobre quais as concepções de infância que orientarão as práticas pedagógicas e escolares em geral. O primeiro, ou os primeiros anos do E.F. (ciclo da alfabetização) deve assegurar não só o tempo de aprender, mas também o tempo do brincar, reconhecendo o que é específico da infância: o poder da imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira como expressão de cultura. Portanto, é preciso considerar as dimensões afetiva, cognitiva, social e psicológica, cabendo à Escola, o papel de promover o desenvolvimento integral da criança.

A preocupação com as mudanças necessárias para o E.F. de nove anos precisa ir além dos conteúdos. Se o ensino deseja dar resposta aos problemas do fracasso escolar e à dificuldade em promover o Conhecimento, será preciso realizar diversas mudanças. Perrenoud defende que a abordagem por *competências*, seguida por mudanças nas políticas e nas práticas educacionais, são decisivas à superação do fracasso escolar. Mas também devemos considerar os demais fatores externos e internos à Escola. Adotar uma proposta curricular

com uma abordagem baseada em *competências* requer dirigir o foco da Escola para o aluno, promovendo alteração nos modos pelos quais os professores se relacionam com o Conhecimento que *ensinam*, mas também com os próprios *saberes que desenvolvem ao ensinar*, saberes *pedagógicos* que compõem a dinâmica de produção da competência profissional do educador; mudanças na formação e nas práticas dos professores; deslocamento do ensino para a aprendizagem.

Por fim, à guisa de conclusão, reforçamos que o objetivo deste Referencial Curricular não é esgotar a reflexão sobre o tema, mas sim, desencadear o debate pedagógico e científico, como ponto de partida, para que as unidades de ensino da rede estadual cumpram o seu papel de instituições responsáveis pela socialização do conhecimento, recreação da cultura, e formalizem suas propostas curriculares, como item indispensável para uma educação pública de qualidade.

Aracaju, março de 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



BITTAR, Mariluce e OLIVEIRA, João Ferreira de (org.). **Gestão e Políticas da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Parecer 22/2009. **Diretrizes Operacionais para a Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos**. Brasília: CNE/CEB, 2009.

BRASIL. **Lei 9394 – LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: MEC/SEB, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: MEC/SEB, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica. **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Escola, Currículo e Avaliação**. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

_____. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. In: JANTSCH, BIANCHETTI, Lucídio (orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia da multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOVERNO DE SERGIPE/SEED. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Perguntas e Respostas**. Aracaju: Degrase, 2007.

GOVERNO DE SERGIPE/SEED. **Seminário Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Aracaju: SEED/CEE, 2010.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220 p.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação Escolar: Políticas Estrutura e Organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAIRIEU, Philippe. **Aprender...Sim, Mas Como?** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), 1999.

PERRENOUD, Philippe. **As Competências para Ensinar no Século XXI**. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RUSSEL, Bertrand. **O Elogio ao Ócio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno & GOMÉZ, A. I. Peréz. **As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **Currículo e Competências: a formação administrativa**. Rio de Janeiro: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a Democracia: Introdução à Administração Educacional**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SÍTIOS CONSULTADOS:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/>, acessado entre os dias 16 e 18 de junho de 2009.
www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u79727.shtml, acessado em 10 de junho de 2009.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997 - Dá nova redação ao art. 33 (referente ao Ensino Religioso) da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 - Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".

Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005 – Dispõe sobre o ensino de Língua Espanhola.

Lei Maria da Penha – Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007 - Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008 - Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008 - Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Lei nº 6.882, de 08 de abril de 2010 - Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental de Sergipe.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 18 de maio de 2009 - Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011 - Acrescenta § 6º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

7.1.1 Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ALFABETIZAÇÃO – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDO	CONCEITOS
1-Adquirir familiaridade com livros e materiais impressos	1-Reconhecer os espaços institucionais de circulação, manutenção e preservação da cultura escrita.	1-Livros e materiais impressos	1-Fonema 2-Grafema
2- Valorizar a cultura escrita	2- Discriminar palavras de figuras, ideogramas e números.	2-Sons	3-Consciência Fonológica
3- Adquirir familiaridade com diferentes gêneros textuais	3- Manusear livros e textos impressos identificando suas principais características.	3- Direção esquerdo, direito, em cima, embaixo.	4-Consciência Fonêmica
4- Adquirir consciência fonológica	4- Identificar a direção da leitura da esquerda para direita, de cima para baixo.	4- Fonemas e grafemas	5-Princípio Alfabético
5- Adquirir consciência fonêmica	5- Compreender termos como direito, esquerdo, em cima e embaixo.	5- Composição de palavras	6- Gênero textual
6- Compreender o princípio alfabético	6- Identificar a intensidade dos sons produzidos no seu cotidiano.	6- Composição de textos	
7- Decodificar ou ler	7- Identificar e repetir rimas, parlendas e trava-línguas.	7- Gêneros textuais simples	
8- Ler com fluência	8-Identificar, discriminar e produzir os 31 fonemas da Língua Portuguesa		
9- Escrever	9-Relacionar fonemas (sons) e grafemas (letras)		
10- Ampliar o vocabulário	10-Juntar e separar fonemas para compor e decompor palavras.		
11- Compreender textos	11- Identificar letras de diferentes formas gráficas.		
	12-Compreender o princípio segundo o qual as palavras são formadas por símbolos (grafemas ou letras), e que as letras representam os fonemas (sons) utilizados na língua portuguesa.		
	13-Extraír o som das palavras a partir das letras escritas		
	14-Reproduzir por escrito uma palavra ouvida		
	15-Ler textos com entonação e ritmo adequados.		
	16- Compreender e usar adequadamente as palavras conhecidas ou novas.		
	17- Identificar e compreender o sentido da cada texto.		
	18- Registrar as palavras com legibilidade e fluência.		
	19-Identificar e usar adequadamente letras de forma, letras cursivas, respeitando espaços, margens e limites.		
	20- Escrever de forma ortograficamente correta.		
	21-Montar e escrever frases simples com estrutura sintática correta.		

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ALFABETIZAÇÃO – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEUDO	CONCEITOS
1- Utilizar corretamente os instrumentais da escrita e da leitura.	1- Usar letra cursiva com fluência e legibilidade.	1- Caligrafia	Ortografia
2- Compreender e utilizar as normas gramaticais da Língua Portuguesa.	2- Dispor adequadamente diferentes tipos de texto no papel.	2- Leitura: 80 a 90 palavras por minuto.	Pontuação
3- Compreender o funcionamento da Língua.	3- Ler com velocidade, precisão e prosódia adequadas.	3- Ortografia: palavras terminadas em e/i, o/u, â/ó, ar/or, eu/eu/el/, ou/ol.	Acentuação
4- Compreender o sentido da cada texto.	4- Escrever as palavras de forma ortograficamente correta.	4- Ortografia: palavras com lh, ch, nh, R & RR.	Morfologia
5- Redigir	5- Identificar erros ortográficos.	5- Sons: /r/ e /R/, /g/. /s/ e /z/.	Sintaxe
6- Adquirir o hábito e o gosto pela leitura.	6- Identificar e usar adequadamente os sinais de pontuação.	6- Pontuação: sinais	Coesão
7- Adquirir autonomia para ler, escrever e expressar-se oralmente.	7- Identificar e usar adequadamente os acentos gramaticais.	7- Pontuação: uso do ponto final, exclamação, interrogação, vírgula.	Coerência
8- Utilizar corretamente o dicionário.	8- Ampliar o vocabulário a partir de derivação de palavras.	8- Acentuação: sinais	Dicionário.
	9- Identificar o sentido de uma palavra no dicionário.	9- Acentuação: oxítonas, e proparoxítonas.	
	10- Identificar prefixos e sufixos	10- Morfologia: derivação prefixal e sufixal, artigos, substantivos, adjetivos, onomatopéia.	
	11- Identificar e utilizar adjetivos pátrios	11- Sintaxe: verbo, elementos de ligação, discurso direto e indireto.	
	12- Usar as palavras morfologicamente corretas	12- Leitura e produção de textos	
	13- Identificar os elementos da frase e seus usos		
	14- Organizar e estabelecer relação entre as ideias.		
	15- Identificar a ideia principal do texto e usar pistas do contexto para compreender o sentido.		
	16- Produzir textos ou fragmentos de textos		

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
1-Utilizar corretamente os instrumentais da escrita e da leitura.	1- Usar letra cursiva com fluência e legibilidade.	1- Caligrafia	Ortografia
2-Compreender e utilizar as normas gramaticais da Língua Portuguesa.	2- Dispor adequadamente diferentes tipos de texto no papel.	2- Leitura: 90 a 110 palavras por minuto.	Pontuação
3-Compreender o funcionamento da Língua.	3- Ler com velocidade, precisão e prosódia adequadas.	3- Ortografia: palavras terminadas em e/i, o/u, â/ó, ar/or, ô/ou/or, eu/eu/el/, ou/ol, ão/am,	Acentuação
4-Compreender o sentido da cada texto.	4- Escrever as palavras de forma ortograficamente correta.	4- Ortografia: M antes de P e B, palavras com lh, ch, nh, j,g,gue,gui,c,ç, s & SS.	Morfologia
5-Redigir	5- Identificar erros ortográficos.	5- Sons: /r/ e /R/, /k/, /g/. /s/ e /z/.	Sintaxe
6-Adquirir o hábito e o gosto pela leitura.	6- Identificar e usar adequadamente os sinais de pontuação.	6- Pontuação: sinais	Coesão
7-Adquirir autonomia para ler, escrever e expressar-se oralmente.	7- Identificar e usar adequadamente os acentos gramaticais.	7- Pontuação: uso do ponto final, exclamação, interrogação, vírgula, travessão, dois pontos	Coerência
8-Utilizar corretamente o dicionário.	8- Ampliar o vocabulário a partir de derivação de palavras.	8- Acentuação: sinais	Gêneros textuais
	9- Identificar prefixos e sufixos.	9- Acentuação: monossílabos tônicos, oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.	
	10- Identificar e utilizar adjetivos pátrios.	10- Morfologia: derivação prefixal e sufixal, artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, advérbios, preposições, conjunções, onomatopéia.	
	11- Usar as palavras morfologicamente corretas	11- Sintaxe: sujeito, verbo, objeto, elementos de ligação, discurso direto e indireto.	
	12- Identificar os elementos da frase e seus usos	12- Leitura e produção de textos	
	13- Organizar e estabelecer relação entre as ideias.		
	14- Identificar a ideia principal do texto e usar pistas do contexto para compreender o sentido.		
	15- Produzir textos ou fragmentos de textos		

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – LINGUA PORTUGUESA- 4º ANO

COMPETENCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEUDOS	CONCEITOS
1. Utilizar corretamente os instrumentais da escrita e da leitura.	1. Usar letra cursiva com fluência e legibilidade.	1. Caligrafia	Ortografia
2. Compreender e utilizar as normas gramaticais da Língua Portuguesa.	2. Dispor adequadamente diferentes tipos de texto no papel.	2. Leitura: 80 a 90 palavras por minuto.	Pontuação
3. Compreender o funcionamento da Língua.	3. Ler com velocidade, precisão e prosódia adequadas.	3. Ortografia: palavras terminadas em e/i, o/u, á/ó, ar/or, ô/ou/or, eu/eu/el/, ou/ol, ão/AM	Acentuação
4. Compreender o sentido da cada texto.	4. Escrever as palavras de forma ortograficamente correta.	4. Ortografia: M antes de P e B, palavras com lh, ch, nh.	Morfologia
5. Redigir	5. Identificar erros ortográficos.	5. Sons: /r/ e /R/, /k/, /g/, /s/ e /z/.	Sintaxe
6. Adquirir o hábito e o gosto pela leitura.	6. Identificar e usar adequadamente os sinais de pontuação.	6. Pontuação: sinais	Coesão
7. Adquirir autonomia para ler, escrever e expressar-se oralmente.	7. Identificar e usar adequadamente os acentos gramaticais.	7. Pontuação: uso do ponto final, exclamação, interrogação, vírgula	Coerência
8. Utilizar corretamente o dicionário	8. Ampliar o vocabulário a partir de derivação de palavras.	8. Acentuação: sinais	Gêneros textuais
	9. Identificar prefixos e sufixos	9. Acentuação: sinais	
	10. Identificar e utilizar adjetivos pátrios	10. Morfologia: derivação prefixal e sufixal, artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, advérbios, preposições, conjunções, onomatopéia.	
	11. Usar as palavras morfologicamente corretas	11. Sintaxe: sujeito, verbo, objeto, elementos de ligação, discurso direto e indireto, voz ativa e passiva e seus usos.	
	12. Identificar os elementos da frase e seus usos	12. Leitura e produção de textos	
	13. Organizar e estabelecer relação entre as ideias.		
	14. Identificar a ideia principal do texto e usar pistas do contexto para compreender o sentido.		
	15. Produzir textos ou fragmentos de textos		

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ALFABETIZAÇÃO – 5º ANO

COMPETENCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEUDO	CONCEITOS
1. Utilizar corretamente os instrumentais da escrita e da leitura.	1. Usar letra cursiva com fluência e legibilidade.	1. Caligrafia	Ortografia
2. Compreender e utilizar as normas gramaticais da Língua Portuguesa.	2. Dispor adequadamente diferentes tipos de texto no papel.	2. Leitura: 80 a 90 palavras por minuto.	Pontuação
3. Compreender o funcionamento da Língua.	3. Ler com velocidade, precisão e prosódia adequadas.	3. Ortografia: palavras terminadas em e/i, o/u, á/ó, ar/or, ô/ou/or, eu/eu/el/, ou/ol, ão/AM	Acentuação
4. Compreender o sentido da cada texto.	4. Escrever as palavras de forma ortograficamente correta.	4. Ortografia: M antes de P e B, palavras com lh, ch, nh.	Morfologia
5. Redigir	5. Identificar erros ortográficos.	5. Sons: /r/ e /R/, /k/, /g/, /s/ e /z/.	Sintaxe
6. Adquirir o hábito e o gosto pela leitura.	6. Identificar e usar adequadamente os sinais de pontuação.	6. Pontuação: sinais	Coesão
7. Adquirir autonomia para ler, escrever e expressar-se oralmente.	7. Identificar e usar adequadamente os acentos gramaticais.	7. Pontuação: uso do ponto final, exclamação, interrogação, vírgula	Coerência
8. Utilizar corretamente o dicionário	8. Ampliar o vocabulário a partir de derivação de palavras.	8. Acentuação: sinais	Gêneros textuais
	9. Identificar prefixos e sufixos	9. Acentuação: sinais	
	10. Identificar e utilizar adjetivos pátrios	10. Morfologia: derivação prefixal e sufixal, artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, advérbios, preposições, conjunções, onomatopéia.	
	11. Usar as palavras morfologicamente corretas	11. Sintaxe: sujeito, verbo, objeto, elementos de ligação, discurso direto e indireto, voz ativa e passiva e seus usos.	
	12. Identificar os elementos da frase e seus usos	12. Leitura e produção de textos	
	13. Organizar e estabelecer relação entre as ideias.		
	14. Identificar a ideia principal do texto e usar pistas do contexto para compreender o sentido.		
	15. Produzir textos ou fragmentos de textos		

REFERENCIAL CURRICULAR DO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Participar de jogos e brincadeiras adotando uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais; - Conhecer, valorizar e usufruir de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal presentes no cotidiano, atentando para as de matriz indígena e africana; - Ser capaz de explorar a criatividade e diversificar a dinâmica das ações motoras através de novas formas de composição rítmica e de movimentação corporal; - Conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas); - Ser capaz de expressar autonomia, antecipando ações com habilidade e confiança na elaboração, organização e execução de atividades corporais; - Compreender a importância da prática de atividades físicas para a promoção da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver habilidades motoras a partir da estruturação dos padrões fundamentais de movimento e as percepções visual, auditiva, tátil e espaço-temporal; - Realizar atividades mais complexas como girar e saltar, equilibrar e correr, correr e saltar, etc.; - Identificar, expressar e executar códigos culturais que se materializam nas expressões e vivências corporais por meio de jogos, brincadeiras e rodas cantadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos e Brincadeiras <i>Jogos simbólicos; Brincadeiras populares</i> - Ginástica: <i>Introdução aos elementos ginásticos</i> - Atividades rítmicas (Dança) 	<ul style="list-style-type: none"> - Correr, saltar, rolar; - Deslocamento, lateralidade, equilíbrio, arremesso, atividades óculo-manual, atividades óculo-pedal, atividade espaço-temporal; - Posturas: esticada, grupada, selada, carpada; - Rolamentos, posições invertidas, ponte, equilíbrios. - Jogos, brincadeiras e rodas cantadas.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Participar de jogos e brincadeiras adotando uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais; - Conhecer, valorizar e usufruir de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal presentes no cotidiano, atentando para as de matriz indígena e africana; - Ser capaz de explorar a criatividade e diversificar a dinâmica das ações motoras através de novas formas de composição rítmica e de movimentação corporal; - Conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas); - Ser capaz de expressar autonomia, antecipando ações com habilidade e confiança na elaboração, organização e execução de atividades corporais; - Compreender a importância da prática de atividades físicas para a promoção da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar jogos, brincadeiras e cantigas de roda a partir de atividades baseadas em experiências cotidianas e aprimorar habilidades motoras básicas e específicas; - Identificar e executar movimentos de equilíbrios, apoios com e sem deslocamentos; - Diferenciar variações rítmicas de diversas culturas; explorar a partir da percepção da diversidade de composição de ritmos, a capacidade gestual de expressão; - Exercer controle sobre as funções orgânicas como respiração, frequência cardíaca durante as práticas corporais; perceber as alterações corporais provocadas pela prática de atividades físicas; e adotar hábitos de higiene e cuidados com a saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos e Brincadeiras <i>Tipos de jogos</i> - Ginástica: <i>Introdução aos elementos básicos da ginástica artística</i> - Atividades rítmicas (Dança) - Atividade física e saúde <i>Elementos relacionados à atividade física</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos sensoriais e de construção; - Elementos básicos da ginástica artística: estrela, vela, avião, parada de cabeça, parada de mãos, giros e saltos; - Ritmo; música; movimento; percussão corporal; os sentidos; - Força, velocidade, agilidade e flexibilidade.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Participar de jogos e brincadeiras adotando uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais; - Conhecer, valorizar e usufruir de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal presentes no cotidiano, atentando para as de matriz indígena e africana; - Ser capaz de explorar a criatividade e diversificar a dinâmica das ações motoras através de novas formas de composição rítmica e de movimentação corporal; - Conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas); - Ser capaz de expressar autonomia, antecipando ações com habilidade e confiança na elaboração, organização e execução de atividades corporais; - Compreender a importância da prática de atividades físicas para a promoção da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vivenciar situações de brincadeiras e jogos em grupo, cooperando e interagindo; valorizar o patrimônio de jogos e brincadeiras e da cultura corporal de movimento do seu contexto cultural; - Criar variações de movimentos rítmicos e coordenados; - Compreender diversas manifestações da dança através da representação cultural regional e de vivências práticas; - Relacionar o desenvolvimento das capacidades físicas às habilidades motoras praticadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos <i>Tipos de Jogos</i> - Ginástica: <i>Ginástica Geral</i> <i>História e</i> <i>Características</i> - Dança <i>Elementos da dança:</i> <i>Danças populares</i> - Atividade física e saúde <i>Habilidades motoras</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos cooperativos; - Movimentos combinados, diversidade de aparelhos; não competitividade; coreografia; liberdade de expressão; - Samba, forró, Hip Hop, Funk; coreografias em grupo; improvisação; criatividade; - Habilidades motoras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 4º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Participar de jogos e brincadeiras adotando uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais; - Resgatar brincadeiras indígenas tradicionais, especialmente àquelas pertencentes à comunidades Xokó. - Conhecer, valorizar e usufruir de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal presentes no cotidiano, atentando para as de matriz indígena e africana; - Ser capaz de explorar a criatividade e diversificar a dinâmica das ações motoras através de novas formas de composição rítmica e de movimentação corporal; - Conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas); - Ser capaz de expressar autonomia, antecipando ações com habilidade e confiança na elaboração, organização e execução de atividades corporais; - Compreender a importância da prática de atividades físicas para a promoção da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vivenciar situações de brincadeiras e jogos em grupo, cooperando e interagindo; valorizar o patrimônio de jogos e brincadeiras e da cultura corporal de movimento do seu contexto cultural; - Praticar jogos e brincadeiras indígenas - Ampliar a percepção do corpo através dos movimentos ginásticos; - Compreender diversas manifestações da dança através da representação cultural regional e de vivências práticas; - Reconhecer as alterações corporais, mediante a percepção do próprio corpo, provocadas pelo esforço físico, cansaço, elevação de batimentos cardíacos, efetuando um controle dessas sensações de forma autônoma e com o auxílio do professor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos <i>Tipos de Jogos: regionais e populares,</i> - Jogos e brincadeiras do povo Xokó - Ginástica: <i>Ginástica Artística</i> <i>História e Características</i> - Dança <i>Danças folclóricas</i> <i>Sergipana; Danças populares;</i> - Músicas e dança do povo Xokó - Atividade física e saúde <i>Sistema cardiorrespiratório</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Regionais, populares; movimentos: quicar, rolar, arremessar; - Ginástica Olímpica, Ginástica Artística: aparelhos oficiais e alternativos; rolamento, apoios, rondantes, série - Dança folclórica e dança popular - Sistema cardíaco e pulmonar; alterações; prática regular de exercícios físicos.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 5º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Participar de jogos e brincadeiras adotando uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais; - Conhecer, valorizar e usufruir de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal presentes no cotidiano, atentando para as de matriz indígena e africana; - Ser capaz de explorar a criatividade e diversificar a dinâmica das ações motoras através de novas formas de composição rítmica e de movimentação corporal; - Conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas); - Ser capaz de expressar autonomia, antecipando ações com habilidade e confiança na elaboração, organização e execução de atividades corporais; - Compreender a importância da prática de atividades físicas para a promoção da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Expressão de opiniões pessoais quanto a atitudes e estratégias a serem utilizadas em situações de jogos e esportes; - Ampliar a percepção do corpo através dos movimentos ginásticos; Combinar a marcação do ritmo com movimentos coordenados entre si (ritmo, intensidade, velocidade, fluidez); - Conhecer e vivenciar manifestações folclóricas relacionando os seus valores com os conhecimentos da cultura corporal de movimento; - Analisar alguns dos padrões de estética, beleza e saúde presentes no cotidiano, buscando compreender sua inserção no contexto em que são produzidos e refletir sobre aqueles que incentivam o consumismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos <i>Tipos de Jogos;</i> <i>O jogo e suas regras;</i> - Ginástica: <i>Ginástica Rítmica</i> <i>História e</i> <i>Características</i> - Dança <i>Danças folclóricas Regionais/</i> <i>Brasileiras</i> - Atividade física e saúde <i>Nutrição</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão; jogos pré-desportivos; regras; - Ginástica Rítmica Desportiva; aparelhos oficiais e alternativos; série; - Danças folclóricas Regionais; samba de côco, maracatu, reisado, quadrilha junina, parafuso, pastoril, dança do boi; - Balanço energético; caloria, alimentação balanceada; saúde e estética; fome e obesidade.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES – 1º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e identificar o ponto, as linhas, as cores, as texturas e as formas básicas presentes na arte e no cotidiano. - Articular a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão através do fazer artístico. - Estabelecer relações entre o trabalho artístico produzido por si e por outras pessoas. - Conhecer e valorizar a arte e cultura brasileira e sergipana, considerando as diferentes etnias e segmentos sociais. - Identificar a presença da linguagem musical no cotidiano. - Compreender a dança como um movimento expressivo do corpo. - Interpretar histórias e o significado destas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observar, descrever e interpretar imagens, objetos, produções artísticas, fatos e acontecimentos. - Identificar aspectos básicos da cultura popular brasileira e sergipana. - Identificar aspectos básicos das culturas afro e indígena brasileiras - Criar objetos artísticos utilizando-se dos elementos táteis, visuais e sonoros da arte. - Mobilizar saberes adquirido na arte visando sua aplicabilidade e funcionalidade no cotidiano. - Observar e perceber o ritmo, a sonoridade e o movimento existentes na natureza, nos objetos, nas pessoas e no meio cultural. - Observar que o corpo, o espaço e o tempo são elementos que formam o movimento. - Observar e interpretar ilustrações, fatos e acontecimentos presentes nas histórias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos táteis e visuais das artes plásticas - Nomenclatura e classificação das cores, linhas, formas, texturas e volumes - Diferentes possibilidades de representação cênica por meio da expressão corporal, vocal e jogos teatrais. - Pesquisa e vivência sobre jogos e brincadeiras tradicionais da cultura popular. - Dramatização e contação de histórias a partir de histórias da literatura brasileira infanto-juvenil, fábulas, contos e cenas do cotidiano. - Coordenação motora a partir de exercícios gráficos, plásticos e corporais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cores primárias e secundárias, ponto, linhas, texturas, volumes e formas - Desenho - Pintura - Modelagem - Música: ritmo e melodia - Dança: ritmo e movimento - Teatro: jogos teatrais - Jogos e brincadeiras populares. - Contos - Fábulas - Mitos - Lendas

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES – 2º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> Compreender e identificar o ponto, as linhas, as cores, as texturas e as formas básicas presentes na arte e no cotidiano. Articular a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão através do fazer artístico. Estabelecer relações entre o trabalho artístico produzido por si e por outras pessoas. Conhecer e valorizar a arte e cultura brasileira e sergipana, considerando as diferentes etnias e segmentos sociais. Identificar a presença da linguagem musical no cotidiano. Compreender a dança como um movimento expressivo do corpo. Interpretar histórias e o significado destas. 	<ul style="list-style-type: none"> Observar, descrever e interpretar imagens, objetos, produções artísticas, fatos e acontecimentos. Identificar aspectos básicos da cultura popular brasileira e sergipana. Identificar aspectos básicos das culturas afro e indígena brasileiras. Criar objetos artísticos utilizando-se dos elementos táteis, visuais e sonoros da arte. Mobilizar saberes adquiridos nas artes visando sua aplicabilidade e funcionalidade no cotidiano. Observar e perceber o ritmo, a sonoridade e o movimento existentes na natureza, nos objetos, nas pessoas e no meio cultural. Observar que o corpo, o espaço e o tempo são elementos que formam o movimento. Observar e interpretar ilustrações, fatos e acontecimentos presentes nas histórias. 	<ul style="list-style-type: none"> Elementos táteis e visuais das artes plásticas Nomenclatura e classificação das cores, linhas, formas, texturas e volumes Linguagem musical Diferentes possibilidades de representação cênica por meio da expressão corporal, vocal e jogos teatrais. Pesquisa e vivência sobre jogos e brincadeiras tradicionais da cultura popular. Dramatização e contação de histórias a partir de fábulas, contos e cenas do cotidiano. Lendas e estórias do povo Xokó Leitura e releitura da produção artística a partir de exercícios gráficos, plásticos e corporais. 	<ul style="list-style-type: none"> Cores primárias, secundárias e neutras; ponto, linha, textura, volume e forma Desenho Pintura Modelagem Colagem Música: ritmo, melodia e formas musicais (samba, rock etc.) Dança: ritmo e movimento Teatro: jogos teatrais Jogos e brincadeiras tradicionais Contos, fábulas e outras histórias.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES – 3º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> Compreender e identificar o ponto, as linhas, as cores, as texturas e as formas básicas presentes na arte e no cotidiano. Compreender os códigos básicos da arte como forma de alfabetização estética e ampliação de leitura do mundo Adotar uma postura de respeito à própria produção e à dos outros. Conhecer e valorizar a arte e cultura brasileira e sergipana, considerando as diferentes etnias e segmentos sociais. Valorizar as diferentes formas de representação utilizadas nas artes visuais, na dança, na música e no teatro. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver atividades das linguagens artísticas, baseadas no percurso pessoal e do conhecimento construído na sala de aula, empregando jogos teatrais, mímicas, improvisação musical, pinturas, desenhos, esculturas etc. Reconhecer e valorizar o artista e sua produção, buscando compreender seu contexto e seu percurso criador. Identificar aspectos básicos da cultura popular brasileira e sergipana. Identificar aspectos básicos das culturas afro e indígena brasileiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Elementos táteis e visuais das artes plásticas Nomenclatura e classificação das cores, linhas, formas, texturas e volumes. Vida e obra de um artista a partir de pesquisa, leitura de imagens etc. Linguagem musical As diferentes possibilidades de representação cênica por meio da expressão corporal, vocal e jogos teatrais. Músicas, danças e folguedos do folclore brasileiro e sergipano. 	<ul style="list-style-type: none"> Cores primárias, secundárias, neutras, quentes e frias, ponto, linhas, texturas, volumes e formas. Simetria Deformação Bidimensional: desenho, pintura, colagem, gravura, fotografia. Tridimensional: escultura e modelagem. História de um artista. Música: ritmo, melodia, intensidade, timbre etc. Formas musicais (samba, rock, MPB, clássica, folclórica etc.) Teatro: jogos teatrais Dança: ritmo e movimento. Estilos de dança: ballet, samba, rock, forró, folclórica etc.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES – 4º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> Adotar uma postura de respeito à própria produção e à dos outros. Valorizar as diferentes possibilidades expressivas dos elementos básicos das artes visuais, da dança, da música e do teatro. Valorizar as diferentes possibilidades expressivas da composição em artes visuais. Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal. Reconhecer e valorizar a estética nas produções artísticas nacionais e internacionais. Conhecer e valorizar a arte e cultura brasileira e sergipana, considerando as diferentes etnias e segmentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver atividades das linguagens artísticas, baseadas no percurso pessoal e do conhecimento construído na sala de aula, empregando jogos teatrais, mímicas, improvisação musical, pinturas, desenhos, esculturas etc. Reconhecer e valorizar o artista e sua produção, buscando compreender seu contexto e seu percurso criador. Identificar aspectos básicos da cultura popular brasileira e sergipana. Identificar aspectos básicos das culturas afro e indígena brasileiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Elementos táteis e visuais das artes plásticas. Nomenclatura e classificação das cores, linhas, formas, texturas e volumes. Vida e obra de um artista a partir de pesquisa, leitura de imagens etc. História em quadrinhos Linguagem musical As diferentes possibilidades de representação cênica por meio da expressão corporal, vocal e jogos teatrais. Músicas, danças e folguedos do folclore brasileiro e sergipano. 	<ul style="list-style-type: none"> Cores primárias, secundárias, neutras, quentes e frias, ponto, linhas, texturas, volumes, formas, simetria, deformação. Estilização. Bidimensional: desenho, pintura, colagem, gravura, fotografia. Tridimensional: escultura e modelagem. História em quadrinhos: produção de texto e elementos gráficos. História de um artista. Música: ritmo, melodia, intensidade, timbre etc. Formas musicais: samba, rock, MPB, clássica, folclórica etc. Teatro: jogos teatrais e dramatização. Dança: ritmo e movimento. Estilos de dança: ballet, samba, rock, forró, folclórica etc.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES – 5º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> Adotar uma postura de respeito à própria produção e à dos outros. Valorizar as diferentes possibilidades expressivas dos elementos básicos das artes visuais, da dança, da música e do teatro. Valorizar as diferentes possibilidades expressivas da composição em artes visuais. Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal. Reconhecer e valorizar a estética nas produções artísticas nacionais e internacionais. Conhecer e valorizar a arte e cultura brasileira e sergipana, considerando as diferentes etnias e segmentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver atividades das linguagens artísticas, baseadas no percurso pessoal e do conhecimento construído na sala de aula, empregando jogos teatrais, mímicas, improvisação musical, pinturas, desenhos, esculturas etc. Reconhecer e valorizar o artista e sua produção, buscando compreender seu contexto e seu percurso criador. Identificar aspectos básicos da cultura popular brasileira e sergipana. Identificar aspectos básicos das culturas afro e indígena brasileiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Elementos táteis e visuais das artes plásticas. Nomenclatura e classificação das cores, linhas, formas, texturas e volumes. Vida e obra de um artista a partir de pesquisa, leitura de imagens etc. História em quadrinhos Linguagem musical As diferentes possibilidades de representação cênica por meio da expressão corporal, vocal e jogos teatrais. Músicas, danças e folguedos do folclore brasileiro e sergipano. Músicas, danças e folguedos do folclore da comunidade indígena sergipana. 	<ul style="list-style-type: none"> Cores primárias, secundárias, neutras, quentes e frias, ponto, linhas, texturas, volumes, formas, simetria, deformação. Estilização. Bidimensional: desenho, pintura, colagem, gravura, fotografia. Tridimensional: escultura e modelagem. História em quadrinhos: produção de texto e elementos gráficos. História de um artista. Música: ritmo, melodia, intensidade, timbre etc. Formas musicais: samba, rock, MPB, clássica, folclórica etc. Teatro: jogos teatrais e dramatização. Dança: ritmo e movimento. Estilos de dança: ballet, samba, rock, forró, folclórica etc.

7.1 ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

7.1.2 Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> Compreender o que é o corpo humano, suas partes e suas medidas. Compreender a diversidade existente na <i>espécie</i> humana Compreender o conceito de Alimentos. Compreender a importância dos órgãos dos sentidos e reconhecer os cinco sentidos. Compreender e respeitar pessoas com limitações dos sentidos. Compreender a importância da higiene Reconhecer situações de perigo para o corpo humano. Reconhecer respeitar os animais. Compreender o que é um ser vivo e não – vivo. Compreender o que é o Lixo. Compreender o que é meio ambiente Relacionar Lixo e meio ambiente. Conhecer e identificar materiais. Conhecer e identificar temperaturas. Reconhecer as diferentes fontes de luz e formas de iluminação. Relacionar o movimento aparente do sol no céu, com o dia e a noite. Reconhecer e identificar as cores primárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as principais partes do corpo humano, seus movimentos, funções e medidas. Identificar a diversidade existente na <i>espécie</i> humana Identificar os alimentos básicos Identificar os cinco órgãos do sentido e suas funções. Identificar os sabores básicos. Conhecer os hábitos de higiene necessários a uma vida saudável. Identificar situações de perigo e agentes nocivos para o corpo humano. Identificar os animais domésticos e silvestres. Identificar as características dos animais e relacioná-las ao habitat, forma de locomoção e utilidade para a <i>espécie</i> humana. Identificar as diferenças entre os seres vivos e os seres inanimados. Identificar o Lixo doméstico. Identificar as consequências do lixo para o meio ambiente. Identificar materiais líquidos, sólidos e gasosos. Conhecer e identificar o frio e o quente Identificar diferentes fontes de luz. Identificar a sombra, a luz, o claro e o escuro, o dia e a noite. Identificar as cores primárias 	<ul style="list-style-type: none"> Corpo humano: partes e funções, medidas, expressões faciais, diversidade. Alimentos básicos Os órgãos dos sentidos e os cinco sentidos. Os sabores: o amargo, o azedo e o doce. Hábitos de higiene e saúde o corpo. Cuidados para evitar agentes nocivos ao corpo humano e acidentes: fogo, queda, eletricidade, agentes químicos. Animais domésticos e silvestres. Animais úteis ao Homem Classificação dos animais quanto à locomoção e habitat. Seres vivos e seres não vivos (inanimados). Lixo: plásticos, orgânicos, papel e metais. O meio ambiente e o lixo. Coleta seletiva Materiais líquidos, sólidos e gasosos Temperatura: o frio e o quente. Fontes de luz. Iluminação: claro, escuro, luz, sombra. O Sol, o dia e a noite As cores primárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Corpo humano Cabeça Tronco Membros Expressão Facial Individualidade Diversidade Alimentos básicos Higiene Sentidos Acidente Prevenção Agentes químicos Animais domésticos Animais silvestres Meio ambiente Habitat Lixo Coleta de Lixo Ser vivo e não vivo Frio Quente Iluminação Cores primárias.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> Identificar o local em que vivemos. Compreender a diferença entre campo e cidade, litoral e interior. Compreender os mapas que representam a Terra. Compreender o que provoca o dia e a noite. Compreender o conceito de Calendário e sua organização em dias, meses e anos. Reconhecer e respeitar as fases da vida Compreender a importância dos órgãos dos sentidos e reconhecer os cinco sentidos. Compreender e respeitar pessoas com limitações dos sentidos. Compreender a importância da digestão. Compreender o conceito de Alimentos. Reconhecer como são produzidos os alimentos. Reconhecer respeitar os animais. Reconhecer a importância das plantas para a vida na Terra. Compreender co 	<ul style="list-style-type: none"> Localizar o bairro, a cidade, o estado e o país em que vivemos. Identificar ambientes que representam o campo, a cidade, o litoral e o interior. Identificar os mapas que representam a Terra. Reconhecer o que movimento do sol é apenas aparente, e que o dia e a noite são provocados pelo movimento da Terra em torno de si mesma e do Sol. Identificar quantos dias tem a semana, o mês e o ano. Identificar as fases da vida: Infância, Adolescência, Vida Adulta e Velhice. Identificar as formas de comunicação com o mundo, utilizadas pelas pessoas que possuem limitações dos sentidos Identificar o sistema digestivo, seus componentes e sua função. Identificar os principais tipos de alimentos. Identificar onde são produzidos os alimentos Identificar as características dos 	<ul style="list-style-type: none"> Meu bairro, minha cidade, meu estado e meu país. Diferenças entre campo e cidade, litoral e interior. Globo Terrestre e Planisfério. O movimento da Terra em torno de si mesma e do Sol O dia e a noite. O calendário: o dias meses e anos. Os órgãos dos sentidos e suas funções O que é o Sistema Braille e o sistema Libras. Sistema digestivo e digestão. Tipos de alimentos. Produção de alimentos, agricultura, pecuária e indústria de alimentos. Diversidade do mundo animal: mamíferos, répteis, anfíbios, peixes e insetos. As plantas e sua relação com o meio ambiente. Hábitos de higiene e saúde o corpo. Cuidados para evitar agentes nocivos ao corpo humano e acidentes: fogo, queda, eletricidade, agentes químicos. Os recursos naturais da Terra e sua 	<ul style="list-style-type: none"> Bairro Cidade Estado País Campo Litoral Interior Globo Terrestre Planisfério Movimento da Terra Calendário Recursos naturais Matéria Estados físicos da Matéria

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 3º ANO

<p>conceito de Saúde a importância da higiene corporal.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer situações de perigo para o corpo humano. - Compreender do que são feitos os objetos que usamos no dia a dia, e sua relação com os recursos naturais da Terra. - Compreender a importância da água para a vida na Terra 	<p>animais e relacionadas ao habitat, forma de locomoção e utilidade para a espécie humana.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar a diversidade do mundo animal - Identificar a diferença entre uma planta e um animal. - Conhecer os hábitos de higiene necessários a uma vida saudável. - Identificar situações de perigo e agentes nocivos para o corpo humano. - Identificar de onde vem os materiais para fabricação dos objetos - Compreender o conceito de recursos naturais - Identificar os estados físicos da água - Identificar a importância do consumo equilibrado da água. 	<p>relação com os objetos que usamos no dia a dia: o plástico, os combustíveis, os materiais de origem vegetal e de origem animal.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A água: estados físicos e usos no dia a dia.
---	---	---

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a diversidade de ambientes, e a diversidade de animais e plantas existentes na Terra - Refletir sobre o conceito de adaptação e sua importância para a manutenção da vida. - Refletir sobre os conceitos de meio ambiente, biosfera e biodiversidade. - Compreender o conceito de cadeia alimentar - Refletir sobre a ação humana e sua interação com o meio ambiente - Reconhecer a importância da água e do ar e do Sol para a vida na Terra. - Compreender o conceito de Extinção. - Compreender o conceito de solo e sua importância. - Compreender o Sol como fonte de energia - Compreender o conceito de energia. - Compreender o conceito de Célula - Identificar os órgão dos sentidos e os 5 sentidos. - Conhecer os elementos básicos que compõem o Sistema Solar e a posição de cada um. - Compreender as implicações dos movimentos dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir e descrever os ambientes. - Classificar seres não vivos e seres vivos. - Identificar diferenças e semelhanças entre os seres vivos. - Compreender e descrever o ciclo de vida. - Classificar animais de acordo com sua alimentação. - Caracterizar e reconhecer os animais vertebrados e invertebrados. - Reconhecer os grupos dos vertebrados. - Compreender a relação dos seres vivos com o ambiente e com os outros seres vivos. - Identificar a cadeia alimentar - Identificar, classificar e relacionar os ecossistemas e os biomas brasileiros. - Relacionar o conceito de adaptação com a sobrevivência dos seres vivos. - Identificar e reconhecer as causas que levam à extinção das espécies. - Identificar a ação humana no meio ambiente - Identificar e nomear as partes das plantas e suas funções. - Relacionar as características adaptativas das plantas com suas 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambientes da Terra: aquáticos e terrestres - Seres vivos e não vivos - Classificação dos seres vivos: Reino Animal e Reino Vegetal - Ciclo de vida - Classificação dos animais: vertebrados, invertebrados; carnívoros e herbívoros - Invertebrados - Biomas, biosfera, biodiversidade e ecossistema - Adaptação e Extinção dos seres vivos - Cadeia Alimentar - Relação entre os seres vivos - Plantas (Estruturas e Funções) - Fotossíntese - Água - Solo - Ar e respiração - O corpo humano e os sentidos - Cuidados básicos com a saúde: higiene, alimentação, exercícios físicos, as doenças, vacinas - A célula - O Sol e Terra. - O Sol como fonte de energia - O Sistema Solar: o sol e os planetas. - Movimentos da Terra - As estações do ano - A Lua e as fases da Lua - Eclipse Lunar - Eclipse Solar 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a diversidade de ambientes, e a diversidade de animais e plantas existentes na Terra - Refletir sobre o conceito de adaptação e sua importância para a manutenção da vida. - Refletir sobre os conceitos de meio ambiente, biosfera e biodiversidade. - Compreender o conceito de ecossistema. - Compreender o conceito de cadeia alimentar - Refletir sobre a ação humana e sua interação com o meio ambiente - Reconhecer a importância da água e do ar e do Sol para a vida na Terra. - Compreender o conceito de Extinção. - Compreender o conceito de solo e sua importância. - Compreender o Sol como fonte de energia - Compreender o conceito de energia. - Compreender o conceito de Célula - Identificar os órgão dos sentidos e os 5 sentidos. - Conhecer os elementos básicos que compõem o Sistema Solar e a posição de cada um. - Compreender as implicações dos movimentos dos

continua >>>

astros em torno do Sol.	necessidades relativas ao ambiente.	astros em torno do Sol.
	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a importância da água para a vida na Terra - Compreender a importância do ar para a vida na Terra - Identificar os usos da água pelo homem. - Identificar os diversos tipos de solo. - Compreender as funções do solo para os seres vivos: abrigo, alimentação e adaptação. - Identificar os diversos tipos de energia reconhecer o Sol como uma fonte de energia. - Compreender o conceito de fotossíntese - Identificar os animais que utilizam o Sol como fonte de energia. - Conhecer o corpo humano e os 5 sentidos - Identificar a importância da célula para a estrutura dos organismos vivos. - Compreender o funcionamento dos órgãos dos sentidos e sua importância para a sobrevivência. - Conhecer o Sistema Solar e identificar onde nós nos situamos. - Compreender os movimentos da Terra e suas consequências. - Compreender como acontecem os eclipses. 	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 4º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos de Sistema, Órgão e Célula, que compõem o Corpo Humano. - Identificar a composição básica da matéria. - Conhecer as características e os estados da matéria. - Compreender o conceito de Energia e identificar os principais tipos de energia utilizados no nosso dia a dia. - Situar planeta Terra no conjunto de astros que compõem o Sistema Solar - Relacionar a crosta terrestre com a tectônica de placas (ou deriva continental) - Compreender a relação entre as rochas e o solo. - Compreender e relação entre a Vida e a Água - Identificar a água com o principal elemento necessário à vida - Compreender e relação entre a Vida e os gases que compõem a atmosfera. - Conhecer a explicação científica para a origem da Vida - Compreender os conceitos de Evolução, Adaptação e Extinção dos animais. - Compreender o conceito de Fósseis. - Conhecer a explicação científica para a origem e evolução do Homem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os principais Sistemas que compõem o Corpo Humano, e suas respectivas funções - Estabelecer relações entre órgãos e sistemas do Corpo Humano - Compreender a diferença entre átomos, moléculas, elementos. - Identificar as mudanças de estados da matéria. - Identificar os usos da energia térmica, energia elétrica, energia hidráulica - Compreender a origem do planeta Terra e situá-lo no conjunto de astros que compõem o Sistema Solar. - Identificar as camadas interiores da Terra e o movimento da crosta. - Compreender o conceito de Placas Tectônicas. - Relacionar a tectônica de placas com a formação de montanhas e vulcões. - Relacionar a decomposição das rochas com o processo de formação do solo. - Identificar a água como um dos principais elementos necessários à vida - Compreender os estados físicos da água, bem como o seu ciclo. - Reconhecer a importância do gás oxigênio para a respiração dos seres vivos. - Distinguir os estados físicos da água. - Descrever o ciclo natural da água. - Refletir sobre a importância do atmosfera para a vida. - Nomear os gases que compõem a atmosfera. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos de Sistema, Órgão e Célula, que compõem o Corpo Humano. - Identificar a composição básica da matéria. - Conhecer as características e os estados da matéria. - Compreender o conceito de Energia e identificar os principais tipos de energia utilizados no nosso dia a dia. - Situar planeta Terra no conjunto de astros que compõem o Sistema Solar - Relacionar a crosta terrestre com a tectônica de placas (ou deriva continental) - Compreender a relação entre as rochas e o solo. - Compreender e relação entre a Vida e a Água - Identificar a água com o principal elemento necessário à vida - Compreender e relação entre a Vida e os gases que compõem a atmosfera. - Conhecer a explicação científica para a origem da Vida - Compreender os conceitos de Evolução, Adaptação e Extinção dos animais. - Compreender o conceito de Fósseis. - Conhecer a explicação científica para a origem e evolução do Homem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os principais Sistemas que compõem o Corpo Humano, e suas respectivas funções - Estabelecer relações entre órgãos e sistemas do Corpo Humano - Compreender a diferença entre átomos, moléculas, elementos. - Identificar as mudanças de estados da matéria. - Identificar os usos da energia térmica, energia elétrica, energia hidráulica - Compreender a origem do planeta Terra e situá-lo no conjunto de astros que compõem o Sistema Solar. - Identificar as camadas interiores da Terra e o movimento da crosta. - Compreender o conceito de Placas Tectônicas. - Relacionar a tectônica de placas com a formação de montanhas e vulcões. - Relacionar a decomposição das rochas com o processo de formação do solo. - Identificar a água como um dos principais elementos necessários à vida - Compreender os estados físicos da água, bem como o seu ciclo. - Reconhecer a importância do gás oxigênio para a respiração dos seres vivos. - Distinguir os estados físicos da água. - Descrever o ciclo natural da água. - Refletir sobre a importância do atmosfera para a vida. - Nomear os gases que compõem a atmosfera.

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 5º ANO

<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar Evolução e Adaptação com a questão da Extinção dos animais - Identificar animais extintos - Identificar os fósseis como evidências de processos de Evolução ou de Extinção. - Estabelecer a relação entre o Homem e os Primatas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar Evolução e Adaptação com a questão da Extinção dos animais - Identificar animais extintos - Identificar os fósseis como evidências de processos de Evolução ou de Extinção. - Estabelecer a relação entre o Homem e os Primatas.
--	--

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de Ciência. - Compreender a importância de se conhecer a Natureza. - Conhecer a composição do Sistema Solar. - Estabelecer as relações entre a Terra e o Sol. - Saber utilizar conceitos básicos associados a matéria, energia, equilíbrio e vida. - Valorizar a vida na Terra, conhecendo sua biodiversidade, problemas ambientais e a preservação desses ambientes. - Identificar o ser humano como parte integrante da Natureza e dependente dela. - Avaliar o impacto da ação humana sobre o mundo natural. - Estabelecer a relação entre o Homem e os seres vivos (animais e vegetais). - Observar a relação entre os diversos ambientes e os seres vivos. - Conhecer o cuidar do próprio corpo. - Avaliar o impacto dos agentes químicos no corpo humano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a Ciência como uma das formas de se conhecer a Natureza - Conhecer o conceito de Estrela, Planeta e Satélite - Identificar o Sol, os Planetas e seus principais satélites. - Identificar os movimentos da Terra em torno do Sol e sua relação com o Tempo/Calendário. - Compreender o significado de matéria e energia. - Identificar os componentes básicos da matéria. - Identificar o que é força, calor, eletromagnetismo e gravidade. - Identificar as diversas formas de energia. - Identificar os componentes que formam a Terra. - Conceituar biodiversidade e identificar os principais ecossistemas do planeta. - Perceber os problemas ambientais vividos em escala planetária e em escala local. - Identificar as plantas e animais que são úteis ao Homem. - Classificar os animais vertebrados e estabelecer relações entre estes e os diversos ambientes. - Classificar os animais invertebrados e 	<ul style="list-style-type: none"> - A Ciência e os cientistas que estudam a Natureza: biólogos, geólogos, paleontólogos. - O Sistema Solar: a estrela Sol, os planetas e seus satélites. - Os movimentos da Terra em torno do Sol: Translação, Rotação e o Tempo cronológico ou calendário: dia, mês, ano e as estações do ano. - Definições de Matéria e Energia. - Força: eletromagnetismo e gravidade. - Calor - Formas de Energia - Componentes que formam a Terra: atmosfera, hidrosfera, crosta, biosfera. - Biodiversidade e principais ecossistemas do planeta. - Problemas ambientais e suas causas. - O aquecimento global ou efeito estufa. - A destruição da camada de ozônio. - Os vegetais: uso na alimentação, uso industrial. - Os animais: uso na alimentação, uso como medicamento, uso industrial. - Os animais vertebrados e seus ambientes. - Os animais 	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência - Biologia - Paleontologia - Geologia - Estrela - Planeta - Satélite - Translação - Rotação - Tempo - Matéria - Energia - Força - Hidrosfera - Atmosfera - Crosta - Biosfera - Efeito Estufa - Camada de Ozônio - Alimentação - Célula - Corpo Humano - Sistemas do Corpo Humano - Vertebrados - Invertebrados - Unicelular - Pluricelular - Agentes químicos - Droga - Remédio - Dependência Química.

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 1º ANO

estabelecer relações entre estes e os diversos ambientes.	invertebrados e seus ambientes.
- Compreender a célula como unidade fundamental dos organismos vivos.	- A estrutura da célula.
- Identificar a divisão básica do corpo e sua composição interna.	- Animais unicelulares e pluricelulares.
- Identificar os agentes químicos nocivos ao corpo humano.	- Estrutura do corpo e sua composição interna: órgãos, sistemas e suas funções.
- Reconhecer a dependência química.	- Agentes químicos nocivos ao corpo humano.
	- Semelhanças e diferença entre droga e remédio.
	- Agentes que causam dependência química.

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Conhecer os números de 0 a 100.	- Identificar os números e suas representações (algarismos arábicos).	- Números 0 a 10, de 10 a 50, de 50 a 100. <i>escrita sequência contagem ordem crescente e ordem decrescente.</i>	- Números
- Contar de 0 a 100.	- Identificar o antecessor e sucessor de um número.	- Formas geométricas (círculo, quadrado, triângulo e retângulo).	- Algarismo
- Conhecer formas geométrica básicas.	- Escrever de 0 a 100.	- Quantidades maior e menor, mais e menos.	- Adição
- Estabelecer relações entre os números.	- Identificar a posição e sequência dos números ordinais.	- Comprimento: centímetro e metro.	- Subtração
- Compreender e efetuar operações de Adição (Soma) e Subtração.	- Organizar os números em ordem crescente e decrescente.	- Unidades de Tempo: segundo, minuto e hora.	- Quadrado, triângulo, retângulo e círculo
- Compreender medidas de comprimento e tempo em situações cotidianas.	- Identificar e desenhar as formas geométricas básicas.	- Leitura de relógio com ponteiros	- Cumprimento
- Conhecer noções de fração.	- Identificar e comparar quantidades: maior, menor, mais e menos.	- Adição: cálculo numérico com 1 (um) algarismo.	- Peso (massa)
	- Identificar as unidades de medida de comprimento e tempo.	- Outras maneiras de somar quantidades.	- Tempo
	- Efetuar cálculos de soma e subtração.	- Subtração: cálculo numérico com 1 (um) algarismo.	- Fração
	- Identificar outras maneiras de somar e diminuir.	- Outras maneiras de diminuir quantidades.	
	- Identificar e comparar inteiros, meios e quartos.	- Inteiro, metade (meio), quartos (1/4).	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os números de 0 a 100. - Estabelecer posições no espaço. - Compreender o conceito de números pares e números ímpares. - Compreender e efetuar operações de Adição (Soma) e Subtração. - Compreender os conceitos de unidade e dezena conforme as regras do Sistema de Numeração Decimal - Compreender medidas de comprimento, peso e tempo em situações cotidianas. - Compreender o uso de instrumentos para medir o tempo, a massa (peso) e o comprimento. - Compreender o conceito de Reta. - Conhecer noções de fração. - Compreender as representações e a utilização da nossa moeda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os números e suas representações. - Ler escrever contar e ordenar os números. - Identificar os números pares e números ímpares. - Identificar a posição dos objetos e das pessoas no espaço. - Identificar, no Sistema de Numeração Decimal, a unidade e a dezena. - Efetuar cálculos numéricos de soma e subtração com dois algarismos. - Identificar e utilizar instrumentos usuais para medir ou registrar o tempo, a massa (peso) e o comprimento. - Identificar e traçar uma Reta e seus segmentos. - Identificar e comparar inteiros, meios e quartos - Identificar e utilizar nossa moeda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números 0 a 100 <i>escrita seqüência contagem ordem crescente e ordem decrescente.</i> - Números pares e números ímpares. - Posições no espaço: acima, abaixo, atrás, no meio, à esquerda, à direita, etc. - Sistema de Numeração Decimal: unidade e dezena. - Adição e Subtração: cálculo numérico com dois algarismos. - Medidas de tempo, massa e comprimento. (horas, gramas, metros) - O relógio como instrumento de marcar o tempo. - O calendário como instrumento de marcar o tempo: os dias da semana e os meses. - A régua como instrumento de medir as distâncias. - A balança como instrumento de medir o peso. - Reta e segmentos de Reta. - Inteiro, metade (meio), quartos (1/4). - Nossa moeda: reais e centavos de real. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números - Algarismo - Adição - Subtração - Comprimento - Peso (massa) - Tempo - Fração - Reta - Moeda

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos de unidade, dezena, centena e milhar, conforme as regras do Sistema de Numeração Decimal. - Compreender e efetuar operações de Adição (Soma) e Subtração. - Compreender e efetuar operações de Multiplicação e Divisão. - Resolver problemas - Compreender o conceito de número Inteiro e de fração - Compreender o uso de medidas de comprimento, peso, volume e tempo em situações cotidianas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, no Sistema de Numeração Decimal, a unidade a dezena, a centena e o milhar. - Ler um número - Efetuar cálculos numéricos de soma e subtração com três algarismos ou mais. - Montar e memorizar uma Tabela de Multiplicação. - Efetuar cálculos numéricos de Multiplicação e Divisão por 1 (um) algarismo. - Compreender os conceitos de quociente e resto, na operação de Divisão. - Efetuar cálculo mental simples, a partir das 4 operações matemáticas. - Interpretar e resolver problemas simples envolvendo as 4 operações matemáticas. - Identificar os números inteiros e as frações. - Identificar o numerador e o denominador de uma fração. - Identificar frações equivalentes. - Identificar e utilizar instrumentos usuais para medir ou registrar o tempo, comprimento, peso e volume. - Identificar as medidas de tempo, comprimento, volume e peso 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Numeração Decimal: unidade, dezena, centena e milhar. - Multiplicação de unidades por 1 (um) algarismo. - Multiplicação de dezenas por 1(um) algarismo. - Multiplicação de centena por 1(um) algarismo. - Divisão de dezenas por 1 (um) algarismo. - Divisão de centena por 1(um) algarismo. - Problemas envolvendo números inteiros e as 4 operações. - Fração: simples, equivalentes, comparação de frações. - Medidas de tempo: segundo, minutos e hora. - O relógio como instrumento de marcar o tempo: leitura do relógio com ponteiros. - O calendário como instrumento de marcar o tempo: os dias da semana e os meses e o ano. - Medidas de peso ou massa: grama e quilograma - A balança como instrumento de medir o peso ou massa. - Medidas de volume: o litro e o mililitro - Medidas de comprimento: o centímetro e o metro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Numeração Decimal - Operações Matemáticas - Fração - Tempo - Massa - Comprimento - Volume

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 4º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as diversas representações dos números e sua relação com a cultura que os produziu. Compreender o sistema de ordenação numérica. Compreender o conceito de expressão numérica. Compreender o processo de composição e decomposição de números. Compreender e efetuar operações de Multiplicação e Divisão. Compreender o conceito de fração e as operações de soma e subtração. Compreender o conceito de números decimais e sua aplicação prática. Compreender o conceito e os elementos de um ângulo, e sua aplicação prática. Compreender o conceito de perímetro e área 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as culturas que produziram representações dos números. Identificar a contribuição dos árabes para a configuração do Sistema de Numeração Decimal. Conhecer o conceito de Algoritmo. Ordenar os números Resolver problemas de ordenação e classificação numéricas Efetuar cálculos numéricos de Multiplicação e Divisão por mais de 1 (um) algarismo. Identificar expressões numéricas e realizar cálculos com as 4 operações. Resolver problemas com expressões numéricas. Compor e decompor números Identificar e comparar frações. Efetuar soma e subtração de frações. Identificar a relação entre frações e números decimais. Identificar a aplicação cotidiana dos números decimais. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas de Numeração: algarismos maias, japoneses, árabicos e romanos. Números Ordinais. Problemas de ordenação e classificação numéricas. Expressões Numéricas: soma e subtração. Problemas com expressões numéricas. Composição e Decomposição de números. Multiplicação por mais de 1 (um) algarismo. Divisão por mais de 1 (um) algarismo Expressões Numéricas envolvendo as 4 operações. Números Decimais Ângulo Perímetro de figuras planas Áreas de figuras planas 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Numeração Decimal Operações Matemáticas Fração Tempo Massa Comprimento Volume Algarismo Expressão Numérica Fração Números Decimais. Ângulo Perímetro Área

- Efetuar operações de soma e subtração com números decimais.
- Identificar a classificação dos ângulos.
- Identificar objetos do cotidiano que formam ângulos.
- Utilizar o transferidor
- Utilizar medições comuns no dia a dia relacionadas ao cálculo do perímetro e da área.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 5º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos de unidade, dezena, centena e milhar, conforme as regras do Sistema de Numeração Decimal. - Compreender o conceito de ordem de grandeza dos números. - Conhecer as propriedades das 4 operações matemáticas. - Compreender o conceito de expressão numérica. - Compreender o que são números múltiplos e divisíveis. - Compreender o conceito de número primo. - Conhecer figuras geométrica não planas. - Compreender o conceito de coordenadas cartesianas. - Efetuar operações com fração. - Efetuar operações com números decimais - Conhecer o conceito de porcentagem. - Conhecer as Grandezas e Medidas dos objetos. - Compreender a diferença entre área 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, no Sistema de Numeração Decimal, a unidade a dezena, a centena e o milhar. - Comparar números - Estabelecer a ordem de grandeza dos números. - Ler um número - Arredondar um número - Resolver problemas envolvendo as 4 operações matemáticas e expressões numéricas. - Identificar números múltiplos e divisíveis. - Calcular o Mínimo Múltiplo Comum (MMC) - Resolver problemas que envolvam números múltiplos, divisíveis e MMC - Calcular o Maior Divisor Comum (MDC) - Identificar números primos - Identificar figuras geométrica não planas. - Conhecer o conceito de vértice, fase e aresta. - Identificar e estabelecer coordenadas em um Plano Cartesiano. - Resolver problemas que envolvam frações.. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Numeração Decimal: ordem de grandeza, leitura e arredondamento de números. - Problemas com as 4 operações matemáticas. - Múltiplos e Divisores - MMC e MDC - Números Primos - Geometria: esfera, cone, cilindro e poliedros. - Vértice, fase e aresta. - Plano Cartesiano. - Problemas com frações - Problemas com números decimais. - Porcentagem. - Quilometro, metro, decímetro e centímetro e milímetro. - Tonelada, quilograma e grama - Litro e mililitro. - Medidas de temperatura - Área - Volume. 	<ul style="list-style-type: none"> - Numeração Decimal - Operações matemáticas - Números primos - Múltiplo - Divisor - Geometria plana e geometria não plana - Plano Cartesiano e Coordenadas - Grandezas e Medidas - Área e Volume

e volume.	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver problemas que envolvam números decimais. - Resolver problemas que envolvam porcentagem. - Utilizar as grandezas e medidas aplicadas à vida cotidiana. - Efetuar cálculos da área e do volume dos objetos.
-----------	---

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA - 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer relações sociais respeitosa com a família, os vizinhos e a comunidade escolar; - Desenvolver a sensibilidade nas relações sociais de respeito ao próximo, ao meio e a si próprio; - Desenvolver a percepção de espacialização e localização; - Perceber os diferentes tipos de paisagem bem como suas transformações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e respeitar as diferenças étnicas e de gênero; - Reconhecer e preservar o lugar em que se encontra inserido; - Identificar sinais de trânsito; - Conhecer as diferentes paisagens do local em que vive; - Localizar-se de forma autônoma nos espaços de seu cotidiano; - Representar graficamente as paisagens naturais e humanizadas; - Identificar as transformações provocadas na paisagem pela ação humana. 	<ul style="list-style-type: none"> - O espaço vivido; - Eu, meus amigos: somos diferentes e iguais <i>Relação de vizinhança; Os grupos sociais</i> - A casa: meu lugar e de meus familiares <i>Vamos conhecer minha família; Conhecendo o espaço da minha casa; A rua de minha casa</i> - A escola: espaço de convivência com meus colegas <i>Conhecendo o espaço da minha escola; A rua de minha escola;</i> - Os meios de transporte me levam de um lugar para outro <i>Sinalização de trânsito; Educação no trânsito</i> - A paisagem de minha rua - A paisagem do caminho da escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Natureza; - Sociedade; - Paisagem; - Moradia; - Preservação. - Espaço; - Lugar; - Localização; - Distância; - Transporte.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os diferentes tipos de moradias; - Reconhecer e respeitar os diferentes profissionais; - Utilizar imagens para diferenciação de paisagens; - Reconhecer a ação do homem sobre as paisagens; - Comunicar-se utilizando a linguagem cartográfica; - Desenvolver atitudes de respeito e preservação do meio ambiente; - Reconhecer os diferentes elementos da paisagem; - Reconhecer a importância de uma atitude responsável para a manutenção e preservação da natureza. - Adquirir noções dos referenciais espaciais de localização, orientação e distância, no seu cotidiano, para deslocar-se com autonomia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as diferentes paisagens naturais do local em que vive. - Representar e diferenciar os paisagens; - Conhecer as transformações provocadas na paisagem pela natureza; - Realizar atitudes de respeito e preservação da paisagem natural e humanizada; - Evitar desperdício dos recursos naturais e depredação patrimônio público; - Identificar sinais de orientação de localização; - Desenvolver atitudes de respeito no trânsito; - Localizar-se de forma autônoma nos espaços de seu cotidiano; - Utilizar as noções de cartografia para localizar-se e orientar-se. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecendo as moradias: meu lugar <i>Construções da moradia; Materiais e profissionais</i> - A moradia por dentro e os tipos de moradias - Espaço escolar: também é meu lugar <i>Reconhecimento e relação das partes da escola; Quem trabalha na escola</i> - Eu e os meus coleguinhos: somos diferentes e iguais; - Representação cartográfica da casa e da escola - Espaço comunitário: meu lugar é maior - Representação cartográfica (caminho percorrido da casa para a escola e vice versa) - A paisagem das ruas <i>Ação do homem e transformação da paisagem;</i> - Usos das ruas: veículos e pedestres <i>Educação no trânsito;</i> - Conhecendo os elementos das paisagens (montanhas, praias, rios, cidade e campo) - Como está o tempo hoje? 	<ul style="list-style-type: none"> - Natureza; - Paisagem; - Meio ambiente; - Moradia; - Construção. - Desperdício; - Preservação. - Espaço; - Orientação; - Localização; - Distância; - Trânsito;

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a diferença e relação entre cidade e município; - Identificar o bairro como espaço de convivência e formação das cidades grandes; - Diante dos diferentes meios de transporte, identificar aqueles socialmente e ambientalmente mais adequados; - Reconhecer as diferentes condições de moradias; - Orientar-se e localizar pontos utilizando os pontos cardiais; - Reconhecer, valorizar e respeitar os modos de vida de diferentes grupos sociais e étnicos; - Desenvolver atitudes responsáveis para a manutenção e preservação da natureza; - Estabelecer a relação entre espaço urbano e rural; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver atitudes de respeito a boa convivência no bairro; - Reconhecer o bairro como espaço de convivência e formação das cidades grandes; - Ler corretamente os sinais de trânsito; - Conhecer as consequências das transformações da natureza causadas pelas ações humanas. - Ler e interpretar imagens rurais e urbanas; - Identificar os modos de vida dos diferentes grupos sociais; - Evitar o desperdício de recursos naturais; - Desenvolver ações de preservação da natureza; - Desenvolver atitudes de respeito e valorização das comunidades indígenas e quilombolas de Sergipe; - Usar os elementos da cartografia para representar e interpretar informações sobre os espaços; - Realizar a leitura de mapas políticos, Atlas e globo terrestre. 	<ul style="list-style-type: none"> - O município e a cidade - Espaço comunitário - <i>O bairro: localização e funções</i> - <i>A paisagem do bairro: infraestrutura e economia - comércio, indústria, prestação de serviços e serviços públicos;</i> - Meios de transporte e comunicação e os problemas existentes - <i>O trânsito: sinais, respeito e cidadania</i> - Meio ambiente do meu bairro: preservação e reciclagem como meio de subsistência - Espaço urbano e espaço rural - <i>As condições de moradia; Observação e descrição dos elementos das paisagens, comparação entre os espaços.</i> - A transformação da paisagem - Relação das sociedades indígenas e quilombolas com o meio ambiente. - Relação sociedade e meio ambiente das comunidades indígenas e quilombolas de Sergipe - Noções de orientação e localização - <i>Pontos cardeais</i> - <i>Pontos de referência</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidade - Rural - Urbano - Transporte; - Etnia; - Sociedade; - Paisagem natural. - Preservação; - Saneamento básico; - Qualidade de vida; - Sinalização; - Espaço; - Orientação; - Localização.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 4º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as características do campo brasileiro; - Estabelecer a diferença entre espaço rural e urbano; - Perceber a relação campo cidade como espaços interdependentes; - Conhecer e valorizar o patrimônio social e ambiental do estado de Sergipe; - Reconhecer os fenômenos climáticos, relevo e vegetação como dimensões importantes do meio natural. - Compreender a importância do uso do saber geográfico. - Compreender que os homens constroem, de forma coletiva e neste processo produzem o Espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o estado e o município como um recorte espacial político-administrativo artificial. - Compreender os problemas que permeiam o campo e as cidades brasileiras; - Reconhecer os limites e possibilidade socioambientais de Sergipe; - Identificar no mapa mundi e na representação espacial do continente americano o Brasil, o Nordeste, o estado de Sergipe. - Identificar os elementos que caracterizam a diversidade étnica brasileira, particularmente a sergipana; - Identificar os fenômenos climáticos relevo e vegetação 	<ul style="list-style-type: none"> - Município, limite e administração - Atividades econômicas no campo - Terra e trabalho no campo - <i>Nem todos têm terra; Finalidade da terra</i> - Espaço urbano e rural - <i>Produção do espaço rural e urbano</i> - Atividades econômicas desenvolvidas na zona urbana - Relação campo cidade: diferentes e complementares - <i>Migração campo cidade e problemas sociais</i> - O espaço rural e urbano do meu município - Localizando meu município em Sergipe e no Brasil - Fronteiras e limites do Estado de Sergipe - <i>Meios de transporte e comunicação;</i> - Relevo, clima, vegetação e hidrografia - Sergipe, natureza, sociedade e problemas socioambientais - Introdução a orientação e localização - <i>Pontos internacionais de orientação</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado; - Cidade; - Município; - Fronteira; - Economia; - Fronteira e limite; - País; - Natureza; - Território; - Paisagem; - Relevo; - Clima; - Vegetação; - Hidrografia;

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 5º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar Espaço, Território Região Estado e Município. - Compreender os movimentos migratórios a partir das questões sociopolíticas; - Conhecer os limites e potencialidades naturais e sociais do Brasil; - Perceber a necessidade de práticas políticas e ambientais adequadas para o desenvolvimento de uma sociedade socioambiental sustentável; - Elaborar textos críticos a respeito da produção/organização do espaço brasileiro e sergipano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar a linguagem cartográfica como meio de orientação e localização; - Identificar o estado, o município e a região como um recorte espacial político-administrativo artificial; - Ler e interpretar os principais elementos que constituem uma planta e/ou um mapa; - Identificar no mapa mundi e na representação espacial do continente americano o Brasil, o Nordeste, o estado de Sergipe; - Respeitar e valorizar a diversidade étnico-cultural sergipana; - Identificar os elementos que caracterizam a diversidade étnica brasileira, ressaltando aqueles que constituem a base da nossa identidade; - Comparar os traços sócio-culturais que nos fazem sergipanos e brasileiros com aqueles existentes em outros estados e outros países; - Identificar os fenômenos climáticos, relevo e vegetação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Terra: localização, movimentos e continentes; - <i>Noções introdutórias de Sistema de Posicionamento Global – GPS;</i> - O território Brasileiro na América; - Brasil: clima e vegetação; - Brasil: relevo e hidrografia; - Relação sociedade natureza no Brasil; - O Brasil e suas regiões; - Distribuição da população e diversidade étnico-cultural brasileira; - A população: movimentos, questões econômicas, culturais e sociais frente ao processo de globalização; - Brasil e as Relações com Mercosul - Sergipe, o nosso estado. - <i>Os municípios</i> - Sergipe: economia, sociedade e natureza - <i>Distribuição populacional e diversidade étnico-cultural de Sergipe; Condições de vida e cidadania</i> - As condições sociais da comunidade Xokó 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado; - Cidade; - Identidade; - País; - Região; - Cultura; - Natureza; - Etnia; - Migração; - Continente; - Território; - Relevo; - Clima; - Vegetação; - Hidrografia; - Cidadania.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o que é um mapa e para que serve. - Reconhecer os principais elementos que compõem a sua comunidade. - Reconhecer as principais instituições da vida comunitária - Reconhecer os valores necessários a uma boa convivência em comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Situar no mapa de Sergipe a cidade e em que vive, e as demais cidades vizinhas. - Identificar os principais elementos que compõem a sua comunidade. - Identificar os principais instituições da vida comunitária - Identificar a organização familiar e a função desempenhada por cada membro da família - Identificar os valores necessários a uma boa convivência. - Conhecer a história e a organização da sua escola; - Localizar a sua escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Minha cidade - Meu bairro - Minha comunidade - Minha escola - Minha família - <i>Organização; Valores. (confiança, honestidade, solidariedade).</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade - Família - Valores - Escola

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL –HISTÓRIA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar o passar do tempo com as etapas da vida. - Relacionar o passar do tempo com as mudanças em sua comunidade - Reconhecer a diversidade de organização familiar. - Reconhecer as diversas profissões existentes em seu contexto social. - Reconhecer os grupos étnicos formadores do povo brasileiro e valorizar nossa diversidade étnica e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as mudanças ocorridas ao longo do tempo e compreender o conceito de passado, presente e futuro. - Identificar as diversas formas de organização familiar existentes; - Identificar as diversas profissões existentes na comunidade - Identificar os grupos étnicos formadores do povo brasileiro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Presente - Passado - Futuro - A infância, a adolescência e a vida adulta. - Organização familiar - Profissões - Diversidade étnica e cultural: negros, índios e brancos. - Os indígenas Xokó em Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identidade - História - Mudança - Tempo - Passado - Presente - Futuro - Trabalho; - Comunidade. - Diversidade - Etnia - Cultura

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL –HISTÓRIA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as medidas do tempo: dia, mês, ano, década, século. - Compreender a escala do tempo histórico. - Reconhecer os principais acontecimentos relacionados à história da sua cidade e do estado de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os principais acontecimentos relacionados à história da sua cidade e do seu estado. - Identificar e utilizar corretamente as medidas de tempo: dia, mês, ano, década, século. - Utilizar corretamente o calendário. - Identificar as transformações ocorridas em sua cidade, com o passar do tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como estabelecer uma data: dia, mês, ano. - O calendário - A Década e o Século - A fundação da sua cidade. - Os primeiros habitantes de Sergipe: quem eram e como viviam. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo - Acontecimento - Etnia - Cultura

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – 4º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Discutir a ideia de mudança como fenômeno intrínseco à história. - Estabelecer as etapas da História do Brasil - Reconhecer os principais fatos relacionados a história do Brasil Colônia. - Compreender o conceito de Colônia - Reconhecer as principais formas de trabalho existentes na economia colonial. - Compreender o conceito de escravidão e sua relação com o racismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observar como, ao longo do tempo, as condições materiais e sociais assumem formas distintas - Identificar as etapas da História do Brasil - Reconhecer os principais fatos relacionados a História do Brasil Colônia. - Reconhecer os principais fatos relacionados a História do Brasil Colônia. - Identificar as principais formas de trabalho existentes na economia colonial - Relacionar a escravidão com o preconceito contra negros e índios. - Identificar as manifestações culturais dos negros, dos índios e dos brancos. - Identificar na cultura brasileira elementos da cultura africana, indígena e europeia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos da vida material e suas transformações. - Etapas da História do Brasil - O Brasil antes dos portugueses: os primeiros habitantes do Brasil. - A chegada dos portugueses ao Brasil - Os portugueses ocupam o Brasil: a fundação da colônia. - A agricultura colonial: trabalho escravo e trabalho livre - O trabalho escravo e a desvalorização social dos negros e dos índios. - As diversas formas de resistência ao trabalho escravo - As manifestações culturais dos negros e dos brancos. - A cultura brasileira e os elementos da cultura africana, indígena e europeia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vida material - Colônia - Agricultura - Trabalho Escravo - Resistência - Cultura

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – 5º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a escala de tempo histórico. - Compreender a relação entre o fato histórico e o tempo. - Compreender o funcionamento do calendário cristão. - Compreender a relação entre Portugal e o Brasil na época colonial através dos conceitos de Colônia e Metrópole - Compreender as principais atividades econômicas do período colonial. - Compreender a implantação do trabalho escravo na economia colonial. - Compreender o significado do termo preconceito racial. - Compreender o conceito de escravidão e sua relação com preconceito racial. - Compreender a relação entre arte e religião no período colonial. - Compreender a relação entre arte e religião no período colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Situar os acontecimentos no tempo. - Utilizar as medidas e a escala de tempo histórico, dentro do Calendário cristão. - Identificar as principais instituições políticas e administrativas que possibilitavam o domínio português sobre o Brasil. - Identificar as principais características do Barroco colonial. - Compreender a relação entre arte e religião no período colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> - A Década, o Século, o Milênio - A datação dos acontecimentos - A contagem dos séculos no calendário cristão. - Características das instituições políticas e administrativas do Brasil Colônia: tipos de governo. - O binômio Colônia-Metrópole. - As cidades mais antigas do Brasil - A agricultura, o comércio e o extrativismo na época colonial. - O trabalho e os trabalhadores na época colonial. - O trabalho escravo e a desvalorização social dos negros e dos índios. - O Barroco Colonial. - Manifestações artísticas do Brasil colônia: arquitetura, pintura, escultura, poesia e literatura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo - Acontecimento - Governo - Colônia - Metrópole - Agricultura - Comércio - Extrativismo - Barroco Colonial - Religião e Religiosidade - Gêneros literários.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 1º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para a paz mundial. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Perceber o papel mobilizador que a cultura religiosa desempenha nas relações humanas. - Reconhecer a família como uma instituição social essencial para existência. - Refletir sobre a existência humana e os cuidados com os ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver atitudes de afetividades coerentes que levem o estudante a compreender o sentido da vida e a importância da convivência com o outro. - Reconhecer as culturas religiosas presentes na comunidade local. - Desenvolver atitudes respeitosas consigo e com o outro. - Identificar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. - Conhecer deveres e direitos dos indivíduos nas relações cotidianas. - Conhecer as diferentes organizações familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Minha identidade: <i>Características do sujeito a partir do gosto, desejos, sonhos, outros; O Eu e o Outro no grupo social; educando/educadores; constituindo novas identidades; Particularidades dos indivíduos na constituição dos grupos sociais.</i> - Eu e a realidade social (família/escola) - A visão e família segundo as tradições religiosas e as várias formas de organização familiar e seu papel na manutenção da vida do educando, tanto material como afetiva; - Relações afetivas no cotidiano - Ações coletivas ou individuais no cotidiano familiar 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião - Família - Afetividade - Respeito - Felicidade - Sinceridade - Honestidade - Dignidade - Solidariedade - Confiança - Deveres - Direitos - Valores - Diversidade

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 2º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para a paz mundial. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Avaliar as aproximações e os distanciamentos entre as religiões da atualidade. - Perceber a prática religiosa como uma ação cultural. - Perceber a família “padrão” como uma construção social. - Refletir sobre a existência humana e os cuidados com os ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver atitudes de afetividades coerentes que levem o estudante a compreender o sentido da vida e a importância da convivência respeitosa com o outro. - Reconhecer as culturas religiosas presentes na comunidade local. - Identificar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. - Reconhecer a função da hierarquia nas instituições sociais como mecanismo de poder. - Conhecer deveres e direitos dos indivíduos de acordo com a instituição social. - Conhecer as manifestações religiosas das culturas indígena e africana. - Conhecer as diferentes organizações familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> - O que é religião? - O papel da religião na nossa vida. - Somos todos da mesma religião? - Manifestações religiosas afrobrasileira e indígena. - Valores morais e éticos. - Manifestações religiosas do povo Xokó - Valores e regras na sociedade: <i>Valores e regras na família; Valores e regras na escola; Valores e regras na comunidade.</i> - Organizações familiares. - Organização e convivência escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião - Felicidade - Sinceridade - Respeito - Honestidade - Dignidade - Solidariedade - Compromisso - Hierarquia - Deveres - Direitos - Valores - Diversidade

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 3º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o significado da religião. - Compreender a religião enquanto um sistema de controle social. - Respeitar as tradições religiosa nacionais e locais. - Reconhecer as diferentes formas de expressão de fé bem como os símbolos utilizados nesta manifestação. - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para a paz e respeito à diversidade. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Respeitar as manifestações religiosas do povo Xokó e comunidades quilombolas de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar na comunidade as diferentes manifestações religiosas. - Identificar as formas de controle social desenvolvido pelas diferentes religiões. - Desenvolver atitudes de respeito as diferenças e a diversidade. - Aplicar regras de convivência que facilitem as relações sociais. - Conhecer e executar ações que colaborem com a promoção do respeito à diversidade. - Reconhecer e adotar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. - Conhecer as diferentes organizações familiares. - Identificar e compreender a importância as manifestações religiosas das comunidades indígenas e quilombolas de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vamos compreender mais o que é religião: <i>O que é religião?</i> <i>Porque as pessoas praticam uma religião?</i> - Papel da religião e o controle religioso sobre a vida das pessoas; - As tradições religiosas das comunidades locais; - Manifestações religiosas significativas praticadas pelos diferentes grupos sociais; - Identificando a diversidade religiosa brasileira; - Identificação dos símbolos mais importante de cada tradição religiosa; - Ritos e festas religiosas no Brasil e em Sergipe; - Manifestações religiosas do povo Xokó e comunidades quilombolas de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião - Rito - Cultura - Tradição - Sincretismo - Fé - Crença - Diversidade - Harmonia - Fraternidade - Respeito - Sinceridade - Respeito - Honestidade - Dignidade - Hierarquia - Diversidade - Valores

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 4º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a religião como uma construção social. - Compreender a relação entre as manifestações mitológicas e religiosas. - Respeitar as diversidades religiosas. - Reconhecer a discriminação entre os gêneros nas atividades/rituais religiosos. - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para o respeito à diversidade de pensamento. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Compreender as diferentes visões das religiões sobre o amor, o ódio, a vida, a natureza, sexualidade, honestidade e riqueza. 	<ul style="list-style-type: none"> - O compreender o que é e como se estabelece um mito. - Entender o que é mito e religião. - Identificar o papel do homem e da mulher nas diferentes religiões. - Desenvolver atitudes de respeito as diferenças e a diversidade. - Identificar as funções ocupadas por homens e mulheres nas diversas religiões. - Aplicar regras de convivência que facilitem as relações sociais. - Identificar, problematizar e contextualizar os símbolos e os rituais que caracterizam as religiões. - Perceber a visão da diferentes religiões sobre o amor, ódio, morte, vida, natureza, honestidade e riqueza. - Reconhecer e adotar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundando o conhecimento sobre religião: <i>O que é mito?</i> <i>O que é religião?</i> - A construção mitológica e histórica das manifestações religiosas; - Entendendo a diversidade e as diferenças. - O papel dos homens e das mulheres nas atividades/rituais sociais religiosas; - A visão religiosa sobre os seres humanos e a violência; - A visão das diferentes religiões sobre: amor, ódio, morte, vida, natureza, sexualidade, honestidade e riqueza. - Relembrando a importância dos valores morais e éticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mito - Religião - Gênero - Subordinação - Violência simbólica - Diversidade - Afetividade - Respeito - Paz - Honestidade - Dignidade - Solidariedade - Confiança - Hierarquia - Discriminação - Preconceitos - Deveres - Direitos - Valores

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 5º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a origem do universo e do homem segundo a visão religiosa e científica. - Perceber as manifestações religiosas a partir da dimensão histórica. - Entender a vida e a morte enquanto ciclos biológicos para ciência e místico para as diferentes religiões. - Compreender, valorizar e respeitar os preceitos religiosos de cada indivíduo. - Entender a sexualidade como uma construção socialmente instituída. - Compreender a importância de adotar valores vinculados à preservação da vida. - Respeitar a diversidade. - Romper com as formas de discriminação e preconceito sexuais, étnicos e religiosos. - Ter atitudes que não partam do preconceito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a origem científica e religiosa do mundo e do homem. - Compreender a religião, a religiosidade enquanto uma manifestação cultural historicamente construída. - Compreender o ciclo da vida. - Valorizar as identidades religiosas e sua unidade e diversidade de crenças. - Respeitar as opções sexuais dos indivíduos. - Praticar atitudes que promovam a saúde e o bem estar. - Desenvolver atitudes de respeito a vida individual e coletiva. - Reconhecer a violência, em todas as suas formas de existência, como atitudes que colaboram para a desestruturação da família e da sociedade. - Pesquisar meios que favoreçam a preservação da vida no planeta. 	<ul style="list-style-type: none"> - História da criação do mundo e do homem segundo as tradições religiosas e científicas; - A história e a construção da identidade religiosa enquanto manifestação cultural e sua função social. - O sentido da vida e da morte para as diferentes religiões; - Amigos, grupos, amizade e influência nas escolhas e decisões. - Valores morais e éticos. - Discriminação e preconceitos. - A visão da sexualidade e do sexo para as diferentes religiões. - Discriminação vinculadas as questões de gênero, de poder econômico, de etnia, e crenças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Família - Escola - Igreja - Valores - DST - Gravidez - Sexualidade - Drogas - Saúde - Vida - Natureza - Cidadania - Fraternidade - Oportunidade - Inclusão Social - Consumo - Pirataria - Legalidade - Verdade - Confiança

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ÉTICA E CIDADANIA – 4º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos de Igualdade e Desigualdade. - Compreender a relação entre Igualdade e Justiça. - Adotar atitudes de respeito às diferenças entre as pessoas. - Compreender a diferença entre o Público e o Privado. - Compreender o conceito de Espaço Público. - Compreender o conceito de Lei. - Compreender os valores necessários ao convívio em sociedade - Compreender o conceito de Direitos do Homem - Compreender os conceitos de Criança e de Adolescente - Conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). - Compreender a definição de Tributo e suas finalidades sociais. - Estabelecer a relação entre Direitos e Deveres do contribuinte. - Compreender o conceito de Orçamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar situações de igualdade e desigualdade - Reconhecer situações em que a igualdade jurídica representa Justiça. - Identificar e respeitar as diferenças de gênero, etnia e sexualidade. - Identificar no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação, honestidade e tolerância. - Identificar espaços públicos e espaços privados. - Identificar a escola como espaço público. - Conhecer e compreender as normas escolares que definem deveres e direitos de cada membro da comunidade escolar. - Reconhecer a relação entre Direitos e Deveres. - Conhecer a Declaração de Direitos do Homem. - Identificar as situações adequadas para o uso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). - Identificar os principais Tributos e suas finalidades e vinculações institucionais. - Conhecer o conceito de contribuinte, seus Direitos e Deveres. - Estabelecer o próprio Orçamento doméstico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Igualdade e Desigualdade - A Justiça e as Leis - Igualdade Jurídica. - Igualdade Social - Diferenças entre as pessoas (gênero, etnia, sexualidade) - Valores (solidariedade, cooperação, honestidade e tolerância) - Espaços Públicos e Privados - A Lei - Regimento Escolar - Relação entre Direitos e Deveres. - Declaração de Direitos do Homem - ECA - Principais Tributos: Imposto sobre a Renda, ICMS, ISS, IPTU, IPVA, IPI. - O contribuinte: Direitos e Deveres. - Orçamento Público e Orçamento Doméstico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça - Igualdade Jurídica - Igualdade Social - Solidariedade - Cooperação - Honestidade - Tolerância - Pluralidade - Discriminação - Lei - Estatuto - Criança - Adolescente - Espaço Público - Espaço Privado - Direito - Dever - Declaração de Direitos - Tributos - Contribuinte. - Orçamento

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ÉTICA E CIDADANIA – 5º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS				
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de Violência. - Reconhecer os aspectos negativos e desagregadores da Violência. - Compreender o conceito de Crime contra a Lei e reconhecer situações de crime. - Conhecer a Lei Maria da Penha - Conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente. - Compreender o conceito de Idoso - Conhecer o Estatuto do Idoso. - Compreender o Conceito de Drogas. - Reconhecer a relação entre Drogas, Violência e o Crime. - Compreender o conceito de Cidadania. - Compreender a importância dos documentos que todos devem ter, para serem reconhecidos como cidadãos. - Compreender a vida escolar como participação no espaço público - Compreender o conceito de Comunidade e Bem Comum. - Compreender a necessidade de apropriar-se das normas de condutas instituídas pela sociedade - Compreender a necessidade da construção de valores individuais e coletivos para o convívio em sociedade - Assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar situações de Violência. - Identificar situações de Crime contra a Lei. - Reconhecer os crimes contra o meio ambiente, a criança, o adolescente, o idoso, e os crimes raciais - Identificar a criança, o adolescente e o idoso. - Identificar as situações adequadas para o uso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para o uso da Lei Maria da Penha, para o uso do Estatuto do Idoso. - Identificar situações de uso indevido de Drogas. - Identificar situações em que a Droga favorece o uso da Violência e do Crime. - Identificar atitudes cidadãs. - Identificar informações que podem ser extraídas do Registro Civil, Registro Geral, Carteira de Trabalho e Carteira de Habilitação de Motorista. - Reconhecer a escola como espaço público necessário à construção de uma escola democrática e solidária. - Conhecer e compreender a necessidade das normas escolares que definem deveres e direitos dos agentes da instituição - Usar e valorizar do diálogo como instrumento para esclarecer conflitos - Reconhecer normas de condutas instituídas pela comunidade e/ou sociedade - Reconhecer e respeitar os direitos individuais e coletivos - Assumir atitudes de liderança mediante trabalho em grupo - Conhecer e respeitar os diversos ambientes institucionais. - Conhecer o ambiente escolar, estabelecendo as diferenças e 	<ul style="list-style-type: none"> - Violência física e simbólica - A Lei e o Crime - Crime contra o meio ambiente, a mulher, e a criança. - Crimes raciais - Criança, Adolescente, idoso - Lei Maria da Penha - Estatuto da Criança e do Adolescente - Estatuto do Idoso - Drogas lícitas e ilícitas - Registro Civil (certidão de nascimento) - Registro Geral (carteira de identidade) - Carteira de Trabalho - Carteira de Habilitação da Motorista. - O que é uma Comunidade. - A função da Escola - O respeito às regras de funcionamento o da Escola: o Regimento Escolar. - As instituições e suas Normas de Conduta. - Valores: o diálogo e o respeito ao próximo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça - Leis - Crime - Violência física - Violência Simbólica - Drogas - Desagregação - Estatuto - Criança - Adolescente - Idoso - Cidadania - Escola - Participação - Bem Público - Sociedade - Democracia - Solidariedade - Conflito - Diálogo - Instituição Leis - Direitos - Deveres - Normas - Instituição - Atitude - Respeito - Imagem - Comunidade - Respeito - Imagem - Confiança - Escolha - Legitimação - Normas - Comunidade - Individualidade e Coletividade - Atitude - Liderança - Grupo - Juízo de Valor - Meio Ambiente - Desenvolvimen to Sustentável - Água - Ar - Solo - Racionalidade - Recursos - Consumo e 	<ul style="list-style-type: none"> - pontos de vista e aspectos de cada situação - Compreender a Educação Ambiental como condição importante para o desenvolvimento sustentável - Compreender o consumo como fator que contribui para conservação do meio ambiente - Compreender a necessidade da construção de valores individuais e coletivos para o convívio em sociedade - Compreender a Educação Ambiental como condição importante para o desenvolvimento sustentável - Compreender o consumo como fator que contribui para conservação do meio ambiente - Conhecer seus direitos e deveres inseridos no ECA. - Compreender o Sistema de Garantias e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGD - Compreender os conceitos de violência - Conhecer as possibilidades de prevenção e enfrentamento à violência - Compreender a necessidade do diálogo construtivo para tomada de decisões - Compreender os símbolos nacionais como parte integrante de um processo histórico de construção do sentido de nação. Reconhecer a criação dos símbolos nacionais como parte de uma política de construção de uma identidade e de pertencimento nacional 	<ul style="list-style-type: none"> - semelhanças com seu ambiente de origem - Desenvolver a percepção da importância da água, do ar e do solo, sensibilizando os alunos para o uso racional desses recursos. - Identificar situações de consumo sustentável. - Reconhecer normas de condutas instituídas pela comunidade - Reconhecer e respeitar os direitos individuais e coletivos - Conhecer e respeitar os diversos ambientes - Conhecer o ambiente escolar, estabelecendo as diferenças e semelhanças com seu ambiente de origem - Desenvolver a percepção da importância da água, do ar e do solo, sensibilizando os alunos para o uso racional desses recursos. - Reconhecer experiências diferenciadas de Educação Ambiental como iniciativas ao aluno - Identificar situações de consumo sustentável - Reconhecer seus direitos e deveres na sociedade - Reconhecer os integrantes do SGD e suas atribuições - Reconhecer o papel do Conselho Tutelar na rede de proteção - Identificar os tipos de violência doméstica suas origens e consequências. - Reconhecer a violação dos seus direitos - Reconhecer e utilizar os meios de prevenção e enfrentamento - Exercitar a habilidade social de expressão de pensamentos e sentimentos em uma situação conflitiva - Identificar os símbolos nacionais como marcas de identidade nacional. Distinguir dentre os símbolos mundiais aqueles que pertencem a identidade nacional brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Noções introdutórias à construção da identidade nacional e local, e cidadania, a partir dos Símbolos nacionais e locais: Bandeira do Estado, Bandeira Nacional, Selo Nacional; Armas Nacionais; Hino Nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade e - Respeito - Imagem - Confiança - Escolha - Legitimação - Normas - Comunidade - Individualidade e Coletividade - Meio Ambiente - Desenvolvimen to Sustentável - Água - Ar - Solo - Racionalidade - Recursos - Consumo e Sustentabilidade - Direito - Dever - Sociedade - Instituição - SGD - Conselho Tutelar - Proteção - Violência - Consequência - Prevenção - Violação - Direitos - Enfrentamento - Possibilidades - Meios - Habilidade - Comunicação - Pensamento - Sentimento - Conflitos - Diálogo

7.2. ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

7.2.1. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Língua Portuguesa

Retomar a história do ensino da Língua Portuguesa nos parece importante porque esclarece a prática atual, assim como, aponta aspectos a serem ultrapassados.

Dados históricos afirmam que a Língua Portuguesa passou a fazer parte do currículo escolar brasileiro no final do século XIX, com as disciplinas Retórica e Poética, esta abrangendo a Literatura a partir de 1838, posteriormente denominada de Português. Em 1871 foi criado o cargo de “professor de Português”, por decreto imperial. Nesse contexto, a instrução escolar visava, sobretudo, à catequização e à manutenção do controle dos colonizados. É o que nos afirma Villalta (2004) ao dizer que o ensino era retórico, imitativo e elitista, uma educação sobremaneira reprodutivista, com reflexo em todas as outras disciplinas.

A necessidade de superar a precariedade da instrução escolar faz surgir princípios teóricos que modificariam esse quadro eminentemente reprodutor. A partir de 1980, linguistas vêm pesquisando acerca da Língua Portuguesa, assumindo uma nova postura que defende o respeito ao modo de usar a língua dos diferentes sujeitos e nos diferentes contextos, enfatizando o ensino de variedades linguísticas (MEC/SEMTEC, 2006)

O ensino da língua assim concebido pressupõe essencialmente um novo conteúdo, como também, uma nova metodologia. E a leitura, a produção de textos e os usos da língua para o Ensino Médio devem caminhar para um encontro de sujeitos que saibam lidar com textos nas diversas situações de interação social. É essa habilidade de interagir linguisticamente por meio de textos, nas situações de produção e recepção de sentidos em que circulam socialmente, que permite a construção de sentidos desenvolvendo a competência discursiva e promovendo o letramento.

Geraldi (1985) afirma que não significa aprender a norma culta como um saber historicamente pronto e nem substituir a variedade linguística que o aluno já domina em suas relações cotidianas por outras. É preciso que os processos interlocutivos possibilitem o confronto entre as variedades, emergindo desse diálogo novas formas linguísticas.

No que concerne à Literatura, desde os tempos em que o homem começou a estudar a produção de sua arte, a questão sobre concepção e função da Literatura tem sido assunto de muitas controvérsias. Durante o processo de evolução cultural do homem, muito se tem discutido a respeito do assunto. Sabe-se, pois, que, em cada época literária, são atribuídas à Literatura natureza e funções distintas, conforme a realidade cultural e, portanto, social, do contexto onde está inserida.

Percebe-se, portanto, que algumas acepções são concebidas à luz dos múltiplos olhares lançados, historicamente, sobre a palavra literatura e seu campo de atuação, desde seu aparecimento na cultura socialmente produzida pela humanidade. É o que nos apresenta Brandão (2009) ao colocar que as definições vão dando consistência ao movimento do conceito de literatura, à medida que as teorias vão sendo elaboradas, reelaboradas e aceitas e isso se dá de acordo com o processo de transformação vivido em cada época da construção do conhecimento humano.

Assim como no ensino da Língua Portuguesa, também em relação ao ensino da Literatura, faz-se necessário a superação de paradigmas. Na atualidade a *Literatura “é percebida como possibilidade de validar a leitura numa prática capaz de promover a renovação e a criticidade diante do mundo real, evidenciando, por meio da visão artística, os textos, o caráter subversivo da Literatura, ao formar cidadãos mais críticos”*. (Menezes, 2007)

Dessa forma, é necessário romper com a velha historiografia literária, presa a dados biográficos e às características de uma determinada escola. Nesse sentido, é necessário deslocar o foco do estudo tanto para a especificidade do discurso literário quanto para o contexto de sua produção, permitindo, dessa forma, uma maneira singular de desenvolvimento da compreensão e formulação de imagens, produzidas pela palavra, por meio do diálogo entre significados socialmente estabelecidos, o potencial de cada signo e de seus sentidos inseridos em contextos.

Para OSAKABE (2004) a Literatura não deve ser tratada como um conteúdo, mas como apropriação de uma linguagem, pois ela não constitui um conjunto de

conteúdos assimiláveis, mas, sobretudo um campo que apela à subjetividade, à intuição e à sensibilidade. Dessa forma, ela não se prende a normas tradicionalmente ou a conceitos pré-determinados, mas, como nos afirma Morin in Coelho (2000, p. 24) “a literatura é um mundo aberto ao mesmo tempo às múltiplas reflexões sobre a história do mundo, sobre as ciências naturais, sobre os princípios éticos, sobre a política, economia, sociologia...”.

É necessário, portanto, tomar a linguagem em suas diferentes manifestações. Uma dessas formas evidencia-se por meio da Literatura que não necessita de regras de estruturação. Para se fazer compreender o autor é livre para criar e escolher uma estrutura particular, que lhe proporcione uma clara expressão de seus sentimentos e ideias, assim como, ao leitor, facultará uma leitura aberta, sem determinismos e interpretações prontas (BARTHES, 1970)

Estabelecer os conhecimentos, as habilidades e competências a serem adquiridos pelos alunos na educação básica, bem como as metas a serem alcançadas pelo professor a cada ano, é uma condição indispensável para o sucesso de todo sistema escolar que pretenda oferecer uma educação de qualidade social. Essa proposta está respaldada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) onde apresenta a Língua Portuguesa como constitutiva da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Maria de Fátima Lopes de Menezes
Marcos André de Souza



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Reconhecer a língua como um mecanismo de aquisição da cidadania plena e de integração social.	- Identificar as variedades linguísticas da língua, reconhecendo o seu devido valor, rejeitando preconceitos.	- Leitura e interpretação de textos	- Descrição - Narração a) Antologias; b) Contos; c) Fábulas; d) Apólogos; e) Poemas; f) Crônicas; g) Cordéis.
- Reconhecer a língua como um fenômeno de natureza histórica, cultural, social e em constante evolução.	- Ler textos de diferentes gêneros; - Entender a intencionalidade discursiva. - Produzir textos de diferentes gêneros;	- Produção de textos	- Textos dissertativos a) Artigos de opinião; b) A notícia; c) O editorial; d) A resenha.
- Valorizar as variedades do português brasileiro como elemento de identidade cultural.	- Reconhecer as várias vozes de um texto, a partir da identificação das marcas linguísticas da enunciação.	- Ortografia	- Acentuação gráfica dos verbos - Grafia a) verbos ver / vir b) haver / existir / ter
- Apropriar-se da língua portuguesa como veículo de interação dialógica, processando diferentes tipos de mensagens nas quais os usuários devem expressar ideias de modo estruturado, coerente e claro, conforme os diferentes gêneros textuais.	- Reconhecer a finalidade e as particularidades dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente para utilização no contexto adequado. - Determinar o significado das palavras, identificando entre elas semelhanças, diferenças, oposições	- Estudo do Vocabulo e aspectos semânticos.	- Uso dos porquês - Pronomes oblíquos - Uso do dicionário. - Sentido literal e sentido figurado. - Sinônimos - Antônimos - Parônimos - Homônimos - Hiperônimos - Hipônimos - Ambiguidade.
- Desenvolver nos alunos uma interação autônoma e ativa nas situações de interlocução, leitura e produção	- Conhecer as características dos gêneros textuais, consoante o conteúdo, a	- Morfossintaxe	- Frase – oração – período (revisão); - Conjunção; - Período composto por Coordenação; - Sujeito; - Predicado;

de diferentes gêneros textuais.	construção composicional e o estilo	- Complemento nominal; - Complemento verbal; - Adjunto Adnominal; - Concordância nominal; - Concordância verbal; - Vozes verbais; - Crase
- Alcançar o significado e as conseqüências dos fatos e relacioná-los tomando como base experiências vividas e textos lidos.	- Utilizar os conhecimentos sobre as particularidades dos diferentes gêneros e modos de organização discursiva para a produção de textos, adequando-os aos diferentes contextos de produção, circulação e recepção.	
- Produzir textos orais e escritos, discernindo-os da variedade culta e não-culta.	- Entender as relações morfossintáticas, observando a sua importância para a produção de sentido	
- Dominar linguagens (verbal e não-verbal)		
- Reconhecer o caráter histórico, heterogêneo, variável e sensível do léxico aos contextos de uso, observando também as influências da cultura africana e indígena no universo vocabular..	- Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso descritivo, narrativa e dissertativo na compreensão e na produção de textos. - Organizar o texto de forma coesa, coerente, visando à organização sistemática das idéias em um texto.	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a língua como um mecanismo de aquisição da cidadania plena e de integração social. - Reconhecer a língua como um fenômeno de natureza histórica, cultural, social e em constante evolução. - Valorizar as variedades do português brasileiro como elemento de identidade cultural. - Apropriar-se da língua portuguesa como veículo de interação dialógica, processando diferentes tipos de mensagens nas quais os usuários devem expressar ideias de modo estruturado, coerente e claro, conforme os diferentes gêneros textuais. - Desenvolver nos alunos uma interação autônoma e ativa nas situações de interlocução, leitura e produção de diferentes gêneros textuais. - Alcançar o significado e as consequências dos fatos e relacioná-los tomando como base 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, em textos de diferentes gêneros, marcas de variação linguística (geográfica, histórica e sócio-cultural) que denotam o locutor e o interlocutor de um texto. - Ler textos de diferentes gêneros; - Entender a intencionalidade discursiva. - Produzir textos de diferentes gêneros; - Reconhecer as várias vozes de um texto, a partir da identificação das marcas linguísticas da enunciação. - Reconhecer a finalidade e as particularidades dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente para utilização no contexto adequado. - Conhecer as características dos gêneros textuais, consoante o conteúdo, a construção composicional e o estilo. - Utilizar os conhecimentos sobre as particularidades dos diferentes gêneros e modos de organização discursiva para a produção de textos, 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e interpretação de textos - Produção de textos - Língua formal e não formal - Ortografia - Estudo do Vocabulo e aspectos semânticos. - Morfologia - Sintaxe 	<ul style="list-style-type: none"> - Descrição - Narração <ul style="list-style-type: none"> a) História em quadrinhos; Contos; Fábulas; Apólogos; Poemas; Crônicas; Cordéis. - Argumentação <ul style="list-style-type: none"> a) Matérias jornalísticas; Panfletos turísticos. - Língua formal e não-formal <ul style="list-style-type: none"> a) Estruturas básicas; Variedade linguística. - Acentuação gráfica (revisão) - Grafia - Sufixos - Uso dos porquês - Pronomes oblíquos - Uso do dicionário. - Figuras de linguagem: <i>Comparação; Metáfora; Ironia; Hipérbole; Eufemismo; Antítese.</i> - O substantivo e seus determinantes (revisão); - Verbos e locução verbal; - Preposição; - Conjunção; - Interjeição. - Estudo da pontuação - Sujeito e núcleo - Predicado e núcleo

<ul style="list-style-type: none"> - experiências vividas e textos lidos. - Produzir textos orais e escritos, discernindo-os da variedade culta e não-culta. - Dominar linguagens (verbal e não-verbal) - Reconhecer o caráter histórico, heterogêneo, variável e sensível do léxico aos contextos de uso. 	<ul style="list-style-type: none"> - adequando-os aos diferentes contextos de produção, circulação e recepção. - Entender as relações morfossintáticas, observando a sua importância para a produção de sentido - Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso descritivo, narrativa e argumentativo na compreensão e na produção de textos. - Organizar o texto de forma coesa, coerente, visando à organização sistemática das ideias em um texto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transitividade verbal - Predicação verbal
--	--	--

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Reconhecer a língua como um mecanismo de aquisição da cidadania plena e de integração social.	- Identificar as variedades linguísticas da língua, reconhecendo o seu devido valor, rejeitando preconceitos.	- Leitura e interpretação de textos	- Descrição - Narração a) Antologias; b) Contos; c) Fábulas; d) Apólogos; e) Poemas; f) Crônicas; g) Cordéis.
- Reconhecer a língua como um fenômeno de natureza histórica, cultural, social e em constante evolução.	- Ler textos de diferentes gêneros; - Entender a intencionalidade discursiva. - Produzir textos de diferentes gêneros;	- Produção de textos	- Textos dissertativos a) Artigos de opinião; b) A notícia; c) O editorial; d) A resenha.
- Valorizar as variedades do português brasileiro como elemento de identidade cultural.	- Reconhecer as várias vozes de um texto, a partir da identificação das marcas linguísticas da enunciação.	- Ortografia	- Acentuação gráfica dos verbos - Grafia a) verbos ver / vir b) haver / existir / ter
- Apropriar-se da língua portuguesa como veículo de interação dialógica, processando diferentes tipos de mensagens nas quais os usuários devem expressar ideias de modo estruturado, coerente e claro, conforme os diferentes gêneros textuais.	- Reconhecer a finalidade e as particularidades dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente para utilização no contexto adequado. - Determinar o significado das palavras, identificando entre elas semelhanças, diferenças, oposições	- Estudo do Vocabulo e aspectos semânticos.	- Uso dos porquês - Pronomes oblíquos - Uso do dicionário. - Sentido literal e sentido figurado. - Sinônimos - Antônimos - Parônimos - Homônimos - Hiperônimos - Hipônimos - Ambiguidade.
- Desenvolver nos alunos uma interação autônoma e ativa nas situações de interlocução, leitura e produção	- Conhecer as características dos gêneros textuais, consoante o conteúdo, a	- Morfossintaxe	- Frase – oração – período (revisão); - Conjunção; - Período composto por Coordenação;

de diferentes gêneros textuais.	construção composicional e o estilo	- Sujeito; - Predicado; - Complemento nominal; - Complemento verbal; - Adjunto Adnominal; - Concordância nominal; - Concordância verbal; - Vozes verbais; - Crase
- Alcançar o significado e as consequências dos fatos e relacioná-los tomando como base experiências vividas e textos lidos.	- Utilizar os conhecimentos sobre as particularidades dos diferentes gêneros e modos de organização discursiva para a produção de textos, adequando-os aos diferentes contextos de produção, circulação e recepção.	
- Produzir textos orais e escritos, discernindo-os da variedade culta e não-culta.	- Entender as relações morfosintáticas, observando a sua importância para a produção de sentido	
- Dominar linguagens (verbal e não-verbal)		
- Reconhecer o caráter histórico, heterogêneo, variável e sensível do léxico aos contextos de uso.	- Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso descritivo, narrativa e dissertativo na compreensão e na produção de textos. - Organizar o texto de forma coesa, coerente, visando à organização sistemática das ideias em um texto.	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Reconhecer a língua como um mecanismo de aquisição da cidadania plena e de integração social.	- Formular hipóteses a respeito de texto, a partir da apresentação gráfica, do título do texto, do gênero ou tipo, do autor;	- Leitura e interpretação de textos;	- Descrição; - Narração; - Textos dissertativos;
- Reconhecer a língua como um fenômeno de natureza histórica, cultural, social e em constante evolução.	- Ler textos de diferentes gêneros;	- Intertextualidade;	- Coesão; - Coerência - A inferência; - A dedução; - Textos injuntivos;
- Valorizar as variedades do português brasileiro como elemento de identidade cultural, apontando também as nomenclaturas afro-brasileiras e indígenas como constituintes dessa identidade.	- Relacionar a linguagem não-verbal à linguagem verbal;	- Produção de textos	- Paródia; - Publicidade; - Charge; - História em quadrinhos.
- Apropriar-se da língua portuguesa como veículo de interação dialógica, processando diferentes tipos de mensagens nas quais os usuários devem expressar idéias de modo estruturado, coerente e claro, conforme os diferentes gêneros textuais.	- Inferir sentidos de um texto.	- Ortografia	- Acentuação gráfica - Grafia a) Verbos terminados em –ear e iar; b) haver / existir / fazer / ter
- Desenvolver nos alunos uma interação autônoma e ativa nas situações	- Reconhecer a finalidade e as particularidades dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente para utilização no contexto adequado.	- Estudo do Vocabulo e aspectos semânticos.	- Pronomes oblíquos
	- Determinar o significado das palavras, identificando entre elas semelhanças, diferenças, oposições	- Morfossintaxe	- Uso do dicionário. - Sentido literal e sentido figurado. - Sinônimos; - Antônimos; - Parônimos; - Homônimos; - Hiperônimos; - Hipônimos; - Ambigüidade; - Estrangeirismos;
	- Conhecer as características dos gêneros textuais,		- Frase – oração – período (revisão); - Conjunção subordinativa; - Período composto por

de interlocução, leitura e produção de diferentes gêneros textuais.	segundo o conteúdo, a construção composicional e o estilo	Subordinação; - Colocação Pronominal; - Regência nominal; - Regência verbal; - Concordância nominal; - Concordância verbal; - Vozes verbais; - Pontuação.
- Alcançar o significado e as conseqüências dos fatos e relacioná-los tomando como base experiências vividas e textos lidos.	- Utilizar os conhecimentos sobre as particularidades dos diferentes gêneros e modos de organização discursiva para a produção de textos, adequando-os aos diferentes contextos de produção, circulação e recepção.	
- Produzir textos orais e escritos, discernindo-os da variedade culta e não-culta.		
- Dominar linguagens (verbal e não-verbal)	- Entender as relações morfossintáticas, observando a sua importância para a produção de sentido	
- Reconhecer o caráter histórico, heterogêneo, variável e sensível do léxico aos contextos de uso.	- Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso descritivo, narrativo e dissertativo na compreensão e na produção de textos.	
	- Organizar o texto de forma coesa, coerente, visando à organização sistemática das idéias em um texto.	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA PORTUGUESA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver nos alunos uma interação autônoma e ativa nas situações de interlocução, leitura e produção de diferentes gêneros textuais. - Apropriar-se da língua portuguesa como veículo de interação dialógica, processando diferentes tipos de mensagens nas quais os alunos devem expressar idéias de modo estruturado, coerente e claro, conforme os diferentes gêneros textuais. - Alcançar o significado e as conseqüências dos fatos e relacioná-los tomando como base experiências vividas e textos lidos. - Usar a linguagem como instrumento de integração social. - Relacionar, na análise e compreensão do texto, informações verbais com informações procedentes de outras fontes de referência (ilustrações, fotos, gráficos, tabelas). - Identificar, no ato comunicativo, os vários elementos constituintes dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, em textos de diferentes gêneros, marcas de variação lingüística (geográfica, histórica e sócio-cultural) que denotam o locutor e o interlocutor de um texto. - Reconhecer expressões da linguagem indígena e afro-brasileira como manifestações de variedade lingüística, enfatizando-as como constituintes da organização do léxico e da estrutura do idioma pátrio. - Ler textos de diferentes gêneros: crônicas, contos, romances, novelas, cordel, resumos, notas, notícias, reportagens, relatórios, atas, poemas, entrevistas, charges e relatos; - Reconhecer a finalidade e as particularidades dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente para utilização no contexto adequado. - Utilizar os conhecimentos sobre as particularidades dos diferentes gêneros e modos de organização discursiva para a produção de textos, adequando-os aos diferentes contextos de produção, circulação e recepção. - Diferenciar os signos verbais dos não-verbais - Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso descritivo, na compreensão e na produção de textos. - Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, 	<ul style="list-style-type: none"> - Variações lingüísticas: variações geográficas, temporais e sócio-culturais, marcas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto. - Diferentes gêneros textuais que circulam socialmente para utilização no contexto adequado. - Contexto de produção, circulação e recepção de textos. - Signos não verbais. - Textualização do discurso descritivo. - Textualização do discurso expositivo. - Textualização do discurso poético. - Textualização do discurso de relato. - Estudo do parágrafo: tópico frasal, estrutura do parágrafo e tipos de 	<ul style="list-style-type: none"> - Variações lingüísticas. - Gêneros textuais. - Contexto: produção, circulação e recepção. - Signos verbais. - Descrição. - Discurso expositivo. - Texto poético. - Relato. - Parágrafo e tópico frasal. - Interpretação de texto. - Subliminaridade do texto. - Síntese. - Discurso; - Efeitos de sentido; - Intertextualidade.

contextos discursivos.	<ul style="list-style-type: none"> estratégias de textualização do discurso expositivo, na compreensão e na produção de textos. - Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso poético, na compreensão e na produção de textos. - Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso de relato, na compreensão e na produção de textos. - Organizar o texto em parágrafos, estruturando as idéias com coesão e coerência, visando à organização sistemática das idéias em um texto. - Diferenciar as partes principais das secundárias de um texto. - Ler a intencionalidade subjacente ao texto, transpondo a consciência ingênua do mundo. - Sintetizar informações de um texto em função de determinada solicitação. - Relacionar sons, imagens, gráficos e tabelas a informações verbais explícitas ou implícitas em um texto. - Identificar tipos de discurso ou de seqüências discursivas usadas pelos locutores em um texto e seus efeitos de sentido. Reconhecer, em um texto, estratégias e ou marcas explícitas de intertextualidade com outros textos, discursos, produtos culturais ou linguagens e seus efeitos de sentido. 	<ul style="list-style-type: none"> desenvolvimento do parágrafo. - Interpretação de Texto
------------------------	---	---

LINGUAGEM E LÍNGUA

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a língua como fenômeno cultural, social, variável, heterogêneo e mutável conforme os contextos de uso. - Reconhecer a língua como instrumento de construção da identidade de seus usuários e da comunidade da qual fazem parte. - Entender a língua como um organismo vivo, mutável, cultural e contemporâneo. - Valorizar a língua como um bem cultural de transformação da sociedade. - Demonstrar consciência no que concerne aos conhecimentos pragmáticos, discursivos, semânticos e formais envolvidos na língua escrita. - Compreender a necessidade de convenções na língua escrita. - Posicionar-se criticamente contra preconceitos lingüísticos. - Obter informações acerca das mudanças ortográficas da língua portuguesa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar variedades lingüísticas. - Reconhecer as estruturas e usos lingüísticos com vistas à ampliação da capacidade de leitura e de escrita. - Escolher, no texto escrito ou oral, as estruturas e os usos lingüísticos, dentre as diferentes possibilidades da língua, que melhor atendem o sentido desejado. - Desenvolver a Capacidade observação e argumentação. - Interpretar enunciados por meio da distinção entre linguagem conotativa e denotativa. - Compreender que a própria identidade se constrói a partir de situações de comunicação com o (s) outro (s) e das relações permanentes. - Aplicar conhecimentos lingüísticos no processo de interpretação e produção textual. - Associar conhecimentos gramaticais aos fatos da língua, na constituição de sentido do texto ou da produção lingüística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem, comunicação e interação: código, língua, variedades lingüísticas. - A língua portuguesa como identidade cultural de um povo. - O caráter múltiplo da identidade cultural brasileira: a diversidade étnico-racial na composição do pluralismo identitário. - Morfologia: estrutura e formação das palavras. - Radicais gregos, latinos e indígenas (diversidade lingüística). - Vocabulário: empréstimo, neologismos. - Semântica: ambigüidade, polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, hiperonímia. - Ortografia: estudo das novas regras ortográficas. - Níveis de linguagem - Atitude crítica; - Língua; 	<ul style="list-style-type: none"> - Língua, linguagem, código e variedades lingüísticas. - Texto: oral e escrito; - Estruturas lingüísticas. - Identidade cultural. - Estrutura e formação das palavras. - Empréstimos e neologismo. - Semântica. - Ambigüidade; polissemia; <i>sinonímia; antonímia; paronímia; hiperonímia.</i> - Ortografia - Níveis de linguagem

<ul style="list-style-type: none"> - Usar variedades do português de forma autônoma. - Mostrar uma atitude crítica e ética no que diz respeito ao uso da língua como instrumento de comunicação social. - Reconhecer o caráter histórico, heterogêneo, variável e sensível do léxico aos contextos de uso. - Valorizar as variedades do português brasileiro como elemento de identidade cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os processos de estrutura e formação das palavras em língua portuguesa. - Entender e construir diferentes discursos inerentes a cada área do conhecimento; - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão considerando: o contexto, o universo temático, os elementos de coesão textual. - Elaborar enunciados, percebendo que cada combinação de palavras resulta em vários significados. - Utilizar pertinentemente recursos de fluência e expressividade no manejo do código verbal durante o processo de interação comunicativa. - Expressar juízo de valor sobre as variedades lingüísticas que caracterizam a comunidade dos falantes da língua portuguesa. - Escrever conforme as novas regras gramaticais da língua portuguesa. - Usar, na produção textual, os vários níveis de linguagem. - Reconhecer, no contexto da fala e da escrita, o objetivo da língua: a comunicação social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação social
--	--	--

AL LITERATURA E OUTRAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Ler, textos literários, reconhecendo suas características próprias; - Descobrir que as concepções filosóficas desenvolvidas nas Idades Antiga e Média influenciam a produção literária contextualizada do Barroco e do Arcadismo. - Produzir textos a partir da leitura crítica e criativa de textos literários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar características da linguagem literária; - Discutir sobre a função da literatura na transmissão do conhecimento, enfatizando o cultivo da arte literária por meio do estudo das civilizações. - Reconhecer diferentes concepções de autor e de fazer literário em contextos históricos e literários diferentes; - Reconhecer o caráter metalinguístico de um texto literário. - Reconhecer, em texto ou obra literária, a concepção de autor e ou de fazer literário que ela apresenta. - Comparar concepções de autor e de fazer literário presentes em textos literários de uma mesma época ou de épocas diferentes da história da literatura brasileira. - Estabelecer relações entre um texto literário metalinguístico e uma outra manifestação cultural igualmente metalinguística. - Avaliar com visão crítica, o estilo individual de cada autor. - Caracterizar os discursos fundadores em textos e outras manifestações culturais. - Reconhecer nos discursos ou mitos fundadores do Brasil uma visão de mundo eurocêntrica; - Reconhecer, em textos literários e em outras manifestações culturais de diferentes épocas, a perpetuação ou o questionamento da ideologia dos discursos fundadores; - Relacionar textos literários segundo horizonte cultural em que são produzidos; - Identificar como concepções filosóficas desenvolvidas ao longo dos anos, influenciam a produção literária. - Relacionar formas diferentes de representação do índio em textos literários de uma mesma época ou de épocas diferentes da história literária brasileira. - Comparar representações do índio em textos literários de uma mesma época ou de épocas diferentes da história literária brasileira. - Reconhecer, em textos literários apresentados, 	<ul style="list-style-type: none"> - O que é Literatura: a natureza da linguagem literária. - O autor e seu fazer literário. - Discursos fundadores - O índio na literatura brasileira - Origens da literatura brasileira. - Barroco. - Neoclassicismo e Arcadismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Literatura; - Texto literário e não literário. - O(a) autor(a); - Concepções; - Metalinguística - Estilo. - Discursos fundadores; - Concepções. - Representações; - Aculturação. - Colonização. - Estilo Literário; - Barroco. - Neoclassicismo; - Arcadismo.

<ul style="list-style-type: none"> - o processo de aculturação do índio brasileiro. - Reconhecer, em textos literários apresentados, conflitos e formas de resistência do índio. - Reconhecer, na perpetuação de determinados discursos sobre o índio, o silenciamento de outras vozes. - Estabelecer relações intertextuais entre um texto literário e uma outra manifestação cultural de/sobre o índio. - Ler textos e obras representativos do período inicial de formação da literatura brasileira, de forma autônoma. - Reconhecer, nos primeiros textos escritos sobre o Brasil, o germe da formação da identidade nacional. - Identificar, em textos literários do período inicial de formação da literatura brasileira, marcas discursivas e ideológicas e seus efeitos de sentido. - Relacionar características dos textos e obras literárias do período inicial de formação da literatura brasileira a seu contexto histórico. - Estabelecer relações intertextuais entre textos literários do período inicial de formação da literatura brasileira e outras manifestações literárias e culturais de épocas diferentes. - Identificar efeitos de sentido da metalinguagem e da intertextualidade em textos literários do período inicial de formação da literatura brasileira. - Posicionar-se, como pessoa e como cidadão, frente a valores, ideologias e propostas estéticas representadas em obras do período inicial de formação da literatura brasileira. - Elaborar textos orais e escritos de análise e apreciação de textos literários do período inicial de formação da literatura brasileira. - Ler textos e obras representativas do Barroco brasileiro com autonomia. - Reconhecer a importância do Barroco brasileiro para a formação da consciência e da literatura nacional. - Identificar, em textos barrocos, marcas discursivas e ideológicas desse estilo de época e seus efeitos de sentido. - Relacionar características discursivas e ideológicas de obras barrocas ao contexto histórico de sua produção, circulação e

continua >>>

recepção.
- Reconhecer e caracterizar a contribuição dos principais autores barrocos para a literatura nacional.
- Estabelecer relações intertextuais entre textos literários barrocos e outras manifestações literárias e culturais de épocas diferentes.
- Identificar efeitos de sentido da metalinguagem e da intertextualidade em textos literários barrocos.
- Posicionar-se, como pessoa e como cidadão, frente a valores, ideologias e propostas estéticas representadas em obras literárias barrocas.
- Elaborar textos orais e escritos de análise e apreciação de textos literários barrocos.
- Ler textos e obras representativas do Arcadismo brasileiro com autonomia.
- Reconhecer a importância do Arcadismo brasileiro para a formação da consciência e da literatura nacional.
- Identificar, em textos literários do arcadismo, marcas discursivas e ideológicas desse estilo de época e seus efeitos de sentido.
- Relacionar características discursivas e ideológicas de obras árcades ao contexto histórico de sua produção, circulação e recepção.
- Reconhecer e caracterizar a contribuição dos principais autores árcades nacionais para a literatura brasileira.
- Estabelecer relações intertextuais entre textos literários árcades e outras manifestações literárias culturais de épocas diferentes.
- Reconhecer efeitos de sentido da metalinguagem e da intertextualidade em textos literários árcades;
- Posicionar-se, como pessoa e como cidadão, frente a valores, ideologias e propostas estéticas representadas em obras literárias árcades;
- Elaborar textos orais e escritos de análise e apreciação de textos literários árcades;
- Identificar, nos textos lidos, a especificidade que os caracterizam como textos literários barrocos e árcades.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA PORTUGUESA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Desenvolver nos alunos uma interação autônoma e ativa nas situações de interlocução, leitura e produção de diferentes gêneros textuais.	- Ler textos de diferentes gêneros: artigos de opinião, editoriais, cartas argumentativas, resenhas, leis, estatutos, regulamentos. - Ler textos de diferentes gêneros, utilizando procedimentos que possibilitem localizar informações explícitas e inferir informações implícitas, identificar o tema, distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.	- Gêneros textuais: caracterização, circulação, finalidade, intencionalidade, intertextualidade. - Tipos de discursos: vozes do discurso, discurso direto, indireto, indireto-livre, necessários à construção do texto.	- Gêneros textuais. - Vozes do discurso. - Narração - Intertextualidade;
- Apropriar-se da língua portuguesa como veículo de interação dialógica, processando diferentes tipos de mensagens nas quais os alunos devam expressar ideias de modo estruturada, coerente e clara.	- Usar índices, sumários, cadernos e suplementos de jornais, livros e revistas para identificar, na edição, textos de diferentes gêneros. - Reconhecer estratégias de enunciação de uso freqüente em determinado gênero a partir da leitura de vários textos desse gênero. - Utilizar os conhecimentos sobre as particularidades dos diferentes gêneros adequando-os aos diferentes contextos de produção.	- Textualização do discurso narrativo. - Intertextualidade e metalinguagem.	- Metalinguagem - Interpretação de texto - Produção de texto;
- Analisar a importância do uso adequado do discurso e o gênero textual;	- Identificar, em textos de vários gêneros, a presença dos vários tipos de discurso, - Utilizar, as várias tipologias do discurso na construção de textos.	- Interpretação de texto.	- Contexto sociocultural; - Interlocutor.
- Utilizar-se do conhecimento dos vários tipos de discurso e sua utilização na produção dos textos.	- Identificar tipos de discurso ou de seqüências discursivas usadas pelos locutores em um texto e seus efeitos de sentido. - Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso narrativo, na compreensão e na produção de textos.		
- Identificar, no ato comunicativo os vários elementos constituintes dos contextos discursivos.	- Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.		
- Focar a interação existente entre a análise linguística, o	- Reconhecer, em um texto, estratégias e/ou marcas explícitas de intertextualidade com outros textos, discursos, produtos culturais ou		

continua >>>

texto, a leitura e a produção textual, considerando sempre o contexto sociocultural do interlocutor.	linguagens e seus efeitos de sentido.
	- Usar estratégias de intertextualidade adequadas aos efeitos de sentido pretendidos.
	- Comparar a abordagem temática de um texto metalinguístico com aquela realizada por outro texto ou produto cultural igualmente metalinguístico.
	- Diferenciar as partes principais das partes secundárias de um texto.
	- Ler a intencionalidade subjacente ao texto, transpondo a consciência ingênua do mundo.
	- Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.
	- Relacionar tópicos discursivos, valores e sentidos veiculados por um texto a seu contexto de produção, de circulação e de recepção.
	- Relacionar título e subtítulos a um texto ou partes de um texto.
	- Corrigir, em um texto, inadequações lexicais, imprecisões e contradições semânticas.
	- Re-elaborar o sentido dos enunciados a partir dos elementos do texto e do contexto.

LINGUAGEM E LÍNGUA

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender a necessidade de convenções na língua escrita.	- Reconhecer o uso das classes de palavras de forma produtiva e com autonomia.	- Classes de palavras.	- Classes de palavras
- Valorizar a escrita como um bem cultural de transformação da sociedade.	- Reconhecer, em um texto ou sequência textual, os efeitos de sentido das classes de palavras conforme o contexto de inserção.	- A concordância verbal e nominal no português padrão e no português não padrão.	- Concordância: verbal e nominal.
- Posicionar-se criticamente contra preconceitos lingüísticos, observando aqueles de natureza social e étnico-racial.	- Reconhecer diferenças entre a norma padrão e o uso não padrão das classes de palavras.	- A regência verbal e nominal no português padrão e não padrão.	- Regência: verbal e nominal.
- Mostrar uma atitude crítica e ética no que diz respeito ao uso da língua como instrumento de comunicação social.	- Corrigir um texto ou sequência textual, considerando a necessidade de uso da norma padrão de pronomes pessoais.	- O uso de pronomes relativos no português padrão e não padrão.	- Pronomes relativos.
- Reconhecer as estruturas e usos lingüísticos com vistas a ampliação da capacidade de leitura e de escrita.	- Usar a norma padrão de emprego de pronomes pessoais em situações comunicativas e gêneros textuais que a exigem.	- Estruturas lingüísticas.	- Estruturas lingüísticas.
- Escolher, no texto escrito ou oral, as estruturas e os usos lingüísticos, dentre as diferentes possibilidades da língua, que melhor atendem o sentido desejado.	- Identificar o valor semântico das várias classes de palavras no contexto textual.	- Variedade de discursos.	- Discursos.
- Entender e construir diferentes discursos inerentes a cada área do	- Reconhecer e usar mecanismos de concordância verbal e nominal, produtiva e autonomamente.	- Textos.	- Identidade cultural.
	- Reconhecer diferenças entre a norma padrão e o uso não padrão de concordância verbal e nominal em um texto ou sequência textual.	- A língua portuguesa como identidade de um povo.	
	- Avaliar a adequação da norma padrão ou não padrão de concordância verbal e nominal em um texto ou sequência textual, considerando a situação comunicativa e o gênero do texto.		
	- Corrigir um texto ou sequência textual, considerando a necessidade de uso da norma padrão de concordância verbal e nominal.		
	- Usar a norma padrão de concordância verbal e nominal em situações comunicativas e gêneros textuais que a exijam.		
	- Reconhecer e usar mecanismos de regência verbal e nominal, produtiva e autonomamente.		
	- Reconhecer diferenças entre a norma padrão e o uso não padrão de regência		

continua >>>

conhecimento.	verbal e nominal, em um texto ou sequência textual.
- Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.	- Avaliar a adequação da norma padrão ou não padrão de regência verbal e nominal em um texto ou sequência textual, considerando a situação comunicativa e o gênero do texto.
- Reconhecer a língua como instrumento de construção da identidade de seus usuários e da comunidade a que pertencem.	- Corrigir um texto ou sequência textual, considerando a necessidade de uso da norma padrão de regência verbal e nominal.
	- Usar a norma padrão de regência verbal e nominal em situações comunicativas e gêneros textuais que a exijam.
	- Reconhecer e usar pronomes relativos, produtiva e autonomamente.
	- Reconhecer, em um texto ou sequência textual, retomadas temáticas feitas por pronomes relativos.
	- Reconhecer diferenças entre a norma padrão e o uso não padrão de pronomes relativos.
	- Avaliar a adequação da norma padrão ou não padrão de pronomes relativos em um texto ou sequência textual, considerando a situação comunicativa e o gênero do texto.
	- Corrigir um texto ou sequência textual, considerando a necessidade de uso da norma padrão de pronomes relativos.
	- Usar a norma padrão de pronomes relativos em situações comunicativas e gêneros textuais que a exijam.
	- Utilizar-se das estruturas lingüísticas para a leitura e a produção de textos.
	- Reconhecer e produzir textos técnicos de várias áreas do conhecimento.
	- Identificar, em textos diversos, o fenômeno histórico, cultural, social, variável, heterogêneo da língua.
	- Compreender que a própria identidade se constrói a partir de situações de comunicação com o outro e das relações pertinentes.

LITERATURA BRASILEIRA E OUTRAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender o texto literário como lugar de manifestação de ideologias.	- Relacionar formas diferentes de representação do amor e da mulher a contextos históricos e literários diferentes.	- O amor e a mulher na literatura brasileira.	
- Compreender o papel da mulher na literatura brasileira.	- Comparar a representação do amor e da mulher em textos literários de uma mesma época ou de épocas diferentes da história da literatura brasileira.	- O negro na literatura brasileira.	- Ideologia.
- Compreender o papel do negro na construção da identidade nacional.	- Reconhecer, em textos literários apresentados, conflitos e formas de resistência do feminino.	- O imigrante na literatura brasileira.	- Representações do amor e da mulher.
- Valorizar a importância do imigrante na construção da sociedade brasileira.	- Reconhecer, na perpetuação de determinados discursos sobre o amor e/ou sobre a mulher, o silenciamento de outras vozes.	- O Romantismo.	- Resistência feminina.
- Valorizar a leitura literária como forma de compreensão do mundo e de si mesmo.	- Estabelecer relações intertextuais entre um texto literário e outra manifestação cultural sobre o amor e ou/ a mulher.	- O Realismo-Naturalismo.	- Silenciamento de vozes.
- Posicionar-se, como pessoa e como cidadão, frente a valores, às ideologias e às propostas estéticas representadas em obras literárias.	- Relacionar formas diferentes de representação do negro a contextos históricos e literários diferentes.	- O Parnasianismo.	- Identidade nacional.
- Estabelecer relações intertextuais entre textos literários e produções culturais de outras áreas como cinema, televisão, rádio, jornal impresso, artes plásticas, música.	- Comparar representações do negro em textos literários de uma mesma época ou de épocas diferentes da história brasileira.	- O Simbolismo.	- O Romantismo;
- Localizar, numa linha de tempo, as tendências predominantes na poesia e na prosa de ficção brasileira.	- Reconhecer, em textos literários apresentados, conflitos e formas de resistência do negro.		- Consciência nacional.
	- Reconhecer, na perpetuação de determinados discursos sobre o negro, o silenciamento de outras vozes.		- Estética.
	- Estabelecer relações intertextuais entre um texto literário e outra manifestação cultural de/sobre o negro.		- Realismo/Naturalismo.
	- Relacionar formas diferentes de representação de imigrantes a contextos históricos e literários diferentes.		- Parnasianismo.
	- Comparar representações de imigrantes em textos literários de		- Simbolismo.

continua >>>

<ul style="list-style-type: none"> - Ler, com autonomia, obras e textos literários de autores brasileiros. - Produzir textos a partir da leitura crítica e criativa de textos literários. - Organizar ações coletivas de apresentação e discussão de textos literários lidos ou ouvidos. 	<p>uma mesma época ou de épocas diferentes da história literária brasileira.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, em textos literários apresentados, conflitos e formas de resistência de diferentes etnias de imigrantes da população brasileira. - Reconhecer, na perpetuação de determinados discursos sobre imigrantes, o silenciamento de outras vozes. - Estabelecer relações intertextuais entre um texto literário e outra manifestação cultural de/sobre imigrantes. - Relacionar abordagens diferentes da vida social e política brasileira a contextos históricos e literários diferentes. - Comparar representações da vida social e política em textos literários de uma mesma época ou de épocas diferentes da história da literatura brasileira. - Reconhecer, em textos literários apresentados, conflitos e formas de resistência de minorias sociais e políticas brasileira. - Reconhecer, na perpetuação de determinados discursos sobre minorias sociais e políticas brasileiras o silenciamento de outras vozes. - Estabelecer relações intertextuais entre um texto literário e outra manifestação cultural sobre a vida social e política brasileira. - Ler textos e obras representativas do Romantismo com autonomia. - Reconhecer a importância do Romantismo brasileiro para a formação da consciência nacional e a consolidação da literatura brasileira. - Relacionar as obras poéticas de exaltação à pátria e os romances indianistas, do Romantismo
---	--

	<p>brasileiro, como representativos da tentativa de afirmação da identidade brasileira oitocentista.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localizar, numa linha do tempo, as tendências predominantes na poesia e na prosa de ficção romântica brasileira. - Identificar, em textos de/sobre o Romantismo, marcas discursivas e ideológicas desse estilo de época e seus efeitos de sentido. - Relacionar características discursivas e ideológicas de obras românticas brasileiras ao contexto histórico de sua produção, circulação e recepção. - Reconhecer e caracterizar a contribuição dos principais autores românticos nacionais para a literatura brasileira. - Estabelecer relações intertextuais entre textos literários românticos e outras manifestações literárias e culturais de épocas diferentes. - Posicionar-se, como pessoa e como cidadão, frente a valores, ideologias e propostas estéticas representadas em obras literárias românticas. - Elaborar textos orais e escritos de análise e apreciação de textos literários românticos. - Ler textos e obras representativos do Realismo/Naturalismo brasileiro, produtiva e autonomamente. - Reconhecer a importância do realismo/Naturalismo brasileiro para a formação da consciência nacional e o desenvolvimento da literatura brasileira. - Identificar, em textos literários do Realismo/Naturalismo, marcas discursivas e ideológicas desse estilo e seus efeitos de sentido. - Relacionar características discursivas e ideológicas de obras realistas/naturalistas brasileiras ao contexto histórico de sua
--	---

continua >>>

produção, circulação e recepção.

- Reconhecer e caracterizar a contribuição dos principais autores realistas/naturalistas nacionais para a literatura brasileira.
- Estabelecer relações intertextuais entre textos realistas/naturalistas e outras manifestações literárias e culturais de diferentes épocas.
- Identificar efeitos de sentido da metalinguagem e da intertextualidade em textos literários realistas/naturalistas.
- Ler textos e obras do Parnasianismo de forma autônoma.
- Reconhecer a importância do Parnasianismo brasileiro para a formação da consciência nacional e o desenvolvimento da literatura brasileira.
- Identificar, em textos literários do parnasianismo, marcas discursivas e ideológicas desse estilo de época e seus efeitos de sentido.
- Relacionar características discursivas e ideológicas da poesia parnasiana brasileira ao contexto histórico de sua produção, circulação e recepção.
- Reconhecer e caracterizar a contribuição dos principais autores parnasianos nacionais para a literatura brasileira.
- Estabelecer relações intertextuais entre textos literários parnasianos e outras manifestações literárias e culturais de épocas diferentes.
- Identificar efeitos de sentido da metalinguagem e da intertextualidade em textos literários parnasianos.
- Elaborar, produtiva e com autonomia, textos orais e escritos de análise e apreciação de textos literários parnasianos.

- Ler textos representativos do simbolismo brasileiro produtiva e autonomamente.
- Reconhecer a importância do Simbolismo brasileiro para a formação da consciência nacional e o desenvolvimento da literatura brasileira.
- Identificar, em textos literários do simbolismo, marcas discursivas e ideológicas desse estilo de época e seus efeitos de sentido.
- Relacionar características discursivas e ideológicas da poesia simbolista brasileira ao contexto histórico de sua produção, circulação e recepção.
- Reconhecer e caracterizar a contribuição dos principais autores simbolistas nacionais para a literatura brasileira.
- Estabelecer relações intertextuais entre textos literários simbolistas e outras manifestações literárias e culturais de épocas diferentes.
- Identificar efeitos de sentido da metalinguagem e da intertextualidade em textos literários simbolistas.
- Posicionar-se, como pessoa e como cidadão, frente a valores, ideologias e propostas estéticas representadas em obras literárias simbolistas.
- Elaborar, produtiva e autonomamente, textos orais e escritos de análise e apreciação de textos literários simbolistas.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA PORTUGUESA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Reconhecer a língua como um mecanismo de aquisição da cidadania plena e de integração social.	- Reconhecer, em textos de diferentes gêneros, marcas de variação linguística (geográfica, histórica e sócio-cultural) que denotam o locutor e o interlocutor de um texto.	- Gêneros Textuais	- Gêneros textuais. <i>Descrição</i> <i>Narração</i> <i>Dissertação</i>
- Reconhecer a língua como um fenômeno de natureza histórica, cultural, social e em constante evolução.	- Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso descritivo, narrativa e dissertativo na compreensão e na produção de textos.	- Coesão Textual	- Recursos coesivos Conectores; Sinonímia; Antonímia; Homonímia; Paronímia; Hiperonímia; Hiponímia;
- Valorizar as variedades do português brasileiro como elemento de identidade cultural.	- Reconhecer a finalidade e as particularidades dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente para utilização no contexto adequado.	- Coerência Textual	- Parágrafo <i>Estrutura do parágrafo;</i> <i>Desenvolvimento do parágrafo.</i>
- Apropriar-se da língua portuguesa como veículo de interação dialógica, processando diferentes tipos de mensagens nas quais os usuários devem expressar ideias de modo estruturado, coerente e claro, conforme os diferentes gêneros textuais.	- Utilizar os conhecimentos sobre as particularidades dos diferentes gêneros e modos de organização discursiva para a produção de textos, adequando-os aos diferentes contextos de produção, circulação e recepção.	- Interpretação de textos	- Frase – oração – período 1. Frase nominal e verbal 2. Estudo da pontuação <i>Frase declarativa;</i> <i>Frase exclamativa;</i> <i>Frase interrogativa;</i> <i>Frase imperativa.</i>
- Desenvolver nos alunos uma interação autônoma e ativa nas situações de interlocução, leitura e produção de diferentes gêneros textuais.	- Inferir a função de uma palavra ou expressão considerando: o contexto, o universo temático, os elementos de coesão textual.	- O parágrafo	3. Análise sintática do período simples; 4. O período composto: <i>Coordenação;</i> <i>Subordinação.</i>
- Alcançar o significado e as consequências dos fatos e relacioná-los tomando como base experiências vividas e textos lidos.	- Reconhecer e usar mecanismos de regência e concordância verbal e nominal, produtiva e autonomamente;	- Sintaxe	5. Concordância verbal e nominal; 6. Regência verbal e nominal; 7. Figuras de construção.
		- Vanguardas europeias	- Impressionismo - Expressionismo - Cubismo - Futurismo - Dadaísmo - Surrealismo - Pré-modernismo:
		- Pré-modernismo	<i>Prosas;</i> <i>Poesia.</i>
		- Modernismo	
		- O Pós-Modernismo	

- Produzir textos orais e escritos, discernindo-os da variedade culta e não-culta.	- Avaliar a adequação da norma padrão de regência e de concordância verbal e nominal em um texto ou sequência textual, considerando a situação comunicativa e o gênero.	- Modernismo no Brasil <i>A Semana de Arte Moderna (1922);</i> <i>A poesia modernista;</i> <i>A prosa modernista;</i>
- Dominar linguagens (verbal e não-verbal)	- Estabelecer relações intertextuais entre textos literários pré-modernistas, modernistas e pós-modernistas e outras manifestações literárias e culturais de épocas diferentes.	- O Pós-Modernismo
- Reconhecer o caráter histórico, heterogêneo, variável e sensível do léxico aos contextos de uso.	- Relacionar características discursivas e ideológicas de obras pré-modernistas, modernistas e pós-modernistas ao contexto histórico de sua produção, circulação e recepção.	
- Mostrar uma atitude crítica e ética no que diz respeito ao uso da língua como instrumento de comunicação social.		

Língua Inglesa

O ensino de Línguas Estrangeiras na escola de educação básica tem assumido um papel tão importante quanto as outras disciplinas do currículo, pois serve como ferramenta necessária à formação do cidadão e sua atuação na sociedade. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “ao figurarem inseridas numa grande área – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias –, elas funcionam como meios para se ter acesso ao conhecimento e, portanto, às diferentes formas de pensar, de criar, de sentir, de agir e de conceber a realidade, o que propicia ao indivíduo uma formação mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais sólida”.

Partindo da premissa de que o Inglês é a Língua do mundo globalizado, ao aluno deve ser dada a oportunidade de tornar-se usuário dela e de desenvolver suas habilidades diante das necessidades sociais, intelectuais, profissionais e pessoais. Sendo assim, o ensino de Língua Inglesa na escola deve apresentar situações de reflexão sobre o funcionamento dessa Língua em diferentes contextos comunicativos e capacitar o aluno a ter o domínio de mais uma linguagem que circula socialmente.

Segundo a LDB, a inclusão de uma Língua Estrangeira na grade curricular do ensino fundamental torna-se obrigatório a partir do 6º ano (antiga 5ª série). É nessa fase então, que o aluno deve ser sensibilizado a aprender uma nova Língua, reconhecendo que isso lhe possibilitará o acesso a bens culturais da humanidade e lhe proporcionará novas maneiras de se expressar e de ver o mundo. Nessa perspectiva, seu conhecimento prévio e os tipos de textos (orais e escritos) com os quais ele esteja mais familiarizado, devem ser valorizados a fim de tornar a aprendizagem real e mais significativa. Além disso, os conteúdos gramaticais devem estar associados a temas relacionados à vida dos alunos na escola e na família, aos problemas da cidade, do estado e do país, aos costumes de diferentes povos, de forma que eles tenham condições de conhecer outras realidades e culturas, bem como compreender melhor o mundo em que estão inseridos.

Já no Ensino Médio, o ensino de Língua Estrangeira, além de levar o cidadão a ultrapassar as barreiras culturais e linguísticas e prepará-lo para o exercício da cidadania, deverá prepará-lo para o mercado de trabalho. Sendo assim, diante de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva, as escolas precisam ensinar o inglês com bastante eficiência para que seus aprendizes tenham uma formação que lhes dê habilidades e competências efetivas. Não se concebe mais o conhecimento metalinguístico da Língua como única forma de estudo, mas o aluno deve ser levado a desenvolver as quatro habilidades linguísticas de ler, escrever, ouvir e falar em Inglês.

Nesse sentido, os assuntos propostos nesse currículo assumem grande importância, pois servem como elementos necessários à construção do pensamento e do discurso em Língua Inglesa. No entanto, não é só a gramática – pautada na norma culta – que deve ter lugar na aula de Língua Estrangeira. O conhecimento gramatical deve levar o indivíduo a ser capaz de organizar suas ideias e comunicar-se, mesmo com algumas limitações, ao invés de basear-se na resolução de exercícios estruturais, prática ainda tão comum nas aulas de Língua Inglesa.

A metodologia e os recursos didáticos precisam ser variados e dinâmicos, estimulando todos os que participam do processo ensino-aprendizagem e levando o professor a avaliar o desenvolvimento e as potencialidades de cada aluno. Leitura e compreensão de textos voltados a temas de interesse geral, tais como globalização, ecologia, (des)emprego, problemas sociais e étnico-raciais, esportes e educação, dentre outros, como meio de reflexão do mundo em que vivemos, aliadas a discussões sobre cidadania, ética, trabalho e heterogeneidade cultural, atividades de pesquisa e oportunidades de comunicação oral e escrita em Língua Inglesa devem ser práticas constantes em nossas aulas. Além disso, ao professor é imprescindível o conhecimento de novas técnicas no ensino de língua estrangeira e utilização de diferentes recursos didáticos, como: músicas, filmes, *sites* de relacionamento e pesquisa, *softwares*, revistas, jornais, paradidáticos e jogos.

É importante salientar que o professor deve planejar conteúdos e atividades que sejam significativas para seus alunos e usar estratégias de ensino contextualizadas à realidade da comunidade onde a escola está inserida, pois é na relação do que se pretende aprender com o que já sabe, ou seja; é na projeção dos conhecimentos que já possui no conhecimento novo, que normalmente acontece o processo de aprendizagem.

Diante da necessidade de adaptação ao mundo globalizado, acreditamos, por fim, que a escola precisa repensar o ensino de Língua Estrangeira no ensino regular e, nesse contexto, todos os que compõem o sistema educacional têm seu papel. Ao professor, por exemplo, cabe o papel de facilitador e motivador no processo ensino-aprendizagem, pois é através de aulas atrativas e significativas que ele despertará no aluno a curiosidade em conhecer diferentes formas de expressão e de concepções de mundo, possibilitando assim uma reflexão quanto à sua identidade e sua posição na sociedade. No entanto, nesse processo de reestruturação, também consideramos indispensáveis os investimentos na aquisição de materiais didáticos em Língua Inglesa e na capacitação continuada de professores de Língua Estrangeira, haja vista a necessidade de aperfeiçoamento em todas as habilidades linguísticas e de socialização de materiais e experiências.

Graziela Menezes Faro



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – Lei: 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais, códigos e suas tecnologias. Língua estrangeira moderna*. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério de Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

FERRARI, Marisa & RUBIN, Sarah G. *Inglês para o Ensino Médio – Série Parâmetros*. Volume Único. Editora Scipione, 1ª edição, 2002.

LIBERATO, Wilson. *English in formation*. Ensino Fundamental. Editora FTD, 2005.

MARQUES, Amadeu. *Prime Time. Inglês para o Ensino Médio*. Volume Único. Editora Ática. 2007. 1ª edição.

MCKEEGAN, David & IANNUZZI, Susan. *Click Together*. Ensino Fundamental. Editora Oxford University Press, 2ª edição, 2005.

MOITA LOPES, Luis Paulo. A nova ordem mundial, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de inglês no Brasil. A base intelectual para uma ação política.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e (org). *Ensino de Língua Inglesa – Reflexões e Experiências*. São Paulo: Pontes, 2001.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Ampliar o conhecimento sobre linguagem construído em língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira.	- Cumprimentar as pessoas. - Reconhecer os sons e associá-los às letras do alfabeto. - Reconhecer palavras estrangeiras em nomes de lugares, marcas de produtos, equipamentos, jogos, Internet etc.	- Saudações e Comandos - Alfabeto - Leitura e Construção de pequenos diálogos - Estrangeirismos (influência da língua inglesa no Brasil) - Denominação de vocábulos relacionados à: - Escola - objetos e móveis escolares - espaços escolares - profissionais que atuam na escola (professor, diretor, secretária etc.) - matérias escolares - Moradia - tipos de moradia (casa, apartamento, fazenda etc.) - partes de uma casa - itens de mobília mais comuns - Países e Nacionalidades - Cores - Animais - Membros da Família - Brinquedos - Vestuário - Pronomes Pessoais (Subject) - Verbo TO BE (presente) - frases afirmativas, negativas e interrogativas; respostas curtas - Números Cardinais (de 1 a 100) - Artigos Indefinidos (A, AN) - Pronomes Demonstrativos - Plural dos Substantivos - Verbo TO HAVE	- Léxico - Pronome; Pronome - sujeito. - Verbo; Conjugação - Numerais; Expressões a.m / p.m - Substantivos; Plural - Artigo; Artigos Indefinidos
- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreender o mundo em que vive.	- Fazer perguntas e dar respostas, em inglês, sobre a identificação de nome, idade, origem e telefone. - Usar os números cardinais para falar sobre idade, horas, preço etc. - Desenvolver habilidade oral e escrita usando os verbos <u>ser</u> , <u>estar</u> e <u>ter</u> .	- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreender o mundo em que vive.	
- Utilizar recursos linguísticos para ser compreendido e compreender os outros, tanto na fala quanto na escrita.			
- Utilizar a língua inglesa como ferramenta de acesso e diálogo com informações, tecnologias e culturas.			

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Ampliar o conhecimento sobre linguagem construído em língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira.	- Compreender textos de diferentes gêneros. - Interpretar e analisar textos de livros, jornais e revistas que abordem o racismo e a luta dos negros pelos seus direitos. - Manusear adequadamente o dicionário em busca dos significados de palavras do texto. - Descobrir alguns países falantes de língua inglesa, localizando-os no mapa do mundo. - Adquirir repertório linguístico, fazendo relação entre espaços, esportes, ocupações e meios de transporte do Brasil e de outros países. - Fornecer e obter instruções. - Perguntar e responder sobre habilidade, capacidade e permissão, usando o verbo CAN. - Descrever ações que estejam acontecendo no ato da fala. - Indicar posse com o caso genitivo e com os adjetivos possessivos. - Solicitar e fornecer informações no tempo presente. - Descrever ações habituais. - Dar informações quanto à localização de espaços e pessoas, utilizando as preposições de lugar.	- Leitura de receitas, rótulos, instruções, slogans, fichas de informações, histórias em quadrinhos, anúncios, cartas etc. - Manuseio de dicionário: significado de palavras. - Pesquisa sobre países em que o inglês é a língua materna. - There is / There are - Denominação de vocábulos relacionados à: - Espaços Comerciais e Culturais; Esportes; Ocupações; Meios de Transporte; Dias da Semana; Estações do Ano. - Caso Genitivo - Verbos de Ação - Imperativo - Verbo CAN - Presente Contínuo - Adjetivos Possessivos - Palavras Interrogativas <i>what, where, when, who, why e how</i> - Presente Simple (formas afirmativa, negativa e interrogativa) - Pronome-Objeto - Advérbios de Tempo e Frequência - Preposições (I) 1. DE LUGAR: in, on, under, between, among, in front of, behind, across 2. BY, para meios de transporte. - Números Cardinais (100 a 1000)	- Léxico - Verbo; Conjugação; Tempo Verbal - Possuidor x Coisa Possuída - Adjetivos; Posição na frase; Adjetivos Possessivos - Pronome; Pronome-Objeto; Palavras Interrogativas - Advérbios; Uso - Preposições; Uso - Números; Números Cardinais
- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreender o mundo em que vive.			
- Utilizar recursos linguísticos para ser compreendido e compreender os outros, tanto na fala quanto na escrita.			
- Utilizar a língua inglesa como ferramenta de acesso e diálogo com informações, tecnologias e culturas.			

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Ampliar o conhecimento sobre linguagem construído em língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira.	- Compreender textos de diferentes gêneros e temáticas.	- Leitura e compreensão de textos curtos, como <i>slogan</i> , biografia e história em quadrinhos, artigos etc.	- Léxico
- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreender o mundo em que vive.	- Distinguir os alimentos e bebidas saudáveis dos não saudáveis.	- Denominação de vocábulos relacionados à: 1. Partes do corpo humano 2. Alimentação / Bebidas 3. Espaços e Atividades de lazer 4. Adjetivos (I)	- Verbo; Conjugação; Tempo; Flexões - Números; Números Ordinais
- Utilizar recursos linguísticos para ser compreendido e compreender os outros, tanto na fala quanto na escrita.	- Identificar os hábitos alimentares em diferentes culturas.	- Presente Simple (retomada) - Passado do Verbo TO BE - Passado Contínuo - Passado Simple (Verbos Regulares) – formas afirmativa, negativa e interrogativa	- Substantivos
- Utilizar a língua inglesa como ferramenta de acesso e diálogo com informações, tecnologias e culturas.	- Conhecer monumentos históricos, culturais e de lazer de diferentes países, através da pesquisa.	- Números Ordinais - Datas - Substantivos Contáveis e Incontáveis - Quantificadores - Verbo Modal COULD	- Preposição
	- Relacionar os diferentes espaços de lazer às atividades que neles se pode praticar.	- Preposições (II) <i>before, after, with, without</i> etc.	
	- Dialogar sobre ações do presente e do passado.		
	- Reconhecer comemorações que ocorrem em datas e de modos diferentes em diferentes países e culturas.		
	- Usar o verbo COULD para para indicar capacidade e/ou habilidade no passado.		

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Ampliar o conhecimento sobre linguagem construído em língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira.	- Inferir o tema ou assunto principal de um texto.	- Leitura e Compreensão de textos informativos, reportagens, biografias, artigos, contos, dentre outros.	- Léxico
- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreender o mundo em que vive.	- Utilizar o texto para explorar vocabulário e estruturas gramaticais, além da leitura e compreensão do mesmo.	- Denominação de vocábulos relacionados à: 1. Esportes Radicais 2. Aparelhos eletrônicos e tecnológicos 3. Adjetivos (II)	- Adjetivos; Grau Comparativo; Formas Irregulares - Verbo; Tempo; Irregularidades
- Utilizar recursos linguísticos para ser compreendido e compreender os outros, tanto na fala quanto na escrita.	- Traduzir e analisar letras de músicas de diversos gêneros que, dentre outros temas, abordem questões étnico-raciais.	- Produção de autobiografias, biografias, entrevistas e narrativas. - Graus dos Adjetivos	- Pronomes; Pronomes Reflexivos; Formas; Funções
- Utilizar a língua inglesa como ferramenta de acesso e diálogo com informações, tecnologias e culturas.	- Compreender o significado de termos utilizados na área de informática e em aparelhos eletrônicos.	- Verbos Modais - Passado Simple (Verbos Irregulares) - Pronomes Reflexivos - USED TO - Falsos Cognatas - Formas Compostas de SOME, ANY e NO - Futuro com WILL / SHALL - Conectores <i>but, so, because</i> etc.	- Conectores - Artigo; Artigo Definido.
	- Opinar e comentar sobre temas discutidos em classe.	- Artigo Definido	
	-]Produzir narrativas, biografias e entrevistas.		
	- Expressar previsões e planos para o futuro.		
	- Comparar os hábitos das pessoas durante determinados períodos da vida como infância e namoro, por exemplo, com os dos dias atuais.		
	- Utilizar os mecanismos de coerência e coesão na produção oral e escrita em língua inglesa.		

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA INGLESA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender a importância de aprender a língua inglesa para o ser que vive em um mundo globalizado.	- Compreender textos de diferentes gêneros e temáticas, inclusive aqueles que abordem a história e a luta dos povos que compõem a sociedade brasileira.	- Leitura e Compreensão de textos como biografias, notícias, artigos, letra de música, <i>curriculum vitae</i> , convite, história em quadrinhos etc.	- Léxico - Substantivo; Gênero; Plural; Irregularidades
- Desenvolver as habilidades linguísticas, usando estratégias verbais e não-verbais para favorecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido em situações de produção e leitura.	- Identificar o tema e as informações específicas do texto. - Compreender de que forma determinada expressão pode ser interpretada em razão de aspectos sociais e/ou culturais.	- Produção escrita de convite, e-mail, recado, perfis pessoais etc. - Provérbios - Falsos Cognatas (I) - Gênero dos Substantivos	- Adjetivos; Posição na frase; Adjetivos Possessivos - Possuidor x Coisa Possuída - Pronome; Pronome-sujeito; Pronome-objeto; Pronomes Demonstrativos, Possessivos, Interrogativos
- Utilizar a língua inglesa como ferramenta de acesso a informações, tecnologias e culturas.	- Conhecer alguns provérbios da língua inglesa, comparando-os com os da língua portuguesa. - Ampliar o conhecimento lexical, conhecendo o significado de expressões da língua inglesa e dos falsos cognatas.	- Plural dos Substantivos - Adjetivos Possessivos - Caso Possessivo / Genitivo - Pronomes: Pessoais, Demonstrativos, Possessivos, Interrogativos	- Verbo; Tempo Verbal; Flexões; Auxiliares - Advérbio; Posição na frase
- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreensão do mundo em que vive.	- Descobrir, através de pesquisas, datas comemorativas características de países falantes de língua inglesa e seus pontos turísticos mais importantes.	- Presente Simples - Passado Simples - Futuro com GOING TO - Presente Contínuo - Passado Contínuo	- Preposição - Artigo; Classificação

- Utilizar, nos textos produzidos, recursos coesivos gramaticais e lexicais, como os pronomes, os sinônimos, os antônimos etc.	- Advérbios de Frequência e de Tempo - Preposições (de lugar e tempo) <i>IN, ON, AT</i>
- Falar sobre ações presentes, passadas e futuras; perguntando e respondendo sobre idade, nacionalidade, horas, preferências, hábitos, ocupações e planos.	- Imperativo (afirmativo e negativo); Verbo LET. - Artigos Indefinidos - Artigo Definido - THE
- Interagir por meio da língua inglesa para cumprimentar, convidar, aceitar e recusar convites, fornecer e solicitar instruções, dar opiniões e relatar acontecimentos.	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA INGLESA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender a importância de aprender a língua inglesa para o ser que vive em um mundo globalizado.	- Interpretar textos de diferentes gêneros e temáticas, inclusive aqueles que abordem a história e a luta dos povos que compõem a sociedade brasileira.	- Compreensão e interpretação de textos como reportagem, crônica, artigos, notícias, classificados, letras de música etc.	- Léxico - Verbo; Tempos Verbais; Auxiliares
- Desenvolver as habilidades linguísticas, usando estratégias verbais e não-verbais para favorecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido em situações de produção e leitura.	- Identificar o assunto principal e as informações específicas no texto escrito de diferentes gêneros textuais. - Expressar opiniões e relatar acontecimentos e fatos, tanto na oralidade quanto na escrita.	- Produções escrita e oral - Futuro Simples (WILL / SHALL) - Presente Perfeito <i>Since X For</i> - Passado Perfeito - Modais	- Adjetivo; Graus; Formas Irregulares - Pronome; Classificação
- Utilizar a língua inglesa como ferramenta de acesso a informações, tecnologias e culturas.	- Expressar habilidade, possibilidade, necessidade, obrigação, proibição, conselho, dedução e desejo.	- Adjetivos <i>Graus Comparativo e Superlativo</i> - Intensificadores	- Substantivos; Contáveis e Incontáveis - Preposição
- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreensão do mundo em que vive.	- Descrever similaridades e diferenças usando os graus comparativo e superlativo. - Utilizar, nos textos produzidos, recursos coesivos gramaticais e lexicais, como os pronomes, os advérbios, os sinônimos, os antônimos etc. - Perguntar e responder sobre hábitos e fatos, utilizando os tempos perfeitos.	- Pronomes <i>Definidos / Indefinidos; Reflexivos / Recíprocos; Relativos; Interrogativos</i> - how long - what x which - Quantificadores - Preposições (de movimento) - Advérbios de Modo e Lugar	- Advérbio; Posição na Frase

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA INGLESA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender a importância de aprender a língua inglesa para o ser que vive em um mundo globalizado.	- Analisar textos de diferentes gêneros e temáticas, inclusive aqueles que abordem a história e a luta dos povos que compõem a sociedade brasileira.	- Compreensão e interpretação de diferentes tipos de texto - Produções escrita e oral - Passado Simples X Presente Perfeito	- Léxico - Estruturas textuais e gramaticais - Verbos; Tempos; Particípio; Auxiliares
- Desenvolver as habilidades linguísticas, usando estratégias verbais e não-verbais para favorecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido em situações de produção e leitura.	- Identificar as ideias de um texto, demonstrando consciência crítica em relação a seus objetivos. - Utilizar os mecanismos de coerência e coesão na produção oral e/ou escrita.	- Condicionais - Discursos Direto e Indireto - Conjunções - Also / Too / Either / Neither	- Orações condicionais - Conjunções - Radical; Prefixo; Sufixo
- Utilizar a língua inglesa como ferramenta de acesso a informações, tecnologias e culturas.	- Identificar as funções dos conectores dentro da estrutura global do texto.	- Conjunções - Prefixos e Sufixos - Voz Passiva	
- Valorizar o conhecimento de outras culturas como forma de compreensão do mundo em que vive.	- Compreender a diferença entre Presente Perfeito, Presente Simples e Passado Simples, fazendo relação com a língua materna. - Inferir o significado de algumas palavras, através do conhecimento de prefixos e sufixos. - Utilizar a língua inglesa para expressar opiniões e ideias; apresentar sugestões; relatar o que alguém disse e pedir confirmação de uma informação apresentada. - Ampliar o conhecimento lexical, conhecendo o significado de expressões e falsos cognatas da língua inglesa.	- Tag Questions - Falsos Cognatas (II) - Infinitivo X Gerúndio - Verbos Frasais	

Língua Espanhola

A Língua Espanhola assume uma importância cada vez maior no mundo, por isso, não se pode negar a riqueza de sua expressão cultural e literária.

A referida disciplina não é apenas a Língua utilizada por nossos vizinhos mais próximos, é, também, a segunda mais importante no meio da comunicação internacional. Convém ressaltar que são cerca de 400 milhões de pessoas que se comunicam no idioma de “Cervantes”, é língua oficial em grande parte da América Latina, logo, compreende-se que a Língua Espanhola está sendo implantada como uma opção ao ensino de Língua Estrangeira no Brasil porque vivemos na promoção de relações políticas e comerciais, e, no desenvolvimento de recursos humanos, para atender o processo de comunicação entre os povos latinos.

No Brasil, é notável a presença cada vez maior do interesse pela Língua Espanhola. Sua crescente importância, devido ao MERCOSUL, tem determinado sua inclusão nos currículos escolares no Brasil e da Língua Portuguesa nos países de Língua Espanhola na América, a fim de contribuir para o fortalecimento das relações de seus habitantes.

Ao mesmo tempo, percebe-se que o contato do Brasil com a Espanha aumenta a cada dia, como se pode comprovar numa reportagem da revista Habla! de nº. 10 intitulada “Quijotes Latinos”, onde o presidente Lula recebe o premio *Don Quijote de la Mancha*, pela difusão da língua y cultura espanholas, no Brasil. Isto faz com que aprender Espanhol seja necessário em muitos âmbitos da vida profissional, social e pessoal.

É importante ressaltar a afirmação do professor pernambucano João Sedycias, estudioso do ensino de línguas no Brasil e Estados Unidos:

“A posição que a língua espanhola ocupa no mundo hoje é de tal importância que quem decidir ignorá-la não poderá fazê-lo sem correr o risco de perder muitas

oportunidades de cunho comercial, econômico, cultural, acadêmico ou pessoal. O espanhol é de suma relevância para a comunidade mundial da atualidade, não somente pelo fato de ser a língua mãe de mais de 332 milhões de pessoas na sua maioria concentradas em dois dos mais importantes continentes da nossa era (Europa e América), mas também por desempenhar um papel crucial em vários aspectos do mercado mundial contemporâneo. Depois do inglês, o espanhol é a segunda língua mais usada no comércio internacional, especialmente no eixo que liga a América do Norte, Central e do Sul”.

Assim, com o incentivo do governo federal, no sentido de tornar oficial o ensino do Espanhol, em 2005 foi aprovada a lei 11.161 pelo Congresso Nacional, sancionada no dia 05 de agosto pelo presidente da República. A disciplina Língua Espanhola será de caráter obrigatório nas escolas públicas passando por um processo de implantação durante cinco anos. Consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais no item “Conhecimento de Língua Estrangeira Moderna” páginas 147 e 149 que:

“(…) Consideradas, muitas vezes e de maneira injustificada, como disciplina pouco relevante, elas adquirem, agora, a configuração de disciplina tão importante como qualquer outra do currículo, do ponto de vista da formação do indivíduo. (...) Neste novo milênio, não é possível continuar pensando e agindo dessa forma. É imprescindível restituir ao Ensino Médio o seu papel de formador. Para tanto, é preciso reconsiderar, de maneira geral, a concepção de ensino e, em particular, a concepção de ensino de Línguas Estrangeiras. (...) Evidentemente, é fundamental atentar para a realidade: o Ensino Médio possui, entre suas funções, um compromisso com a educação para o trabalho. Daí não

poder ser ignorado tal contexto, na medida em que, no Brasil atual, é de domínio público a **grande importância** que o inglês e o espanhol têm na vida profissional das pessoas. Torna-se, pois, imprescindível incorporar as necessidades da realidade ao currículo escolar de forma a que os alunos tenham acesso, no Ensino Médio, àqueles conhecimentos que, de forma mais ou menos imediata, serão exigidos pelo mercado de trabalho. (...)” (PCN,

Faz-se concluir que o ingresso do espanhol nas Escolas Públicas é de fundamental importância, pois proporcionará ao aluno não só o estudo preparativo para os exames de seleção às universidades, mais também o conhecimento cultural que abarca esse idioma e os vários temas relacionados com o mundo estudantil. Entende-se que aprender um idioma estrangeiro não significa somente conhecer suas regras gramaticais, mas também o desenvolvimento discursivo e sócio-cultural, fazendo com que sejam capazes de comunicar-se oralmente e por escrito em situações cotidianas e formais, e que considere a língua estrangeira como um veículo não só de comunicação, mas também de interação social, sob uma perspectiva sócio-interacionista da linguagem e da construção do conhecimento.

Cabe agregar que, aprender o Espanhol significa abrir as portas de um mundo globalizado que valoriza a comunicação entre pessoas do qual já fazemos parte.

Maria da Conceição Matos Cavalcante

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

TORREGO, Leonardo Gómez. Gramática Didáctica de Español. Ed. SM.
Diccionario SEÑAS. Ed. Martins Fontes.

FANJUL, Adrián. Gramática de Español Paso a Paso. Ed. Santillana.

OSMAN, Soraia. ELIAS, Neide. Enlaces, español para jóvenes. Ed. SGEL.

ROMANOS y JACIRA. Español Expansión. Vol. único. Ed. FTD.

MILANI, Esther Maria. Gramática de Espanhol para brasileiros. Ed. Saraiva.

CHAUPIN, José Caceres. Gramática Descriptiva y Funcional de la Lengua Española.

CASTRO, Francisca. MARÍN, Fernando. Nuevo Ven 1. Español Lengua Extranjera. Ed. Edelsa.

NOVIC, Beatriz. Osuna, Miriam. Arriba! Ed. Santillana.

SIERRA, Teresa Vargas. Español Instrumental. Ed. IBPEX Revista Habla! Ed. Rickdan.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA ESPANHOLA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Promover o conhecimento da língua espanhola através da aquisição das competências básicas da comunicação, proporcionando o conhecimento e o domínio lexical, bem como as expressões específicas.	- Compreender as ideias principais dos textos que tratam de temas simples, complexos ou abstratos bem como frases e expressões. - Conhecer o uso dos artigos e suas diferenças com o português, através do artigo neutro “lo” e os “heterogênicos”.	- Compreensão e interpretação de textos. - Artigos. - Adjetivos e Pronomes possessivos, demonstrativos e indefinidos.	- Léxico; Regras de acentuação; Sinais de Pontuação; Formalidade e informalidade. - Classificação; Uso; Artigo neutro lo; Contração de artigo com preposição; Heterogênicos. - Gênero, Número, Formas.
- Desenvolver a atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento através da pesquisa, proporcionando à inserção laboral e a ampliação de novos horizontes sócio-culturais.	- Saber como utilizar os determinativos de acordo com as respectivas funções; - Compreender diferenças com o português através dos “neutros”; analisar situações de posse, demonstração e indefinição. - Conhecer o léxico a fim de que possa utilizá-lo corretamente nas mais variadas situações, perguntar e informar nacionalidade, profissão; criar estratégias de comunicação; compreender os “falsos amigos”.	- Substantivos e Adjetivos. - Pronomes pessoais - Numerais	- Classificação, Gênero, Número, Grau, Formas apocopadas; Locuções (para os adjetivos), Heterogênicos e Heterotônicos (para os substantivos); Homônimos. - Pronome pessoal sujeito; Forma tônica e átona. - Cardinais, Ordinais, Fracionários, Multiplicativos e Coletivos.
- Fomentar o uso dos recursos tecnológicos com o objetivo de aprofundar nos conhecimentos culturais do mundo hispânico.	- Diferenciar as formas de tratamento; criar estratégia de comunicação. - Analisar as diferenças com o português; perguntar e dizer a hora, número de telefone, idade, preço, etc. - Desenvolver situação de comunicação; saber perguntar e responder sobre os mais variados temas; compreender o uso das irregularidades; localizar; Falar de ações habituais; falar de ações	- Verbos - Oração interrogativa e negativa - Advérbios - Preposição	- Classificação; Modos; Formas nominais; Tempos; Verbos regulares e irregulares; Pronominais; Uso impessoal; Verbos especiais (gustar, encantar, parecer, etc). - Pronomes interrogativos; expressões de dúvida e negação. - Classificação; Uso; Locuções adverbiais; Uso do muy/mucho. - Quadro geral das preposições; Uso e significado.

presentes, passadas e futuras; expressar obrigação em forma pessoal e impessoal.
- Expressar preferências, formatar perguntas, expressar dúvida, propor planos, negar.
- Situar; Negar; Afirmar; Duvidar; Falar de quantidade, tempo e modo.
- Expressar destino; Finalidade; Companhia; Modo; Origem no tempo e espaço; Lugar; Momento do dia; Causa; Direção.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA ESPANHOLA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Promover o conhecimento da língua espanhola através da aquisição das competências básicas da comunicação, proporcionando o conhecimento e o domínio lexical, bem como as expressões específicas.	- Compreender as ideias principais dos textos que tratam de temas simples, complexos ou abstratos bem como frases e expressões. - Expressar destino; Finalidade; Companhia; Modo; Origem no tempo e espaço; Lugar; Momento do dia; Causa; Direção.	- Compreensão e interpretação de textos - Sintaxe das preposições	- Léxico; Regras de acentuação; Sinais de Pontuação; Formalidade e informalidade. - Quadro geral das preposições; Uso e significado; Locuções prepositivas; Regência preposicional.
- Desenvolver a atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento através da pesquisa, proporcionando à inserção laboral e a ampliação de novos horizontes sócio-culturais.	- Expressar destino, posse, origem e término no tempo e espaço; Matéria; Objeto direto de pessoa. - Expressar-se corretamente a partir das locuções prepositivas. - Identificar significados diferentes através da regência preposicional.	- Sintaxe das conjunções - Comparação.	- Classificação; Significado; Uso. - Grau comparativo de igualdade, superioridade e inferioridade; Grau superlativo relativo e absoluto; Comparação com adjetivos, Substantivos e advérbios; Formas especiais dos graus.
- Fomentar o uso dos recursos tecnológicos com o objetivo de aprofundar nos conhecimentos culturais do mundo hispânico;	- Expressar desejos, necessidades, probabilidade, planos, causa, consequência, dúvidas, hipóteses, condição, concessão; - Contrapor ideias; - Unir termos de uma mesma oração.	- A interrogativa indireta. - Pronomes Relativos.	- Pronomes interrogativos; Verbos que indicam entendimento interrogativo.
- Explorar a compreensão da leitura e produção escrita através de textos didáticos bem como literários a fim de desenvolver uma vontade de integração e respeito às diferenças.	- Fazer comparações através dos graus comparativo e superlativo. - Valorizar a diversidade dos patrimônios, identificando-os em diferentes sociedades e lugares.	- Pronomes Complemento (átonos e tônicos). - Conjugação verbal	- Quadro geral dos pronomes relativos; Formas e uso; Funções do relativo “que”. - Funções das formas átonas; Ordem de colocação dos pronomes átonos na frase; Colocação dos pronomes átonos nas orações em relação ao verbo; Uso de leísmo, láismo e loísmo; “se”

- Compreender o sentido interrogativo da frase sem fazer uso do signo de interrogação.	variante de le e les; “se” como componente de um verbo pronominal; uso das formas tônicas; pronomes de objeto direto e indireto.
- Identificar perguntas introduzidas por um verbo ou locução de entendimento como: saber, mirar, perguntar, decir, etc.	- Modos verbais; Tempos verbais; formas nominais regulares e irregulares; A irregularidade de acordo com cada tempo verbal; Formação do imperativo afirmativo e negativo; Perífrases verbais.
- Reconhecer na oração o termo mencionado anteriormente, chamado antecedente.	
- Identificar pessoa e coisa.	
- Substituir substantivos próprios ou comuns pelo pronome átono.	
- Utilizar a forma tônica em expressões que indicam acordo ou desacordo.	
- Analisar cada oração para que possa realizar corretamente a substituição nas formas de objeto direto e/ou indireto.	
- Desenvolver situação de comunicação; saber perguntar e responder sobre os mais variados temas; compreender o uso das irregularidades; localizar. Falar de ações habituais; falar de ações presentes, passadas e futuras; expressar obrigação em forma pessoal e impessoal.	
- Expressar ações não reais.	
- Expressar ordem, mando, conselho, desejo, etc.	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA ESPANHOLA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Promover o conhecimento da língua espanhola através da aquisição das competências básicas da comunicação, proporcionando o conhecimento e o domínio lexical, bem como as expressões específicas. - Desenvolver a atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento através da pesquisa, proporcionando à inserção laboral e a ampliação de novos horizontes sócio-culturais. - Fomentar o uso dos recursos tecnológicos com o objetivo de aprofundar nos conhecimentos culturais do mundo hispânico. - Explorar a compreensão da leitura e produção escrita através de textos didáticos bem como literários a fim de desenvolver uma vontade de integração e respeito às diferenças. - 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as ideias principais dos textos que tratam de temas simples, complexos ou abstratos bem como frases e expressões. - Desenvolver situação de comunicação; saber perguntar e responder sobre os mais variados temas; compreender o uso das irregularidades; localizar; falar de ações habituais; falar de ações presentes, passadas e futuras; expressar obrigação em forma pessoal e impessoal. - Expressar ações não reais. - Expressar ordem, mando, conselho, desejo, etc. - Reconhecer a diferença do uso da voz passiva do espanhol para o para o português, compreendendo e analisando cada situação apresentada. - Identificar a voz verbal e saber convertê-la a ativa ou passiva. - Expressar que não interessa quem é o sujeito da ação através do uso da impessoalidade com a partícula “se” em diversos tipos de orações. - Identificar o uso dos verbos ser e estar através de cada oração 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão e interpretação de textos. - Conjugação verbal. - Vozes verbais. - Sintaxe de ser e estar. - Orações. - Regência verbal e nominal. - Concordância verbal e nominal. - Pronome complemento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Léxico; Regras de acentuação; Sinais de Pontuação; Formalidade e informalidade. - Modos verbais; Tempos verbais; formas nominais regulares e irregulares; Características e usos das formas nominais; A irregularidade de acordo com cada tempo verbal; Formação do imperativo afirmativo e negativo; Perífrases verbais. - Formação da voz passiva; Tipos de voz passiva (impessoal e refleja); Transformação de ativa em passiva e viceversa; Formação da passiva com os verbos ser e estar. - Características e usos; significado de adjetivos comuns aos dois verbos e a cada um deles separadamente; Expressões com o verbo estar; Contraste entre ser e estar. - Definição; Partes da oração; Tipos; Classificação; Tipos de orações coordenadas e subordinadas; Tipos de orações segundo seu significado.

<ul style="list-style-type: none"> - apresentada e definir suas características. - Observar e analisar nas orações a mudança de significado de adjetivos quando estes vem acompanhados com ser e estar. - Identificar e analisar os diversos tipos de orações segundo o significado, a coordenação e a subordinação. - Conhecer e analisar alguns adjetivos, substantivos e verbos regidos com preposição, estabelecidos por uma relação de dependência, a fim de completar o sentido da oração. - Igualar em gênero e número o adjetivo e/ou artigo ao substantivo. - Igualar em número e pessoa o verbo ao sujeito da frase. - Concordar elementos de uma frase de acordo com suas flexões. - Substituir substantivos próprios ou comuns pelo pronome átono. - Utilizar a forma tônica em expressões que indicam acordo ou desacordo. - Analisar cada oração para que possa realizar corretamente a substituição nas formas de objeto direto e/ou indireto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Substantivos, adjetivos e verbos que admitem preposição adequada a cada sentido da oração. - Tipos de concordância; Regras gerais de cada uma delas e seus respectivos casos especiais. - Funções das formas átonas; Ordem de colocação dos pronomes átonos na frase; Colocação dos pronomes átonos nas orações em relação ao verbo; Uso de leísmo, láismo e loísmo; “se” variante de le e les; “se” como componente de um verbo pronominal; uso das formas tônicas; pronomes de objeto direto e indireto.
---	--

Arte

O ensino de Arte na Educação Básica faz parte da área da Linguagem. Denominada de Comunicação e Expressão passou a integrar com a adoção dos PCN a área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias.

Essa área, anteriormente conhecida sob a nomenclatura de “Educação Artística”, e hoje “Arte”, foi se profissionalizando aos poucos e ainda continua sendo alvo de críticas quanto à sua importância no currículo escolar.

Percebe-se no corpo docente e também docente escolar muitas rejeições a essa disciplina, visto que:

I) anteriormente à implantação dos cursos de nível superior para formação de professores de Arte, as atividades desenvolvidas enfocavam apenas os trabalhos manuais e a prática de eventos em datas comemorativas;

II) na maioria das instituições de Ensino Superior é uma disciplina que não é exigida nos exames vestibulares para o ingresso em seus cursos, e quando existem provas que envolvem os conteúdos de Arte, elas fazem parte dos conhecimentos específicos para as áreas de Licenciatura e Bacharelado em Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Dança;

III) não são adotados livros didáticos de Arte para as diversas séries nas redes públicas (Federal, Estadual, Municipal) e privadas de ensino. Essa ausência levanta indagações sobre se seriam necessárias referências bibliográficas para a Arte, se os alunos deveriam desenvolver a leitura da História da Arte e se o livro didático seria uma das ferramentas que poderia contribuir para a valorização dessa disciplina.

É necessário repensar quanto ao ensino de Arte e quais conteúdos e conceitos devem ser desenvolvidos nas diversas séries, salientando que estão englobados na referida área as linguagens das Artes Visuais, Teatro, Música, Cultura Afro-brasileira e Indígena em conformidade à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas reformas posteriores através da Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008 e da Lei nº. 11.769, de 18 de agosto de 2008.

Além da inserção do ensino de Arte na rede educacional, através de Decretos e Leis que regem a Educação Básica, surgiram na contemporaneidade várias teorias e propostas pedagógicas, dentre as quais se destacam a “interdisciplinaridade” e os “temas transversais”. Pode-se perceber que os conteúdos da Arte podem ser apreciados, contextualizados e produzidos na escola, no sentido de compreender a expressão e comunicação de diversos povos através de suas manifestações artísticas, desenvolver a cidadania ao respeitar essas produções e valorizar a diversidade do patrimônio cultural de um povo.

Atualmente, pode-se desenvolver o ensino da área de Educação Artística através da “Proposta Triangular para o Ensino da Arte” que foi difundida no Brasil por Ana Mae Barbosa, a partir da década de 80, em que faz a integração entre a “apreciação”, a “contextualização” e a “produção” da obra de Arte.

Essa proposta foi muito difundida para o ensino voltado à linguagem das Artes Plásticas/Artes Visuais. Porém, é preciso refletir e analisar que também poderá ser aplicada no ensino de outras linguagens artísticas, como o Teatro e a Música.

O ensino de Arte à época da aprovação do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 era desenvolvido com ênfase aos *Trabalhos Manuais* tanto para meninos quanto para meninas, além de *Desenho* e *Canto*.

Hoje, com a definição das linguagens artísticas como as Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Dança e das licenciaturas para formação de um corpo docente para essas áreas, as atividades de produção necessitam de professores habilitados para o seu desenvolvimento, salientando que o ensino de Arte na Educação Básica não visa à formação do artista.

Um professor não habilitado, nestas linguagens, poderá desvalorizar cada vez mais essa área, ao propor apenas as atividades de “produção”. Para exemplificar, quanto ao ensino do Teatro e as atividades de “jogos dramáticos” ou “jogos teatrais” sem os fundamentos para a aplicabilidade desse jogo, os alunos confundirão as aulas de Teatro com uma simples recreação.

É necessário para o desenvolvimento do ensino de uma das linguagens artísticas, no que se refere às suas atividades práticas, que ela esteja relacionada com a apreciação e contextualização de uma obra.

A diversidade de estilos, de manifestações, de estéticas e de avanços tecnológicos na sociedade contemporânea exige uma formação contextual da Arte e sua evolução através do tempo, com o objetivo de formar uma cidadania apreciadora, pensante e questionadora, formando assim um novo público apreciador para as Artes Visuais, o Teatro, a Música e a Dança.

É necessário, então, professores habilitados nas diversas linguagens artísticas, com conhecimento das Leis que regem a educação brasileira e incluem o ensino da Arte na escola, conhecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte, dos livros didáticos e dos fundamentos teóricos para o seu desenvolvimento nas diversas séries.

Verificada a legalidade e obrigatoriedade do ensino de Arte no currículo escolar através da LDB, e ao mesmo tempo, a carência na seleção de conteúdos direcionados aos três anos do Ensino Médio, este referencial curricular tem como objetivo a indicação de conteúdos de Artes Visuais, Teatro, Música, Cultura Afro-brasileira e Indígena Brasileira, em conformidade à LDB a serem desenvolvidos e dessa forma contribuir para a valorização do ensino de História da Arte na Educação Básica.

Almir Tavares da Silva

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, Jaqueline. **Projeto educação para o século XXI** / Jaqueline Arruda, Roseli Ventrella. 1.ed. São Paulo: moderna, 2002. (série link da arte, 4.v.).

Arte-educação: leitura no subsolo. Ana Mae Barbosa (org.). São Paulo: Cortez, 1999.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. **Arte-educação no Brasil.** São Paulo: Peerspectiva, 1995.

BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

BRASIL. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 19 out 2009.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10, jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10_639.htm>. Acesso em: 27 out 2009.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11, mar. 2008. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocu.mento.action?id=256903&titulo=LEI%2011645%20de%2010/03/2008%20-%20LEI%20ORDINÁRIA>>. Acesso em: 27 out 2009.

BRASIL. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19, ago. 2008. Col.1, p.1. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocu.mento.action?id=257518&titulo=LEI%2011769%20de%2018/08/2008%20-%20LEI%20ORDINÁRIA>>. Acesso em: 12 out 2009.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12, ago. 1971. Col.1, p.6377. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocu.mento.action?id=102368&titulo=LEI%205692%20de%2011/08/1971%20-%20LEI%20ORDINÁRIA>>.

Acesso em: 12 out 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23, dez. 1996. Col.1, p.27833. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/DefaultDoc/mento.action?id=102480&titulo=LEI%209394%20de%2020/12/1996%20-%20LEI%20ORDINÁRIA>>. Acesso em: 12 out 2009.

BRIOSCHI, Gabriela. **Arte hoje**. São Paulo: FTD, 2003. Coleção Arte hoje, 5ª a 8ª série.

CALABRIA, Carla Paula Brondi. **Arte, história e produção 1: Brasil / Carla Paula Brondi Calabria, Raquel Valle Martins**. Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2009.

_____. **Arte, história e produção 2: Mundo / Carla Paula Brondi Calabria, Raquel Valle Martins**. Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2009.

CANTELE, Angela Leonardi. **Arte e habilidade: livro do professor / Angela Anita Cantele, Bruna Renata Cantele**. São Paulo: IBEP, 2007. (5ª a 8ª série).

COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento: as bases intelectuais do teatro na educação**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CUMMING, Robert. **Para entender a arte**. São Paulo: Ática, 1996.

Educação artística: luxo ou necessidade? Louis Porcher (org.). São Paulo: Summus, 1982.

Enciclopédia do estudante: história da arte: artistas, estilos e obras-primas / Leonardo dos Passos Miranda Name, Daniela dos Passos Miranda Name [editor Oscar Pilagallo Filho]. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2008. v.19.

Enciclopédia do estudante: música: compositores, gêneros e instrumentos, do erudito ao popular / Newton de Salles Gonçalves, Wagner Amoroso; [tradutor, editor Oscar Pilagallo Filho]. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2008, v.13.

FEIST, Hildegard. **Pequena viagem pelo mundo da arte**. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **Pequena viagem pelo mundo do teatro**. São Paulo: Moderna, 2005.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e.. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HADDAD, Denise Akel. **A arte de fazer arte – 5ª série / Denise Akel Haddad, Dulce Gonçalves Morbin**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **A arte de fazer arte – 6ª série / Denise Akel Haddad, Dulce Gonçalves Morbin**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **A arte de fazer arte – 7ª série / Denise Akel Haddad, Dulce Gonçalves Morbin**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **A arte de fazer arte – 8ª série / Denise Akel Haddad, Dulce Gonçalves Morbin**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

IAVELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

JAPIASSU, Ricardo O. V. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música**. São Paulo: Scipione, 1997.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos Teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. v.1.

Linguagens, códigos e suas tecnologias. / Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília : MEC ; SEMTEC, 2002. 244 p. [PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais].

MAGALDI, Sábado. **Panorama do teatro brasileiro**. São Paulo: Global, 1997.

MEIRA, Beá. **Arte, 5ª série: livro do professor / Beá Meira**. São Paulo: Scipione, 2006. Col. Projeto Radix.

_____. **Arte, 6ª série: livro do professor / Beá Meira**. São

Paulo: Scipione, 2006. Col. Projeto Radix.

_____. **Arte, 7ª série: livro do professor / Beá Meira**. São Paulo: Scipione, 2006. Col. Projeto Radix.

_____. **Arte, 8ª série: livro do professor / Beá Meira**. São Paulo: Scipione, 2006. Col. Projeto Radix.

MONTANARI, Valdir. **História da música: da idade da pedra à idade do rock**. São Paulo: Ática, 2001.

O ensino das artes: construindo caminhos. Sueli Ferreira (org.). Campinas, SP: Papyrus, 2001.

Parâmetros curriculares nacionais : arte / secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. PRADO, Décio de Almeida. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PROENÇA, Graça. **Descobrimo a história da arte**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **História da arte**. São Paulo: Ática, 2003.

REVERBEL, Olga. **Jogos teatrais na escola: atividades globais de expressão**. São Paulo: Scipione, 1996. _____ **Teatro na escola**. São Paulo: Scipione, 1997.

SLADE, Peter. **O jogo dramático infantil**. São Paulo: Summus, 1978.

SOUSA, Alberto B. **Educação pela arte e artes na educação: 1º volume, bases psicopedagógicas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

_____. **Educação pela arte e artes na educação: 2º volume, drama e dança**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

_____. **Educação pela arte e artes na educação: 3º volume, música e artes plásticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o Teatro**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

STRICKLAND, Carol. **Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

TIRAPELI, Percival. **Arte colonial: barroco e rococó – do**

século 16 ao 18

. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

_____. **Arte imperial: do neoclássico ao ecletismo – século 19**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

_____. **Arte indígena: do pré-colonial à contemporaneidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

_____. **Arte moderna e contemporânea: figuração, abstração e novos meios – séculos 20 e 21**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

_____. **Arte popular séculos 20 e 21**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ARTE – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Ser capaz de estudar a arte no diálogo imprescindível com a História;	- Relacionar as expressões artísticas dos povos primitivos às suas manifestações ritualísticas e necessidades de sobrevivência;	- Arte Primitiva Brasileira	- Pinturas rupestres, motivos naturalistas e geométricos, Sítios arqueológicos.
- Appreciar as diversas manifestações artísticas relacionando-as ao seu contexto histórico;	- Relacionar as manifestações e produções dos indígenas brasileiros às necessidades da vida em comunidade;	- Arte Indígena Brasileira	- Rituais, pintura, escultura, arte utilitária, máscaras.
- Perceber a riqueza cultural dos diferentes povos através da pluralidade de estilos encontrados nas linguagens artísticas;	- Conhecer as construções simples e os processos técnicos de complexificação arquitetônica na colônia brasileira;	- Arte Colonial Brasileira	- Arquitetura religiosa, engenhos, fazendas, fortalezas, Arte dos holandeses no Brasil.
- Conhecer as manifestações artísticas dos grupos étnicos negros e indígenas brasileiros nas Artes Visuais e na Música, as suas características e a contribuição para a formação e diversidade cultural do país.	- Perceber as diferenças e similaridades do Barroco europeu na Arte Barroca Brasileira;	- Arte indígena do povo Xokó	- Pintura, escultura, arquitetura, Obra.
- Descobrir a importância do estudo da História da Arte e sua contribuição na formação da cidadania;	- Identificar e contextualizar os elementos culturais africanos nas manifestações culturais brasileira;	- Arte Barroca Brasileira	- Congada, bumba-meu-boi, dança de coco.
- Appreciar, contextualizar e entender o fazer artístico visando o respeito às manifestações artísticas de outras civilizações;	- Valorizar os elementos de expressão popular através do teatro de bonecos.	- Cultura Afro-Brasileira	- Fantoche, mamulengo, boneco de vara, marionete de fio.
- Formar uma visão crítica e estética diante de novas expressões artísticas na contemporaneidade.		- Teatro de Bonecos	

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ARTE – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Ser capaz de estudar a arte no diálogo imprescindível com a História;	- Compreender a relação entre a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e o incentivo às expressões artísticas naquele período, sobretudo as de ascendência europeia;	- Arte Imperial / Neoclássica Brasileira	- Família Real, Missão, Escola de Belas Artes, Pintura Acadêmica, escultura, arquitetura, Ecletismo, Art Nouveau.
- Appreciar as diversas manifestações artísticas relacionando-as ao seu contexto histórico;	- Perceber a influência de uma nova concepção estética nas linguagens artísticas desenvolvidas no país;	- Arte Moderna Brasileira	- Arte Moderna, Expressionismo, Cubismo, Fovismo, Surrealismo, Pintura, Escultura, Gravura.
- Perceber a riqueza cultural dos diferentes povos através da pluralidade de estilos encontrados nas linguagens artísticas;	- Entender o contexto cultural e as influências do modernismo europeu nas novas expressões artísticas adaptadas à cultura brasileira;	- Teatro de Sombra e Teatro de Formas Animadas	- Formas geométricas, Sombras, Formas animadas.
- Conhecer as manifestações artísticas dos grupos étnicos negros e indígenas brasileiros nas Artes Visuais e na Música, as suas características e a contribuição para a formação e diversidade cultural do país.	- Refletir sobre a presença do negro e do indígena na obra dos diversos autores que produziram a arte brasileira nesse período;	- Cultura Afro-Brasileira	- Maracatu, capoeira, samba, pagode.
- Descobrir a importância do estudo da História da Arte e sua contribuição na formação da cidadania;	- Valorizar os elementos de expressão popular através do teatro de sombras e formas animadas;		
- Appreciar, contextualizar e entender o fazer artístico visando o respeito às manifestações artísticas de outras civilizações;	- Conhecer e compreender o lugar dos elementos culturais africanos nas manifestações culturais brasileiras.		
- Formar uma visão crítica e estética diante de novas expressões artísticas na contemporaneidade.			

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ARTE – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Ser capaz de estudar a arte no diálogo imprescindível com a História; - Appreciar as diversas manifestações artísticas relacionando-as ao seu contexto histórico; - Perceber a riqueza cultural dos diferentes povos através da pluralidade de estilos encontrados nas linguagens artísticas; - Conhecer as manifestações artísticas dos grupos étnicos negros e indígenas brasileiros nas Artes Visuais e na Música, as suas características e a contribuição para a formação e diversidade cultural do país. - Descobrir a importância do estudo da História da Arte e sua contribuição na formação da cidadania; - Appreciar, contextualizar e entender o fazer artístico visando o respeito às manifestações artísticas de outras civilizações; - Formar uma visão crítica e estética diante de novas expressões artísticas na contemporaneidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar as expressões artísticas dos povos “primitivos” às suas manifestações ritualísticas e necessidades de sobrevivência; - Perceber a influência da religião egípcia na concepção da pintura, escultura e arquitetura; - Compreender o contexto cultural, e nele, a mitologia greco-romana, o registro do cotidiano e de seus deuses nas diferentes linguagens artísticas; - Conhecer os temas religiosos representados na arte, o controle exercido pela Igreja Católica sobre uma civilização e sobre os artistas/artesãos na construção de obras de arte para propagação do Catolicismo; - Analisar o contexto renascentista e os estudos científicos, anatômicos e matemáticos na concepção da arte; - Caracterizar o período barroco através da apreciação da pintura, escultura e arquitetura influenciadas pela Contrarreforma; - Contextualizar a forte influência dos gregos e romanos nas obras neoclássicas; - Conhecer as influências europeias cristãs no teatro brasileiro de catequese dos índios, e a produção dos seus primeiros dramaturgos; - Contextualizar e relacionar as expressões musicais dos povos da antiguidade com o período estudado na história da pintura, escultura e arquitetura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arte Primitiva - Arte Egípcia - Arte Grego-romana - Arte Medieval - Arte Renascentista - Arte Barroca - Arte Neoclássica - Teatro no Brasil - Música na antiguidade, Música na Idade Média, Música Barroca, Música Clássica, Música Romântica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pintura rupestre, período paleolítico, período neolítico, escultura - Religião, pintura, escultura, arquitetura - Mitologia, pintura, escultura, arquitetura, teatro. - Cristianismo; Arte Bizantina – Pintura, Escultura, Mosaicos, Arquitetura; Arte Românica – Pintura, Afrescos, Iluminuras, Arquitetura; Arte Gótica – Escultura, Vitral, Arquitetura - Renascimento Cultural, mecenato, afrescos, pintura, escultura, arquitetura, - Reforma e Contrarreforma, pintura, escultura, arquitetura - Cultura Greco-romana, pintura, escultura, arquitetura - Manifestação, Teatro, o bumba-meu-boi, Drama, Dramaturgo, Dramaturgia, Literato, Literatura. - Música, Ritual, Instrumentos musicais, Composição, Compositor, Compositores clássicos, barrocos e românticos.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ARTE – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Ser capaz de estudar a arte no diálogo imprescindível com a História; - Appreciar as diversas manifestações artísticas relacionando-as ao seu contexto histórico; - Perceber a riqueza cultural dos diferentes povos através da pluralidade de estilos encontrados nas linguagens artísticas; - Conhecer as manifestações artísticas dos grupos étnicos negros e indígenas brasileiros nas Artes Visuais e na Música, as suas características e a contribuição para a formação e diversidade cultural do país. - Descobrir a importância do estudo da História da Arte e sua contribuição na formação da cidadania; - Appreciar, contextualizar e entender o fazer artístico visando o respeito às manifestações artísticas de outras civilizações; - Formar uma visão crítica e estética diante de novas expressões artísticas na contemporaneidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entender o sentido de nacionalidade e subjetivismo do período romântico; - Conhecer os temas realistas e sociais nas obras de arte e a reação ao movimento romântico; - Contextualizar as produções artísticas impressionistas e pós-impressionistas com a tecnologia da época, como a fotografia, e sua libertação da representação realista; - Compreender a expressividade como uma nova estética na arte expressionista; - Entender a diversidade de expressões refletidas na arte no contexto da 1ª Guerra Mundial; - Compreender o contexto cultural, a criação de companhias e a afirmação de um teatro brasileiro; - Conhecer o Teatro Experimental Negro (TEN) como um espaço complexo de formação e luta cultural do povo negro no país; - Conhecer as mudanças na música relacionando-as ao seu contexto histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arte Romântica - Arte Realista - Arte Impressionista e Pós-Impressionista - Arte Expressionista - Arte Moderna - Teatro no Brasil – Séc. XX - Música no Século XIX e XX 	<ul style="list-style-type: none"> - Contexto histórico, pintura, escultura; - Pintura, escultura, arquitetura - Pintura, pontilhismo - Pintura - Pintura, escultura, Cubismo, Fauvismo, Futurismo, Abstracionismo, Dadaísmo, Surrealismo, Arquitetura, História em quadros. - Companhias de teatro, modernismo no teatro brasileiro, TEN; - Música Romântica; Blues; Jazz; Rock; Música Eletrônica

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – ARTE – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a interdisciplinaridade Arte – História – Literatura; - Apreciar as diversas manifestações artísticas relacionando-as ao seu contexto histórico; - Perceber a riqueza cultural dos diferentes povos através da pluralidade de estilos encontrados nas linguagens artísticas; - Conhecer as manifestações artísticas dos grupos étnicos negros e indígenas brasileiros nas Artes Visuais e na Música, as suas características e a contribuição para a formação e diversidade cultural do país. - Descobrir a importância do estudo da História da Arte e sua contribuição na formação da cidadania; - Apreciar, contextualizar e entender o fazer artístico visando o respeito às manifestações artísticas de outras civilizações; - Formar uma visão crítica e estética diante de novas expressões artísticas na contemporaneidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber a evolução da tecnologia, assim como, sua influência na arte e evolução do áudio visual; - Identificar os elementos culturais de uma época na produção artística; - Compreender o contexto cultural e a presença da religiosidade nas manifestações teatrais; - Conhecer as mudanças na música brasileira relacionando-as ao seu contexto histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arte Contemporânea - Séc. XX - Arte Contemporânea - Séc. XX - Teatro na Europa - Música Brasileira 	<ul style="list-style-type: none"> - Op art; Pop art; Escultura abstrata; Grafite; Arte Cinética; Arte conceitual; Instalação; Arquitetura - Arte ambiental; Arte efêmera; Arte minimalista; Happening; Arte performática; Body art; Vídeo instalação - Origem do teatro: Teatro Greco-romano; Teatro Medieval; Teatro Elizabetano; Teatro Clássico Francês - O modernismo na música brasileira; Bossa nova; Jovem guarda; Tropicalismo; Rock anos 80/90

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – ARTE – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a interdisciplinaridade Arte – História – Literatura; - Apreciar as diversas manifestações artísticas relacionando-as ao seu contexto histórico; - Perceber a riqueza cultural dos diferentes povos através da pluralidade de estilos encontrados nas linguagens artísticas; - Conhecer as manifestações artísticas dos grupos étnicos negros e indígenas brasileiros nas Artes Visuais e na Música, as suas características e a contribuição para a formação e diversidade cultural do país. - Descobrir a importância do estudo da História da Arte e sua contribuição na formação da cidadania; - Apreciar, contextualizar e entender o fazer artístico visando o respeito às manifestações artísticas de outras civilizações; - Formar uma visão crítica e estética diante de novas expressões artísticas na contemporaneidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber a evolução da tecnologia, assim como, sua influência na arte e evolução do áudio visual; - Identificar os elementos culturais de uma época na produção artística; - Compreender o contexto cultural e a influência dos conflitos entre guerras nas obras dos autores teatrais; - Conhecer a diversidade e a influência dos ritmos africanos na música brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arte Contemporânea - Brasileira – Séc. XX - Arte Contemporânea - Brasileira – Séc. XX - Teatro Europeu - Música + Cultura Afro-brasileira 	<ul style="list-style-type: none"> - Abstracionismo; Op art; Escultura; Gravura; Grafite; Concretismo; Arquitetura - Arte conceitual; Art brut; Arte cinética; Instalação; Performance; Happening - Teatro realista, Teatro épico, Teatro do Absurdo, Teatro norte-americano - 4. Blues; Jazz; Samba; Reggae; Rock; Heavy metal; Punk; Rap; Break; Hip-hop; Soul music; Funk

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – ARTE – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a interdisciplinaridade Arte – História – Literatura; - Apreciar as diversas manifestações artísticas relacionando-as ao seu contexto histórico; - Perceber a riqueza cultural dos diferentes povos através da pluralidade de estilos encontrados nas linguagens artísticas; - Conhecer as manifestações artísticas dos grupos étnicos negros e indígenas brasileiros nas Artes Visuais e na Música, as suas características e a contribuição para a formação e diversidade cultural do país. - Descobrir a importância do estudo da História da Arte e sua contribuição na formação da cidadania; - Apreciar, contextualizar e entender o fazer artístico visando o respeito às manifestações artísticas de outras civilizações; - Formar uma visão crítica e estética diante de novas expressões artísticas na contemporaneidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e valorizar os elementos culturais locais na sua produção artesanal; - Conhecer as produções artísticas populares e as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro; - Compreender o contexto cultural, a criação de companhias, a afirmação do teatro brasileiro e as novas tendências de representação teatral; - Conhecer a diversidade e a influência dos ritmos africanos na música brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arte Popular Brasileira - Arte Popular Brasileira - Teatro no Brasil no Século XX - Música + Cultura Afro-Brasileira Século XX 	<ul style="list-style-type: none"> - Artesanato; Trabalhos em madeira, argila; Pintura; Arte naïf; Xilogravura; - Literatura de cordel, Festas populares, - Companhias de teatro no Brasil; Teatro Oficina; Teatro de Arena; Besteira; Stand-up; Teatro local - Modinha; Lundu; Maxixe; Samba; Xote; Xaxado; Baião; Frevo; Forró; Maracatu; Pagode; Lambada; Timbalada; Axé



7.1.5. Educação Física

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - lei n.º 9.394/96) estabeleceu em seu artigo 26, os rumos que a Educação Física devia seguir, promulgada na tentativa de transformar o ensino brasileiro. Com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 surgiu a possibilidade de elaborar um programa curricular integrado à proposta pedagógica da escola, visando ampliar o conhecimento do aluno justificando a Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica.

A Proposta Curricular apresentada por meio deste documento destina-se aos professores do Ensino Fundamental e Médio. Este documento foi desenvolvido a partir da construção coletiva entre os professores das Diretorias de Educação de Sergipe, que tomaram como base os conteúdos elencados a partir das propostas apresentadas pelas Diretorias Regionais em um trabalho iniciado desde 1999 e compilada em 2006 no I Seminário do Ensino Médio. A intenção foi ressaltar a importância da Educação Física e nortear a atuação do professor no processo educacional, sendo a mesma oferecida de forma unificada para todo o Estado.

As sugestões aqui apresentadas representam um referencial cujas atividades serão metodologicamente planejadas e aplicadas pelos professores de forma independente, ou seja, cada um construirá seu próprio percurso, de acordo com a realidade da escola a que este pertence, para atingir um objetivo comum que é proporcionar aos alunos o acesso aos conhecimentos da cultura corporal do movimento, categorizada pelos PCN'S (1997) em: atividades rítmicas expressivas; jogos; ginástica; lutas; esportes e conhecimentos sobre o corpo.

Por meio de atividades didático-pedagógicas e da articulação entre teoria e prática, professor e aluno são convidados a aprender juntos, fazendo escolhas, selecionando alternativas, testando limites, questionando valores, métodos e tendências. Deste modo, pretende-se contribuir para o desenvolvimento do trabalho do professor, ampliar as possibilidades cognitivas da criança e incluir eixos temáticos ligados à formação da cidadania.

Ana Lúcia Muffareg Silva
Marilene Mendes da Costa
Marlaine Lopes de Almeida
Rivanna Conceição Santos



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALENCAR, E. M. L. S. de. **Psicologia**: introdução aos princípios básicos do comportamento. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BENJAMIN, W. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.
- BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.
- BOMTEMPO, E. HUSSEIN, C.L.; TREVISAN, M. A. **psicologia do brinquedo**: aspectos teóricos e metodológicos. São Paulo: nova Stella, 1986.
- BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo capitalista. In: Oliveira, V. M. de (Org.). **Fundamentos pedagógicos**: Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 1999. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas.
- BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. São Paulo: Copeusp, 1995.
- BROWN, G. **Jogos cooperativos**: teoria e prática. São Leopoldo: Sinodal, 1994.
- DAÓLIO, J. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 1994.
- DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Omar Moreira de. **Para ensinar educação física**: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.
- FREIRE, J. P. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1989.
- GALLAHUE, David L. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2003.
- GALVÃO, Z. **A construção do jogo na escola**. Motriz, 1996.
- GALLARDO, Jorge Sérgio Pérez. **Didática de Educação Física**: a criança em movimento: jogo, prazer e transformação – São Paulo: FTD, 1998.
- GARGANTA, J. **O ensino dos jogos desportivos**. 2. ed. Porto:

- Centro de Estudos dos Jogos Desportivos, 1995.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. Pró-Posições, 1995.
- LAFFRANCHI, Bárbara. **Treinamento desportivo aplicado à ginástica rítmica**. Londrina: UNOPAR, 2001.
- MONTAGNER, P. C.; SCAGLIA, A. J.; SOUZA, A. J. **Pedagogia da competição em esportes**: da teoria à busca de uma proposta prática escolar. Revista Motus Corporis, Rio de Janeiro, 2001.
- NETO, Carlos Alberto Ferreira. **Motricidade e jogo na infância**. 2. ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 1999.
- TANI, G. O. **Educação Física Escolar**: Fundamentos de uma Abordagem Desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.
- ORLICK, T. **Vencendo a Competição**. São Paulo: Circulo do livro, 1989.
- PAES, R. R. **O esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental**. 1996. 200p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- RODRIGUES, M. **Manual teórico-prático de Educação Física infantil**. 7. ed. São Paulo: Icone, 1989.
- SCARPARTO, Marta. Et al. **Educação Física**: como planejar as aulas de Educação na educação básica. São Paulo: Avercamp, 2007.
- TEIXEIRA, Hudson Ventura. **Educação Física e Desportos**. São Paulo-SP. Editora SARAIVA: 4ª ed. 1999.
- TIRADO, Augusto C.S.B. **Meu primeiro livro de xadrez**: curso para escolares. Curitiba: 2003.
- VIEIRA, Ester de Azevedo. **Ginástica Rítmica Desportiva**. São Paulo: IBRASA, 1982.
- www.fe.usp.br/laboratorios/labrimp/labrimp1.htm
- www.jogos.antigos.nom.br/artigos.asp
- www.brinquedotecavirtual.unopar.br
- www.cooperando.com.br
- www.uol.com.br/fo/brasil500/brinca9.htm
- estadao.com.br/ext/especiais/indios/brincadeiras.htm

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Organizar jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível; - Compreender as alterações corporais individualmente e em grupos, considerando as noções de esforço, intensidade e frequência por meio de planejamento e sistematização de suas práticas; - Saber diferenciar os contextos amador, recreativo, escolar e profissional na prática esportiva reconhecendo e evitando o caráter essencialmente competitivo; - Apreciar esportes e lutas considerando alguns aspectos técnicos, táticos e estéticos, compreendendo as regras mais complexas e as estratégias de jogo; - Conhecer os limites e as possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para manutenção da saúde; - Analisar alguns dos padrões de beleza, saúde e desempenho presentes no cotidiano, e compreender sua inserção no contexto sociocultural em que são produzidos, despertando para o senso crítico e relacionando-os com as práticas da cultura corporal de movimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar as atividades aplicadas em brincadeira, jogo e esporte; - Compreender o desenvolvimento das capacidades físicas a partir da percepção da individualidade biológica; Diferenciar as situações de esforço aeróbico, anaeróbico e repouso; - Melhorar a consciência corporal, aprendendo a avaliar e controlar os movimentos em situações adversas (como de cabeça para baixo ou em suspensão); - Identificar quais os objetivos transmitidos pela Dança (Religioso, Ligados a Natureza, Sexualidade) em cada tempo histórico; - Conhecer as Artes Marciais existentes e seus princípios; - Refletir sobre a importância da atividade física relacionada a uma alimentação saudável para obter uma melhor qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos <i>Diferença entre jogo e esporte; Classificação dos jogos; Classificação dos esportes;</i> - Atletismo <i>Tipos de Corridas; Tipos de Saltos; Arremessos e lançamentos</i> - Ginástica <i>Ginástica Artística: Solo</i> - Dança <i>Estilos e características</i> - Lutas <i>Princípios gerais e Tipos de lutas;</i> - Atividade Física <i>Benefícios da Atividade Física para o ser humano;</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos sensoriais, motores e de raciocínio, esportes e brincadeira; - Atletismo; corridas de pista: corridas de velocidade, meio- fundo, de fundo, de revezamento, com barreiras e com obstáculos; saltos: em altura, em distância, triplo e com vara; arremessos de peso; lançamentos: de dardo, disco e martelo; - Paradas; Estrela; Rondante; Saltos; Equilíbrios; Rolamentos; Combinação de elementos; - Danças: Clássica, Moderna e Contemporânea; - Aikuidô, Boxe, Capoeira, Jiu-jitsu, Kung fu, Tae kwon do, Judô, Esgrima, Luta olímpica e Sumô; - Higiene e Hábitos Alimentares.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Organizar jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível; - Compreender as alterações corporais individualmente e em grupos, considerando as noções de esforço, intensidade e frequência por meio de planejamento e sistematização de suas práticas; - Saber diferenciar os contextos amador, recreativo, escolar e profissional na prática esportiva reconhecendo e evitando o caráter essencialmente competitivo; - Apreciar esportes e lutas considerando alguns aspectos técnicos, táticos e estéticos, compreendendo as regras mais complexas e as estratégias de jogo; - Conhecer os limites e as possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para manutenção da saúde; - Analisar alguns dos padrões de beleza, saúde e desempenho presentes no cotidiano, e compreender sua inserção no contexto sociocultural em que são produzidos, despertando para o senso crítico e relacionando-os com as práticas da cultura corporal de movimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Praticar atividades ao ar livre respeitando o meio ambiente, preservando-o nos momentos de lazer; - Identificar as diferenças ou semelhanças dos jogos populares praticados nos diferentes espaços (escola, bairro, cidade, estado) e tempo (pesquisar quais os jogos seus avós, pais, tios, vizinhos, professores conhecem); utilizar a sua criatividade na construção de jogos; - Desenvolver através do jogo de handebol as capacidades físicas e habilidades específicas da modalidade, aumentando assim seu repertório motor; - Combinar a marcação do ritmo com a manipulação dos aparelhos (ritmo, intensidade, velocidade, fluidez); - Participar da criação e execução de coreografias simples; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade física e meio ambiente - Tipos de jogos - Handebol <i>Fundamentos Básicos</i> - Ginástica Rítmica <i>Movimentos básicos de cada aparelho; Bola – ondas, movimento em “oito”, lançamentos e recuperações, giros (rolamentos) com a bola no chão e ao longo de partes do corpo; Arco – Balanços, rolamentos, rolas, lançamento e recuperações, giros, manejo do arco com o corpo; Fita – Espirais, balanceios, círculos, lançamentos e recuperações, movimentos em “oito”; Corda – Balanços, rotações, movimento em “oito”, lançamentos e recuperações; Maças- Balanços, círculos grandes e pequenos,</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Esporte de aventura/radicais, passeios, piqueniques, trilhas, montanhismo, arborismo, canoagem, etc. - Jogos Populares; jogos de Construção; - Handebol; drible, passe e recepção, arremesso; regras oficiais; - Bola, corda, arco, fita, maças, ondas, movimento em “oito”, lançamento, recuperação, giro, rolamento, partes do corpo; balanço, rolos, manejo; espirais, balanço, rotação, círculos grandes e pequenos, molinetes, batidas rítmicas; série; - Reisado, Lambe-sujo, Parafusos, São Gonçalo, Taleira, Cacumbi, Chegança, Pisa- pólvora, Samba de Coco, Batucada, Bacamarteiros; ritmos, coreografia; - Origem, capoeira; Regional e Angola.

continua >>>

	<ul style="list-style-type: none"> - Participar e valorizar as danças pertencentes à sua região; - Discutir a origem da capoeira pontuando os fatores que demonstram que ela é uma manifestação genuinamente brasileira; executar alguns movimentos básicos da capoeira. 	<p><i>molinetes, lançamentos e recuperações, batidas rítmicas; Série</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Dança <i>Danças e festejos folclóricos Sergipano;</i> - Luta <i>Origem da capoeira; Estilos da capoeira;</i>
--	--	--

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Organizar jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível; - Compreender as alterações corporais individualmente e em grupos, considerando as noções de esforço, intensidade e frequência por meio de planejamento e sistematização de suas práticas; - Saber diferenciar os contextos amador, recreativo, escolar e profissional na prática esportiva reconhecendo e evitando o caráter competitivo; - Apreciar esportes e lutas considerando alguns aspectos técnicos, táticos e estéticos, compreendendo as regras mais complexas e as estratégias de jogo; - Conhecer os limites e as possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para manutenção da saúde; - Analisar alguns dos padrões de beleza, saúde e desempenho presentes no cotidiano, e compreender sua inserção no contexto sociocultural em que são produzidos, despertando para o senso crítico e relacionando-os com as práticas da cultura corporal de movimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os benefícios da atividade física na melhoria da qualidade de vida; - Perceber o próprio corpo e buscar posturas e movimentos não prejudiciais nas situações do cotidiano; - Criar jogos de cooperação e inclusão observando e discutindo as atitudes acolhedora e solidária sem distinção; - Adotar a prática esportiva como uma atividade prazerosa e como forma saudável de ocupação durante o tempo livre, reconhecendo a importância do futebol e futsal na construção da cultura brasileira; - Analisar a espetacularização do esporte a partir da discussão de como o esporte ocupa espaço na sociedade atual; - Acompanhar estruturas rítmicas com diferentes partes do corpo numa construção coletiva; - Analisar e vivenciar as diversas formas de danças culturais e suas manifestações; - Identificar o Jiu Jitsu e o karatê como artes marciais diferenciadas e partes ainda da filosofia oriental de viver de modo agradável, saudável respeitando o próximo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade Física <i>Aptidão física Vícios Posturais;</i> - Jogos <i>Tipos de Jogos</i> - Futebol <i>História do Futebol; Fundamentos técnicos; Regras Básicas</i> - Futsal <i>História do Futsal; Fundamentos técnicos; Regras Básicas;</i> - Ginástica Geral <i>Elementos básicos da Ginástica Geral; Montagem coreográfica;</i> - Dança <i>Danças Folclóricas nacionais e internacionais; Danças de Salão;</i> - Lutas <i>Elementos gerais e princípios fundamentais;</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência cardiorrespiratória, composição corporal; flexibilidade, força e resistência muscular localizada; - Cifose, lordose e escoliose; - Jogos cooperativos; jogos de inclusão; - Futebol, condução de bola, passe, drible, cabeceio, domínio e controle de bola, marcação, chute, movimentação do goleiro; - Futsal, passe, recepção, dribles, fintas e marcação, cabeceio, condução, chute; - Flexionar, estender, ajoelhar, contrair, relaxar, molejar, balançar, andar, correr, saltar, saltitar, equilibrar, girar; montagem coreográfica; - Afrobrasileira, frevo, cirandas, quadrilha, dança do ventre, flamenca, Valsa, Tango, dança latina (mambo, chá-chá-chá), samba, rock, salsa, bolero, rumba, pagode e forró. - Jiu Jitsu, Karatê, elementos, princípios.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Organizar jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível; - Compreender as alterações corporais individualmente e em grupos, considerando as noções de esforço, intensidade e frequência por meio de planejamento e sistematização de suas práticas; - Saber diferenciar os contextos amador, recreativo, escolar e profissional na prática esportiva reconhecendo e evitando o caráter essencialmente competitivo; - Apreciar esportes e lutas considerando alguns aspectos técnicos, táticos e estéticos, compreendendo as regras mais complexas e as estratégias de jogo; - Conhecer os limites e as possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para manutenção da saúde; - Analisar alguns dos padrões de beleza, saúde e desempenho presentes no cotidiano, e compreender sua inserção no contexto sociocultural em que são produzidos, despertando para o senso crítico e relacionando-os com as práticas da cultura corporal de movimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a influência social sobre “modelos” e padrões de consumo mercadológico do corpo; perceber e refletir sobre a indústria da beleza e do perfil de corpo ideal representado pela sociedade moderna; - Utilizar os jogos de salão como atividades adequadas para ambientes fechados, pequenos espaços, com uma perda menor de energia e um ganho significativo para suas habilidades motoras finas e de raciocínio; - Adotar a prática esportiva como uma atividade prazerosa e como forma saudável de ocupação durante o tempo livre, utilizando o voleibol e o basquetebol; - Executar com habilidade e desenvoltura diversas formas de expressões corporais através da ginástica aeróbica/localizada, em busca de uma prática continuada fora do ambiente escolar; - Criar a partir dos elementos da dança coreografias, representações populares e teatrais; - Conhecer as lutas Boxe e Luta Livre, suas origens, características e benefícios; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade Física <i>Atividade Física e Sexualidade</i> <i>Distúrbios de imagem</i> - Jogos de Salão <i>Características dos jogos de salão;</i> - Voleibol <i>História do Voleibol;</i> <i>Fundamentos técnicos;</i> <i>Regras Básicas;</i> - Basquetebol <i>História do Basquetebol;</i> <i>Fundamentos técnicos;</i> <i>Regras Básicas;</i> - Ginástica <i>Ginástica Aeróbica / Localizada;</i> - Dança <i>Dança Criativa;</i> <i>Dança Teatral;</i> <i>Montagem coreográfica;</i> - Lutas <i>Origem, características e benefícios do Boxe;</i> <i>Origem, características e benefícios da Luta Livre</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Modelos, padrões, sexualidade; anorexia, corpo ideal x corpo real; - Xadrez, dama, dominó, pega-varetas, sinuca, tênis de mesa, futebol de botão, quebra - cabeça; - Voleibol, manchete, toque, saque, bloqueio e ataque/cortada; - História do basquetebol; - Controle de bola, drible, passes, arremessos, jump, bandeja, rebotes, fintas, assistência, cortaluz, ataque e defesa; - Exercício Aeróbico, zona Alvo; aquecimento, exercícios, coreografia; ginástica localizada – circuitos; hipertrofia, resistência, manutenção; - Elementos, coreografia; - Boxe, Luta Livre, elementos gerais;

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO FÍSICA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os fatores que promovem qualidade de vida e avaliar as atitudes de risco presentes no cotidiano social do mundo contemporâneo; - Análise crítica sobre as funções da prática esportiva enquanto elemento da cultura corporal, reconhecendo e avaliando as diferentes funções do esporte, benefícios e consequências para os indivíduos que o pratica; - Realizar atividades físico-esportivas tendo em vista a promoção da autonomia dos educandos na construção de um estilo de vida saudável; - Relacionar a prática de Esportes e de atividades de academia com o desenvolvimento da aptidão e das capacidades físicas, e a partir deste entendimento, valorizar e desenvolver práticas regulares e sistematizadas de atividades físico-esportivas; - Confrontar o discurso midiático acerca do ideal de corpo, analisando sua influência sobre a elevação da incidência de doenças relacionadas a distúrbios alimentares; - Compreender os princípios éticos que envolvem os sujeitos que participam de forma ativa e passiva do fenômeno esportivo e demais atividades físicas; - Fazer um bom uso do tempo livre, priorizando um lazer ativo, em contraposição aos hábitos sedentários comuns na atualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar os tipos de esporte de acordo com suas funções; - Identificar e compreender como as atividades físico-esportivas contribuem para prevenção de doenças e por um estilo de vida saudável; 	<ul style="list-style-type: none"> - Esporte <i>Qualidade de vida;</i> <i>Estilo de vida</i> - Atividade física <i>Como forma de prevenção de doenças;</i> <i>Reações fisiológicas e anatômicas</i> <i>conseqüente do uso de drogas;</i> <i>Benefícios.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Esporte enquanto atividade física, Esporte enquanto lazer, Esporte enquanto trabalho, Esporte de rendimento, recordes; - Hipertensão, diabetes, obesidade, sedentarismo, arterosclerose, anabolizantes, alcoolismo, tabagismo, problemas posturais: cifose; lordose; escoliose; reações fisiológicas e anatômicas.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIOL – EDUCAÇÃO FÍSICA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os fatores que promovem qualidade de vida e avaliar as atitudes de risco presentes no cotidiano social do mundo contemporâneo; - Análise crítica sobre as funções da prática esportiva enquanto elemento da cultura corporal, reconhecendo e avaliando as diferentes funções do esporte, benefícios e consequências para os indivíduos que o pratica; - Realizar atividades físico-esportivas tendo em vista a promoção da autonomia dos educandos na construção de um estilo de vida saudável; - Relacionar a prática de Esportes e de atividades de academia com o desenvolvimento da aptidão e das capacidades físicas, e a partir deste entendimento, valorizar e desenvolver práticas regulares e sistematizadas de atividades físico-esportivas; - Confrontar o discurso midiático acerca do ideal de corpo, analisando sua influência sobre a elevação da incidência de doenças relacionadas a distúrbios alimentares; - Compreender os princípios éticos que envolvem os sujeitos que participam de forma ativa e passiva do fenômeno esportivo e demais atividades físicas; - Fazer um bom uso do tempo livre, priorizando um lazer ativo, em contraposição aos hábitos sedentários comuns na atualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os tipos de Capacidades Físicas e realizar atividades físico-esportivas, estabelecendo relações entre estas em benefício à saúde; - Desenvolver com autonomia diferentes modalidades esportivas; compreender a relação entre mídia e esporte; - Analisar a influência da mídia na construção da visão de corpo e na prática de Atividade Física; Identificar as atividades praticadas nas academias de ginástica e refletir sobre a utilidade e a viabilidade da sua prática como forma de promoção da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidades Físicas; <i>Aptidão física;</i> - Esporte <i>O esporte e a relação com a mídia;</i> - Atividade Física <i>Tipos de mídia; Influência da mídia na visão de corpo e na prática de atividade físico-esportiva.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência muscular; resistência cardiorrespiratória, coordenação, velocidade, força, flexibilidade, equilíbrio; aptidão física; - Fundamentos, regras, táticas e estratégia; mídia, relação, imagem, atleta amador, atleta profissional; - Influência, mídia; corpo ideal; corpo real.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO FÍSICA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os fatores que promovem qualidade de vida e avaliar as atitudes de risco presentes no cotidiano social do mundo contemporâneo; - Análise crítica sobre as funções da prática esportiva enquanto elemento da cultura corporal, reconhecendo e avaliando as diferentes funções do esporte, benefícios e consequências para os indivíduos que o pratica; - Realizar atividades físico-esportivas tendo em vista a promoção da autonomia dos educandos na construção de um estilo de vida saudável; - Relacionar a prática de Esportes e de atividades de academia com o desenvolvimento da aptidão e das capacidades físicas, e a partir deste entendimento, valorizar e desenvolver práticas regulares e sistematizadas de atividades físico-esportivas; - Confrontar o discurso midiático acerca do ideal de corpo, analisando sua influência sobre a elevação da incidência de doenças relacionadas a distúrbios alimentares; - Compreender os princípios éticos que envolvem os sujeitos que participam de forma ativa e passiva do fenômeno esportivo e demais atividades físicas; - Fazer um bom uso do tempo livre, priorizando um lazer ativo, em contraposição aos hábitos sedentários comuns na atualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver um programa de atividades físico-esportivas com base em princípios e objetivos voltados à saúde; - Posicionar-se de forma ética na prática de atividades físico-esportivas; - Identificar os espaços, as políticas públicas e as atividades voltadas ao lazer presentes em nossa cidade; realizar atividades físicas/esportivas voltadas ao lazer; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade Física <i>Programa de atividade física; Valores sociais Atividade física na Terceira Idade</i> - Esporte <i>Violência no Esporte; A ética no esporte;</i> - Lazer <i>Políticas públicas; Formas de lazer.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de atividade física, princípios, objetivos; terceira idade, artrite, artrose, osteoporose - Ética; competição; cooperação; discriminação; torcidas organizadas. - Lazer; espaços públicos.

7.2.2. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

Ciências e Biologia

Historicamente, o desenvolvimento científico e tecnológico de um país tem sido relacionado diretamente ao desenvolvimento econômico e social. Sobram exemplos de como as descobertas científicas propiciaram grandes mudanças, como as Grandes Navegações, a Revolução Industrial e mais recentemente as grandes revoluções provocadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, com a Internet. Entretanto, ainda existe um abismo educacional muito grande entre o desenvolvimento científico e o aprendizado no ensino de Ciências e Biologia.

Diariamente, somos expostos a uma grande variedade de informações científicas que nos chegam através da mídia de todos os tipos: televisão, jornais, revistas, internet, por exemplo, no entanto, nossos alunos não são capazes de interpretar e compreender tais informações. Tal discrepância se deve ao fato de que nosso ensino atual, de caráter extremamente conteudista, tem deixado de lado o desenvolvimento crítico e racional do nosso aluno, em detrimento da quantidade de informações a que os mesmos são submetidos em cada ano escolar.

Aprender Ciências, no Ensino Fundamental, antes de ser apenas um processo de assimilação de conteúdos, deve visar à formação do cidadão crítico, ciente da sua realidade socioambiental e econômica, consciente do seu papel como agente transformador e especialmente no desenvolvimento e resgate da sua autoestima, valorizando-se os aspectos da diversidade social, racial e cultural tão peculiares do povo brasileiro.

A relação e a convivência entre professores e alunos devem propiciar o desenvolvimento de um ambiente onde haja confiança, liberdade de expressão e troca de experiências que levem à valorização do conhecimento prévio, tanto de alunos quanto de professores. Vivenciar o conhecimento científico, aprender “fazendo”, redescobrir e ressignificar conhecimentos, enfim, aprender Ciências, antes de tudo, deve ser prazeroso. Ao professor cabe criar esse espaço de interseção entre ambos, espaço este que muitas vezes

é o único ambiente social, além do ambiente familiar, onde seu aluno pode se expressar livremente e aprender.

No entanto, o ensino como se mostra atualmente, de caráter extremamente conteudista, cada vez mais distancia alunos, professores e escola. Tal fato é observado especialmente no Ensino Médio, sobre o qual podemos fazer algumas observações bastante pertinentes. Sua demanda é cada vez mais crescente, no entanto, estudos demonstram que o nível de competência e de habilidades desenvolvidas pelos alunos que terminam o terceiro ano do nível médio é insuficiente, ou seja, muito aquém do que os PCNEM's (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) prerrogam e indicam para tal nível de ensino, situação esta evidenciada pelos indicadores produzidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Mudar essa realidade depende de vários fatores: qualificação dos professores, maior participação da comunidade na escola, a implantação da gestão participativa dentro das mesmas e reavaliação dos currículos escolares podem ser algumas das medidas que certamente ajudarão a mudar essa realidade e é neste último aspecto que este documento se propõe a contribuir para a melhoria da qualidade do nosso ensino.

A disciplina Biologia, atualmente, é uma das que dominam grande parte do currículo escolar no Ensino Médio, não só pela quantidade de informações a serem apreendidas pelos alunos, mas também pela sua visibilidade frente às questões atuais que envolvem tal área de conhecimento, como alimentação saudável, as alterações climáticas, o uso da genética e da biotecnologia, evidenciada nos processos de clonagem, transgenia e produção de células-tronco, só para citar algumas das áreas dentro desta Ciência que são constantemente citadas e apresentadas pelos canais de conhecimento.

Dominar o conhecimento científico, no desenvolvimento de uma linguagem que torne o aluno capaz de compreender e interpretar tais informações é

um dos grandes desafios para o professor de Biologia e para o sistema de ensino como um todo. A compreensão dos acontecimentos cotidianos, sua relevância nos seus hábitos e, principalmente, o desenvolvimento do senso crítico que leve os nossos alunos a se posicionarem ativamente na sociedade, de modo a pensar e elaborar seus próprios conceitos, devem ser os pressupostos básicos da educação, especialmente no ensino Médio, onde uma grande parte do alunado está prestes a ingressar no mercado de trabalho ou já está inserido no mesmo.

A ideia central expressa na nova Lei de Diretrizes de Bases (LDB), e que orienta a transformação, estabelece o ensino médio como etapa conclusiva da educação básica de toda a população estudantil – e não mais somente uma preparação para outra etapa escolar ou para o exercício profissional. Isso desafia a comunidade educacional a pôr em prática propostas que superem as limitações do antigo ensino médio, organizado em duas principais tradições formativas, a pré-universitária e a profissionalizante.

O novo ensino médio, nos termos da lei, de sua regulamentação e de seu encaminhamento, deixa de ser, portanto, simplesmente preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir necessariamente a responsabilidade de completar a educação básica, preparando para a vida, e capacitando o aluno para o aprendizado permanente, em eventual prosseguimento dos estudos ou diretamente no mundo do trabalho.

Pensando nesta nova realidade, esta proposta de currículo pretende dar ênfase principalmente ao desenvolvimento das habilidades e competências por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual, prática habitual no Ensino Médio. Ressalta-se que essas habilidades e competências devem ser desenvolvidas como um todo, não em anos escolares individualizados e distintos.

Todo o conteúdo citado no documento, a ser trabalhado pelo professor de Biologia, deve ser ministrado de forma interdisciplinar, adequando-se tal conhecimento à cultura e conhecimento do seu

alunado, com a finalidade de promover o desenvolvimento de habilidades e competências que realmente tenham significado, relevância e aplicação no seu dia-a-dia.

Cabe à escola, com todos os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo de ensino-aprendizagem, propiciar meios pedagógicos adequados à sua realidade escolar para o desenvolvimento dessas habilidades e competências, tornando o aprendizado escolar não apenas útil como também prazeroso, viável e adequado à realidade de cada escola, sem perder de vista o desenvolvimento de aptidões que contemplem as exigências de um mundo cada vez mais globalizado e em contínua e acelerada transformação.

Luciana de Oliveira Ramos



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. *Biologia das Células*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências da Natureza e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da natureza e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares: Ensino Médio. Ciências da Natureza e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

DIRETRIZES CURRICULARES DE BIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO. Governo do Estado do Paraná, Secretaria do Estado da Educação - Superintendência da Educação. Curitiba, 2008.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Biologia Hoje*. Volume 1. 14ª Ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2005.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Biologia Hoje*. Volume 2. 14ª Ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2005.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Biologia Hoje*. Volume 3. 14ª Ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2005.

LOPES, Sônia. *BIO*. Volume 1. 1ª Ed. 1ª Tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Sônia. *BIO*. Volume 2. 1ª Ed. 1ª Tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Sônia. *BIO*. Volume 3. 1ª Ed. 1ª Tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006.

PAULINO, Wilson Roberto. *Biologia Atual*. 19ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar e aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula na sua prática social e cotidiana. - Compreender a Ciência como uma das formas de produção de conhecimento, relacionada com aspectos sociais, históricos, políticos, culturais e econômicos. - Desenvolver conceitos a partir do conhecimento adquirido na escola relacionados com os seus saberes. - Utilizar a terminologia científica para explicar acontecimentos do seu dia-a-dia. - Compreender a relação entre tecnologia, conhecimento científico e aplicações na melhoria da condição de vida e suas implicações ambientais; - Desenvolver a criatividade, a capacidade de realizar trabalhos em equipe e a leitura de textos de forma crítica. - Desenvolver hábitos de saúde corporal, individual e coletiva, relacionados às diversas práticas sócio-culturais. - Identificar as etapas do método científico de modo a fazer uso do 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender como, ao longo da história, foram explicados os movimentos da Terra, salientando as diferenças observadas nesses movimentos; - Analisar a mudança das estações do ano nos hemisférios; - Diferenciar os planetas do sistema solar quanto a sua visualização; - Reconhecer as fases da Lua de acordo com seu movimento e iluminação pelo Sol; - Distinguir asteróides de cometas. - Descrever as principais características apresentadas pela crosta terrestre; - Distinguir as estruturas internas da Terra; - Reconhecer que a estrutura da Terra vem sofrendo constantes modificações; - Diferenciar os três tipos de rochas quanto a sua formação; - Caracterizar o processo de formação de um fóssil; - Explicar os movimentos das placas litosféricas comprovando a sua ocorrência. - Diferenciar o intemperismo físico de químico; - Reconhecer os componentes orgânicos e inorgânicos do solo; - Distinguir os três tipos de solo explicando suas principais características para o desenvolvimento das plantas; - Explicar as propriedades do solo e sua relação com o desenvolvimento da vida; - Identificar os tipos de degradação do solo e o impacto ambiental gerado; - Reconhecer as técnicas de manejo adequado do solo e sua importância para a saúde do mesmo; - Relacionar a contaminação do solo com o desenvolvimento de doenças. - Diferenciar os tipos de água quanto a sua fonte de origem; - Identificar a água como substância 	<ul style="list-style-type: none"> - O Universo Primeiras observações do espaço; Movimentos dos astros; Mudanças de estação do ano; Sistema Solar: planetas invisíveis e visíveis a olho nu; Satélite: A Lua; Corpos menores do sistema solar. - Planeta Terra: Estrutura e Composição Superfície da Terra; Estrutura do interior da Terra; Crosta terrestre: tipos de rochas e minerais; Fósseis: Importância e sua formação; Litosfera. - Solo Conceito de solo; Formação do solo; Diferentes tipos de solo; Propriedades do solo; Degradação do solo; Manejo adequado do solo; Solo e saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo; Heliocentrismo; Geocêntrico; - Instrumentos; Observação Espaço; Rotação; Translação; Inclinação; Eixo imaginário; - Estação; Primavera; Verão, Outono; Inverno; Planetas; Visível/Invisível a olho nu; Movimento; Estrutura; Asteróides e cometas. - Crosta terrestre; Rápido/Lento; Terra; Superfície; Manto; Núcleo; Propriedades físicas dos minerais; Mineral; Rochas ígneas, metamórficas e sedimentares; Fossilização; - Movimento das placas litosféricas: colisão, afastamento e deslizamento lateral; - Evidências dos movimentos das placas litosféricas: terremotos e vulcões. - Intemperismo físico e químico; - Materiais orgânicos e inorgânicos do solo; - Solos rochosos, argilosos e médios; - Permeabilidade e porosidade do solo; - Erosão, queimadas, extrativismo e adubação excessiva; - Plantio em nível, rotação de culturas, terraceamento, manutenção da cobertura de vegetação do solo. - Poluição e contaminação do solo por atividades: agrícolas, industriais e domo-ticas. - Águas continentais, oceânicas e atmosféricas; - Quantidade de água nos seres vivos;

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 7º ANO

mesmo na promoção de pesquisas e trabalhos.	imprescindível a vida participando da composição de todos os seres vivos;	- A água Hidrosfera; Água nos seres vivos; Estados físicos da água e suas mudanças; Ciclo da água; Propriedades da água; Tratamento da água; Água e a transmissão de doenças.	- Estados físicos: sólido, líquido e gasoso; - Solidificação, sublimação, fusão, cristalização, vaporização e condensação; - Ciclo hidrológico: evaporação, condensação e saturação; - Propriedades da água: inodora, insípida, incolor; - Etapas de tratamento da água: floculação, decantação, filtração e cloração; - Contaminação industrial, agrícola e doméstica da água; - Amebíase, Hepatite A, Leptospirose, Dengue; - Tratamento caseiro da água: filtração, fervura e cloração. - Camada de ozônio; - Nitrogênio, oxigênio, gás carbônico, hidrogênio; - Ar rarefeito; - Troposfera, Estratosfera, Mesosfera, Termosfera e Exosfera; - Aquecimento global, efeito estufa e chuva ácida. - Componentes vivos e não vivos no ecossistema; - Hábitat e fatores ambientais; - Produtores, consumidores e decompositores; - Consumidor primário, secundário, terciário, quaternário - Níveis tróficos; - Animais e plantas em ambientes: secos, quentes e frios; - Parasitismo, predatismo, comensalismo, colônia, sociedade, protocooperação, inquilinismo, mutualismo e competição.
- Utilizar do conhecimento para a promoção do bem-estar coletivo e de um meio ambiente equilibrado.	- Distinguir os três estados físicos da água, bem como o mecanismo de mudança entre estados físicos; - Explicar o ciclo hidrológico tendo em vista a ocorrência de chuvas, neve e granizo; - Conhecer o potencial aquífero brasileiro refletindo sobre a sua utilização e conservação; - Caracterizar as etapas de tratamento da água desde a captação até a chegada nas moradias;	- Atmosfera Características da atmosfera; Gases da atmosfera e a importância para os seres vivos; Camadas da atmosfera; Modificações na atmosfera causadas pela poluição.	
- Desenvolver hábitos e atitudes pautados num modelo de sustentabilidade socioambiental.	- Reconhecer as diferentes contaminações da água e o impacto gerado para os seres vivos; - Reconhecer as doenças causadas pela contaminação da água e formas de prevenção; - Identificar os tratamentos caseiros para o consumo da água a fim de evitar doenças. - Reconhecer as diferentes camadas da atmosfera e sua importância para a vida humana; - Compreender as formas de poluição do ar e suas consequências para a vida no planeta;	- Biosfera Ecossistema; Obtenção de alimentos; Cadeia e teia alimentar; Estratégias dos seres vivos em diferentes ecossistemas; Relações ecológicas entre os seres vivos.	
- Compreender a importância da contribuição da cultura indígena e negra nas práticas sociais e ambientais, fomentando o respeito e o reconhecimento de tais práticas como formadoras da identidade do povo brasileiro.	- Analisar as diferentes contaminações da água e o impacto gerado para os seres vivos; - Reconhecer as doenças causadas pela contaminação da água e formas de prevenção; - Identificar os tratamentos caseiros para o consumo da água a fim de evitar doenças. - Reconhecer as diferentes camadas da atmosfera e sua importância para a vida humana; - Compreender as formas de poluição do ar e suas consequências para a vida no planeta;		
- Estabelecer relações entre o conhecimento científico e o conhecimento de populações tradicionais como os povos indígenas e quilombolas.	- Identificar os componentes orgânicos e inorgânicos que formam os ecossistemas; - Relacionar os fatores ambientais e o habitat para a sobrevivência dos seres vivos; - Diferenciar os seres vivos quanto forma de alimentação; - Reconhecer os consumidores quanto ao seu alimento relacionando com o nível trófico ocupado na cadeia alimentar; - Explicar a diferença existente entre cadeia e teia alimentar; - Identificar a importância, para a vida de determinados organismos, de diferentes estratégias em relação à água, ao calor, ao frio e à luz. - Reconhecer as diferentes relações entre os seres vivos classificando-as como inter ou intraespecíficas, harmônicas ou não.		

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Relacionar e aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula na sua prática social e cotidiana.	- Identificar todos os componentes estruturais de uma célula, diferenciando-as de acordo com sua função e estrutura;	- Vida na Terra Organização dos seres vivos; Tipos de células; Ambientes na Terra; Adaptação aos diferentes ambientes; Reprodução dos seres vivos.	- Células, tecidos, órgãos e sistemas; - Membrana plasmática, citoplasma e núcleo; - Células procariontes e eucariontes; - Ambiente terrestre e aquático; - Desenvolvimento da vida em ambientes: frios, secos e quentes; - Reprodução sexuada e assexuada.
- Compreender a Ciência como uma das formas de produção de conhecimento, relacionada com aspectos sociais, históricos, políticos, culturais e econômicos.	- Relacionar as adaptações morfofisiológicas dos seres vivos com a diversidade de ambientes da Terra; - Diferenciar os tipos de reprodução (sexuada e assexuada);	- Diversidade Biológica Biodiversidade; A classificação dos seres vivos; Nomenclatura de Lineu; Os cinco reinos; Caracterização dos cinco reinos; Vírus: Ser vivo sem reino; Vírus.	- Importância da diversidade de seres vivos; - Diferenças entre nome popular e científico; - Nomenclatura binominal; - Reinos: Monera, Protista, Fungi, Plantae e Animalia; - Estrutura dos vírus: capsídeo e material genético; - Doenças causadas por vírus: gripes, AIDS, caxumba, catapora, hepatite B.
- Desenvolver conceitos a partir do conhecimento adquirido na escola relacionados com os seus saberes.	- Identificar e caracterizar os Reinos dos seres vivos; - Utilizar a nomenclatura de Lineu na classificação dos seres vivos;	- Reino Monera, Protista e Fungi Estrutura celular das bactérias; Cianobactérias; Bactérias causadoras de doenças; Características dos Protoctistas; Protoctistas autótrofos e heterótrofos;	- Célula procarionte das bactérias; - Bactérias fotossintetizantes; - Bactérias saprófitas e a importância ambiental; - Locomoção dos protistas; - Formação de oxigênio pelas algas; - Doenças causadas por protozoários: doença de Chagas, malária, leishmaniose; - Fungos uni e pluricelulares; - Fungos comestíveis e venenosos; - Leveduras; - Corpo de frutifica e formação dos esporos.
- Utilizar a terminologia científica para explicar acontecimentos do seu dia-a-dia.	- Analisar a diversidade de seres vivos do nosso planeta, estabelecendo ligações entre os Reinos existentes;		- Das algas verdes as plantas terrestres; - Estrutura das briófitas: caulóide, filóide e rizóide;
- Compreender a relação entre tecnologia, conhecimento científico e aplicações na melhoria da condição de vida e suas implicações ambientais;	- Diferenciar os vírus dos seres vivos, considerando sua estrutura e reconhecendo as principais doenças causadas pelos mesmos, assim como suas formas de contágio e de		

continua >>>

<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a criatividade, a capacidade de realizar trabalhos em equipe e a leitura de textos de forma crítica. - Desenvolver hábitos de saúde corporal, individual e coletiva, relacionados às diversas práticas sócio-culturais. - Identificar as etapas do método científico de modo a fazer uso do mesmo na promoção de pesquisas e trabalhos. - Utilizar do conhecimento para a promoção do bem-estar coletivo e de um meio ambiente equilibrado. - Desenvolver hábitos e atitudes pautados num modelo de sustentabilidade socioambiental. - Compreender a importância da contribuição da cultura indígena e negra nas práticas 	<p>prevenção.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e diferenciar a estrutura dos seres do Reino Monera, Protista e Fungi, observando suas características evolutivas; - Identificar as principais doenças causadas por bactérias, sua prevenção e seu tratamento; - Reconhecer a importância ecológica dos fungos e das bactérias, assim como das algas e dos protozoários; - Identificar as características que diferenciam as plantas dos outros seres vivos; - Reconhecer a estrutura das Briófitas e das Pteridófitas, assim como o seu ciclo de vida; - Reconhecer a estrutura das Gimnospermas e Angiospermas, identificando suas partes, além da função e importância de cada uma delas; - Reconhecer os poríferos e os cnidários quanto a estrutura corporal e 	<p>Importância das algas e protozoários;</p> <p>Características dos fungos;</p> <p>Tipos de fungos e modos de reprodução.</p> <p>Reino Plantae</p> <p>Classificação e evolução das plantas;</p> <p>Plantas sem sementes: Briófitas e Pteridófitas;</p> <p>Plantas com sementes: Gimnospermas e Angiospermas;</p> <p>Raiz: características gerais;</p> <p>Caulo: características gerais;</p> <p>Folha: função e importância;</p> <p>Flor: polinização e fecundação;</p> <p>Fruto: formação dos frutos, frutos falsos;</p> <p>Semente: disseminação e germinação.</p> <p>Reino Animalia</p> <p>Poríferos: modo de vida e reprodução;</p> <p>Cnidários: modo de vida e reprodução;</p> <p>Platelmintos e Nematódeos: características gerais, reprodução e doenças causadas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reprodução assexuada e sexuada das briófitas; - Pteridófitas: rizoma e vasos condutores; - Reprodução assexuada e sexuada nas pteridófitas; - Gimnospermas: estróbilos e fecundação; - Raízes: coifa, região pilifera, ramificação e crescimento; - Raízes terrestres, aquáticas, aéreas e comestíveis; - Caulo: gema terminal e lateral; - Caules aéreos e subterrâneos; - Caules comestíveis; - Folha: limbo, pecíolo e bainha; - Transpiração, respiração e fotossíntese; - Flores: cálice, corola, androceu e gineceu; - Grão de pólen, formação do tubo polínico e a fecundação; - Fruto: mesocarpo, endocarpo, epicarpo e semente; - Frutos secos e pseudofrutos; - Dispersão de sementes; - Semente: mono e dicotiledôneas; - Germinação e dormência das sementes. - Esponjas: animais filtradores; - Reprodução sexuada e assexuada por brotamento nas esponjas; - Cnidários: pólipos, medusas e corais; - Reprodução sexuada e assexuada nos cnidários; - Platelmintos: vermes achatados; - Doenças causadas por platelmintos: teníase e esquistossomose;
--	--	--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer relações entre o conhecimento científico e o conhecimento de populações tradicionais como os povos indígenas e quilombolas. 	<p>modo de vida;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar os platelmintos e nematódeos quanto ao formato corporal e doenças causadas; - Distinguir os três grupos de moluscos quando aos aspectos externos; - Identificar os grupos de anelídeos de acordo com sua estrutura corpórea; - Reconhecer e diferenciar os grupos dos artrópodes encontrados comumente no dia-a-dia; - Identificar a estrutura externa dos equinodermos; - Reconhecer os mecanismos responsáveis pelo vôo das aves, bem como as estruturas diferenciadoras desse grupo; - Identificar as características exclusivas pertencentes aos mamíferos; - Distinguir os mamíferos quanto ao tipo de desenvolvimento embrionário que apresentam. 	<p>Moluscos: características gerais, reprodução e classificação;</p> <p>Anelídeos, artrópodes e equinodermos: Características gerais e classificação;</p> <p>Características gerais dos vertebrados;</p> <p>Peixes, anfíbios e répteis: Características gerais e diversidade;</p> <p>Aves: Características gerais, capacidade de vôo e diversidade;</p> <p>Mamíferos: características gerais e diversidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nematódeos: vermes cilíndricos; - Doenças causadas por nematódeos: ascariíase, ancilostomose, bicho geográfico e filariose; - Molusco: cabeça, massa visceral e pé; - Gastrópodes, bivalves e cefalópodes; - Anelídeos: oligoquetas, poliquetas e hirudíneos; - Artrópodes: exoesqueleto, cabeça, tórax e abdome; - Insetos, crustáceos, aracnídeos, diplópodes e quilópodes; - Equinodermos: esqueleto calcário interno e pés ambulacrais; - Peixes: brânquias, escamas, nadadeiras e bexiga natatória; - Peixes ósseos e cartilaginosos; - Reprodução: ovípara, ovovivípara e vivípara; - Anfíbios: anuros, urodelos, ápodes; - Reprodução sexuada e sexos separados nos anfíbios; - Répteis: quelônios, crocodilianos e escamados; - Reprodução sexuada, formação do ovo e desenvolvimento ovípara, vivípara, ovovivípara; - Aves: penas, asas, ossos pneumáticos, sacos aéreos, moela, siringe; - Aves carenatas e ratitas; - Fecundação interna, sexos separados e desenvolvimento ovípara; - Mamíferos: pêlos, glândulas sudoríparas, glândulas mamárias, glândulas sebáceas e tecido adiposo; - Mamíferos: circulação, respiração, nutrição e sentidos; - Reprodução: marsupiais, monotremados e placentários.
---	---	---	---

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar e aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula na sua prática social e cotidiana. - Compreender a Ciência como uma das formas de produção de conhecimento, relacionada com aspectos sociais, históricos, políticos, culturais e econômicos. - Desenvolver conceitos a partir do conhecimento adquirido na escola relacionados com os seus saberes. - Utilizar a terminologia científica para explicar acontecimentos do seu dia-a-dia. - Compreender a relação entre tecnologia, conhecimento científico e aplicações na melhoria da condição de vida e suas implicações ambientais; - Desenvolver a criatividade, a capacidade de realizar trabalhos em equipe e a leitura de textos de 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a célula como unidade de vida, caracterizando sua estrutura e seus componentes; - Diferenciar os processos de mitose e meiose, e a importância para a manutenção das espécies. - Reconhecer os diferentes nutrientes encontrados nos alimentos constatando a importância deles para uma dieta equilibrada; - Relacionar as partes do sistema digestório com suas respectivas funções; - Reconhecer algumas doenças relacionadas ao sistema digestório e medidas de prevenção. - Identificar o caminho percorrido pelo ar no corpo humano e perceber a importância dos movimentos respiratórios; - Relacionar a respiração a nível celular com a respiração pulmonar; - Distinguir as diferentes doenças relacionadas ao sistema respiratório. - Reconhecer os componentes do sangue com suas respectivas funções e descrever seu percurso pelo corpo; - Descrever a estrutura e o funcionamento do coração - Identificar o sistema linfático 	<ul style="list-style-type: none"> - Unidade básica da Vida Célula: estrutura e função; Divisão e diferenciação das células; Relação célula e organismo. - Os Alimentos e o Sistema digestório Alimentos: nutrientes e energia; Alimentação saudável; Distúrbios alimentares: bulimia, anorexia; Sistema digestório: órgãos e funções; Sistema digestório: etapas da digestão, função dos órgãos anexos; Doenças relacionadas ao sistema digestório: diabetes, colesterol, pressão alta. - Sistema respiratório Estruturas respiratórias e suas funções: narinas, laringe, faringe, traquéia, pulmões; Movimentos respiratórios: inspiração e expiração; Produção de energia através da respiração; Doenças relacionadas ao sistema respiratório: sinusite, rinite, bronquite, pneumonia, gripes e resfriados. - Sistema Circulatório e Linfático Sangue e seus elementos: plasma, hemácias, leucócitos e plaquetas; Coração e vasos sanguíneos: estrutura e função; 	<ul style="list-style-type: none"> - Membrana plasmática e organelas; - Mitose e meiose; - Organização das células em tecidos, órgãos e sistemas. - Proteínas, carboidratos, lipídios, vitaminas e sais minerais; - Caminho percorrido pelo alimento na digestão; - Função do fígado, pâncreas e vesícula biliar; - Relação entre saúde e alimentação saudável. - Caminho percorrido pelo ar; - As trocas de oxigênio e gás carbônico; - Importância do diafragma; - Respiração celular; - Doenças respiratórias. - Sangue e seus componentes; - Cavidades do coração; - Veias e artérias; - Bombeamento do sangue pelo coração; - Percurso do sangue pelo corpo; - Organização do sistema linfático. - Defesa do corpo humano contra doenças; - Componentes da vacina e do

<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver hábitos de saúde corporal, individual e coletiva, relacionados às diversas práticas sócio-culturais. - Identificar as etapas do método científico de modo a fazer uso do mesmo na promoção de pesquisas e trabalhos. - Utilizar do conhecimento para a promoção do bem-estar coletivo e de um meio ambiente equilibrado. - Desenvolver hábitos e atitudes pautados num modelo de sustentabilidade socioambiental. - Compreender a importância da contribuição da cultura indígena e negra nas práticas sociais e ambientais, fomentando o respeito e o reconhecimento de tais práticas como formadoras da identidade do povo brasileiro. - Estabelecer relações entre o conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> e sua função. - Conhecer os mecanismos de defesa do corpo humano; - Distinguir vacina de soro e seu mecanismo de ação. - Conhecer os componentes do sistema urinário, descrever o processo de formação da urina e identificar as doenças renais bem como os métodos de prevenção. - Descrever a função do sistema esquelético; - Conhecer o mecanismo de calcificação de fraturas; - Distinguir os tipos de articulações encontradas no corpo humano; - Reconhecer a importância dos elementos presentes nas articulações móveis para os movimentos e a saúde. - Reconhecer a função do sistema esquelético e a sua importância para os movimentos; - Distinguir os diferentes músculos no corpo humano quanto a sua estrutura e função. - Reconhecer o sistema nervoso como regulador dos demais sistemas no corpo humano; - Distinguir as funções do sistema nervoso central e periférico; - Perceber a importância dos sentidos para o reconhecimento do am- 	<ul style="list-style-type: none"> Circulação do sangue: batimentos cardíacos e trocas gasosas; Sistema linfático: estrutura, função e importância. - Sistema Imunitário Componentes do sistema imunitário; Processo de defesa do corpo humano; Produção e função de vacinas e soros. - Sistema urinário Componentes do sistema urinário; Etapas de formação da urina; Doenças renais e prevenção. - Sistema esquelético e as articulações Função e importância do sistema esquelético; Ossos: estrutura interna e externa; Saúde do sistema esquelético: fraturas; Tipos de articulações: móveis, semimóveis e imóveis; Elementos da articulação: cartilagens, líquido sinovial, ligamentos; Doenças relacionadas as articulações. - Sistema muscular Função do sistema muscular; Tipos de músculos no corpo humano; Sistema muscular e a locomoção. 	<ul style="list-style-type: none"> soro. - Órgãos do sistema urinário; - Formação da urina; - Problemas renais e o consumo de água. - Estrutura do esqueleto humano; - Estrutura dos ossos; - Tecido ósseo; - Tipos de articulações; - Movimentos articulares; - Artrite e artrose. - Tecido muscular; - Músculo cardíaco, esquelético e liso; - Contração muscular. - Neurônios; - Condução de impulsos nervosos; - Ações voluntárias e involuntárias; - Drogas depressoras, estimulantes e perturbadoras; - Reconhecimento do ambiente através dos sentidos; - Problemas na visão: miopia, astigmatismo e hipermetropia; - Glândulas endócrinas e exócrinas; - Diabetes, hiper e hipotireoidismo.
---	---	--	--

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – 9º ANO

científico e o conhecimento de populações tradicionais como os povos indígenas e quilombolas.	biente;	- Sistema nervoso, Sentidos e Sistema Endócrino	- Mudanças da infância para a adolescência;
	- Identificar o mecanismo de regulação hormonal;	Organização e funcionamento do sistema nervoso;	- Órgãos reprodutivos femininos e masculinos;
	- Diferenciar as glândulas endócrinas e exócrinas quanto ao mecanismo de ação;	Coordenação nervosa;	- Gravidez e nascimento;
	- Reconhecer as doenças relacionadas ao sistema endócrino e seus métodos preventivos.	Sistema nervoso periférico e central;	- AIDS, herpes genital, sífilis, gonorréia, cancro.
	- Compreender as mudanças ocorridas no corpo durante a puberdade;	Substâncias que alteram o funcionamento do sistema nervoso: drogas;	
	- Diferenciar as funções do sistema genital masculino e feminino;	Tato, gustação, olfato, visão e audição: funcionamento e órgãos responsáveis pelos cinco sentidos;	
	- Entender a função e importância dos métodos anticoncepcionais;	Saúde do sistema sensorial.	
	- Conhecer as doenças sexualmente transmissíveis e métodos de prevenção.	Sistema endócrino: estrutura e função;	
	- Compreender o processo natural de envelhecimento do corpo humano refletindo sobre as limitações impostas ao organismo e suas implicações sócio-cultuais;	Tipos de glândulas;	
		Doenças relacionadas ao sistema endócrino.	
		- Sistema reprodutivo e adolescência	
		Crescimento e mudanças no corpo humano;	
		Sistema reprodutor masculino e feminino: estrutura e função;	
		Fecundação, gestação e parto;	
		Métodos anticoncepcionais;	
		Doenças sexualmente transmissíveis.	

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Relacionar e aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula na sua prática social e cotidiana.	- Diferenciar os diversos tipos de matéria: - Identificar as transformações naturais sofridas pela matéria e aquelas causadas pelas atividades humanas;	Matéria e Energia - Propriedades gerais da matéria; - Estados físicos da matéria; - Mudanças de estado físico; - Propriedades específicas da matéria; - Fenômenos físicos e químicos.	- O conceito de matéria; - Identificação das propriedades gerais da matéria: extensão, massa, volume, inércia, indestrutibilidade, divisibilidade, compressibilidade e elasticidade. - Características químicas e físicas das substâncias nos estados sólido, líquido e gasoso;
- Compreender a Ciência como uma das formas de produção de conhecimento, relacionada com aspectos sociais, históricos, políticos, culturais e econômicos.	- Reconhecer as propriedades gerais e específicas da matéria; - Diferenciar fenômenos físicos de fenômenos químicos; - Relacionar o uso da matéria às atividades humanas;	O ESTUDO DA FÍSICA O estudo dos movimentos - Grandezas físicas; - Tipos de movimentos;	- Fusão, vaporização, solidificação, ebulição e condensação; - A influência do calor e da pressão nas mudanças de estado físico.
- Desenvolver conceitos a partir do conhecimento adquirido na escola relacionados com os seus saberes.	- Utilizar as diferentes escalas de medida para representar e quantificar grandezas físicas que utilizamos cotidianamente; - Identificar as variáveis envolvidas na realização dos movimentos;	- Movimento Retilíneo Uniforme; - Movimento Retilíneo com aceleração constante; - A queda dos corpos.	- Identificação das propriedades específicas da matéria: propriedades organolépticas (forma, estado físico, cor, brilho, sabor e odor), propriedades físicas e estados físicos.
- Utilizar a terminologia científica para explicar acontecimentos do seu dia-a-dia.	- Diferenciar os tipos de movimento; - Aplicar os cálculos da velocidade média e aceleração em situações reais;	Forças - Características de uma força; - Força e aceleração; - Ação e reação;	- Caracterização e diferenciação de fenômeno físico e químico. - Grandezas escalares e vetoriais (peso, massa, volume, deslocamento, velocidade, aceleração e força);
- Compreender a relação entre tecnologia, conhecimento científico e aplicações na melhoria da condição de vida e suas implicações ambientais;	- Entender e aplicar o conceito de queda livre; - Interpretar gráficos representativos de movimentos; - Converter unidades de medidas; - Identificar os componentes de uma força;	- O atrito. - As Leis do Movimento. - O peso; A atração gravitacional - A Lei da Gravitação Universal; - Força centrípeta;	- Unidades de medida de grandezas físicas; - Transformação de unidades de medida; - Movimento e trajetória; - Cálculo do deslocamento; Cálculo do intervalo de tempo;
- Desenvolver a criatividade, a capacidade de realizar trabalhos em equipe e a leitura de textos de forma crítica.	- Relacionar a força à aceleração; - Interpretar a função do atrito na realização dos movimentos;	- O movimento dos planetas e dos satélites; Trabalho e Energia	- Cálculo da velocidade média; - Cálculo da aceleração média; - Interpretação de gráficos de movimentos;

continua >>>

- Desenvolver hábitos de saúde corporal, individual e coletiva, relacionados às diversas práticas sócio-culturais.	- Interpretar as Leis de Newton, relacionando-as com situações cotidianas; - Reconhecer a atuação da força/peso sobre os corpos; - Explicar a Lei da Gravitação Universal;	- Trabalho e Potência; Máquinas - Alavancas; - Roldanas, rodas e engrenagens; - O plano inclinado.	- A aceleração da gravidade nos movimentos de queda livre. - O conceito de força; - Relação entre força e movimento; - Representação gráfica de uma força;
- Identificar as etapas do método científico de modo a fazer uso do mesmo na promoção de pesquisas e trabalhos.	- Exemplificar a atuação da força centrípeta; - Explicar o movimento dos planetas; - Aplicar o conceito de trabalho em situações cotidianas;	O calor - Calor e Temperatura; - Medidas de calor e temperatura; - Condução, convecção e irradiação;	- Cálculo da força resultante em sistemas de forças; - Primeira Lei de Newton: a importância da inércia dos corpos; - A força de atrito;
- Utilizar do conhecimento para a promoção do bem-estar coletivo e de um meio ambiente equilibrado.	- Relacionar trabalho e potência; - Interpretar o significado da potência em aparelhos elétricos; - Diferenciar os diversos tipos de máquinas;	Ondas e Som - Características de uma onda; - Velocidade e frequência do som; - Ondas eletromagnéticas.	- Segunda Lei de Newton: a relação entre força e aceleração; - Terceira Lei de Newton: princípio da ação e reação. - Identificação e cálculo da força peso.
- Desenvolver hábitos e atitudes pautados num modelo de sustentabilidade socioambiental.	- Relacionar os tipos de máquinas com suas aplicações práticas; - Diferenciar calor de temperatura;	Luz - Propriedades da luz; - Reflexão e refração da luz; - Fenômenos ópticos;	- Como a força gravitacional atua entre os corpos; - A relação do peso com a força da gravidade; - Identificação de uma força centrípeta;
- Compreender a importância da contribuição da cultura indígena e negra nas práticas sociais e ambientais, fomentando o respeito e o reconhecimento de tais práticas como formadoras da identidade do povo brasileiro.	- Reconhecer medidas de temperatura e calor; - Converter medidas de temperatura; - Relacionar as formas de transmissão de calor com aplicações práticas; - Identificar as características de uma onda; - Diferenciar os tipos de ondas;	Eletricidade e Magnetismo - Eletricidade estática; - A corrente elétrica; - Resistência elétrica; - Circuitos elétricos - Campo magnético;	- Relação entre a Lei da Gravitação Universal e o movimento dos corpos celestes. - Conceito de trabalho; - Cálculo do trabalho; - Conceito de potência; - Cálculo da potência;
- Estabelecer relações entre o conhecimento científico e o conhecimento de populações tradicionais como os povos indígenas e	- Reconhecer os diversos tipos de fenômenos ópticos; - Diferenciar e relacionar os tipos de espelhos e lentes considerando suas aplicações	O ESTUDO DA QUÍMICA O átomo - Partículas do átomo; - Número atômico e Número de massa;	- Potência e consumo de energia; - Transformações da energia: energia mecânica, cinética e potencial. - Componentes de uma

quilombolas.	práticas;	- Representação do átomo; - Distribuição dos elétrons;	alavanca; - Tipos de alavanca;
	- Identificar os componentes de uma corrente elétrica; - Compreender um circuito elétrico; - Identificar um campo magnético;	A tabela periódica - Classificação dos elementos químicos; - A Tabela periódica atual;	- Tipos de roldanas, rodas e engrenagens; - Uso de forças em um plano inclinado. - Diferenciação entre calor e temperatura;
	- Reconhecer a estrutura de um átomo; - Identificar o número atômico de cada elemento químico; - Aplicar o cálculo do número de massa;	Substâncias e misturas - Substância pura; - As misturas; - Substâncias simples e compostas;	- Escalas termométricas; - Transformação de escalas de temperatura; - Cálculo do calor específico;
	- Aplicar as regras de distribuição dos elétrons;	- Misturas homogêneas e heterogêneas.	O calor e a dilatação dos corpos;
	- Classificar os elementos da Tabela Periódica por suas características;	Ligações Químicas - A teoria do octeto;	- Diferenciação dentre as formas de transmissão do calor por condução, convecção e irradiação;
	- Localizar elementos químicos na Tabela Periódica;	- Ligação iônica ou eletrovalente;	- Amplitude e comprimento de onda;
	- Diferenciar os grupos de elementos químicos;	- Ligação covalente ou molecular;	- Frequência e período de uma onda;
	- Reconhecer a aplicação prática do uso dos elementos químicos;	- Ligação metálica.	- Velocidade, intensidade e frequência do som;
	- Diferenciar substâncias de misturas;	Funções Químicas Propriedades, classificação e nomenclatura:	- Diferenciação entre as ondas eletromagnéticas: luz, rádio, micro-ondas, infravermelho, raios X e raios gama.
	- Classificar e diferenciar os tipos de misturas;	- Os ácidos;	- Estrutura da matéria: o átomo;
	- Reconhecer os tipos de substâncias mais usados no seu dia-a-dia;	- As bases;	- Partículas atômicas: prótons, nêutrons e elétrons;
	- Diferenciar os tipos de ligações químicas;	- Os sais;	- Identificação do número atômico;
	- Realizar experimentos de identificação das reações químicas;	- Os óxidos;-+	- Identificação do número atômico;
	- Reconhecer os diversos tipos de funções químicas;	Reações químicas - Equações químicas;	- Cálculo do número de massa;
	- Nomear compostos	- Tipos de reações químicas;	- A distribuição dos elétrons em camadas eletrônicas;
		- Balanceamento de equações químicas.	- Históricos da Tabela Periódica;
			- A organização da Tabela

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – BIOLOGIA – 1º ANO

químicos;	Periódica Atual;
- Realizar experimentos para a identificação das funções químicas;	- Grupos de elementos químicos;
- Relacionar as funções químicas a produtos utilizados pelo aluno no seu cotidiano.	- Identificação e representação dos elementos químicos na Tabela Periódica.
- Organizar uma reação química;	- Tipos de substâncias: Substâncias puras e misturas;
- Diferenciar os tipos de reações químicas;	- Diferenciação entre substâncias simples e compostas;
- Aplicar as regras de balanceamento de equações químicas.	- Tipos de misturas: homogênea e heterogênea;
	- Reconhecimento de substâncias e misturas no dia-a-dia;
	- Representação elétrica de um átomo;
	- A aplicação da teoria do octeto no estabelecimento das ligações químicas;
	- Tipos de ligações químicas.
	- Tipos de funções químicas: ácidos, bases, sais e óxidos;
	- Regras para nomenclatura de cada uma das funções químicas;
	- Propriedades químicas de cada uma das funções;
	- Aplicações das funções químicas;
	- Componentes de uma equação química;
	- Reação de síntese ou adição;
	- Reação de análise ou decomposição;
	- Reação de simples troca ou deslocamento;
	- Reação de dupla troca;
	- Regras para o balanceamento de uma equação química.

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender e analisar criticamente os conceitos apreendidos em sala de aula, estabelecendo ligações com a sua vivência.	- Analisar e diferenciar as diversas teorias sobre a origem da vida.	- A Origem da vida - Histórico da busca pela origem da vida; - Abiogênese; - Abiogênese; - Criacionismo;	- A origem do Universo, do Sistema Solar e da Terra; - Teorias sobre a origem da vida; - Evolução e diversidade da vida; - Características dos seres vivos; - Níveis de organização dos seres vivos.
- Utilizar os conhecimentos adquiridos em sala de aula para ampliar seus conhecimentos prévios e refletir sobre como os mesmos estão relacionados com o seu cotidiano.	- Identificar as características que agrupam e identificam os seres vivos em grupos afins.	- Panspermia; - A origem da vida através da Evolução.	- Água, sais minerais; - Glicídios, lipídios, proteínas, vitaminas e ácidos nucléicos.
- Ser capaz de elaborar conceitos próprios, ideias e pensamentos críticos a respeito dos conhecimentos adquiridos.	- Analisar os componentes formadores das estruturas de um ser vivo, levando à compreensão da importância dos mesmos e das formas de assimilação.	- Características dos seres vivos; - Organização dos ambientes; - Níveis de organização biológica: das moléculas à biosfera.	- Partes da célula; - Organelas celulares; - Estrutura da membrana plasmática; - Transporte ativo, passivo e em bloco; - Carioteca, Cromatina, Nucléolos, Nucleoplasma, Cromossomos e genes, Cromossomos homólogos.
- Utilizar a terminologia científica para explicar acontecimentos do seu dia-a-dia.	- Identificar os componentes que formam a estrutura básica de um ser vivo.	- Constituintes da matéria viva - Substâncias inorgânicas; - Substâncias orgânicas	- Ciclo celular; - Interfase; - Regulação do ciclo celular; - Mitose; - Meiose.
- Compreender os múltiplos usos da tecnologia e da ciência, relacionando-os com a sua intervenção direta ou indireta na sociedade e desta forma, fazer uso desse conhecimento na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.	- Relacionar a estrutura genética de uma célula com temas atuais como clonagem, biotecnologia, manipulação de genes, mapeamento genético.	- Microscopia - Tipos de microscópio. - Estrutura do microscópio óptico.	- Glicólise; - Ciclo de Krebs; - Fosforilação Oxidativa; - Processos de fermentação; - Absorção de luz; - Transporte de elétrons; - Produção de ATP; - Fixação do carbono.
- Desenvolver a criatividade, a capacidade de realizar trabalhos em equipe, a leitura de textos de forma crítica.	- Identificar um cariótipo normal. - Reconhecer as etapas da divisão celular e	- Célula - Estrutura celular: - Membrana Plasmática: estrutura, transporte	- Tecidos epiteliais; - Tecidos conjuntivos; - Tecido adiposo; - Tecido cartilaginoso; - Tecido ósseo; - Tecido hematopoiético; - Tecido sanguíneo; - Tecidos musculares;

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – BIOLOGIA – 2º ANO

<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma linguagem científica, fazendo uso de normas, códigos e diversos meios de comunicação para expressar seu conhecimento; - Identificar as etapas do método científico de modo a fazer uso do mesmo na promoção de pesquisas e trabalhos. - Utilizar do conhecimento adquirido em sala de aula para a promoção do bem-estar coletivo, de um meio ambiente equilibrado e de um modelo socioeconômico pautado na sustentabilidade. - Desenvolver práticas e atitudes, individuais e coletivas, que propiciem a valorização da cultura negra e levem à reflexão sobre a sua importância e contribuição na formação da nossa identidade cultural e social. - Fomentar valores e práticas que desenvolvam o respeito e a igualdade social, racial e cultural, respeitando-se sua interação com o ambiente. 	<p>suas características.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relacionar os tipos de divisão celular com as funções de manutenção do organismo e da espécie. - Compreender os mecanismos de manutenção e fornecimento de energia para os seres vivos. - Diferenciar os processos metabólicos, relacionando-os com o meio ambiente. - Diferenciar os vários tipos de tecidos que compõem um ser vivo, suas funções, estrutura, interações e dinâmica dentro de um organismo. 	<p>através da membrana.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tecido nervoso. - Citoplasma: organelas citoplasmáticas; - Núcleo e cromossomos; - Permeabilidade celular, difusão, osmose, transporte ativo, endocitose e exocitose; - Estrutura nuclear; - Alterações cromossômicas na espécie humana. <p><u>Divisão Celular</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fases da Mitose, da meiose e interfase. <p><u>Metabolismo energético</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Respiração celular; - Fermentação; - Fotossíntese; - Quimiossíntese. <p><u>Histologia animal e vegetal</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura e fisiologia dos tecidos animais e vegetais.
---	---	--

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e analisar criticamente os conceitos apreendidos em sala de aula, estabelecendo ligações com a sua vivência. - Utilizar os conhecimentos adquiridos em sala de forma a ampliar seus conhecimentos prévios e refletir sobre como os mesmos estão relacionados com o seu cotidiano. - Ser capaz de elaborar conceitos próprios, ideias e pensamentos críticos a respeito dos conhecimentos adquiridos. - Utilizar a terminologia científica para explicar acontecimentos do seu dia-a-dia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a relação entre o processo de evolução dos seres vivos e a diversidade de formas de vida do nosso planeta; - Diferenciar os seres vivos dos demais componentes que formam a Terra, com base nas suas características; - Compreender a relação entre a diversidade da vida e o equilíbrio natural do nosso planeta. - Construir um cladograma; - Reconhecer a estrutura e diversidade dos grupos em estudo, de forma a diferenciá-los entre si; - Reconhecer as principais doenças causadas pelos mesmos, desenvolvendo hábitos relacionados à prevenção; 	<ul style="list-style-type: none"> - Os Seres Vivos; Evolução e Classificação - O surgimento dos seres vivos; - Classificação dos Seres Vivos; - Evolução e diversidade da vida; - Características dos seres vivos; - Níveis de organização dos seres vivos. - Vírus, Monera, Protista e Fungos - Estrutura e classificação dos vírus; - Principais viroses animais e vegetais; - Estrutura e classificação das bactérias; - Doenças causadas por bactérias; - Características e Classificação dos protozoários; - Protozoários amebóides, flagelados, ciliados e esporozoários; - Protozoários e saúde humana; - Filo Euglenophyta; - Filo Dinophyta; - Filo Bacillariophyta; - Filo Phaeophyta; - Filo Rhodophyta; - Filo Chlorophyta; - Características dos fungos; - Classificação dos fungos; 	<ul style="list-style-type: none"> - As primeiras formas de vida; A vida nas Eras Geológicas; Sistema de Classificação de Lineu; Regras de nomenclatura científica; Conceito de espécie; Evolução; Sistemática; Classificação Geral dos Seres Vivos. - Caracterização e diferenciação dos fungos, bactérias e protozoários; Bacteriófagos; Aids; Febre amarela; Varíola, herpes, catapora; Rubéola, Gripe e resfriados; Sarampo, caxumba e raiva; Eubactérias; Botulismo, cólera, coqueluche, difteria, disenteria, meningite, febre tifóide, hanseníase, pneumonia, sífilis, tétano e tuberculose; Doenças causadas por protozoários. - Relação entre as doenças transmissíveis pela falta de saneamento básico e grupos sociais vulneráveis ligados à condição de miséria e pobreza.

continua >>>

	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a relação entre essas doenças e hábitos de higiene e condições de saneamento básico, desenvolvendo uma postura crítica sobre os mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ciclo de vida dos fungos; - Diversidade dos fungos; - Fungos decompositores, parasitas, mutualísticos e predadores; - Utilização dos fungos pelo homem. 	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os múltiplos usos da tecnologia e da ciência, relacionando-os com a sua intervenção direta ou indireta na sociedade e desta forma, fazer uso desse conhecimento na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a utilização desses grupos de seres vivos pelo homem e pela ciência. - Reconhecer e identificar os diversos tipos de vegetais que compõem o reino das plantas, com base nas suas características; 	<ul style="list-style-type: none"> - Reino das Plantas <ul style="list-style-type: none"> - Classificação das plantas; - Ciclos de vida das plantas; - Características e classificação das Briófitas; - Características classificação das Pteridófitas; - Ciclo de vida das Peridófitas; - Características e classificação das Gimnospermas; - Ciclo de vida e reprodução das Gimnospermas; - Características e estrutura das Angiospermas; - Ciclo de vida das Angiospermas; - Flores (estrutura, germinação e polinização); - Semente e fruto; - Tipos de raízes; - Tipos de caules; - Morfologia da folha; - Morfologia dos frutos; - Fotossíntese e respiração; - Absorção e transpiração; - Condução das seivas bruta e elaborada; - Hormônios vegetais. - Tipos de reprodução 	<ul style="list-style-type: none"> - Origem e evolução das plantas; Briófitas; Petridófitas; Gimnospermas; Angiospermas.
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a criatividade, a capacidade de realizar trabalhos em equipe, a leitura de textos de forma crítica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar tais características com o processo de evolução dos seres vivos; - Identificar a estrutura de um vegetal, diferenciando-os dos outros seres vivos. 		
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma linguagem científica, fazendo uso de normas, códigos e diversos meios de comunicação para expressar seu conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os processos fisiológicos de um vegetal, relacionando-os com a dinâmica natural de circulação de nutrientes; 		<ul style="list-style-type: none"> - Germinação das sementes; Tecidos primários; Tecidos secundários; Sistema de revestimento e proteção; Tecidos fundamentais. - A contribuição dos povos indígenas e afro-brasileiros no uso das plantas com fins medicinais e em práticas sociais.

	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e diferenciar os diversos grupos de seres vivos; - Compreender o processo de evolução das formas de vida através do estudo da estrutura dos mesmos; - Reconhecer a importância dessa diversidade para o equilíbrio ambiental; - Identificar o uso que o homem faz de tais grupos, analisando criticamente suas aplicações no desenvolvimento humano e tecnológico; - Identificar as estruturas que formam os sistemas vitais de um organismo, diferenciando-os de acordo com as suas especificidades; - Compreender os mecanismos de funcionamento dos sistemas orgânicos e sua relação entre si; - Relacionar o perfeito funcionamento do organismo com fatores ambientais, sociais e culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> - assexuada nas plantas. - Histologia vegetal das Angiospermas <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura germinativa de uma semente; - Crescimento primário e secundário; - Tecidos meristemáticos primários: protoderme, meristema fundamental e procâmbio. - Tecidos secundários nas angiospermas; - Epiderme e periderme; - Parênquimas; - Sistema vascular; - Características dos animais; - Características e diversidade do Filo Porífera; - Ciclo de vida das esponjas; - Características e diversidade do Filo Cnidária; - Características dos Platelminhos; - Classe Turbellaria, Trematoda e Cestoda; - Estrutura do Filo Nematoda; - Nermátodos parasitas humanos; - Características gerais dos Moluscos; - Fisiologia dos Moluscos; - Classificação dos Moluscos; - Características dos Annelida; - Diversidade dos Annelida; - Características dos Artrópodos; - Os grupos de artrópodos; - Reino dos Animais; Origem e evolução dos animais; Filo Porífera; Filo Cnidaria; Platelminhos e Nematoda; Filos Mollusca e Annelida; Filos Arthropoda e Echinodermata; Filo Chordata. - Sistema digestório; Sistema respiratório; Sistema circulatório; Excreção; Sistema nervoso; Sistema endócrino e sensorial; 	
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as etapas do método científico de modo a fazer uso do mesmo na promoção de pesquisas e trabalhos. - Utilizar do conhecimento adquirido em sala de aula para a promoção do bem-estar coletivo, de um meio ambiente equilibrado e de um modelo socioeconômico pautado na sustentabilidade. - Desenvolver práticas e atitudes, individuais e coletivas, que propiciem a valorização da cultura negra e levem à reflexão sobre a sua importância e contribuição na formação da nossa identidade cultural e social. - Fomentar valores e práticas que desenvolvam o respeito e a igualdade social, racial e cultural, respeitando-se sua interação com o ambiente 			

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – BIOLOGIA – 3º ANO

<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os fatores de risco à saúde humana e a importância do desenvolvimento de hábitos saudáveis na prevenção de doenças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Características do Filo Echinodermata; - Grupos de Echinodermata; - Características dos Chordata; - Diversidade do Filo Chordata. - Anatomia e Fisiologia Animal - Fisiologia e Morfologia do sistema digestório; - Diversidade e especificidades do sistema digestório entre os animais; - Fisiologia e Morfologia do sistema respiratório; - Especificidades do sistema respiratório entre os animais; - Fisiologia e Morfologia do sistema circulatório; - Circulação sanguínea nos animais; - Tipos de excreção e de excretas; - Osmorregulação; - Excreção humana; - Estrutura do sistema nervoso humano; - Atos voluntários e atos reflexos; - Sistema sensorial: estrutura dos sentidos; - Glândulas endócrinas e exócrinas do corpo humano; - Os hormônios e sua atuação no corpo humano.
---	--

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e analisar criticamente os conceitos apreendidos em sala de aula, estabelecendo ligações com a sua vivência. - Utilizar os conhecimentos adquiridos em sala de forma a ampliar seus conhecimentos prévios e refletir sobre como os mesmos estão relacionados com o seu cotidiano. - Ser capaz de elaborar conceitos próprios, ideias e pensamentos críticos a respeito dos conhecimentos adquiridos. - Utilizar a terminologia científica para explicar acontecimentos do seu dia-a-dia. - Compreender os múltiplos usos da tecnologia e da ciência, relacionando-os com a sua intervenção direta ou indireta na sociedade e desta forma, fazer uso desse conhecimento na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a estrutura genética de um indivíduo e as implicações envolvidas na transmissão de características hereditárias; - Analisar a importância desses conhecimentos na compreensão da transmissão e prevenção de doenças; - Relacionar os conhecimentos genéticos com o desenvolvimento de tecnologias utilizadas pelo homem; - Relacionar a genética com aspectos evolutivos e do desenvolvimento biológico. - Utilizar dos conhecimentos da genética e da biotecnologia, analisando suas aplicações nos mais diversos ramos da Ciência, bem como as suas implicações, éticas, sociais e ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Genética básica - Herança e meio. - Mendelismo. - Noções básicas de probabilidade aplicada à genética. - Alelos múltiplos. Genética dos grupos sanguíneos ABO, Rh e MN. - Interações gênicas. Noções gerais de genética quantitativa. - Pleiotropia. - Ácidos nucleicos: DNA e RNA: <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura e composição. - Replicação e reparo de DNA. - Transcrição e processamento de RNA. - Controle da Expressão gênica. - Mutação e agentes mutagênicos. Transposons. - Código genético e tradução. - Teoria cromossômica da herança. - Primeira e Segunda Leis de Mendel - Experimentos de Mendel; - A Primeira Lei de Mendel e características humanas; - A Segunda Lei de Mendel; - Proporções fenotípicas mendelianas do monoidrismo; - Herança genética e grupos sanguíneos humanos. - Genética e Probabilidade - Genes e Cromossomos, Ligação Fatorial e Recombinação; - Manipulação de genes e 	<ul style="list-style-type: none"> - Cromossomos e genes; Teorias genéticas; Estrutura da molécula de DNA; Estrutura da molécula de RNA; O código genético; Aplicações da genética na biotecnologia. - A Primeira Lei de Mendel; Fenótipo e genótipo; Recessividade e dominância; Aplicabilidade da Segunda Lei de Mendel; Noções de probabilidade; Cruzamento-teste e retrocruzamento; Probabilidade; Heredogramas; Ausência de dominância; Co-dominância; Alelos letais e alelos múltiplos. - Genes ligados; Permutação; Heterozigotos cis e trans; Ligações gênicas de segregação independente; Mapas cromossômicos; Projeto Genoma; Pleiotropia; Interação gênica; Herança quantitativa; Hereditariedade e cromossomas sexuais; Determinação do sexo. - Clonagem; Terapia gênica; Organismos transgênicos; Vacinas gênicas; Diagnóstico pré-natal. - Bioética; Biossegurança; A utilização e registro de patrimônio genético de grupos sociais, como indígenas e quilombolas.

continua >>>

- Desenvolver a criatividade, a capacidade de realizar trabalhos em equipe, a leitura de textos de forma crítica.	- Analisar os processos evolutivos da espécie humana e suas implicações no desenvolvimento das sociedades atuais.	células; - Determinação genética do sexo e herança ligada ao sexo; - Aberrações cromossômicas.	- Estudo dos fósseis; Analogia e Homologia; Órgãos vestigiais; Embriologia comparada; Evidências moleculares; Teoria de Lamarck; Seleção Natural; Teoria sintética da Evolução.
- Desenvolver uma linguagem científica, fazendo uso de normas, códigos e diversos meios de comunicação para expressar seu conhecimento;	- Entender os mecanismos de controle populacionais e as formas com que tais mecanismos podem ser afetados por fatores sociais e ambientais.	- Biotecnologia - Aplicações do conhecimento genético no melhoramento de espécies e no desenvolvimento científico e tecnológico. - Evolução - Evidências da Evolução; - Teorias Evolutivas; - Evolução humana	- Mutações cromossômicas e gênicas; Recombinação gênica; Migração e deriva genética.
- Identificar as etapas do método científico de modo a fazer uso do mesmo na promoção de pesquisas e trabalhos.	- Reconhecer os componentes de um ecossistema;	- Genética de Populações - Frequências gênicas e genotípicas; - Teorema de Hardy-Weinberg; - Especiação.	- Composição genética de uma população; Frequência gênica em uma população natural; Anagênese; Cladogênese; Mecanismos de isolamento reprodutivo.
- Utilizar do conhecimento adquirido em sala de aula para a promoção do bem-estar coletivo, de um meio ambiente equilibrado e de um modelo socioeconômico pautado na sustentabilidade.	- Analisar a diversidade de relações existentes entre os seres vivos;	- Ecologia - Componentes bióticos e abióticos de um ecossistema; - Cadeia e rede alimentar; - Níveis tróficos; - Habitat e Nicho ecológico; - Ciclo da água; - Ciclo do carbono;	- A transmissão de doenças genéticas e sua relação com grupos étnicos tais como indígenas e afro-brasileiros.
- Desenvolver práticas e atitudes, individuais e coletivas, que propiciem a valorização da cultura negra e levem à reflexão sobre a sua importância e contribuição na formação da nossa identidade cultural e social.	- Relacionar as relações ecológicas com o equilíbrio ambiental envolvendo a ciclagem de nutrientes na Natureza;	- Ciclo do oxigênio; - Ciclo do nitrogênio;	- Importância da Ecologia; Conceitos ecológicos; Hipótese Gaia; Ciclos Biogeoquímicos; Relações ecológicas.
	- Identificar atividades humanas que interfiram no equilíbrio ambiental e formas de minimizar os efeitos negativos das mesmas.	- Relações intra-específicas harmônicas; - Relações interespecíficas harmônicas;	- Conceito de densidade populacional; Taxas de natalidade, mortalidade, imigração e emigração; Competição intra-específica e interespecífica, predação e

	- Relações interespecíficas desarmônicas.	parasitismo como fatores reguladores de uma população.
- Fomentar valores e práticas que desenvolvam o respeito e a igualdade social, racial e cultural, respeitando-se sua interação com o ambiente	- Ecologia de Populações - Densidade populacional; - Taxas; - Potencial biótico e resistência ambiental; - Estrutura etária; - Fatores reguladores do tamanho de uma população.	- Conceito de Ecossistema e de Bioma; Identificação de biomas e ecossistemas. - Etapas da sucessão ecológica.
	- Ecossistemas - Principais biomas da Terra: - Tundra - Floresta Boreal - Floresta temperada; - Floresta tropical; - Campos; - Desertos; - Ecossistemas brasileiros; - Ecossistemas aquáticos; - Sucessão ecológica; - Equilíbrio ambiental.	

Física

O ensino de Física precisa ter um significado na vida do discente e com um punhado de fórmulas e soluções de questões meramente repetitivas não conseguiremos atingir este objetivo. Não é esse o ensino que queremos dar aos nossos alunos. A tarefa é muito árdua, mas precisamos envolvê-los com situações reais e tornar o ensino de Física prazeroso, divertido e despertar a sua curiosidade. A quantidade enorme de assuntos e o uso excessivo da matemática na solução de questões puramente numéricas distanciam da sua realidade. Além de vários outros problemas, a falta de um currículo mínimo que dê uma formação básica não existe, o que há é um conjunto de conteúdos propostos por instituições de ensino superior voltados puramente para o vestibular, ou seja, o ensino de Física e de outras ciências é puramente voltado para o vestibular. Não queremos somente que o aluno chegue ao ensino superior, mas queremos que ele adquira uma formação básica, sólida e desta forma exerça o seu papel como cidadão.

O que estamos propondo é um currículo mínimo que possa ser executado com um número de duas aulas por semana. Trata-se de um grande desafio! Para esta finalidade tivemos que cortar muitos temas, em especial, aqueles que não afetavam diretamente outros temas mais relevantes. O vasto legado da Física, acumulado ao longo de sua história, não pode estar todo presente na escola média e por isso temos que selecionar aqueles conteúdos de maior relevância. Não é nada fácil tomar decisões deste tipo.

Acreditamos que não podemos continuar estudando somente a Física do século XVII sem levar em conta a grande transformação que ocorreu no século XX. Vários conceitos relacionados com a Física do século XX são de grande importância (não estamos desprezando a Física Clássica!). Desta forma, devemos acrescentar em nossas aulas conhecimentos de

Física que permitam compreender a telefonia sem fio, as telecomunicações, a internet, os desenvolvimentos atuais da área de diagnóstico médico (técnicas de raios X, ultrassonografia, ressonância magnética, etc.), fenômenos ambientais, compreender como funcionam os principais aparelhos que estão em nossas casas, além de aspectos relacionados à Cosmologia, uma vez que reconhecemos que a preocupação com a origem e a evolução do Universo é uma indagação humana constante. Não podemos deixar de lado esses temas contemporâneos e isto requer o conhecimento de conceitos básicos de Física Moderna.

A física é uma ciência que toma como base observações experimentais, por isso é de fundamental importância que o professor, através de experiências simples, seja em sala de aula ou no laboratório (caso a escola tenha laboratório), desenvolva experiências e mostre para os alunos os conceitos envolvidos. Por exemplo, com uma bicicleta ou ioiô ou um carrinho de rolimã é possível estudar vários assuntos da Física Clássica; ao estudar as leis de Newton, ou os conceitos de momento linear, velocidade relativa, expansão adiabática de um gás ideal, centro de massa, centro de pressão, etc., o professor pode, com seus alunos, construir um foguete utilizando garrafa pet e há vários sites na internet que auxiliam o professor nessa jornada. Por exemplo, no portal do professor do MEC (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br>) há vários trabalhos que são importantíssimos no desenvolvimento de uma boa aula de Física. No Planetário, que fica no Parque da Sementeira, em Aracaju, há um espaço excelente para discutir física com os alunos. Lá há mais de oitenta experimentos nas mais diversas áreas da Física além de um espaço exclusivo para cerca de trinta pessoas onde é possível aprender Astronomia. Vale a pena levar os discentes àquele espaço. O professor também pode usar filmes de ficção científica e discutir algumas cenas dentro do assunto abordado. Com estas e outras iniciativas

certamente as aulas de Física ficarão muito mais atraentes e todos ganharão nesta jornada.

Quanto ao currículo que propomos para o primeiro ano do Ensino Fundamental demos pouco destaque a Cinemática uma vez que a Dinâmica é muito mais relevante. Destacamos as leis de Newton e as leis de conservação. No segundo ano introduzimos elementos de Física Moderna (Introdução à Relatividade Restrita) e além dos temas tradicionais da Física Clássica, mas a maior mudança foi feita no terceiro ano uma vez que destacamos as várias áreas da Física do século XX com os tópicos de Mecânica Quântica, Física Nuclear, Física de Partículas e Cosmologia.

Antônio José de Jesus Santos



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CHAVES, A. – Física – Ondas, Relatividade e Física Quântica. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2001.
- CHERMAN, A. – Sobre os ombros de gigantes: uma história da Física. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- EINSTEIN, A. – A Teoria da Relatividade Especial e Geral, Rio de Janeiro: Contraponto editora, 2005.
- GASPAR, A. – Física – Eletromagnetismo e Física Moderna. v.3, São Paulo: Ática, 2002.
- HALLYDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. – Fundamentos de Física. v.4, 4a ed., Rio de Janeiro: LTC, 1996
- HEWITT, P.G. – Física Conceitual. 9a ed., Porto Alegre: Bookman, 2002
- OLIVEIRA, Ivan S. Física Moderna, para iniciados, interessados e aficionados. vl 2. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.
- ROCHA, J. F. M. (org.) – Origens e Evoluções das ideias da Física, Salvador: EDUFBA, 2002.
- SERWAY, R. A., JEWETT JR., J. W. – Princípios de Física: Ótica e Física Moderna, v. 4, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004
- YOUNG, H. D. – Física IV: Ótica e Física Moderna. 10a ed. – São Paulo: Addison Wesley, 2004.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – FÍSICA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Articular o conhecimento físico com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Reconhecer, compreender e utilizar adequadamente, na forma oral e escrita, símbolos, códigos e nomenclatura da linguagem científica. - Consultar, analisar e interpretar textos e comunicações de ciência e tecnologia veiculados por diferentes meios. - Resgatar o espírito questionador, o desejo de conhecer o mundo em que se habita. - Desenvolver a capacidade de se preocupar com o todo social e com a cidadania. - Avaliar a veracidade de informações ou emitir opiniões e juízos de valor em relação a situações sociais nas quais os aspectos físicos sejam relevantes. - Compreender manuais de instalação e utilização de aparelhos e descobrir o “como funciona” de aparelhos. - Ser capaz de discriminar e traduzir as linguagens matemática e discursiva entre si. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as teorias e modelos propostos para a origem, evolução e constituição do Universo, além das formas atuais para sua investigação e os limites de seus resultados no sentido de ampliar sua visão de mundo; - Identificar diferentes formas pelas quais os modelos explicativos do Universo influenciaram a cultura e a vida humana ao longo da história da humanidade e vice-versa. - Conhecer as principais grandezas do Sistema Internacional de Unidades (SI); - Calcular o deslocamento no movimento retilíneo e uniforme (MRU); - Montar as funções horárias do MRU e do Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV); - Identificar diferentes tipos de movimentos no cotidiano que estejam relacionados com a teoria. - Representar vetorialmente os vetores deslocamento, velocidade média e instantânea. - Realizar operações vetoriais - Reconhecer que as modificações nos movimentos são consequências de interações; - Enunciar e aplicar as três leis de Newton; - Estabelecer a lei de conservação da quantidade de movimento linear; - Reconhecer a importância dos cintos de segurança, dos <i>airbag</i> e dos freios ABS nos carros; 	<ul style="list-style-type: none"> - Um Breve Histórico Sobre a Evolução da Física. - Uma breve introdução à Cinemática Escalar e a Cinemática Vetorial. - As Leis de Newton e a Quantidade de Movimento. - Gravitação Universal - Trabalho e Energia - Estática 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar a Física como ciência; - As relações da Física com outras Ciências; - Os Ramos da Física; - Concepção Geral do Universo; - Conceitos Elementares de Cinemática; - Sistema Internacional de Unidades; - Velocidade e Aceleração Escalares; - Definição dos Movimentos Uniforme e Uniformemente Variado; - Definição de Vetor; - Operações com vetores; - Vetor Posição; - Vetor Deslocamento; - Vetor Velocidade Média; - Vetor Velocidade Instantânea; - Classes de forças; - As Três Leis de Newton; - Aplicações das Leis de Newton; - Impulso e Quantidade de Movimento; - O Princípio da Conservação da Quantidade de Movimento; - Os limites da Física Clássica; - Os Modelos Geocêntrico e Heliocêntrico; - As Leis de Kepler; - A Lei da Gravitação Universal; - Definição de Trabalho e de Potência; - Energia Cinética e o Teorema Trabalho-Energia; - Energia Potencial; - Princípio da Conservação da Energia Mecânica; - Uma abordagem sobre o Princípio Geral da Conservação da Energia; - Condição de Equilíbrio de um Ponto Material; - Torque (ou Momento de uma Força); - Equilíbrio do Corpo Extenso;
			<ul style="list-style-type: none"> - Determinar o Impulso de uma força. - Reconhecer as visões de Universo formuladas por Ptolomeu e Copérnico; - Enunciar e aplicar as Leis de Kepler para o movimento dos planetas; - Formular e aplicar a Lei da Gravitação Universal; - Conceituar gravidade de acordo com a formulação de Newton; - Conceituar trabalho realizado por forças dissipativas e conservativas e as quantidades de energia nos fenômenos mecânicos; - Calcular trabalho a partir da variação de energia; - Calcular graficamente o trabalho de uma força variável; - Conceituar e calcular potência; - Compreender a ideia de que a energia é “algo” que se transforma e se conserva nos processos físicos e químicos, dentre outros. - Decompor forças e resolver problemas que envolvam equilíbrio estático. - Definir as principais grandezas físicas no estudo do equilíbrio estático de um sistema; - Discutir a experiência de Torricelli na medida da pressão atmosférica e o funcionamento do medidor de pressão sanguínea; - Calcular empuxo; - Discutir os conceitos de pressão e densidade e onde os mesmos são aplicados nas situações que envolvem fluidos.
			<ul style="list-style-type: none"> - Hidrostática
			<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de Densidade, Massa Específica e Pressão; - Teorema de Stevin; - Pressão Atmosférica e a Experiência de Torricelli; - Teorema de Pascal; - Teorema de Arquimedes.
			<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e utilizar conceitos físicos. Relacionar grandezas, quantificar, identificar parâmetros relevantes. Compreender e utilizar leis e teorias físicas. - Construir e investigar situações-problema, identificar a situação física, utilizar modelos físicos, generalizar de uma a outra situação, prever, avaliar, analisar previsões. - Articular o conhecimento físico com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Reconhecer a Física enquanto construção humana, aspectos de sua história e relações com o contexto cultural, social, político e econômico. - Reconhecer o papel da Física no sistema produtivo, compreendendo a evolução dos meios tecnológicos e sua relação dinâmica com a evolução do conhecimento científico.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – FÍSICA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Articular o conhecimento físico com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Reconhecer, compreender e utilizar adequadamente, na forma oral e escrita, símbolos, códigos e nomenclatura da linguagem científica. - Consultar, analisar e interpretar textos e comunicações de ciência e tecnologia veiculados por diferentes meios. - Resgatar o espírito questionador, o desejo de conhecer o mundo em que se habita. - Desenvolver a capacidade de se preocupar com o todo social e com a cidadania. - Avaliar a veracidade de informações ou emitir opiniões e juízos de valor em relação a situações sociais nas quais os aspectos físicos sejam relevantes. - Compreender manuais de instalação e utilização de aparelhos e descobrir o “como funciona” de aparelhos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o significado do coeficiente de dilatação; - Compreender a importância, para os seres vivos, da dilatação irregular da água; - Construir e interpretar uma curva de aquecimento e resfriamento; - Diferenciar as diferentes fases da matéria; - Definir calor latente de fusão, solidificação, vaporização e condensação. - Caracterizar transformações isobáricas, isométricas, isotérmicas e adiabáticas; - Utilizar a lei dos gases para calcular pressão, volume e temperatura; - Explicar o funcionamento da panela de pressão; - Definir e compreender os conceitos das energias interna e cinética de um gás. - Enunciar e aplicar a Primeira e Segunda Leis da Termodinâmica; - Caracterizar entropia; - Identificar as partes e funções exercidas no motor de automóvel como na locomotiva a vapor; - Perceber a importância das máquinas térmicas nos tempos modernos. - Compreender o princípio de funcionamento de um refrigerador. - Diferenciar ondas mecânicas de ondas eletromagnéticas; - Definir uma onda periódica - Compreender a Física da música; - Diferenciar um infra-som do ultra-som; - Compreender o princípio da ultra-sonografia; - Diferenciar eco, reforço e reverberação. - Caracterizar a propagação da luz em meios materiais e no vácuo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Termodinâmica. - Comportamento Térmico dos Gases. - As leis da Termodinâmica. - Ondulatória. - Óptica Geométrica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equilíbrio térmico e temperatura; Medida da temperatura; Dilatação térmica e comportamento anômalo da água; Calorimetria; Mudanças de Fase e Calor Latente; Transmissão do calor. - Lei dos Gases; Teoria Cinética dos Gases. - A Primeira Lei da Termodinâmica; Aplicações da Primeira Lei da Termodinâmica; Fenômenos reversíveis e irreversíveis; A Segunda Lei da Termodinâmica; As Máquinas Térmicas e o Ciclo de Carnot; Entropia; Máquinas Frigoríficas. - Conceito e Classificação de Ondas Mecânicas; Pulso, reflexão e refração das ondas; Ondas Periódicas; Equação Fundamental das Ondas; Princípio da Superposição e Interferência; Ressonância; Ondas Estacionárias; Ondas Sonoras. - Princípios da Óptica Geométrica; As Leis da Reflexão; Espelhos Planos e Esféricos; Condições de Estigmatismo para Espelhos esféricos; Construção gráfica de imagens de Espelhos Esféricos; Referencial e Equação de Gauss para os espelhos esféricos.

<ul style="list-style-type: none"> - Ser capaz de discriminar e traduzir as linguagens matemática e discursiva entre si. - Conhecer e utilizar conceitos físicos. Relacionar grandezas, quantificar, identificar parâmetros relevantes. Compreender e utilizar leis e teorias físicas. - Construir e investigar situações-problema, identificar a situação física, utilizar modelos físicos, generalizar de uma a outra situação, prever, avaliar, analisar previsões. - Articular o conhecimento físico com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Reconhecer a Física enquanto construção humana, aspectos de sua história e relações com o contexto cultural, social, político e econômico. - Reconhecer o papel da Física no sistema produtivo, compreendendo a evolução dos meios tecnológicos e sua relação dinâmica com a evolução do conhecimento científico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar o fenômeno dos eclipses; - Caracterizar um espelho côncavo e um convexo; - Aplicar as leis da reflexão para aprofundar a caracterização da imagem no espelho plano e esférico; - Utilizar a equação de Gauss para prever localização e caracterizar imagens. - Definir em que condições ocorre a refração da luz; - Aplicar as leis da refração para prever os desvios de um raio de luz; - Caracterizar a circunstância necessária para ocorrer a reflexão total; - Caracterizar as imagens conjugadas por lentes esféricas delgadas convergentes e divergentes; - Aplicar as propriedades para construir imagens produzidas pelas lentes esféricas delgadas; - Analisar a receita de um oftalmologista; - Utilizar o conceito de vergência para caracterização de lente. - Descrever a experiência de Michelson e Morley; - Enunciar os Postulados da Relatividade Especial; - Conceituar um evento e notar a relatividade da simultaneidade; - Descrever a relatividade do tempo e do comprimento; - Descrever a relação entre o espaço e o tempo; - Compreender as principais alterações das grandezas clássicas nessa nova concepção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Refração da Luz. - Teoria da Relatividade Restrita. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leis da Refração; Índice de Refração; Reflexão Total; Definição de Lentes Esféricas; Elementos das Lentes Esféricas; Condições de Estigmatismo; Convergência de uma lente; Equação de Conjugação das Lentes Esféricas Delgadas; Globo ocular; Defeitos de Visão e os Óculos. - Introdução Histórica; O Sistema de Coordenadas Galileano e o Princípio da Relatividade Newtoniana; Os Postulados da Teoria da Relatividade Restrita; A Relatividade do Tempo; A Relatividade do Comprimento; Quantidade de Movimento e Massa Relativística; Energia Relativística; Energia e Quantidade de Movimento Relativísticas.
---	---	--	--

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – FÍSICA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Articular o conhecimento físico com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Reconhecer, compreender e utilizar adequadamente, na forma oral e escrita, símbolos, códigos e nomenclatura da linguagem científica. - Consultar, analisar e interpretar textos e comunicações de ciência e tecnologia veiculados por diferentes meios. - Resgatar o espírito questionador, o desejo de conhecer o mundo em que se habita. - Desenvolver a capacidade de se preocupar com o todo social e com a cidadania. - Avaliar a veracidade de informações ou emitir opiniões e juízos de valor em relação a situações sociais nas quais os aspectos físicos sejam relevantes. - Compreender manuais de instalação e utilização de aparelhos e descobrir o “como funciona” de aparelhos. - Ser capaz de discriminar e traduzir as 	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever a evolução histórica dos modelos atômicos; - Descrever os princípios da atração e repulsão da carga elétrica e da conservação da carga; - Descrever o funcionamento de um pára-raios e do fio terra; - Utilizar o modelo atômico e a interação elétrica para interpretar a formação de gases, líquidos e sólidos; - Enunciar a lei de Coulomb; - Introduzir o conceito de campo elétrico qualitativamente; - Conceituar potencial e energia elétrica; - Conceituar a blindagem eletrostática; - Calcular a capacitância equivalente das associações em série, paralela e mista. - Compreender a importância dos capacitores nos diferentes equipamentos elétricos modernos tais como nos desfibriladores, teclados de computadores e circuitos diversos. - Explicar, através do modelo de corrente elétrica nos metais, o aquecimento nos fios e nos aparelhos resistivos; - Identificar na residência aparelhos resistivos; - Representar aparelhos resistivos em circuitos simples; - Caracterizar um resistor ôhmico; - Reconhecer a função do fio terra no funcionamento dos diversos equipamentos elétricos e eletro-eletrônicos; - Reconhecer a dependência da resistência elétrica com 	<ul style="list-style-type: none"> - A Matéria vista por dentro. - Eletrodinâmica. - Eletromagnetismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Modelos Atômicos; Processos de eletrização; Lei de Coulomb; Campo e Força Elétricos; Campo elétrico criado por uma carga puntiforme; Potencial Elétrico; Energia Potencial Elétrica; Capacitores. - Conceito de Corrente elétrica; Resistência Elétrica; Resistores e leis de Ohm; Associação de Resistores; Aparelhos para medidas elétricas; Circuitos elétricos com geradores; Receptores elétricos; Circuito simples envolvendo gerador e receptor; Potência e energia elétrica; Potência dissipada no resistor. - Magnetismo; A magnetita e as propriedades dos ímãs; O campo magnético do ímã; O Campo magnético da Terra; Força magnética; Fontes de Campo Magnético; Indução Eletromagnética; Aplicações da Indução Eletromagnética; Ondas Eletromagnéticas e Aplicações.

<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e utilizar conceitos físicos. Relacionar grandezas, quantificar, identificar parâmetros relevantes. Compreender e utilizar leis e teorias físicas. - Construir e investigar situações-problema, identificar a situação física, utilizar modelos físicos, generalizar de uma a outra situação, prever, avaliar, analisar previsões. - Articular o conhecimento físico com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Reconhecer a Física enquanto construção humana, aspectos de sua história e relações com o contexto cultural, social, político e econômico. - Reconhecer o papel da Física no sistema produtivo, compreendendo a evolução dos meios tecnológicos e sua relação dinâmica com a evolução do conhecimento científico. 	<ul style="list-style-type: none"> - o comprimento, área da seção transversal do fio, material e temperatura dos fios; - Definir efeito Joule e identificar sua aplicação nos aparelhos elétricos; - Reconhecer quando há um curto-circuito num circuito elétrico. - Conceituar campo magnético de acordo com as explicações de Faraday; - Definir as linhas de indução do campo magnético e estabelecer as suas propriedades; - Descrever a experiência de Oersted e compreender o significado de sua descoberta; - Descrever o princípio de funcionamento do tubo de TV; - Descrever o fenômeno da geração de corrente através das linhas de indução do campo magnético; - Enunciar as leis de Faraday e de Lenz; - Descrever o princípio de funcionamento de um gerador de uma usina de energia elétrica; - Identificar as principais etapas envolvidas no processo de transmissão de som e imagem entre as estações e os aparelhos receptores de rádio e TV; - Caracterizar as radiações eletromagnéticas que compõem o espectro eletromagnético. - Estabelecer os principais problemas que resultaram no nascimento da Mecânica Quântica; - Descrever a quantização de energia de Max Planck e o efeito fotoelétrico; - Compreender o modelo de Bohr e aplicá-lo em um átomo com um único elétron. - Estabelecer os principais 	<ul style="list-style-type: none"> - Física Moderna - Introdução a Mecânica Quântica; - Noções de Física Nuclear; - Noções de Física de Partículas e Cosmologia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução histórica; A radiação do corpo negro e a quantização de energia; O efeito fotoelétrico; O átomo de Bohr; A hipótese de De Broglie; O princípio da incerteza. A descoberta da radioatividade; A descoberta dos raios X; Fissão e Fusão Nuclear; A Bomba Atômica; Proteção radiológica. Quarks, Hádrons e Léptons; Antipartículas; Bósons e as quatro interações fundamentais da natureza; Os grandes aceleradores de partículas (incluindo o LHC); A evolução do Universo: expansão do Universo e a lei de Hubble; A radiação de fundo; A matéria escura; O modelo do Big Bang.
--	---	--	---

- tipos de decaimento do núcleo atômico;
- Descrever a fissão e a fusão nucleares;
 - Descrever o método de datação usando o carbono 14;
 - Adquirir noções de Física das Radiações;
 - Descrever as principais propriedades das partículas elementares (quarks e léptons);
 - Descrever as principais forças da natureza;
 - Enunciar as partículas mensageiras de cada interação;
 - Compreender por que alguns núcleos são estáveis e outros, instáveis;
 - Descrever o comportamento das antipartículas ao encontrarem as partículas;
 - Descrever como são constituídos os prótons e nêutrons;
 - Enunciar a lei de Hubble;
 - Fazer a conexão entre a Física de Partícula e a Cosmologia.

Matemática

Esta proposta de currículo de Matemática relaciona as competências mínimas indicadas na Base Nacional Comum, correspondente à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, que estão de comum acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e com os Parâmetros Curriculares Nacionais para Matemática do Ensino Médio, Ensino Médio (PCNEM) e visa ter um valor formativo ajudando o indivíduo na estruturação do pensamento e do raciocínio dedutivo, desempenhando assim um papel fundamental em todas as atividades humanas.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),

(...) a Matemática é componente importante na construção da cidadania, na medida em que a sociedade se utiliza, cada vez mais, de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, dos quais os cidadãos devem se apropriar. A Matemática precisa estar ao alcance de todos e a democratização do seu ensino deve ser meta prioritária do trabalho docente. A atividade matemática não é olhar para coisas prontas e definitivas, mas a construção e a apropriação de um conhecimento pelo aluno, que se servirá dele para compreender e transformar sua realidade. O ensino da Matemática deve relacionar observações do mundo real com representações (esquemas, tabelas, figuras) e também relacionar essas representações com princípios e conceitos matemáticos. A aprendizagem em Matemática está ligada à compreensão, deve favorecer conexões com outras disciplinas, com o cotidiano do aluno e também conexões com os diferentes temas matemáticos. O conhecimento matemático deve ser apresentado aos alunos como historicamente construído e em permanente evolução. Recursos didáticos como jogos, livros, vídeos, calculadoras, computadores e outros materiais têm um papel importante no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL - b, 1997, p. 19).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são, sem dúvida, um referencial de qualidade que devem ser seguidos, eles têm como função subsidiar a elaboração ou revisão das estruturas curriculares dos Estados e Municípios, incentivando, assim, a discussão pedagógica nas escolas, bem como servir de material de reflexão para a prática docente.

Ao analisarmos a atual estrutura curricular de Matemática do Ensino Médio, constatamos a imposição do currículo tradicional através dos livros didáticos e universidades. Partindo desse pressuposto, é importante confrontarmos as estruturas propostas pelos PCN's que são completas, porém abertas e flexíveis, com a existente. Diante desse contexto, propomos um novo currículo através do qual não temos o objetivo de realizar cortes drásticos na estrutura curricular atual, mesmo porque nesta, ao nosso entender, já estão sendo contemplados temas de grande importância neste nível de ensino. Essa proposta visa realizar uma reformulação de temas que achamos estarem em demasia e acrescentar outros que julgamos necessários.

É do nosso conhecimento que esta proposta não resolverá todos os problemas encontrados no processo de ensino e aprendizagem da Matemática, tampouco eliminará eliminar por completo o estigma de que a Matemática é ciência de poucos indivíduos. Para que essas mudanças sejam realizadas será necessário que o professor mude seu enfoque profissional, trabalhando com os conteúdos como objeto de estudo e posteriormente como ferramenta para estudar a realidade.

Alex Sandro Barreto Melo

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARRETO, Benigno. SILVA, Cláudio Xavier da. **Matemática aula por aula**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.
- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: livro do aluno**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- GIOVANNI, José Ruy. BONJORNO, José Roberto. **Matemática Completa**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2005.
- LIMA, Elon Lages. CARVALHO, Paulo C. Pinto. Wagner, Eduardo. Morgado, Augusto César. **A Matemática do Ensino Médio, Volumes 1, 2 e 3**. Coleção do Professor de Matemática, Sociedade Brasileira de Matemática, Rio de Janeiro: 2001.
- LIMA, Elon Lages. **Meu Professor de Matemática e outras histórias**. 4ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 1991.
- SMOLE, Kátia Cristina Stocco. DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira. **Matemática – ensino médio – 5. ed.** São Paulo: Saraiva, 2005.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representação dos números e operações; - Interpretar a localização e a movimentação de pessoas ou objetos no espaço tridimensional e sua representação no espaço bidimensional; - Avaliar proposta de intervenção na realidade utilizando conhecimentos geométricos relacionados a grandezas e medidas; - Resolver situação problema que envolva medidas e grandezas; - Utilizar informações em tabelas ou gráficos para fazer inferência; - Construir e utilizar conceitos algébricos para modelar e resolver problemas do cotidiano. - Fazer uso dos mais variados conceitos matemáticos na leitura e interpretação do cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a história dos números; - Compreender a função dos signos que representam os números nas relações socioculturais; - Comparar e ordenar os números naturais; - Representar os números naturais na reta numérica; - Reconhecer e utilizar os números naturais para resolver problemas do cotidiano; - Reconhecer a importância dos sistemas numéricos; - Realizar operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação de números naturais. - Resolver situações problemas envolvendo conhecimentos numéricos; - Ressaltar o uso de sofisticados conceitos matemáticos pelos povos africanos, a exemplo dos egípcios na construção das pirâmides; - Identificar características de figuras planas e espacial; - Representar figuras tridimensionais no plano; - Reconhecer e classificar os sólidos geométricos. - Compreender e aplicar os critérios de divisibilidade; - Identificar os divisores e os múltiplos de um número; - Determinar o máximo divisor comum entre números; - Determinar o mínimo múltiplo comum entre números; - Reconhecer um número 	<ol style="list-style-type: none"> Números e Operações <ol style="list-style-type: none"> Os números naturais; Sistema de numeração: histórico de sistema de numeração e o sistema de numeração decimal; Princípio posicional. Números e Operações <ol style="list-style-type: none"> Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação de números naturais; Problemas envolvendo os números naturais; As Formas do Mundo <ol style="list-style-type: none"> Figuras bidimensionais e tridimensionais; Formas espaciais: elementos e representação no plano; Sólidos geométricos e classificação: poliedros. Figuras planas: identificação, elementos; Classificação das figuras geométricas planas; Divisibilidade <ol style="list-style-type: none"> Divisores e Múltiplos; Critérios e divisibilidade; Números Primos; Decomposição de um número natural; Máximo Divisor 	<ul style="list-style-type: none"> - Número Natural; Algarismo; Sistema de numeração; Sistema de numeração Egípcio, Babilônico, romano e indo-arábico; Sistema de numeração Decimal. Ordem; Classes; Princípio posicional. - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais; propriedade comutativa, associativa, distributiva e elemento neutro; Potenciação e radiciação de números naturais. - Figuras Bidimensionais; Figuras Tridimensionais; Plano; Espaço; Sólidos Geométricos; Poliedros; Poliedros regulares; Faces; Vértices; Arestas; Corpos redondos. - Divisores; Múltiplos; Critérios de Divisibilidade; Números Primos; Fatores Primos; Decompor ou Fatorar um Número; Decomposição Simultânea; Mínimo Múltiplo Comum; Mínimo Múltiplo Comum. - Forma fracionária; Frações equivalentes; Simplificação de frações; Adição, subtração, Multiplicação e Divisão de números fracionários; Forma decimal; Adição,

<ul style="list-style-type: none"> - primo; - Decompor em fatores primos um número natural. - Representar um número racional; - Comparar e ordenar números racionais; - Realizar operações com números racionais e decimais; - Identificar as representações decimais dos números racionais. - Identificar relações entre grandezas e unidades de medida; - Utilizar a relação de escalas na leitura e representações de situações do cotidiano; - Aplicar as principais unidades padronizadas ou não de medida de comprimento, capacidade, massa, volume e tempo. - Representar dados em tabelas e gráficos; - Expressar informações em forma de tabelas e gráficos; - Analisar tabelas e gráficos, extraindo informações necessárias para solucionar problemas do cotidiano. 	<p>Comum;</p> <p>4.6 Mínimo Múltiplo Comum;</p> <p>5. Números Racionais na forma Fracionária e Decimal</p> <p>5.1 Números racionais: significado da fração, as diferentes formas de representação parte/todo, quociente expressos na forma fracionária e decimal;</p> <p>5.2 Operação com números fracionários;</p> <p>5.3 Operações com números decimais;</p> <p>6. Grandezas e medidas</p> <p>6.1 Unidade de Medida: unidades de medidas, padronizada e não padronizadas;</p> <p>6.2 Comprimento;</p> <p>6.3 Superfícies, volumes, capacidade de massas, conceito, unidades.</p> <p>6.4 Medidas de Tempo;</p> <p>6.5 Medidas de temperatura;</p> <p>6.6 Sistemas monetários.</p> <p>7. Tratamento da informação</p> <p>7.1 Representação de tabelas e gráfico;</p> <p>7.2 Interpretando gráficos;</p> <p>7.3 Porcentagem.</p>	<p>subtração, Multiplicação e Divisão de números Decimais.</p> <p>- Comprimento; Unidade de medida; Unidade de medida padrão; Superfície; Unidade de medida de superfície, tempo e temperatura. Sistema monetário nacional.</p> <p>- As Coordenadas Geográficas; As Coordenadas Cartesianas; Tabelas e Gráficos; Tipos de Gráficos; Porcentagem;</p>
--	---	--

-As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representações dos números e operações; - Interpretar a localização e a movimentação de pessoas ou objetos no espaço tridimensional e sua representação no espaço bidimensional; - Avaliar proposta de intervenção na realidade utilizando conhecimentos geométricos relacionados a grandezas e medidas; - Resolver situação problema que envolva medidas e grandezas; - Utilizar informações em tabelas ou gráficos para fazer inferência; - Construir e utilizar conceitos algébricos para modelar e resolver problemas do cotidiano. - Fazer uso dos mais variados conceitos matemáticos na leitura e interpretação do cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a história dos números negativos; - Relacionar os números negativos com os positivos; - Representar os números positivos e negativos na reta numérica; - Realizar operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação de números inteiros. - Relacionar números naturais e inteiros com os racionais; - Representar os racionais na reta; - Arredondar números racionais e realizar operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação de números inteiros. - Reconhecer e construir os principais polígonos, identificando seus elementos; - Classificar ângulos de acordo com sua medida; - Efetuar operações com medidas de ângulos; - Reconhecer ângulos complementares e suplementares; - Calcular o complemento e suplemento de um ângulo. - Identificar e resolver uma equação do 1º Grau; - Identificar e resolver uma inequação do 1º Grau; 	<ol style="list-style-type: none"> Números Negativos e Positivos <ol style="list-style-type: none"> Números inteiros: histórico e utilização; Representação geométrica dos números inteiros; Comparação e operações com números inteiros: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação, raiz quadrada. Valor absoluto. Números Racionais <ol style="list-style-type: none"> Conhecendo os Racionais: histórico; Representação geométrica dos racionais; Comparação, arredondamento e operações com números racionais: adição, multiplicação, potenciação, raiz quadrada. Espaço e formas <ol style="list-style-type: none"> Polígonos e seus elementos; Definição, reconhecendo Ângulos; Adição e subtração de ângulos; Classificação de ângulos; Multiplicação e Divisão de medida de ângulo por um número natural; Ângulos congruentes, adjacentes, complementar, suplementar e oposto pelo vértice. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números Naturais; Números Inteiros; Representação dos Números Naturais e Números Inteiros; Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão de Números Inteiros; Radiciação e Potenciação de Números Inteiros; Valor absoluto de um Número Inteiro. - Números Racionais; Representação dos Números Racionais; Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão, Potenciação e Radiciação de Números Racionais. - Polígonos; Polígonos Regulares; Ângulo; Ângulos congruentes; Medida de ângulo; Medida de ângulo expressa por um número misto; Adição e Subtração de medida de ângulos; Multiplicação e divisão de medida de ângulo por um número natural; Ângulos adjacentes, complementar, suplementar e oposto pelo vértice. - Expressões contendo

<ul style="list-style-type: none"> - Resolver situações problema que envolva equação e inequação do ° grau. - Efetuar operações com medida de ângulos; - Calcular a área e volume de planos e sólidos; - Comparar sucessão de números diretamente proporcionais e inversamente proporcionais; - Resolver problemas que envolvam regra de três simples e compostas. - Resolver problemas a partir de informações apresentadas em gráficos; - Representar dados ou informações através de gráficos circulares; - Calcular porcentagens; - Encontrar os juros produzidos por um capital. 	<ol style="list-style-type: none"> Equações e Inequações <ol style="list-style-type: none"> Noções iniciais de Álgebra Equações e sistema do 1º Grau: identificação e resolução de equação e de sistema do 1º grau por meio de situação problema. Inequação do 1º grau. Grandezas e medidas <ol style="list-style-type: none"> Reconhecimento de unidades de medidas de ângulos; Calculo de comprimento, área, volume, e capacidade. Razões e proporções: razão entre duas grandezas; Razões especiais; proporção; grandezas proporcionais; Regra de três simples e composta. Tratamento da informação <ol style="list-style-type: none"> Interpretando Gráficos Gráficos Circulares Uso e Cálculo de Porcentagem; Juros; 	<ul style="list-style-type: none"> - letras; Valor numérico de uma expressão; Equação; Raiz de uma equação; Sistema de equações do primeiro grau; Desigualdades; Propriedades das desigualdades; Inequações; Solução de uma Inequação. - Medidas de Ângulo: grau, minutos e segundos; Área de Retângulo e quadrado; Volume e capacidade de paralelepípedos e cubos; Números diretamente proporcionais; Proporção; Números inversamente proporcionais; divisão proporcional; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples; Regra de três compostas. - Gráficos Circulares; Setores circulares; Porcentagem; Juros; Capital; Taxa; Juros Simples e Compostos.
--	---	---

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representação dos números e operações; - Interpretar a localização e a movimentação de pessoas ou objetos no espaço tridimensional e sua representação no espaço bidimensional; - Avaliar proposta de intervenção na realidade utilizando conhecimentos geométricos relacionados a grandezas e medidas; - Resolver situação problema que envolva medidas e grandezas; - Utilizar informações em tabelas ou gráficos para fazer inferência; - Construir e utilizar conceitos algébricos para modelar e resolver problemas do cotidiano. - Fazer uso dos mais variados conceitos matemáticos na leitura e interpretação do cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os números irracionais; - Representar os conjuntos numéricos como subconjunto dos números reais. - Determinar o valor numérico de uma expressão; - Resolver uma expressão algébrica; - Diferenciar um monômio de um Polinômio; - Realizar divisão entre polinômios; - Reconhecer aplicar e representar ponto, reta e plano em situação prática; - Reconhecer e representar figuras geométricas planas e não planas; - Identificar a posição relativa de duas retas em um plano: retas paralelas, retas coincidentes, retas concorrentes ou secantes; - Classificar triângulos de acordo com a medida dos lados; - Reconhecer e determinar a mediana e bissetriz do triângulo; - Identificar a relação entre quadrilátero, por meio de suas propriedades. - Identificar o perímetro de figuras planas como quadrado e retângulo; - Conceituar área como medida de superfície; - Calcular áreas de figuras planas como 	<ol style="list-style-type: none"> Números e Operações <ol style="list-style-type: none"> Conjuntos numéricos: dos números naturais aos reais. Trabalhando o pensamento e as operações algébricas <ol style="list-style-type: none"> Expressões algébricas; Cálculo algébrico: expressão inteira; Monômios e Polinômios; Produtos notáveis; Divisão de polinômio; Fatoração. Espaço e forma <ol style="list-style-type: none"> Ponto, Reta e Plano; Propriedade da reta; Triângulos: congruência, mediana e bissetriz; Quadriláteros: paralelogramo, trapézios; hexágono regular. Comparando Grandezas <ol style="list-style-type: none"> Cálculo de Perímetro, área e volume. Números e Operações <ol style="list-style-type: none"> Equação fracionária redutível a uma equação do primeiro grau; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números Naturais; Números Inteiros; Números Racionais; Números Irracionais; Números Reais. - Expressões Algébricas; Valor numérico; Monômios; Operações com Monômios; Polinômios; Operações com Polinômios; Produtos notáveis; Fatoração; Fator comum; Trinômio Quadrado Perfeito; Diferença de dois quadrados. - Conceitos primitivos: Ponto, Reta e Plano; Paralelismo; Perpendicularismo; Triângulos; Quadriláteros; Representação de figuras espaciais no plano; Congruência. - Perímetro; Área de Figuras Planas: Paralelogramo, Triângulo, Trapézio, Losângulo; Volume de Sólidos Geométricos: Paralelepípedo, Cubo, Cilindros. - Equação Fracionária; Denominador comum; Equação linear; tipos de sistema de equações;

<ul style="list-style-type: none"> - Determinar a área de uma região utilizando unidades não padronizadas; - Conhecer as unidades padronizadas de área e volume ($m^2, cm^2, km^2, m^3, cm^3$ e km^3) e saber utilizá-las convenientemente; - Reconhecer e resolver uma equação fracionária redutível a uma equação do 1º grau; - Identificar os tipos de sistema de equações de 1º grau; - Aplicar o método da adição e substituição para resolver sistemas de equações; - Associar sistemas de equações a problemas do cotidiano. - Identificar os experimentos aleatórios; - Conhecer os tipos de probabilidade; - Determinar a possibilidade de ocorrência de um evento; - Resolver problemas do cotidiano que envolva probabilidade. 	<ol style="list-style-type: none"> Sistemas de equações. Tratamento de informações <ol style="list-style-type: none"> Probabilidade. 	<p>Método da adição e Substituição.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Experimentos aleatórios eventos; Probabilidade;
---	--	---

-As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representação dos números e operações; - Interpretar a localização e a movimentação de pessoas ou objetos no espaço tridimensional e sua representação no espaço bidimensional; - Avaliar proposta de intervenção na realidade utilizando conhecimentos geométricos relacionados a grandezas e medidas; - Resolver situação problema que envolva medidas e grandezas; - Utilizar informações em tabelas ou gráficos para fazer inferência; - Construir e utilizar conceitos algébricos para modelar e resolver problemas do cotidiano. - Fazer uso dos mais variados conceitos matemáticos na leitura e interpretação do cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver e simplificar expressões que envolvam potência; - Conhecer as propriedades relativas a potenciação e radiciação; - Operar com radicais. - Identificar os termos de uma equação do segundo grau; - Calcular as raízes de uma equação do 2º grau; - Reconhecer uma equação biquadrada e irracional; - Resolver situação problemas envolvendo equações do 2º grau. - Identificar situação que envolve o teorema de Tales; - Desenvolver o teorema de Tales; - Aplicar o teorema de Tales em situações do cotidiano; - Identificar problemas que envolvam semelhança de triângulos; - Conhecer métodos de resolução de questões que envolvam semelhança de triângulo; - Aplicar o teorema de Pitágoras; - Resolver situações problemas utilizando o teorema de Pitágoras; - Entender as funções seno, cosseno e tangente. - Determinar o comprimento da circunferência e do arco; - Resolver problemas envolvendo ângulo central, interno e apótema; - Aplicar propriedades das retas secantes para demonstrar as propriedades dos triângulos e dos 	1. Números e Operações <ul style="list-style-type: none"> 1.1 Potenciação 1.2 Radiciação; 1.3 Relação entre potência e raiz; 1.4 Operações com radicais. 2. Números e Operações <ul style="list-style-type: none"> 2.1 Equações do 2º grau: identificação; 2.2 Equações redutíveis; 2.3 Aplicação e resolução; de equação do 2º Grau. 3. Espaço e Forma <ul style="list-style-type: none"> 3.1 Segmentos proporcionais; 3.2 Teorema de Tales; 3.3 Figuras semelhantes; 3.4 Semelhança de triângulos; 3.5 Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo; 3.6 Teorema de Pitágoras; 3.7 Razões trigonométricas. 4. Estudando a Circunferência <ul style="list-style-type: none"> 4.1 Comprimento da circunferência; 4.2 Posições relativas entre retas e 	<ul style="list-style-type: none"> - Potência; Potência de números negativos; Potência com expoente negativo; Propriedades de potência; potência de base dez; Raízes; Raiz enésima; Potência com expoente fracionário; propriedades dos radicais; simplificação de radicais; operação com radicais. - Equação do 2º Grau; Solução da equação do 2º Grau; Equações Biquadradas; Equações Irracionais. - Segmentos proporcionais; Teorema de Tales; Semelhança de figuras; Triângulo Retângulo; Hipotenusa; Catetos; Teorema de Pitágoras; Razões Trigonômicas. - Circunferência; Comprimento da Circunferência; Diâmetro; Raio; Arco; Ângulo Central; Ângulo Inscrito; Polígonos Inscritos; Polígonos Circunscritos.

<ul style="list-style-type: none"> - quadriláteros inscritos em uma circunferência. - Compreender a lei de formação de uma função; - Construir tabelas e gráficos relativos a uma função; - Identificar a função afim e quadrática; - Construir tabelas e gráficos relativos a função afim; - Construir tabelas e gráficos relativos a função quadrática; - Resolver inequações do segundo grau. - Avaliar informações provenientes de dados publicados; - Organizar dados e trabalhar com medidas estatísticas; - Ser capaz de analisar dados do IBGE sobre variados aspectos da ocupação populacional brasileira, considerando questões concernentes a cor, renda e escolaridade no país e no município; - Realizar pesquisas de dados no município com relação à população negra e indígena - Resolver problemas de contagem que envolvam situações do cotidiano; - Calcular a probabilidade de eventos. 	circunferência;	- Função Afim; Função quadrática; Gráfico da função Afim; Gráfico da Função Quadrática; Inequação do 2º Grau.
4.3 Posições relativas entre circunferências;		
4.4 Ângulos em uma circunferência;		
4.5 Polígonos inscritos e circunscritos.		- Dados Reais; Dados Estatísticos; Coleta de Dados; Medida de Posição; Princípio da Multiplicação; Probabilidade.
5. Números e Operações <ul style="list-style-type: none"> 5.1 Funções: definição, tabelas, fórmulas e gráficos; função afim e quadrática; 5.2 Inequação do 2º grau. 		
6. Tratamento de informações <ul style="list-style-type: none"> 6.1 História e aplicações da Estatística; 6.2 Noções de estatística; 6.3 Contagem e Probabilidade; 		

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – MATEMÁTICA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Ler e interpretar textos de interesse científico e tecnológico.	- Conhecer a linguagem e a notação universal dos conjuntos.	1. Conjuntos 1.1 – Símbolos lógicos 1.2 Operações com conjuntos.	- Noção de conjunto; Relação de inclusão; Complementar de um conjunto; Reunião e Interseção; Noções de igualdade.
- Organizar o pensamento lógico Matemático.	- Reconhecer o ganho e a simplicidade em se trabalhar e manipular conjuntos. - Identificar cronologicamente o surgimento dos primeiro números.	2. Conjuntos numéricos 2.1 – Os Números Naturais; 2.1.1 – Propriedades dos racionais. 2.1.2 – Operações com naturais.	- Números naturais: Axiomas de Peano; Ordem dos naturais; Números Inteiros; Números Racionais; Números Irracionais; A reta real; Expressões decimais; Desigualdade; Intervalo; Valor absoluto.
- Articular o conhecimento matemático com conhecimentos de outras áreas do saber científico.	- Realizar operações de contagem. - Avaliar diferentes quantidades de uma grandeza. - Identificar as propriedades referentes a sucessor dos números naturais.	2.2 – Os números Inteiros; 2.2.1 – Propriedades dos inteiros. 2.2.2 – Operações com inteiros.	- Antigos e novos conceitos de Estatística; Coleta e organização de dados; Gráficos estatísticos; Porcentagem; Frequência absoluta e relativa; Média, moda e mediana.
- Aplicar procedimentos matemáticos capazes de solucionar problemas numéricos que ocorrem dentro e fora do ambiente escolar.	- Realizar operações de medidas. - Conhecer a importância dos números irracionais. - Realizar operações de medidas continua.	2.3 – Os números Racionais; 2.3.1 – Propriedade dos Racionais. 2.3.2 – Operações com racionais.	- Definição de Funções; Domínio, Imagem e contra-domínio; Função injetiva, sobrejetiva e bijetiva; A noção de número Cardinal.
- Analisar, comparar e identificar a validade das informações que recebemos no cotidiano.	- Conhecer a reta dos reais. - Representar os reais por meio de expressões decimais.	2.4 – Os números Irracionais. 2.5 Os números Reais 2.5.1 – Características dos números reais	- Definição de Funções; Domínio, Imagem e contra-domínio; Função injetiva, sobrejetiva e bijetiva; A noção de número Cardinal.
- Expressar relações de grandezas variáveis envolvendo o mundo físico, econômico e etc.	- Relacionar as propriedades da desigualdade com os números positivos. - Trabalhar com as notações de intervalos.		
- Expressar algebricamente modelos matemáticos que representam variações de grandezas.	- Reconhecer dados estatísticos publicados. - Organizar dados amostrais e trabalhar com	3. Noções de Estatística 3.1 Gráfico Estatístico; 3.2 Porcentagem; 3.3 Medidas de Tendência Central.	- O produto cartesiano; O plano numérico; A função Afim; A função Linear; Caracterização da função afim;

	as medidas estatísticas.	4. Função 4.1 Tipos de função; 4.2 Número Cardinal.	- Funções quadráticas, Forma canônica do trinômio; Gráfico da função quadrática; Propriedades da parábola; Caracterização das funções quadráticas.
- Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representando em gráficos, diagramas ou expressões algébricas.	- Analisar Gráficos resultados de inferência estatística. - Trabalhar com porcentagem em situações do cotidiano. - Calcular média, mediana e moda de variáveis quantitativas.	5. Função Afim 5.1 Características da função afim; 5.2 Gráfico da função afim; 5.3 Modelos matemáticos relacionados com a função afim.	- Funções polinomiais e Polinômios; Determinação de um polinômio a partir de seus valores; Gráficos de Polinômios.
- Interpretar e utilizar diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, expressões e etc).	- Associar funções a uma correspondência ou relação entre conjuntos. - Identificar o domínio, contra-domínio e imagem de uma função. - Reconhecer quando uma função é injetiva, sobrejetiva ou bijetiva.	6. Funções Quadráticas 6.1 Características da função quadrática; 6.2 Estudo da função quadrática; 6.3 Modelos matemáticos relacionados com a função quadrática.	- Potências de expoente racional; A função exponencial; Caracterização da função exponencial; Funções inversas; Funções Logarítmicas;
- Formular hipótese e prever resultados	- Reconhecer um número cardinal. - Representar situações com movimento uniforme em que os acréscimos da função são proporcionais aos acréscimos da variável independente.	7. Funções Polinomiais 7.1 Características da função polinomial; 7.2 Estudo da função polinomial.	- Caracterização das funções logarítmicas; Logaritmos naturais; a função exponencial de base e.
- Relacionar questões geométricas a situações algébricas.	- Construir gráficos de funções afins. - Identificar e relacionar situações e problemas do cotidiano com as funções afins. - Interpretar graficamente a função afim. - Representar situações que envolvam determinar dois números conhecendo sua soma e seu produto. - Construir gráficos de funções quadráticas.	8. Função Exponencial e Logarítmica 8.1 Característica da função exponencial. 8.2 Modelos matemáticos relacionados com a função exponencial; 8.3 Característica da função logarítmica.	- Módulo de um número real; propriedades do módulo e função modular. - Semelhança e Congruência e triângulos; Relações trigonométricas no triângulo retângulo; A função de Euler; Medidas de Ângulos; As fórmulas de adição; A lei dos senos

continua >>>

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – MATEMÁTICA – 2º ANO

<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e relacionar situações e problemas do cotidiano com as funções quadráticas. - Interpretar graficamente a função quadrática. - Representar situações que envolvam problemas de física biologia, química, economia e outra que possam ser representados por um polinômio. - Construir gráficos de funções polinomiais. - Selecionar conjunto de informações sobre fatos reais ou imaginários na resolução de situações problemas. - Construir modelos para analisar fenômenos. - Construir gráficos de funções exponenciais e logarítmicas. - Reconhecer a importância das funções exponenciais e logarítmicas. - Reconhecer, construir e interpretar gráficos de função modular. - Resolver problemas que envolvam os conceitos de função modular. - Compreender o porquê da existência dos senos e cossenos. - Compreender as relações trigonométricas fundamentais - Aplicar a lei dos senos, cossenos e as razões trigonométricas na resolução de situações problemas. 	<p>8.4 Modelos matemáticos relacionados com a função logarítmica.</p> <p>9. Função Modular</p> <p>9.1 – Função definida por duas ou mais sentenças;</p> <p>9.2 Caracterização de uma função modular;</p> <p>9.3 Estudo da função modular.</p> <p>10. As funções trigonométricas</p> <p>10.1 Trigonometria no triângulo retângulo;</p> <p>10.2 Trigonometria no triângulo qualquer;</p> <p>10.3 Funções trigonométricas: definição, periodicidade e gráfico.</p>	<p>e cossenos; Função de Euler; senos e cossenos de números reais.</p>
--	---	--

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Ler e interpretar textos de interesse científico e tecnológico. - Organizar o pensamento lógico Matemático. - Articular o conhecimento matemático com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Aplicar procedimentos matemáticos capazes de solucionar problemas numéricos que ocorrem dentro e fora do ambiente escolar. - Analisar, comparar e identificar a validade das informações que recebemos no cotidiano. - Expressar relações de grandezas variáveis envolvendo o mundo físico, econômico e etc. - Expressar algebricamente modelos matemáticos que representam variações de grandezas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar a porcentagem na resolução de problemas. - Determinar o juro simples de um capital a uma dada taxa em um determinado tempo. - Determinar o juro composto que rende um capital. - Resolver problemas que envolvam juros simples e compostos. - Compreender o que é uma sequência numérica. - Identificar as progressões como funções especiais. - Utilizar os conceitos de progressão na resolução de problemas. - Desenvolver o raciocínio. - Compreender a aplicação do raciocínio matemático na resolução de problemas do cotidiano. - Reconhecer o triângulo de Pascal e suas propriedades. - Aplicar a fórmula do binômio de Newton. - Compreender o conceito de probabilidade. - Conceituar experimentos aleatórios, espaço amostral e eventos. 	<p>1. Matemática Financeira</p> <p>1.1 Porcentagem;</p> <p>1.2 Lucro e Prejuízo;</p> <p>1.3 Acréscimos e desconto sucessivos;</p> <p>1.4 Juros Simples;</p> <p>1.5 Juros Compostos;</p> <p>1.6 Montante;</p> <p>1.7 Amortização.</p> <p>2. Progressões</p> <p>2.1 Sequência numérica;</p> <p>2.2 Progressões Aritméticas;</p> <p>2.3 Progressões Geométricas.</p> <p>3. Análise Combinatória</p> <p>3.1 Princípio fundamental da contagem;</p> <p>3.2 Permutação e Combinações;</p> <p>3.3 Triângulo de Pascal;</p> <p>3.4 O Binômio de Newton.</p> <p>4. Probabilidade</p> <p>4.1 Conceitos básicos;</p> <p>4.2 Probabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Capital; Juros; Taxa de Juros, Prazo; Montante, Porcentagem, Juros Simples, Juros Compostos. - Definição de sequência; Termo geral de uma PA; Interpolação numérica, Somas dos termos de uma PA; Termo geral de uma PG; Soma dos termos de uma PG. - Princípio fundamental da contagem; Permutação e Arranjo Simples; Fatorial; Combinação simples; Triângulo de Pascal; Relação de Stifel; Binômio de Newton. - Experimentos, Eventos, Espaço Amostral; Probabilidade; Probabilidade Condicional. - Ponto, Reta, Plano e suas representações; Relações entre pontos, retas e planos, os primeiros postulados; Distância entre pontos; Posições relativas entre duas retas; Posições relativas entre planos;

continua >>>

- Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representando em gráficos, diagramas ou expressões algébricas.	- Determinar a probabilidade de ocorrência de um evento. - Desenvolver e aplicar o conceito de probabilidade condicional.	5. Pontos, Retas e Planos	Condicional.	Posições relativas entre reta e plano; Paralelismo; Distância no espaço.
			5.1 Noções primitivas e axiomas;	- Retas perpendiculares e retas ortogonais; perpendicularismo entre planos; propriedades do perpendicularismo.
- Interpretar e utilizar diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, expressões e etc).	- Conhecer e utilizar as noções e postulados entre ponto, reta e plano. - Conhecer e utilizar as posições relativas entre retas, entre retas e planos e entre planos.	5.2 Pontos, reta, plano e suas representações;	5.3 Posições relativas entre duas retas;	- Pontos, Retas e Ângulos; Diedro.
				5.4 Posição relativa entre dois planos;
- Formular hipótese e prever resultados.	- Compreender e aplicar os conceitos de paralelismo.	5.5 Posições relativas entre reta e plano;	5.6 Posições relativas entre dois planos;	- Sólidos geométricos; poliedros; corpos redondos; faces, arestas e vértices; Cubo, Tetraedro e octaedro; Poliedro regulares; Poliedros côncavos e convexos; Poliedros de Platão.
- Relacionar questões geométricas a situações algébricas.	- Compreender e aplicar os conceitos de perpendicularismo. - Compreender conceitos preliminares do mundo tridimensional. - Calcular distância entre dois pontos, ponto e plano. - Determinar o ângulo entre retas, planos e reta plano. - Identificar poliedros e seus elementos; - Utilizar a relação de Euler e a fórmula da soma dos ângulos das faces de um poliedro. - Desenvolver a percepção do espaço, construindo modelos concretos para resolver problemas de áreas e volumes;	5.8 Planos paralelos e proporcionais.	6. Perpendicularismo	- Vértices, base, aresta, faces e altura; Prima, pirâmide, cilindro e cones.
				6.1 Retas perpendiculares;
		6.2 Retas e Planos Perpendiculares.	7. Medindo distância e ângulo	
				7.1 Distância entre dois pontos
			7.2 Distância de ponto a plano	
			7.3 Ângulos entre	

- Conhecer e utilizar volumes e áreas de figuras planas;	retas
	7.4 Ângulos entre planos
- Calcular áreas e volumes de prisma, pirâmide, cilindro e cone.	7.5 Ângulo entre reta e plano
	8. Poliedros
	8.1 Introdução
	8.2 As primeiras relações
	8.3 Poliedros regulares
	9. Volumes e Áreas
	9.1 Introdução
	9.2 O paralelepípedo retângulo
	9.3 O princípio de Cavalieri
	9.4 O Prisma
	9.5 A pirâmide
	9.6 Cilindros e cones

•As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – MATEMÁTICA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Ler e interpretar textos de interesse científico e tecnológico. - Organizar o pensamento lógico Matemático. - Articular o conhecimento matemático com conhecimentos de outras áreas do saber científico. - Aplicar procedimentos matemáticos capazes de solucionar problemas numéricos que ocorrem dentro e fora do ambiente escolar. - Analisar, comparar e identificar a validade das informações que recebemos no cotidiano. - Expressar relações de grandezas variáveis envolvendo o mundo físico, econômico e etc. - Expressar algebricamente modelos matemáticos que representam variações de grandezas. - Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representando em gráficos, diagramas ou expressões algébricas. - Interpretar e utilizar diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, expressões e etc). 	<ul style="list-style-type: none"> - Representar os pontos da reta por números reais os pontos do plano por pares ordenados de números reais; - Descrever as linhas no plano por meio de equações; - Resolver problemas geométricos com os recursos da álgebra; - Compreensão da importância das equações matemáticas em suas diversas formas, aplicando-as apropriadamente na movimentação de pontos sobre curvas associando ideias; - Compreensão da relevância de conceitos matemáticos básicos de geometria analítica para traçar e movimentar gráficos interligando conceitos já estudados; - Representar os pontos do espaço por termos ordenados de números reais; - Descrever as superfícies no espaço por meio de equações; - Resolver problemas geométricos com os recursos da álgebra; - Reconhecer a importância da geometria analítica como conversor de diferentes registros; - Compreensão da relevância de conceitos matemáticos básicos de geometria analítica para traçar e movimentar gráficos interligando conceitos já estudados; - Compreender os conceitos de elipse, hipérbole e parábola; - Identificar os elementos da elipse, hipérbole e 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Geometria Analítica Plana <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Coordenadas da reta e coordenadas no plano; 1.2 A distância entre dois pontos; 1.3 As equações da reta; 1.4 Ângulo entre duas retas; 1.5 Equação da circunferência; 1.6 Vetores no plano. 2. Geometria Analítica Espacial <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Coordenadas no espaço; 2.2 As equações paramétricas da reta; 2.3 Distância entre dois pontos no espaço; 2.4 Vetores no espaço; 2.5 Equação no plano. 3. Estudo das Cônicas <ol style="list-style-type: none"> 3.1 As cônicas; 3.2 Elipse; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de coordenada; coordenadas na reta; distância entre pontos; ponto médio; equações da reta; equações paramétricas; Área de um triângulo; equação da circunferência; vetores no plano; segmentos equípolentes. - Planos no espaço; sistema de coordenadas tridimensional; Equações paramétricas da reta; Distância no espaço; vetores no espaço. - Foco; Distância focal; Eixo real; Assíntotas; Centro e vértices; Relação Fundamental; Elipse; Hipérbole; Parábola. - Sistema indeterminado, impossível e determinado; Planos coincidentes e paralelos; Escalonamento ou eliminação gaussiana. - Linha e Coluna; Matriz; Igualdade de matrizes; Operações com Matrizes;

<ul style="list-style-type: none"> - Formular hipótese e prever resultados. - Relacionar questões geométricas a situações algébricas. 	<ul style="list-style-type: none"> - parábola; - Resolver problemas que envolvam as cônicas e suas equações; - Construir e identificar equações lineares e sistemas lineares; - Classificar sistemas lineares; - Resolver problemas que envolvam sistemas lineares; - Desenvolver o conceito de matriz; - Representar e interpretar uma tabela de números como matriz, identificando seus elementos e os tipos mais frequentes de matrizes; - Reconhecer e aplicar as propriedades das operações com matrizes; - Conceituar determinante de uma matriz; - Aplicar as propriedades dos determinantes; - Utilizar o cálculo de determinantes para resolver sistemas lineares; - Compreender o conceito e a importância dos números complexos; - Identificar um número complexo na sua forma algébrica e representá-lo no plano de Argand-Gauss; - Operar os complexos na forma algébrica; - Identificar um número complexo na forma trigonométrica; - Operar com os complexos na forma trigonométrica; - Resolver problemas do cotidiano através de rotação de vetores complexos; - Solucionar problemas que ocorrem naturalmente e envolvam as equações algébricas; 	<ol style="list-style-type: none"> 3.3 Hipérbole; 3.4 Parábola. 4. Sistema de Equações Lineares <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Sistemas com duas incógnitas; 4.2 Duas equações com três incógnitas; 4.3 Três equações com três incógnitas; 4.4 Escalonamento. 5. Matrizes e Determinantes <ol style="list-style-type: none"> 5.1 Introdução; 5.2 Multiplicação de matrizes; 5.3 Determinantes; 5.4 A regra de Cramer; 5.5 Determinante do produto de duas matrizes. 6. Números Complexos <ol style="list-style-type: none"> 6.1 Surgimentos dos números complexos; 6.2 A forma algébrica dos complexos; 6.3 A forma trigonométrica dos complexos; 6.4 Raízes da unidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Determinante. - Forma algébrica dos números complexos; Imagem e afixo; Forma trigonométrica dos números complexos; Teorema e fórmula de DE Moivre; vetores, rotação de vetores. - Polinômio; Grau de um polinômio; Divisão de polinômios; Dispositivo de Briot-Ruffini; Raízes de um polinômio; Teorema Fundamental da Álgebra.
---	--	---	---

continua >>>

- Realizar operações com polinômios;
- Compreender o Teorema Fundamental da Álgebra.

6.5 Problemas de Geometria analítica resolvidos com rotação de vetores complexos.

7. Equações Algébricas

7.1 Polinômios;

7.2 Divisão de polinômios;

7.3 Redução do grau de uma equação algébrica;

7.4 Equações algébricas com coeficientes reais;

7.5 Teorema fundamental da álgebra.

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.



Química

O ensino de Química presente em nossas escolas preza pela simples transmissão de conhecimentos químicos e está muito distante do que o cidadão precisa conhecer para exercer a sua cidadania. Para se fazer educação através da Química, é necessário que estes conhecimentos sejam utilizados como instrumentos dentro de uma concepção de ensino que destaque o papel social da mesma.

Ser cidadão é ser participante. A cidadania tem como característica básica a participação, e engloba dois outros elementos importantes: os direitos que são garantidos pelo Estado Constitucional, sendo fundamentados nos direitos humanos, e, os deveres, os quais estão relacionados ao compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade. Além destes, o conceito de cidadania está diretamente ligado ao conceito de democracia.

A formação da cidadania pode ser auxiliada pela educação, sem ser ela, o único meio para tal. É necessário, então, a adoção de uma postura crítica com relação ao papel da educação na formação da cidadania. Para tal, a escola precisa propiciar mecanismos para que haja a participação do educando. Este tem sua capacidade de participação desenvolvida quando se leva em conta o contexto cultural no qual está inserido. Dessa forma, é de fundamental importância a contextualização do ensino, pois, esta permite o desenvolvimento da capacidade crítica de julgar e de tomar decisão em uma sociedade democrática.

Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso se refere a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva. Cabe à escola desenvolver um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para

transformá-la. (PCNEM, 1999)

A Constituição do Brasil de 1988 diz, no seu artigo 205, que:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este objetivo de formação da cidadania está explícito na Lei 9394/96 no seu artigo 22:

A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A cidadania só pode ser exercida plenamente se o cidadão tiver acesso ao conhecimento. O ensino de Química deve, então, possibilitar ao aluno a compreensão do processo de elaboração do conhecimento, com seus avanços, erros e conflitos. Os educadores químicos devem criar estratégias de ensino muito bem estruturadas e organizadas para fazer esta educação científica, permitindo que o educando tome consciência que o conhecimento científico é dinâmico e mutável.

A Química participa do desenvolvimento científico-tecnológico com importantes contribuições específicas, cujas decorrências têm alcance econômico, social e político. A sociedade e seus cidadãos interagem com o conhecimento químico por diferentes meios. A tradição cultural difunde saberes fundamentados em um ponto de vista químico, científico ou baseado em crenças populares. (PCNEM, p.239, 1999)

O ensino de Química para cidadania deve propiciar a formação de cidadãos que saibam ler melhor o mundo onde estão inseridos, como também, sejam capazes de transformá-lo para melhor. Para tal, o professor deve utilizar temas sociais, tais como química ambiental,

química dos metais, recursos energéticos, alimentos e aditivos químicos, energia nuclear, etc., para contextualizar os conteúdos. Esses temas têm como finalidade explicitar o papel social da Química, as suas aplicações e implicações e demonstrar como o cidadão pode aplicar o conhecimento na sua vida diária. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, contextualizar o conteúdo que se quer aprendido significa, em primeiro lugar assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto. O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da passividade.

O fato é que, em nossas escolas, ensina-se Química, para preparar alunos para o vestibular. *Uma das grandes perdas do nosso ensino é atrelá-lo, de uma maneira sistemática, ao grau imediatamente superior. Há necessidade de nos convenceremos de que cada grau se completa em si.* (CHASSOT, p.43, 1995). Porém mesmo com um ensino de Química mais voltado para o cotidiano, *é possível que vestibulandos respondam, com bom desempenho, “questões clássicas” de Química, principalmente se elas forem elaboradas buscando avaliar não a evocação de fatos, fórmulas ou dados, mas a capacidade de trabalhar com o conhecimento.* (CHASSOT, p. 39, 1993)

Em pesquisa realizada (CHASSOT, p. 59, 1993) com estudantes universitários das diversas áreas do conhecimento sobre a questão *Para que serviu/serve o teu conhecimento em Química?* Uma maioria significativa (60%) respondeu que a química aprendida no ensino fundamental e médio em nada serviu. O resultado dessa pesquisa comprova o que foi dito anteriormente: o ensino de Química atual em nada colabora para a formação do cidadão. É necessária, então, uma reformulação e adoção de várias medidas que venham mudar tal situação. Isso implica o desenvolvimento e avaliação de propostas de ensino que sejam adequadas aos objetivos relacionados com a cidadania, pois educar para a cidadania é educar para a democracia.

Devemos ensinar Química não como um fim em si mesma, mas porque os conceitos envolvidos serão, de alguma forma, explorados permitindo que o nosso aluno seja participativo e desenvolva a capacidade de tomada de decisão.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos.

Ana Paula Cavalcante de Oliveira



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Parecer CNE/CEB015/98. Diário Oficial da União. Brasília, 1998.

BRASIL. LDB. Lei Nº 9394, de 23 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1996.

_____. Constituição Da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Semtec. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC/Semtec, 1999.

_____. Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Semtec. *PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/Semtec, 2002.

_____. Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Semtec. *PCN Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/Semtec, 2006.

CHASSOT, A.I. *Catalisando transformações da educação*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.

CHASSOT, A.I. *Para que(m) é útil o ensino? Alternativas para um ensino (de Química) mais crítico*. Canoas: Editora da Ulbra, 1995.

CISCATO, C.A.M. e BELTRAN, N.O. *Química*. São Paulo: Cortez, 1991.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998.

MOREIRA, M.A. *Aprendizagem significativa*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

MORTIMER, E. F.; MACHADO, A. H. e ROMANELLI, L.I. *A proposta curricular de química do estado de Minas Gerais: fundamentos e pressupostos*. In: Quím. Nova, Vol.23, Nº2, p.273 – 283, 2000.

MORTIMER, E. F. e MACHADO, A. H. *Química para o Ensino Médio: volume único*. São Paulo; Scipione, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Diretrizes curriculares de química para o ensino médio. Curitiba, 2008.

PEQUIS – Projeto de Ensino de Química e Sociedade. Química e Sociedade. São Paulo: Nova Geração, 2006.

PERRENOUD, P. *Dez competências para ensinar*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ROQUE, N.F. e SILVA, J.L.P.B. *A linguagem química e o ensino da química orgânica*. In: Química Nova, Vol. 31, Nº 4, 921 – 923, 2008.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A.I.P. *Compreender e transformar o ensino*. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, W.L.P. dos e SCHNETZLER, R. *Educação em Química: compromisso com a cidadania*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

TOCANTINS. Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Proposta curricular ensino médio versão preliminar. Palmas, 2007.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – QUÍMICA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender cientificamente a química presente nas situações do cotidiano, apropriando-se da linguagem química. - Compreender os princípios químicos em uma visão macroscópica. - Compreender o conceito de modelo e perceber sua validade para explicação dos fenômenos em química. - Manusear adequadamente as substâncias de acordo com as propriedades. - Relacionar a linguagem do senso comum com a linguagem química e compreender os códigos e símbolos próprios da química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e diferenciar os modelos de Dalton, Thomson, Rutherford e Bohr. - Caracterizar e representar simbolicamente esses modelos. - Estabelecer comparações entre os modelos considerando os contextos históricos. - Compreender a finalidade de cada modelo. - Usar os modelos para explicar fenômenos como: condução de corrente elétrica e emissão de luz de diferentes cores. - Conhecer o símbolo dos principais elementos químicos na Tabela Periódica. - Identificar o número atômico e a massa atômica de um elemento químico na Tabela Periódica. - Reconhecer que os elementos químicos estão agrupados na Tabela de acordo com a semelhança de propriedades e associar essa semelhança com suas estruturas eletrônicas. - Compreender a variação das propriedades dos elementos ao longo de um período e/ou grupo da Tabela Periódica. - Diferenciar elementos representativos e elementos de transição com base na configuração eletrônica. - Reconhecer os metais dos minerais e sua importância 	<ul style="list-style-type: none"> - Os materiais, suas propriedades e transformações químicas. - Propriedades dos materiais; - Substâncias e misturas; - Métodos físicos de separação de misturas; - Transformações químicas: evidências macroscópicas e representação em diferentes linguagens; - Leis ponderais: Lavoisier e Proust; - Cálculos químicos. - Modelos para o átomo, representações para átomos e Tabela Periódica. - Modelos atômicos; - O átomo e suas partículas; - Tabela Periódica: organização dos elementos químicos; - Simbologia; - Propriedades periódicas dos elementos; - Configuração eletrônica; - Siderurgia e mineralogia no continente africano; - Ligações químicas. - Ligação iônica; - Ligação covalente; - Ligação metálica; - Representação estrutural 	<ul style="list-style-type: none"> - Propriedades específicas: temperatura de fusão, temperatura de ebulição, densidade, solubilidade. - Gás x Vapor. - Substâncias: simples e composta. - Misturas: homogêneas e heterogêneas. - Descontinuidade da matéria (Modelo cinético-molecular). - Átomos e moléculas. - Elemento químico. - Acidez, basicidade e neutralidade. - Prótons, elétrons e nêutrons. - Número atômico. - Massa atômica. - Íons. - Símbolos dos elementos químicos. - Grupo e período. - Isótopos - Propriedades dos elementos. - Características das ligações químicas. - Molécula apolar e molécula polar. - Geometria das moléculas. - Interações intermoleculares. - Interações

continua >>>

	na metalurgia e siderurgia.	e eletrônica;	intramoleculares.
- Utilizar o saber fazer matemático necessário aos cálculos químicos.	- Identificar, a partir de fórmulas, substâncias iônicas, metálicas e moleculares.	- Polaridade e geometria molecular;	- Dissolução.
	- Relacionar os constituintes das substâncias iônicas, metálicas e moleculares aos elementos e sua posição na Tabela.	- Interações moleculares.	- Ácidos.
- Reconhecer a proporcionalidade nas reações químicas, seus objetivos, efeitos e consequências.	- Compreender e caracterizar o modelo de ligação iônica, o de ligação metálica e o de ligação covalente.	- Comportamento químico das substâncias: funções inorgânicas e orgânicas.	- Bases.
	- Relacionar a transformação química como resultante de quebra e formação de ligações.	- Ácidos e bases;	- Sais.
	- Relacionar as propriedades aos usos das substâncias iônicas, das substâncias e ligas metálicas e das substâncias moleculares.	- As teorias de ácidos e bases;	- Óxidos.
- Pesquisar e sistematizar informações relevantes para a compreensão e resolução de problemas químicos.	- Exemplificar as substâncias moleculares, iônicas e metálicas mais importantes e suas propriedades.	- Sais;	- Chuva ácida.
	- Compreender as interações intermoleculares.	- Óxidos;	- Neutralização.
	- Compreender a polaridade de moléculas.	- Nomenclatura de ácidos, bases e sais;	- Funções orgânicas com significação no cotidiano: propanona (acetona), etanol e metanol (álcoois), ácido acético (ácido carboxílico), hidrocarbonetos.
- Reconhecer o papel da Química no sistema produtivo, industrial e rural.	- Representar, por meio de fórmulas (eletrônicas e estruturais), as ligações iônicas e covalentes, incluindo compostos orgânicos, ressaltando a característica do carbono em formação de cadeias.	- Nomenclatura de óxidos;	
	- Agrupar as substâncias segundo o critério de comportamento na dissolução em água.	- A neutralização de ácidos e bases;	
	- Conceituar, segundo Arrhenius, Lewis e Bronsted-Lowry, ácido e base.	- Substâncias orgânicas: propanona, etanol, metanol, ácido acético, éter etílico, hidrocarbonetos parafínicos (gás natural, GLP, gasolina, querosene) e ésteres.	

	- Reconhecer, formular e nomear os principais ácidos, bases, sais e óxidos.
	- Identificar no cotidiano a presença de substâncias ácidas, básicas, óxidos e sais.
	- Compreender o fenômeno: chuva ácida.
	- Representar, por meio de equações, a neutralização.
	- Reconhecer substâncias orgânicas, que possuem significação no cotidiano, pertencentes a diferentes funções: propanona, etanol, metanol, ácido acético, éter etílico, hidrocarbonetos parafínicos (gás natural, GLP, gasolina, querosene) e ésteres.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – QUÍMICA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender cientificamente a química presente nas situações do cotidiano, apropriando-se da linguagem química. - Compreender os princípios químicos em uma visão macroscópica. - Compreender o conceito de modelo e perceber sua validade para explicação dos fenômenos em química. - Manusear adequadamente as substâncias de acordo com as propriedades. - Relacionar a linguagem do senso comum com a linguagem química e compreender os códigos e símbolos próprios da química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer que solução é uma mistura homogênea na qual os constituintes são substâncias diferentes. - Conceituar solução (diluída e concentrada), solvente, soluto. - Calcular a concentração de soluções em g/L, em mol/L e em percentual. - Interpretar o significado das unidades que expressam a concentração das soluções: % em massa, % em volume, ppm, ppb, g/L, mol/L. - Interpretar dados sobre a concentração de soluções na leitura de rótulos. - Interpretar gráficos de curvas de solubilidade. - Caracterizar solução saturada em termos de coeficiente de solubilidade. - Reconhecer que as propriedades coligativas só dependem da concentração do soluto em solução e não da sua natureza. - Descrever qualitativamente as propriedades coligativas: tonoscopia, ebulioscopia, crioscopia e pressão osmótica. - Relacionar propriedades coligativas com fenômenos da natureza e do cotidiano. - Identificar as variações de energia nas representações de processos de dissolução e nas mudanças de fase. - Reconhecer que uma transformação química pode ocorrer com produção ou absorção de energia e que essa absorção ou produção é 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo das soluções e das suas propriedades coligativas. - Soluções, colóides e agregados; - Classificação das soluções; - Regra de solubilidade e curvas de solubilidade; - Concentração das soluções; - Diluição de soluções; - Mistura de soluções; - Propriedades coligativas; - Lei de Raoult. - Termoquímica. - Equilíbrio térmico; - Variação de energia em transformações químicas; - Fatores que influem nas entalpias das reações; - Lei de Hess; - Energia de ligação. - Eletroquímica. - Reações de oxirredução: conceito, espontaneidade, balanceamento. - A força eletromotriz das pilhas. - Transformações que envolvem produção de 	<ul style="list-style-type: none"> - Solute, solvente, solução diluída e solução concentrada. - Solubilidade. - Solução saturada, insaturada e super saturada. - Caráter ácido e básico das soluções. - Cálculos de concentração de soluções. - Propriedades coligativas: abaixamento da pressão de vapor da água (tonoscopia), abaixamento da temperatura de congelamento da água (crioscopia), elevação da temperatura de ebulição da água (ebulioscopia) e pressão osmótica. - Calor de reação. - Processo endotérmico e processo exotérmico. - Energia interna. - Entalpia. - Equações termoquímicas. - Combustão completa e incompleta. - Número de oxidação - Oxidação e redução. - Oxidante e redutor. - Semi-reações. - Pilhas e baterias. - Cálculos de força eletromotriz de pilhas. - Corrosão.

<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar o saber fazer matemático necessário aos cálculos químicos. - Reconhecer a proporcionalidade nas reações químicas, seus objetivos, efeitos e consequências. - Pesquisar e sistematizar informações relevantes para a compreensão e resolução de problemas químicos. - Reconhecer o papel da Química no sistema produtivo, industrial e rural. 	<ul style="list-style-type: none"> devido ao rearranjo dos átomos. - Diferenciar processos endotérmicos de exotérmicos. - Conceituar entalpia. - Equacionar e representar, através de diagramas de energia, as reações termoquímicas. - Prever a entalpia de uma reação química a partir de informações obtidas em gráficos e tabelas. - Compreender os procedimentos utilizados para efetuar cálculos: de calores de reação (combustão e formação), utilizando a Lei de Hess e utilizando energias de ligação. - Perceber a aplicação da Termoquímica na descoberta de novas fontes de energia. - Avaliar o poder calorífico de diferentes combustíveis. - Determinar o número de oxidação dos elementos a partir das fórmulas químicas. - Identificar uma reação de oxirredução. - Representar as transformações químicas por meio de semi-reações. - Equacionar e balancear uma reação de oxirredução. - Prever a espontaneidade ou não de uma reação de oxirredução consultando tabelas de potencial eletroquímico. - Compreender o princípio de funcionamento de uma pilha eletroquímica. - Compreender os cálculos de força eletromotriz de pilhas. 	<ul style="list-style-type: none"> energia: pilha eletroquímica. - Transformações que envolvem consumo de energia: eletrólise. - Cinética química: rapidez das transformações químicas. - Como ocorrem as transformações químicas? - Principais fatores que influenciam na rapidez das transformações químicas: temperatura, superfície de contato e concentração. - Lei cinética. - Efeito dos catalisadores na rapidez das transformações químicas. - Radioatividade e energia nuclear. - Radioatividade; - Efeitos das emissões radioativas; - Leis da radioatividade; - Fenômenos radioativos: fissão e fusão nuclear; - Aplicações e implicações da energia nuclear; - Equilíbrio químico - Caracterização do estado de equilíbrio (equilíbrio dinâmico); - Deslocamento do equilíbrio; - Fatores que influenciam o estado de 	<ul style="list-style-type: none"> - Eletrólise. - Rapidez das transformações químicas. - Teoria das colisões. - Energia de ativação. - Ordem e molecularidade. - Catalisadores. - Leitura de gráficos. - Radioisótopos. - Emissão α, β e γ. - Transmutação. - Fissão nuclear e fusão nuclear. - Reação reversível. - Equilíbrio homogêneo e equilíbrio heterogêneo. - Princípio de Le Chatelier. - Constante de equilíbrio. - Produto iônico. - pH e pOH. - Solução-tampão.
--	--	--	---

continua >>>

- Compreender a corrosão como um processo eletroquímico.
- Conhecer os constituintes e o funcionamento das pilhas e baterias mais comuns.
- Compreender o princípio básico de funcionamento de uma eletrólise.
- Reconhecer os aspectos ambientais envolvidos no descarte de pilhas e baterias no ambiente.
- Perceber a presença da Eletroquímica nos fenômenos biológicos
- Reconhecer que há variação na rapidez das transformações químicas.
- Identificar fatores que afetam a rapidez das transformações químicas.
- Utilizar a teoria das colisões para explicar os fatores que influenciam na rapidez das transformações químicas.
- Entender a função dos catalisadores.
- Usar o conceito de energia de ativação.
- Identificar e interpretar representações gráficas de transformações químicas que envolvem: rapidez x temperatura, rapidez, concentração, rapidez x superfície de contato, energia x tempo.
- Conceituar radioisótopos.
- Reconhecer que radioatividade é um fenômeno natural que vem sendo utilizado com diferentes finalidades.
- Caracterizar as emissões de

equilíbrio;

- Efeito do íon comum e de íon não comum;

- Equilíbrio iônico na água;

- Hidrólise de sais;

- Produto de solubilidade.

radiações alfa, beta e gama.

- Diferenciar o processo de fissão nuclear do de fusão nuclear.
- Reconhecer as reações nucleares entre as demais reações químicas que ocorrem na natureza.
- Reconhecer, que em certas transformações químicas, coexistem reagentes e produtos.
- Identificar fatores que afetam o equilíbrio químico.
- Prever o sentido do deslocamento do equilíbrio, usando o Princípio de Le Chatelier.
- Escrever a expressão da constante de equilíbrio.
- Calcular a constante de equilíbrio e interpretar o significado desse valor.
- Relacionar constante de equilíbrio com rendimento.
- Compreender o equilíbrio iônico da água.
- Escrever a equação de dissociação de ácidos e bases e a correspondente expressão da constante de equilíbrio. Relacionar os valores dessas constantes com a força de ácidos e bases.
- Utilizar fórmulas para determinação de pH e pOH a partir da concentração de suas soluções.
- Relacionar equilíbrio químico com formação de estalactites, estalagmites e corais.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – QUÍMICA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender cientificamente a química presente nas situações do cotidiano, apropriando-se da linguagem química. - Compreender os princípios químicos em uma visão macroscópica. - Compreender o conceito de modelo e perceber sua validade para explicação dos fenômenos em química. - Manusear adequadamente as substâncias de acordo com as propriedades. - Relacionar a linguagem do senso comum com a linguagem química e compreender os códigos e símbolos próprios da química. - Utilizar o saber fazer matemático necessário aos cálculos químicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o grupo funcional das substâncias orgânicas mais comuns: hidrocarboneto, álcool, fenol, cetona, aldeído, ácido carboxílico, éster, éter, amina e amida. - Reconhecer algumas das características das substâncias orgânicas e relacioná-las às interações intermoleculares. - Reconhecer o petróleo combustível fóssil. - Conhecer o petróleo como fonte esgotável de energia. - Conhecer os principais derivados do petróleo. - Associar aquecimento global com a queima de combustíveis fósseis. - Conceituar isomeria e isômeros. - Reconhecer como e quando ocorre a isomeria plana e a espacial e diferenciá-las. - Reconhecer que os isômeros apresentam diferentes propriedades. - Reconhecer a importância da isomeria na química orgânica e na bioquímica. - Reconhecer as drogas como substâncias químicas capazes de modificar o funcionamento do organismo. - Reconhecer nas estruturas das drogas as funções orgânicas estudadas. - Conceituar reação de adição, reação de substituição e de eliminação. - Diferenciar reação de adição da reação de substituição, da reação de eliminação e da 	<ul style="list-style-type: none"> - Compostos orgânicos - Principais funções orgânicas: características, formulação e nomenclatura. - Petróleo como mistura de substâncias. - Isomeria: plana e espacial. - Reações de adição, de substituição, de eliminação e de oxirredução. - Reações dos compostos de Grignard. - Reação de polimerização. - Reação de saponificação. - Reação de rancificação. - Macromoléculas naturais. - Macromoléculas sintéticas: polímeros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Funções orgânicas. - Petróleo. - Isomeria e isômeros. - As Drogas e seus aspectos químicos - Acidez e basicidade. - Esterificação e hidrólise de ésteres. - Compostos de Grignard. - Rancificação. - Polimerização. - Saponificação. - Macromoléculas naturais: glicídios, lipídios, proteínas e borracha natural. - Glicerídeos. - Cerídeos.

<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a proporcionalidade nas reações químicas, seus objetivos, efeitos e conseqüências. - Pesquisar e sistematizar informações relevantes para a compreensão e resolução de problemas químicos. - Reconhecer o papel da Química no sistema produtivo, industrial e rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - reação de oxirredução. - Compreender o caráter ácido ou básico numa substância orgânica. - Conhecer algumas reações específicas, consideradas importantes na Química Orgânica. - Conceituar e classificar glicídios, lipídios, glicerídeos, cerídeos. - Reconhecer sabões e detergentes mais comuns e diferenciá-los estruturalmente. - Relacionar a ação de sabões e detergentes com as propriedades dos grupos funcionais. - Entender o processo de saponificação. - Conceituar e classificar aminoácidos e proteínas. - Entender o que é desnaturação de uma proteína. - Conceituar enzimas e reconhecer sua importância nos processos biológicos e industriais. - Conceituar polímero. - Reconhecer um polímero de adição e/ou um copolímero e/ou um polímero de condensação. - Identificar o uso de alguns polímeros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sabões e detergentes. - Polímeros.
---	--	---

7.2.3. Ciências Humanas e suas Tecnologias

Filosofia

Com o intuito de estabelecer um referencial curricular para a rede, a Secretaria de Estado da Educação convidou-nos para apresentar uma proposta que assegure o lugar do ensino de Filosofia na educação básica. Para atender a esse propósito, estamos colocando para avaliação dos pares e de todos aqueles que se ocupam da Educação em nosso Estado um conjunto de Competências e Habilidades que compreendemos necessárias à formação do jovem cidadão. Com elas, está sendo proposto um elenco de conteúdos a serem trabalhados no âmbito desta disciplina, ressaltando que esta seleção de conteúdos não encerra em si mesma seus objetivos. Aqui, serão eles um meio para a produção de competências e habilidades que permitam aos alunos manipularem com autonomia os saberes escolares e, sobretudo, os saberes da vida.

Fica, portanto, ao professor em sala de aula, o espaço para permutas e acréscimos, tanto no quadro de conteúdos sugeridos como nas competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir daqueles, considerando sempre as especificidades da comunidade escolar. Não se pode abrir mão, no entanto, do rigor metodológico no trabalho cotidiano da sala de aula, bem como, dos princípios norteadores do Ensino Médio, tais sejam: Cultura, Trabalho, Ciência e Tecnologia.

É consenso, na atualidade, que nas sociedades tecnológicas, o indivíduo não se limite a ser apenas “um instrumento inanimado a seu serviço, mas que [coopere] conscientemente para lhe dar sua forma” (Dilthey, 1884). Portanto, a Educação deve possibilitar ao indivíduo uma formação integral, contemplando as dimensões literária, humanista e social, para que este não se torne um ser desprovido de criatividade e alheio às teias de relações nas quais ele se insere.

Para tanto, a seleção aqui apresentada, está pautada pela ideia de diversidade e para isso fez-se necessário considerar as diversas correntes de pensamento, possibilitando ao aluno experimentar a postura filosófica por meio de variados enfoques.

Do ponto de vista das finalidades do Ensino Médio, estabelecidas no Artigo 35 da LDB, destacamos:

- a) “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos” (inciso I);
- b) “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando,” (inciso II);
- c) “o aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (inciso III);
- d) “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos” (inciso IV).

Diante disso, fica evidente a contribuição decisiva da Filosofia para o alcance dessas finalidades: ela nasceu com a declarada intenção de buscar o “Verdadeiro”, o “Belo”, o “Bom” e o “Ético”. A despeito de uma transformação histórica no âmbito de sua competência explicativa – em parte devido à sua enorme fertilidade em gerar novos saberes –, o pensamento filosófico resiste precisamente porque não abandona seu motivo originário e por transcender as metodologias emergentes nos novos ramos de conhecimentos.

Vivenciamos um momento no qual a Filosofia retorna ao currículo da Escola Básica por força da Lei nº 11.684/2008, que altera o Artigo 36, onde se destaca o inciso IV: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.”. A normatização só reforça a necessidade destes conhecimentos para a formação integral do aluno e sua efetiva preparação para uma atuação consciente e participativa nas relações sócio-culturais e no mundo do trabalho.

A nova legislação educacional brasileira parece reconhecer, afinal, o próprio sentido histórico da atitude filosófica e, por esse motivo, enfatiza a competência da Filosofia para promover, sistematicamente, condições indispensáveis para a formação da cidadania plena. Ensinar/aprender a filosofar é, sobretudo, apropriar-se de uma maneira específica de pensar. É construir um caminho seguro para colocar à prova os saberes e as práticas do dia-a-dia.

O restabelecimento do papel da Filosofia no contexto educacional, através da legislação atual, gerou a necessidade de selecionar um conjunto de temas para compor a ementa da referida disciplina. Destarte, a fim de atender à demanda legal, fizemos um esforço para recortar, do vasto universo dos conhecimentos filosóficos, aqueles que atendam aos princípios gerais estabelecidos nas diretrizes curriculares educacionais para o Ensino Médio.

Queremos, contudo, esclarecer mais uma vez aos nobres colegas professores de Filosofia, que a proposta não é uma imposição. Não está fechada, impossibilitada para adequações, melhoramentos e atualizações, pelo contrário, encontra-se aberta à participação de cada um no sentido de aprimorarmos este documento. Isso porque, acreditamos que fazer uma educação de qualidade perpassa pelo estudo constante e pela firme convicção de querer melhorar a prática.

Arinaldo Moura Santos



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA BÁSICA

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. 27ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Filosofia**, Ed. Ática, São Paulo, 2002.

CORDI, Cassiano, et al. **Para Filosofar**, Scipione, S. Paulo, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto, et al. **Dez lições de Filosofia para um Brasil cidadão**, FTD, S. Paulo, 2008.

GRANGER, Gilles-Gaston. **Por um conhecimento filosófico**. Campinas: Papyrus, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

MIJOLLA, Alain. **Pensamentos de Freud**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985,

SAUTET, Marc. **Um café para Sócrates: Como a filosofia pode ajudar a compreender o mundo de hoje**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

SILVA, Franklin L. **História da Filosofia: centro ou referencial?** In: NETO, Henrique N. (org.) *O Ensino da Filosofia no 2º Grau*. São Paulo: Sofia/SEAF, 1986.

VATTIMO, Gianni. **A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica**. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 108 - Interdisciplinaridade. jan-mar, 1992.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1981.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender a noção do conceito de Filosofia.	- Compreender a diferença entre o conhecimento mítico e a filosofia. - Identificar os vários sentidos da palavra filosofia.	- Pensamento mítico e religioso, Identidade da filosofia e a filosofia grega. - Os principais períodos da filosofia. - A preocupação com as formas de conhecimento.	- Mito e filosofia. - Características da filosofia grega. - A filosofia antiga; Filosofia patrística; Filosofia medieval; Filosofia da renascença; Filosofia moderna. - O movimento; o imutável.
- Compreender as fases do pensamento filosófico e seu reflexo na existência humana.	- Compreender as noções básicas da filosofia grega. - Identificar as principais características da filosofia grega.	- O pensamento e a relação com o conhecimento. - Estruturas da consciência. - A definição de linguagem e sua importância.	- O atomismo; o ser; o eu. - Palavra (logos); Linguagem. - Aletheia; Veritas; Emunah.
- Compreender o problema do conhecimento em diferentes correntes filosóficas e a influência da linguagem no processo do conhecimento.	- Relacionar alguns filósofos às suas correntes filosóficas. - Caracterizar o conhecimento no pensamento dos primeiros filósofos. - Analisar a teoria do conhecimento no pensamento dos filósofos modernos. - Relacionar os conceitos de conhecimento para Bacon e Descartes.	- A verdade como valor na filosofia. - Dificuldades na busca da verdade. - Concepções de verdade.	- Verdade, incerteza e ignorância.
- Compreender a verdade como um valor.	- Compreender a noção de “consciência” e do “eu” na Psicanálise. - Interpretar a dimensão da linguagem no ato de conhecer. - Distinguir o conceito de verdade nas concepções Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.		

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender a noção do conceito de Filosofia.	- Interpretar as indagações metafísicas. - Identificar as características da metafísica.	- A razão na filosofia e a descontinuidade temporal como conceito filosófico. - A lógica e seus elementos na filosofia. - A metafísica.	- Significações e sentidos. - Razão instrumental e razão crítica. - Estruturalismo. - Proposição, silogismo e metalinguagem. - Indagações metafísicas. - Mensurabilidade. - Replicabilidade. - Técnica.
- Compreender as fases do pensamento filosófico e seu reflexo na existência humana.	- Relacionar a atitude científica com o senso comum e o conhecimento teológico. - Analisar o ideal científico tomando como referência a natureza da ciência.	- O conhecimento científico e a razão instrumental. - Ética	- Culto e inculto. - Imanência e transcendência. - Antropologia. - Religião e religiosidade. - Diversidade.
- Compreender o problema do conhecimento em diferentes correntes filosóficas e a influência da linguagem no processo do conhecimento.	- Identificar a diferença entre culto, inculto e cultura. - Analisar a diversidade cultural. - Compreender a noção de imanência e transcendência.	- Filosofia e religião. - A cultura na natureza humana. - A etnografia.	
- Compreender a verdade como um valor			

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a noção do conceito de Filosofia. - Compreender as fases do pensamento filosófico e seu reflexo na existência humana. - Compreender o problema do conhecimento em diferentes correntes filosóficas e a influência da linguagem no processo do conhecimento. - Compreender a verdade como um valor 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a unidade entre o eterno e o novo no conceito filosófico. - Compreender a relação entre a arte e a técnica. - Analisar a interação entre a arte e a filosofia. - Estabelecer a relação entre a indústria cultural e a cultura de massa como conceito filosófico. - Estabelecer a relação entre moral e costumes nas correntes filosóficas. - Diferenciar senso moral de consciência moral. - Diferenciar razão, desejo e vontade. - Conceituar ética e filosofia moral. - Diferenciar contingência de liberdade na linguagem. - Compreender a noção de liberdade como causa de si. - Identificar a liberdade como possibilidade objetiva de conhecimento. - Relacionar o poder despótico e o democrático. - Identificar nas obras publicadas no Brasil reflexões da nossa realidade e as influências das correntes européias. - Conhecer o movimento liberal brasileiro. - Estudar as consequências do positivismo brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - O mundo da prática e a filosofia na arte. - A ética nas relações humanas. - A filosofia e a moral. - As concepções filosóficas da liberdade. - As diferentes formas políticas dos povos; sociedade e estado; regimes políticos. - O movimento liberal brasileiro; o positivismo brasileiro; a escola de Recife. 	<ul style="list-style-type: none"> - Indústria cultural. - Cultura de massas. - Meios de comunicação. - Razão, desejo e vontade. - Ética e comportamento humano. - Senso moral. - Juízo de fato e de valor. - Fatalismo, déspota, democracia, oligarquia, teocracia. - Identidade. - Pertença. - Nacionalidade e culturalismo.



Geografia

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que este documento não surge com o objetivo de fechar discussões, de estabelecer padrão, ou de afirmar o que, quando e como ensinar. Ele surge sim, como uma iniciativa de abrir um debate que se faz tão necessário e que até desponta neste momento com certo atraso, pois por sua natureza, todo currículo, de qualquer disciplina, tem obrigatoriamente, que estar em constante transformação, adaptação e reformulação, já que só deste modo pode-se contemplar e acompanhar a dinâmica do conhecimento no mundo contemporâneo.

A educação, não podemos esquecer, é uma ciência e não pode ser tida e tratada de forma diletante e superficial. Como dizia Paulo Freire, "... ensinar exige rigorosidade metódica...", e só se consegue agir dessa forma se possuímos bases programadas previamente, se estudarmos e aplicarmos o que aprendemos aos nossos alunos de forma planejada e sistematizada. O ato de ensinar não pode ser transformado em simplesmente apresentar slogans em sala de aula. E é o currículo o instrumento indispensável para que o processo de ensino-aprendizagem se materialize de forma adequada e eficiente, sem ele não há processo educacional científico.

E o que dizer, então, sobre o referencial curricular de uma disciplina que é calcada na constante produção e reprodução do seu objeto de estudo, o espaço geográfico? Este referencial foi elaborado com a intenção de quebrar os laços com a forma clássica de ensino da geografia que insiste em estar em uso ainda hoje. Precisamos estabelecer um ensino da geografia que priorize a compreensão dos mecanismos que concorrem na produção do espaço geográfico, uma geografia que instrumentalize o aluno de forma a permitir que este possa entender e interpretar os fenômenos espaciais, assim como torná-lo pronto a intervir na realidade que o cerca, da qual ele é sujeito ativo. O ensino da geografia deve também permitir que o indivíduo possa analisar e entender a dinâmica espacial e que esteja habilitado a transferir essa habilidade a diversos níveis de escalas (local, regional e global). Se os eventos locais refletem no global e os eventos globais refletem no local, o pensar, o compreender e o agir tem que estar prontos para

transitar com facilidade por essas mesmas vias.

Todo o programa curricular do ensino médio foi elaborado e construído com base nos conceitos mais epistêmicos da ciência geográfica: espaço, lugar, território, paisagem, fronteira. Dar ao aluno a competência de desvendar a sua realidade, partindo do seu universo de significados é um dos pontos a ser considerado como essencial, muito ressaltado inclusive, pela própria pedagogia moderna, no entanto devemos ficar atentos ao fato de que a aprendizagem significativa pode ser facilmente interpretada de maneira equivocada, a ponto de se tornar um problema para o ensino da geografia, pois o mundo não pode ser considerado a partir das peculiaridades locais dissociadas dos fatores externos e de suas influências. O atual conjunto de técnicas tornou o mundo um emaranhado complexo de possibilidades, determinando um novo ritmo de produção e reprodução do espaço. Os eventos que ocorrem em uma parte do planeta bem distante podem muito provavelmente causar efeitos em um povoado da zona rural de N. Senhora de Aparecida. Diante dessa possibilidade, a aprendizagem significativa deve ser tratada com atenção dobrada no ensino da geografia.

Outra faceta importante deste referencial é trabalhar o programa curricular, considerando o espaço geográfico como produto das relações históricas entre sociedade e natureza, partindo da premissa de que existe sobre o espaço geográfico atual uma sobreposição de espaços históricos. Compreender, portanto, o processo histórico ocorrido em um determinado espaço é condição importante para poder interpretar a dinâmica espacial atual. Sobre o Brasil, por exemplo, algumas heranças históricas explicam fenômenos que ocorrem hoje em nosso território, mas não há a intenção de estudar o passado com o viés da disciplina história e sim perceber o conjunto de técnicas que eram responsáveis pela produção do espaço geográfico naquele momento e estabelecer a evolução ou mutação desses processos dentro de uma determinada temporalidade, esse é o viés de estudo proposto aqui, e é esse um dos modos que o professor pode utilizar e fazer sua abordagem, pois o próprio Milton Santos dizia que de certo modo a história é a geografia no tempo.

Há também uma crescente demanda pela abordagem

acerca dos problemas ambientais, gerados por um modelo de apropriação do espaço, que prioriza as necessidades de reprodução do capital e que coloca em segundo ou terceiro plano as necessidades mais básicas da sobrevivência humana. Essa ação do homem sobre a natureza exige, então, uma observação crítica e não descritiva, uma análise científica. Há, portanto uma exigência natural para que os programas curriculares do ensino da geografia desprendam um esforço maior para debater e compreender o espaço sobre o aspecto da sustentabilidade e que a geografia, desse modo, permita que o indivíduo possa se apropriar do conhecimento necessário a torná-lo apto a participar ativamente da busca de alternativas, que conciliem a nossa existência enquanto sociedade, e a preservação do meio ambiente, tendo em vista que essa existência depende enormemente das decisões que iremos tomar, o caminho que iremos seguir, pois, tanto a qualidade da vida social, quanto a sua viabilidade, foi colocada em risco pelo atual paradigma de desenvolvimento.

No caso específico do ensino fundamental, a intenção é fazer com que o aluno perceba que é parte integrante do processo de produção do espaço geográfico, fazendo surgir a noção e o sentimento de cidadania, de participação, de capacidade de intervenção, sendo necessário para tal tarefa desenvolver os conceitos básicos da ciência geográfica: espaço, região, paisagem, lugar, território, fronteiras. Fazer com que o indivíduo passe a conhecer o Brasil e suas características, naturais, culturais, sociais e econômicas, assim como identificar um mundo dividido em continentes e estes em territórios, em nações. As metodologias adequadas a esse nível de ensino deverão estar em consonância com o estágio de desenvolvimento cognitivo do público alvo, assim como também devem estar em consonância com peculiaridades de sua realidade e de seu universo de valores e significados.

Esse referencial é, portanto, o início de um caminho que tem como objetivo auxiliar o trabalho docente, mas que, como seu próprio nome diz, é apenas um referencial, não pretende engessar a prática docente, o objetivo é que esse documento seja visto como o tronco de uma árvore onde logo acima está a copa que cresce ao sabor do vento que sopra diferente em cada lugar.

Odirley Batista Moreira

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 24ª Ed. São Paulo – Editora: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 9ª Ed. Rio de Janeiro - Editora Record, 2002.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2ª Ed. São Paulo – Editora Hucitec, 1994.

TERRA, Lygia e COELHO, Marcos de Amorim. Geografia do Brasil - Espaço natural, territorial e socioeconômico brasileiro – 5ª Ed. - Editora Moderna.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. A construção do mundo – Geografia geral e do Brasil. Editora Moderna.

SENE, Eustáquio de e MOREIRA, João Carlos: Geografia Geral e do Brasil – Espaço e Globalização. 3ª Ed. – Editora Scipione.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lázaro; MENDONÇA, Cláudio Roberto de Assis. – Território e sociedade no mundo globalizado – Geografia geral e do Brasil. 1ª edição. Ed. Saraiva, 2005.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Pensar o Homem como produto e ator principal das transformações ocorridas no planeta Terra; - Compreender o planeta Terra e seus elementos dentro de uma interação dinâmica que, como resultado, apresentam uma diversidade de paisagens naturais e culturais; - Compreender o mundo como algo dinâmico, onde pessoas, mercadorias, informações, riquezas, estão todo o tempo em movimento. - Conceituar as fronteiras, os Estados e os territórios como elementos culturais e reflexos de disputas de poder ao longo do tempo e do espaço; - Entender o espaço urbano e o rural como espaços articulados e que cumprem funções diferenciadas, por tanto possuem paisagens distintas; - Analisar e questionar o atual modelo de produção e suas contradições, e compreender os problemas sócio-ambientais por ele 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a história do universo e utilizá-la para entender melhor a existência e o funcionamento do nosso planeta; - Analisar as transformações técnicas e tecnológicas que produziram o atual espaço geográfico; - Visualizar o espaço geográfico como um produto, uma sobreposição de espaços históricos; - Enxergar o “mapa mundial” e suas divisões políticas, como sendo produto das relações humanas; - Entender que as fronteiras são “obstáculos” de natureza política inventados pelo homem; - Manusear os instrumentos cartográficos de baixa complexidade; - Utilizar a cartografia para ler e representar e investigar o espaço em diversos níveis de escala; - Localizar no mapa alguns países africanos e pesquisar aspectos referentes à população, idiomas, economia, cultura, história, música e religião; - Identificar os “recipientes” naturais onde a água do planeta se encontra; - Compreender o ciclo da água; - Analisar a forma como as sociedades se apropriam e fazem uso desses recursos; - Identificar e analisar os processos responsáveis pelos vários tipos de relevo; - Compreender as relações existentes entre o relevo e os outros elementos da paisagem; - Entender de que modo o homem 	<ul style="list-style-type: none"> - O surgimento do universo e a formação a partir das principais teorias; - O trabalho humano e o espaço geográfico; - Fronteiras, Territórios e Estado; - Orientação, localização, e a representação do espaço; - As águas do planeta: o uso dos recursos hídricos e a crise da água; - O relevo terrestre: a dinâmica da natureza e a ação antrópica; - Noções de responsabilidade ambiental para prevenção de desastres naturais; - A dinâmica atmosférica e a interferência humana; - População mundial; - O espaço urbano e o rural; 	<ul style="list-style-type: none"> - Universo, galáxias, sistemas, movimento, astro, gravidade, atração; - Técnica, tecnologia, tempo geológico e tempo histórico, recursos naturais, nomadismo, sedentarismo, revolução industrial, revolução tecnológica; - Relações de poder, Instituições, povos, nações, leis - Instrumentos de orientação, instrumentos de localização, conquista espacial, satélites, aerofotos, fotos, satélite, mapa, carta, planta, croqui, escala, legenda, rosa-dos-ventos, gráficos, Tabelas, coordenadas cartográficas, fuso horário; - Ciclo da água, bacias hidrográficas, lençóis freáticos, geleiras, mares, oceanos, poluição, revitalização; - Fenômenos internos e externos, relevo, erosão, agentes erosivos, intemperismo, antropismo; - Gases, insolação, radiação solar, circulação atmosférica, fenômenos atmosférico, clima, tempo, poluição atmosférica, efeito estufa,

<ul style="list-style-type: none"> - gerados; - Pensar, à luz das principais categorias geográficas, a presença dos povos indígenas e africanos na construção da sociedade brasileira. - Compreender os limites e reações da natureza frente às ações humanas degradantes 	<ul style="list-style-type: none"> - interfere na dinâmica do relevo; - Identificar e compreender os elementos que concorrem para a existência dos diversos tipos de clima do planeta; - Compreender de que modo esses fenômenos interferem ou colaboram para na produção do espaço geográfico; - Compreender o conceito de povo, raça e etnia. - Identificar e compreender as razões que causam o deslocamento de populações; - Entender os reflexos do sistema capitalista sobre os povos; - Compreender o urbano e o rural como dois espaços articulados e complementares; - Entender a existência de uma primazia do urbano sobre o rural; - Identificar e analisar os principais problemas urbanos da atualidade; - Enumerar e compreender as atividades ligadas ao espaço rural; - Compreender que os movimentos sociais que reivindicam terra ou moradia, surgem diante de falhas estruturais nesses dois espaços; - Conhecer os princípios básicos de proteção ambiental para que se possa previr contra desastres socioambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - aquecimento global, gás carbônico. Agentes poluidores; - Etnia, povos, migração, fluxos, segregação étnico-racial, xenofobia, IDH, indicadores sociais, crescimento vegetativo; - Município, cidade, hierarquia urbana, Espaços funcionais, rede de transporte, urbanização, tipos de agricultura, pecuária, agroindústria, concentração de terra, movimentos sociais (urbanos e rurais);
--	---	---

•As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Pensar o Homem como produto e ator principal das transformações ocorridas no planeta Terra; - Compreender o planeta Terra e seus elementos dentro de uma interação dinâmica que, como resultado, apresentam uma diversidade de paisagens naturais e culturais; - Compreender o mundo como algo dinâmico, onde pessoas, mercadorias, informações, riquezas, estão todo o tempo em movimento; - Conceituar e analisar as fronteiras, os Estados e os territórios como elementos culturais e reflexos de disputas de poder ao longo do tempo e do espaço; - Entender o espaço urbano e o rural como espaços articulados e que cumprem funções diferenciadas, por tanto possuem paisagens distintas; - Analisar e questionar o atual modelo de produção e suas contradições, e compreender os problemas sócio-ambientais por ele 	<ul style="list-style-type: none"> - Visualizar e compreender o território brasileiro como um produto da expansão das forças produtivas capitalistas; - Compreender o rico patrimônio natural brasileiro na ótica da sustentabilidade; - Identificar e compreender o processo de formação do povo brasileiro, destacando a participação dos grupos étnicos africanos; - Analisar os indicadores socioeconômicos brasileiros e refletir sobre as “representações” que estes indicadores permitem construir a cerca do país; - Compreender o deslocamento populacional ao longo do espaço e do tempo; - Identificar e analisar a situação dos afro-descendentes e indígenas no conjunto da população brasileira; - Historicizar o lugar do Brasil na DIT; - Analisar os efeitos das revoluções tecnológicas na organização da economia mundial; - Compreender os efeitos do neoliberalismo no Brasil; - Saber caracterizar os complexos regionais; - Compreender a origem das diferenças regionais e seus impactos atuais; - Saber dissertar a cerca do processo que criou o quadro de concentração econômica na região centro-sul do país; - Analisar o crescimento das regiões metropolitanas; - Identificar as sub-regiões nordestinas desconstruindo os 	<ul style="list-style-type: none"> - O processo histórico da formação do território brasileiro; - Brasil: paisagens naturais e a ação humana; - População brasileira: características sócio-culturais - De país agroexportador a potencia industrial: os reflexos dessa transformação; - A regionalização do Brasil; - O centro-sul: região concentrada; - O nordeste: região de graves contrastes e as perspectivas de desenvolvimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão comercial, capitalismo comercial, latifúndio, plantation, entradas e bandeiras ciclos econômicos brasileiros; - Ecossistemas, biomas, clima, relevo, hidrografia, vegetação, degradação, ação antrópica, APAS, desenvolvimento sustentável; - Miscigenação, multiculturalismo, segregação social, IDH, PEA, indicadores sociais, comportamento demográfico, crescimento vegetativo, planejamento familiar, migração; - DIT, latifúndio, monocultura, dependência econômica e tecnológica, abertura econômica, industrialização tardia, economia diversificada, concentração espacial da indústria, neoliberalismo, flexibilização espacial da produção; - Região, fronteiras, desenvolvimento sócio-econômico, concentração econômica; - Ciclo do café, industrialização brasileira, adensamento

<ul style="list-style-type: none"> - gerados; - Pensar, à luz das principais categorias geográficas, a presença dos povos indígenas e africanos na construção da sociedade brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> - estereótipos; - Fazer uma leitura histórica da produção do espaço geográficos nordestino destacando, nele, os remanescentes quilombolas e indígenas; - Compreender o fenômeno da seca como um fenômeno climático e suas implicações sociais como um fenômeno político; - Debater as políticas de desenvolvimento para o nordeste; - Compreender a amazônia como uma área de franca expansão do modo de produção e acumulação capitalista; - Analisar os efeitos sócio-ambientais do avanço da fronteira agrícola; - Entender a Amazônia como espaço de tensão internacional; - Analisar as experiências de uso sustentável da floresta; 	<ul style="list-style-type: none"> - A Amazônia: em busca de um modelo de desenvolvimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - populacional, metropolização, modernização agrícola, concentração financeira; conurbações, megalópoles; - Colonização, plantation, monocultura, polígono da seca, indústria da seca, pólos de desenvolvimento, êxodo rural, concentração de Terra, conflitos no campo, pólos industriais, novos pólos de desenvolvimento; - Ecossistema Amazônico, bacia hidrográfica, isolamento econômico, integração, população ribeirinha, transporte hidroviário, fronteira agrícola, conflitos no campo, ONG,s, ambientalismo, desenvolvimento sustentável, Complexos agro-industriais, Apas;
--	--	---	---

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Pensar o Homem como produto e ator principal das transformações ocorridas no planeta Terra; - Compreender o planeta Terra e seus elementos dentro de uma interação dinâmica que, como resultado, apresentam uma diversidade de paisagens naturais e culturais; - Compreender o mundo como algo dinâmico, onde pessoas, mercadorias, informações, riquezas, estão todo o tempo em movimento. - Conceituar e analisar as fronteiras, os Estados e os territórios como elementos culturais e reflexos de disputas de poder ao longo do tempo e do espaço; - Entender o espaço urbano e o rural como espaços articulados e que cumprem funções diferenciadas, por tanto possuem paisagens distintas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender a regionalizar o mundo, identificando diferenças e semelhanças entre os lugares; - Perceber a existência de países hegemônicos e países hegemonzados; - Compreender a lógica que guia o processo de globalização; - Entender a globalização, a partir da Modernidade, como produto da expansão do modo capitalista de acumulação; - Identificar e analisar os efeitos das novas tecnologias sobre o espaço geográfico mundial; - Compreender os efeitos da globalização sobre a população, e sobre o meio ambiente; - Compreender as relações de poder estabelecidas na geopolítica mundial; - Entender como os blocos de poder atuam nas relações político-econômicas entre os países; - Analisar o papel desempenhado pelos países do BRIC na geopolítica mundial; - Estabelecer relação entre aspectos atuais da América e o processo histórico colonial; - Compreender a regionalização do continente pondo em destaque os aspectos étnicos e socioeconômicos; - Identificar o modo como os elementos da natureza se combinam para formar as diversas paisagens americanas; - Entender de que modo as condições naturais participam na produção do espaço geográfico americano; - Analisar a hegemonia dos EUA diante do mundo; - Compreender o espaço 	<ul style="list-style-type: none"> - O sistema capitalista e a configuração do espaço mundial; - Revolução técnico-científica e a globalização; - A regionalização do espaço mundial: centro e periferia; - O continente Americano: colonização e formação territorial; - As paisagens naturais do continente americano; - Os Estados Unidos: Um império mundial; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fases do capitalismo, socialismo, colonialismo e neocolonialismo, DIT, regionalização do espaço mundial, países centrais e periféricos; - Tecnologia da informação, transportes, robótica, desemprego (conjuntural e estrutural), flexibilização espacial, produção, nova DIT, fluxos e redes; - Regionalizar, blocos de poder, IDH, indicadores sociais, G8, G20, BRIC, Periferia/Centro, países centrais e países periféricos, fóruns mundiais, neoliberalismo, keynesianismo; - População nativa, etnocídio, colonialismo, Tipos de colonização, doutrina Monroe, processo de independência, herança colonial, regionalização; - Ecossistemas, elementos, paisagem, istmo, correntes marítimas, regiões polares, massas de ar, cordilheiras, bacias hidrográficas, ação antrópica; - Imperialismo, país beligerante, potência econômica, militar e política, terrorismo e terrorismo de Estado;

<ul style="list-style-type: none"> - Analisar e questionar o atual modelo de produção e suas contradições, e compreender os problemas sócio-ambientais por ele gerados; - Pensar, à luz das principais categorias geográficas, a presença dos povos indígenas e africanos na construção da sociedade brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> - geográfico dos Estados Unidos analisando a construção do seu parque industrial; - Entender de que modo os EUA defendem os interesses de suas corporações; - Estabelecer a relação entre as necessidades energéticas e a atuação dos EUA no Oriente Médio; - Entender a dependência do Canadá ao capital estadunidense; - Analisar a construção do estado de bem-estar social no Canadá; - Identificar as grandes paisagens naturais canadense; - Entender a relação entre a subordinação política da América Latina e sua condição de subdesenvolvimento; - Fazer uma análise crítica dos processos políticos da América Latina; - Compreender a formação de blocos de poder e a integração regional da América Latina; - Pensar Cuba antes e depois da Revolução Comunista; - Entender o Estado cubano no contexto do embargo econômico americano; 	<ul style="list-style-type: none"> - Canadá: de potência econômica dependente a Estado de bem-estar social; - América Latina: A Alba, o MERCOSUL e as perspectivas para a região. - Cuba: Um caso especial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vinculação econômica, riquezas minerais, densidade demográfica, movimento separatista, qualidade de vida, IDH; - Colonialismo, dependência econômica, subordinação política, recursos naturais, desenvolvimento e integração regional, blocos de poder; - Colonialismo, dependência econômica, subordinação política, revolução econômica, guerra fria, escassez energética, indicadores sociais;
--	---	--	---

-As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Pensar o Homem como produto e ator principal das transformações ocorridas no planeta Terra; - Compreender o planeta Terra e seus elementos dentro de uma interação dinâmica que, como resultado, apresentam uma diversidade de paisagens naturais e culturais; - Compreender o mundo como algo dinâmico, onde pessoas, mercadorias, informações, riquezas, estão todo o tempo em movimento. - Conceituar e analisar as fronteiras, os Estados e os territórios como elementos culturais e reflexos de disputas de poder ao longo do tempo e do espaço; - Entender o espaço urbano e o rural como espaços articulados e que cumprem funções diferenciadas, por tanto possuem paisagens distintas; - Analisar e questionar o atual modelo de produção e suas contradições, e compreender os problemas sócio-ambientais por ele gerados; - Pensar, à luz das principais categorias geográficas, a presença dos povos indígenas e africanos na construção 	<ul style="list-style-type: none"> - Observar o mundo a partir da perspectiva da disputa geopolítica; - Reconhecer o processo histórico que se desenrolou e criou as condições do mundo atual; - Analisar a relação de poderes no mundo contemporâneo; - Compreender de que modo funcionam os blocos de poder; - Entender a lógica do comércio mundial; - Analisar o papel dos países periféricos dentro desse contexto, relativizando a ideia de Cento/periferia; - Compreender a relação entre as condicionantes ambientais e o espaço geográfico europeu; - Entender os problemas ambientais e a sua relação com processo histórico de ocupação do continente europeu; - Compreender o processo que construiu a integração dos países europeus; - Entender o funcionamento da União Européia; - Analisar a U.E. e o seu poder nas negociações comerciais; - Avaliar os movimentos populacionais dentro da U.E.; - Identificar e analisar o papel das potências européias; - Compreender e contextualizar a revolução russa; - Analisar as transformações sociais e econômicas provocadas pela revolução; - Entender a disputa ideológica que produziu a guerra fria; - Avaliar o papel geopolítico exercido pela Rússia no mundo de hoje; - Identificar e caracterizar os principais ecossistemas asiáticos; - Compreender a relação entre as condicionantes ambientais e o espaço geográfico asiático; - Avaliar a influência das grandes barreiras naturais na configuração territorial do 	<ul style="list-style-type: none"> - A velha e a nova ordem mundial; - Os blocos de poder: um mundo dividido em zonas de influência; - Europa: As paisagens naturais em um espaço de intensa ocupação; - A União Europeia: da união econômica à união política; - Rússia: Da União Soviética à CEI; - Continente asiático: paisagens naturais; - O oriente médio: centro de tensão da geopolítica mundial; 	<ul style="list-style-type: none"> - Mundo bipolar, mundo unipolar, guerra fria, corrida espacial, socialismo, capitalismo, cortina de ferro, Países centrais, países periféricos; - Blocos de poder, globalização, comércio internacional, fronteiras, territórios, subsídios econômicos, integração espacial; - Ecossistemas, elementos da paisagem, ação antrópica, paisagem cultural, catástrofes ambientais; - Bloco de poder, integração regional, fronteiras, territórios, desterritorialização, tarifas alfandegárias, comércio internacional, balança comercial, subsídios agrícolas; - Revolução russa, socialismo, capitalismo, guerra fria, União Soviética, leste europeu, integração regional, bipolaridade, corrida espacial, glasnost, Perestróica; - Ecossistemas, elementos da paisagem, ação antrópica, paisagem cultural, catástrofes ambientais; - Territórios, fronteiras, povo, Estado, nação,
			<ul style="list-style-type: none"> - da sociedade brasileira. - continente asiático; - Caracterizar os condicionantes ambientais no oriente médio; - Compreender a existência de culturas variadas e o papel delas na organização do espaço regional; - Entender o papel do petróleo na geopolítica regional; - Analisar a disputa entre israelenses e palestinos; - Entender a revolução maoísta e os desdobramentos sobre a geografia chinesa; - Caracterizar o espaço geográfico chinês; - Compreender a população chinesa e suas peculiaridades; - Contextualizar a China dentro da geopolítica mundial, colocando em destaque a inserção de sua política econômica no continente africano; - Analisar o espaço geográfico japonês a partir dos desafios impostos pelas questões físicas; - Avaliar o papel do Japão na economia regional e mundial; - Contextualizar o crescimento econômico desses países dentro do processo de globalização; - Entender o projeto europeu de colonização e partilha territorial da África; - Associar a partilha territorial feita pelos europeus e as fronteiras invisíveis; - Reconhecer as causas políticas dos problemas crônicos da África; - Compreender de que modo os reflexos do colonialismo europeu estão presentes na raiz dos problemas africanos; - Identificar e analisar as potencialidades do continente africano; - Contextualizar a Oceania dentro do cenário regional e mundial; - Analisar o papel de liderança regional exercido pela Nova Zelândia e principalmente pela Austrália;
			<ul style="list-style-type: none"> - disputas étnicas, petróleo, soberania, terrorismo, resistência, genocídio, - Revolução socialista, superpopulação, economia planificada, revolução cultural, indicadores sociais, flexibilização espacial da produção, economia mista; - Cultura milenar, tradições, vanguarda tecnológica, condicionantes ambientais, Apec, sociedade do conhecimento, agregar valor, matriz energética; - Milagre econômico, globalização comércio internacional, Apec, desenvolvimento social; - Colonialismo, neocolonialismo, pilhagem, fronteiras fictícias, independência, guerras tribais; - Jazidas minerais, ecossistemas, pobreza crônica, guerra civil, pilhagem; - Colonialismo europeu, espaço fragmentado, Estado do bem estar social, Apec;

As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – GEOGRAFIA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender que o espaço geográfico é produto histórico das relações humanas estabelecidas em um determinado “palco” no qual, diversos fatores interagem na confecção de diferentes arranjos espaciais. - Decifrar os elementos e a forma como concorrem na confecção do espaço geográfico, e ao mesmo tempo torná-lo apto a transferir essa análise a diversos níveis de escalas. - Entender a articulação do atual conjunto de técnicas e do atual modelo político na criação do espaço geográfico mundial. - Problematizar e perceber o mundo enquanto espaço a ser pensando dentro da lógica da sustentabilidade. - Compreender que o espaço geográfico deve refletir a busca 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os instrumentos de análise da ciência geográfica e aplicá-los de forma coerente; - Ler, interpretar e elaborar esquemas cartográficos de baixa e média complexidade; - Compreender a interação e a busca de equilíbrio entre os elementos naturais e identificar os grandes ecossistemas terrestres; - Compreender as transformações nas atividades econômicas impulsionadas pelas revoluções científicas que tornaram o mundo uma caixa de possibilidades. - Entender os diversos arranjos espaciais existentes no campo e compreender o processo de cooptação cada vez mais voraz deste pelo capital. - Compreender as principais características do espaço urbano, os conflitos estabelecidos e os problemas de natureza sócio-ambiental, além de identificar os rumos necessários na busca de qualidade de vida; - Ler a dinâmica da população mundial e entender suas características sociais econômicas e culturais, - Identificar e compreender os fluxos migratórios; - Entender o conjunto de questões envolvidas nas crises humanitárias existentes na África; 	<ul style="list-style-type: none"> - Noções das categorias de análises da geografia - A cartografia e a interpretação do espaço geográfico: mapas, gráficos e tabelas; - Os condicionantes naturais e a intervenção humana na apropriação dos ecossistemas; - Sistemas socioeconômicos: socialismo X capitalismo e a organização do espaço mundial - Apropriação e transformação no espaço rural: da agricultura tradicional aos complexos agro-industriais-CAIs. - O Espaço Urbano-industrial: características e dilemas atuais e a relação campo/cidade. - A dinâmica da população mundial; 	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço, Paisagem, lugar, região e território; - Legenda, variáveis de retina, escala, orientação e localização espacial, tipos de gráficos e mapas; regra de três simples; - Mecanismo de Feedback, relevo, clima, hidrografia, vegetação, degradação, desequilíbrio ambiental, impactos sócio-ambientais; - Mercantilismo, capitalismo, socialismo, revolução industrial, mundo bipolar, guerra fria, nova ordem mundial; sociedade de classes, classes sociais, marxismo, revolução russa, Sociedade de consumo, desemprego estrutural e conjuntural, revolução técnico-científico-informacional, flexibilização espacial da produção, redes e nós, transnacionais; - Roça, agricultura itinerante, queimada, plantation, Engenharia genética, transgênicos e revolução verde, conflitos agrários, reforma agrária, degradação ambiental, êxodo rural. - Agentes produtores do espaço, Segregação espacial, espaços articulados, características do solo urbano, espaços funcionais, metropolização,

<ul style="list-style-type: none"> - da satisfação das necessidades humanas em consonância com a conservação dos ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender que o atual modelo de desenvolvimento prioriza a reprodução do capital e se esgota nesse fim, deixando a sociedade e a qualidade de vida no planeta em segundo plano, tornando necessário, por uma questão de sobrevivência, repensar urgente esse modelo e propor alternativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Sustentável e (In) Sustentabilidade Socioambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - conurbação, especulação imobiliária, ocupação desordenada, áreas de risco, ilhas de calor, efeito estufa, qualidade de vida, rede e hierarquia urbana; campo, cidade. - Etnia, conflitos étnicos, miscigenação, xenofobia, fluxos migratórios, indicadores sociais, IDH, crescimento demográfico, distribuição populacional; - Matrizes energéticas, efeito estufa, ilha de calor, inversão térmica, aquecimento global, desmatamento, o uso das águas, desenvolvimento sustentável, consumo e consumismo, lixo, o destino do lixo, reciclagem, ciclo da mercadoria.
---	--	---	--

-As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – GEOGRAFIA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender que o espaço geográfico é produto histórico das ralações humanas estabelecidas em um determinado “palco” no qual, diversos fatores interagem na confecção de diferentes arranjos espaciais. - Decifrar os elementos e a forma como concorrem na confecção do espaço geográfico, e ao mesmo tempo torná-lo apto a transferir essa análise a diversos níveis de escalas. - Entender a articulação do atual conjunto de técnicas e do atual modelo político na criação do espaço geográfico mundial. - Problematicar e perceber o mundo enquanto espaço a ser pensando dentro da lógica da sustentabilidade. - Compreender que o espaço geográfico deve refletir a busca 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer que o território brasileiro foi ocupado e conquistado através de um longo processo histórico que ainda não se fechou. Entender a influência das atividades econômicas na configuração do espaço geográfico brasileiro. - Entender os domínios morfoclimáticos brasileiros e sua dinâmica natural como também compreender as pressões e conflitos entre a natureza e os interesses de reprodução do capital e as consequências desse modelo de desenvolvimento. - Ler e interpretar as características sócio-econômicas de cada região assim como identificar os processos históricos responsáveis por tais configurações; - Compreender o processo de formação da população brasileira; - Entender a lógica da dinâmica espacial das atividades econômicas como o vetor mais importante da sua distribuição espacial; - Identificar as características da PEA ao longo do tempo e do espaço; - Descrever e analisar a sociedade brasileira em sua diversidade, cultural, social e econômica; - Compreender o papel ocupado pelo negro e pelo índio no conjunto da população brasileira; - Entender as implicações do processo de industrialização sobre o espaço geográfico brasileiro (tanto no campo como nas cidades), as etapas da industrialização brasileira, a década de 80 e o início da era neoliberal. Entender o processo de urbanização e a atual rede urbana brasileira. Ler e interpretar o modelo energético brasileiro sua 	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração econômica e a produção do espaço geográfico brasileiro. - As paisagens naturais brasileiras e o processo de apropriação dos ecossistemas; - A divisão regional do Brasil: O IBGE e a divisão geoeconômica. - A dinâmica da população brasileira: processo de formação e características atuais. - O processo de industrialização brasileiro, a urbanização, as matrizes energéticas e os recursos minerais estratégicos. - Integração do espaço geográfico brasileiro: sistema de transporte e comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão marítimo-comercial, fronteiras móveis, plantation, monocultura, extrativismo vegetal e mineral, os ciclos econômicos, integração territorial; - Domínios morfoclimáticos, correntes marítimas, relevo, hidrografia, clima, uso do solo, assoreamento, lixiviação, fronteira agrícola, legislação ambiental, comunidades nativas, tipos de reservas legais. - Regionalização, fronteiras (visíveis e invisíveis), desenvolvimento sócio-econômico; - Minorias étnicas, miscigenação, identidade cultural, genocídio étnico, afro-descendentes, crescimento demográfico, distribuição populacional, indicadores sociais, PEA, IDH, fluxos migratórios, xenofobia; - O ciclo do café, concentração industrial, milagre econômico brasileiro, êxodo rural, fatores de localização industrial, transnacionais, metropolização, flexibilização espacial da produção, neoliberalismo, mercado interno, mercado global, modelo energético brasileiro, energias renováveis e não-

<ul style="list-style-type: none"> - da satisfação das necessidades humanas em consonância com a conservação dos ecossistemas. - Entender a relação homem natureza na relação de causalidade dos desastres naturais; - Perceber os elementos caracterizadores das paisagens naturais e humanizadas de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - viabilidade e sua sustentabilidade. E compreender a necessidade de garantir a soberania sobre os recursos minerais estratégicos existentes em nosso território. - Compreender o processo de integração do espaço geográfico brasileiro e da integração do Brasil com a economia mundial como uma demanda dos grupos econômicos, das transnacionais e das nações hegemônicas. - Analisar as implicações da política externa brasileira, tanto a nível regional como global. Compreender o papel de liderança que o Brasil exerce na América do Sul e principalmente entender os rumos do MERCOSUL. - Entender a necessidade urgente que a sociedade como um todo tem de elaborar metas de mudanças de hábitos individuais e coletivos. Mas principalmente entender a necessidade de ações políticas por parte do estado que visem à mudança do modelo de desenvolvimento atual. - Compreender os princípios de prevenção, defesa e ação em caso de desastres naturais; - Reconhecer o papel da defesa civil nas ações preventivas e corretivas de desastres naturais. - Compreender as características sociais e naturais do território sergipano 	<ul style="list-style-type: none"> - O Brasil e o seu papel na geopolítica regional e mundial; - O Brasil e a agenda ambiental; - Educação ambiental e a defesa civil brasileira: prevenindo contra desastres naturais; - Sergipe – características naturais e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - renováveis, lobby, jazidas minerais brasileiras. - Redes e fluxos, Integração regional, os tipos de transportes, sistema aeroportuário, corredores de exportação, privatização, revolução tecnológica, rede mundial de computadores; - Comércio externo, Mercosul, diplomacia, subsídios, exportação, globalização, ONU, G8, e G20, mundo multipolar, blocos de poder. - Aquecimento global, agenda 21, crise hídrica, desmatamento, desertificação, reciclagem, consciência ambiental, ilhas de calor, impermeabilização do solo, ocupação de áreas de riscos, bacias hidrográficas, desenvolvimento sustentável;
---	--	--	---

•As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – GEOGRAFIA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender que o espaço geográfico é produto histórico das relações humanas estabelecidas em um determinado “palco” no qual diversos fatores interagem na confecção de diferentes arranjos espaciais. - Decifrar os elementos e a forma como concorrem na confecção do espaço geográfico, e ao mesmo tempo torná-lo apto a transferir essa análise a diversos níveis de escalas. - Entender a articulação do atual conjunto de técnicas e do atual modelo político na criação do espaço geográfico mundial. - Problematizar e perceber o mundo enquanto espaço a ser pensando dentro da lógica da sustentabilidade. - Compreender que o espaço geográfico deve refletir a busca da satisfação das necessidades humanas em consonância com a conservação dos ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ler e interpretar o mundo a partir das possibilidades criadas pelo conjunto de técnicas que permitiram que o modo de produção capitalista se expandisse e se apropriasse de praticamente toda a superfície terrestre; - Entender como um conjunto de técnicas cria a possibilidade de novas configurações espaciais do modo de acumulação e produção capitalista e os reflexos desses novos padrões em uma sociedade em crise; - Entender todo o processo histórico que levou a formação dos blocos de poder; - Compreender a nova distribuição espacial do poder mundial, tendo uma nação mundialmente hegemônica e outras lideranças regionais. - Entender a Europa enquanto produto de um longo processo histórico de ocupação e berço do mundo capitalista; - Compreender a Europa e o processo de integração regional; - Analisar e entender as transformações e o papel do leste europeu na geopolítica regional; - Entender a consolidação dos Estados Unidos enquanto nação hegemônica no continente e o domínio político sobre a América – latina; - Compreender o processo de colonização e a produção do espaço geográfico na América Latina; 	<ul style="list-style-type: none"> - A Globalização e suas implicações na reorganização do espaço geográfico mundial. - Tecnologia de informação, transporte e as possibilidades do capital; - O mundo unimultipolar: uma nova regionalização do espaço geográfico mundial - O continente Europeu: De berço do capitalismo aos dilemas contemporâneos; - O continente americano: da doutrina Monroe ao viés popular e democrático de desenvolvimento para a América Latina 	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo e suas fases, meio técnico-científico-informacional, redes, fluxos, crise, geopolítica, Estado mínimo, neoliberalismo, sociedade de consumo; - Contração espaço-temporal, flexibilização espacial da produção, bolsas de valores, exclusão digital, internet; - Blocos de poder, antiga e a nova DIT, Nações hegemônicas, barreiras alfandegárias, subsídios econômicos, livre mercado; - Grandes navegações, revolução industrial, grandes guerras mundiais, revoluções políticas, estado do bem-estar social; - Colonização da América; modelos de colonização; caudilhismo; expansionismo político militar; integração econômica; regionalização; - Colonialismo e neocolonialismo; rotas comerciais; emancipação política; guerra fria; blocos econômicos;

<ul style="list-style-type: none"> - Analisar ascensão de governos não alinhados com os EUA na América do sul e a virada na geopolítica regional; - Compreender os conflitos na Ásia central e no oriente médio a partir dos interesses dos EUA e da Rússia na região; - Analisar a Índia, a China e o sudeste Asiático a partir do papel de centros industriais mundiais; - Entender a ascensão da China como grande potência mundial do século XXI; - Compreender o Japão a partir do novo contexto regional e mundial; - Analisar os a relação entre o neocolonialismo e os problemas da África atual; - Regionalizar o continente africano e identificar as características de cada região; - Reconhecer os problemas que atingem a população africana assim como identificar suas causas; - Entender os conflitos e tensões a partir dos interesses econômicos a níveis locais, regionais e globais; 	<ul style="list-style-type: none"> - A Ásia como o centro de disputa política mundial; - A África: As características e os desafios de um continente assolado pela pobreza; - Conflitos, tensões e a geopolítica da guerra; 	<ul style="list-style-type: none"> - Territorialidade; desterritorializar; fronteiras; diplomacia; nações hegemônicas e hegemônicas; - Neocolonialismo; rotas comerciais; Territorialidade; desterritorializar; fronteiras; conflitos étnicos, guerra civil; emancipação política; crise humanitária; - Geopolítica, terrorismo, conflitos étnicos, nações hegemônicas e hegemônicas, guerra de resistência;
--	--	---

•As temáticas propostas devem enfatizar, sempre que possível, a história e manifestações culturais indígenas, africanas e afrobrasileiras.

História

O Ensino Médio, definido no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como etapa conclusiva da Educação Básica, apresenta como finalidade geral, vincular a educação com a prática social e o mundo do trabalho, consolidando a preparação do jovem para o exercício pleno da cidadania, capacitando-o para o aprendizado autônomo e permanente, possibilitando, dessa forma, sua inserção qualificada e crítica na sociedade, desenvolvendo, ainda, as condições necessárias para a continuidade dos estudos.

Nessa perspectiva, o conhecimento histórico articulado com as demais disciplinas deste currículo, objetiva o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à compreensão das diversas Identidades constituintes e formadoras da Identidade nacional. Entendemos que o processo de construção da Identidade nacional só pode ser estabelecido diante do reconhecimento do outro e nesse contexto, é papel fundamental da História o resgate e valorização dos diversos papéis sociais e contribuições culturais para o estabelecimento da nacionalidade brasileira. Nesse sentido os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio estabelecem: “Na transposição do conhecimento histórico para o nível médio, é de fundamental importância o desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação das diversas fontes e testemunhos das épocas passadas – e também do presente. Nesse exercício, deve-se levar em conta os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e as especificidades das diferentes linguagens e suportes, através dos quais se expressam” (1999, p. 301).

Diante dessas premissas, compreendemos a disciplina História, no Ensino Médio, deve ser pautada pelo aprofundamento e consolidação de conteúdos ligados à História do Brasil. Dessa forma, apresentamos uma nova disposição dos conteúdos que, rompe com o modelo clássico quadripartite francês, e estabelece como eixo do ensino de história, as experiências relativas à História do Brasil. Contudo, na perspectiva de conhecimento integrado e significativo, a História nacional só pode ser devidamente compreendida, se estabelecidos os devidos contrapontos com o contexto

histórico internacional. Afinal, as revoluções sociais, tecnológicas e religiosas da era Moderna e Contemporânea, assim como as contribuições conceituais da Antiguidade e do Medievo ressoaram e interagiram, significativamente, na constituição dos fatos históricos do nosso país. Vale ressaltar que ao darmos ênfase à História do Brasil pretendemos destacar os novos paradigmas de pesquisa baseados na historiografia revisionista.

Implícitos em nossa proposta, é possível encontrar dois outros importantes aspectos: primeiramente os conteúdos da História que chegam à educação básica são frutos de escolhas conscientes, na medida em que não é possível contemplar todos os “acontecimentos” e “contextos”. Daí a necessidade de selecionar se impõe. Em segundo lugar, se um dos mais importantes objetivos do ensino da História diz respeito à questão das Identidades, estamos propondo uma inversão que facilitará esse aspecto: ao invés de partirmos do Universal para o local, sugerimos que partamos da História regional e nacional para nos reconhecermos nessa universalidade. Essa abordagem já foi experimentada pela rede estadual de Minas Gerais e por Instituições federais, como o Colégio Pedro II.

Pretendemos acima de tudo, com essa nova proposta curricular, oferecer uma História que faça sentido para o aluno, portanto, se faz necessário a articulação entre a história social, cultural, econômica e política, no âmbito da interação entre a macro e micro-história, e relação de complementaridade entre a história nacional e a história local. Visando atingir este propósito, apresentamos conteúdos específicos da História de Sergipe, para serem trabalhados simultaneamente, quando possível, com os conteúdos da História do Brasil. Afinal, para os PCNs do Ensino Médio (...) “O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo na suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro” (1999, p.301).

A democracia que tanto almejamos passa pelo reconhecimento da alteridade, consubstanciada no

universo das diferenças. O ensino de História pode desempenhar um papel importantíssimo nesse processo. O reconhecimento de si e o respeito ao outro passam pela historicidade dos fenômenos sócio-culturais. Acreditamos que o protagonismo do professor dinamizará essa proposta e esperamos que esse referencial lhe seja o mais útil possível.

Elba Carla Maciel Santana Rego
Manuel Alves do Prado Neto
Paulo Roberto de Menezes Rêgo

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BITTENCOURT, Circe M^a Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL. Lei 9.394 – LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), 1999.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. PCN+Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), 2002.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada.** Campinas: Papyrus, 1995.
- HOBSBAWN, Erick. **Era dos Extremos: breve século XX. 1914-1991.** São Paulo.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as distinções e funções das narrativas – oral ou escrita - enquanto espaço de representação do mundo simbólico construído pelo homem para cultivo de valores dos quais ele resulta e é ao mesmo tempo construtor. - Refletir sobre o caráter artificial e diversificado da cultura que se faz mediante a relação do homem social com o meio. - Compreender as possibilidades de relação entre a maneira como os homens se organizam para produzir suas riquezas e as estruturas sociais, políticas e culturais. - Compreender o tempo histórico e o espaço como construções sociais que definem as especificidades históricas e culturais tanto no passado quanto no presente. - Reconhecer a condição histórica das instituições que, construídas pelos homens, mediam suas relações, forjando identidades. - Pensar a materialidade produzida por uma sociedade enquanto resultante e construtora de sentidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir Mito de História e compreender a aproximação das funções cumpridas por estas duas formas de discursos em seus respectivos contextos. - Entender que coletar e caçar alimentos foi das primeiras formas de intervenção do homem sobre a natureza e que esse modelo de produção da existência, dependente muito mais da natureza que do homem, resultou num padrão de sociedade que esteve presente em várias regiões do planeta. - Relacionar a domesticação de plantas e animais com o surgimento da divisão social e especialização do trabalho e com a emergência de instituições centralizadoras do poder a exemplo do Estado. - Identificar na antiga civilização grega o aprimoramento e a criação de um conjunto de instituições e conceitos que, reelaborados pelas sociedades que a postergaram, constitui-se numa das bases da “civilização” ocidental da qual faz parte o Brasil. - Distinguir as fases políticas em que convencionalmente se divide a história da Roma antiga e destacar as instituições próprias de cada um desses períodos, o arcabouço jurídico que as sustentavam, bem como a função da guerra e da diplomacia na relação dos romanos com os outros povos. - Pensar a emergência do islamismo como fundador de uma ética que mobiliza desde o século VII d. C. parcela do mundo Oriental, e refletir sobre o reordenamento econômico e político da Europa Ocidental e do norte da África a partir do estudo da expansão mulçumana e suas implicações sobre as culturas alheias. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Mito e a História - O trabalho do Historiador - O Tempo e o Espaço na história - A construção social do homem - Caçadores e Coletores - Vestígios da sociedade nômade no “velho mundo” - São Raimundo Nonato e outras sociedades “primitivas” do Brasil - Xingó e a “pré-história” sergipana - A revolução agrícola e pastoril: a emergência do “Estado” e das “línguas gráficas” - O Oriente Próximo - O nordeste da África e a “pré-história” subsaariana - A meseta mexicana e as sociedades sul americanas. - Grécia: formação e expansão - A economia escravista e a construção da “cidadania” grega - Do mito à emergência do 	<ul style="list-style-type: none"> - Mito; História; Tempo; Cronologia; Espaço; Narrativa; Oralidade; - Cultura; Economia; Família; Clã; Sociedade; Nômade; Pré-história; Humano; - Revolução; Sedentarismo; Domesticação; Religião; Politeísmo; Templo; Linguagem; Estado; Diversidade cultural; - Cidade-estado; Religião; Escravo; Cidadania (na antiguidade); Razão (Racionalismo); Arte; Artista; Democracia (em Atenas); Economia escravista; - Império; Estrangeiro; Bárbaro; República; Senado; Guerra; Diplomacia; Legislação; Judaísmo; Monoteísmo; Cristianismo; Oriente; Ocidente;

<ul style="list-style-type: none"> - Atentar para os movimentos de continuidade e descontinuidade que caracterizam os processos históricos. - Pensar a diversidade étnica como elemento central na condição humana. Diversidade que nos torna iguais ao delinear nossas diferenças. - Localizar nas experiências acumuladas pelas mais diversas culturas os fundamentos para uma ética humanista que possibilite um relacionamento solidário entre os homens e as nações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Localizar espacial e temporalmente a sociedade feudal e observar suas especificidades econômicas, políticas e cultural. - Compreender o papel desempenhado pelo catolicismo na construção do mundo medieval. 	<p>pensamento racional</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Grécia antiga e as artes - A democracia ateniense - Roma: da Cidade-estado ao Império - Roma e os “outros” - Instituições romanas: organização econômica e social - Guerra e diplomacia na Roma antiga - Os hebreus e a emergência do cristianismo - A desagregação do Império - Bizâncio e o Ocidente em formação - Maomé, o Islã e a expansão mulçumana. - A África islamizada - O mouro e a península ibérica - A construção da sociedade feudal - A Igreja católica e a configuração da Europa cristã - As Cruzadas e o reordenamento do “mundo mediterrâneo” - As Cidades-estados italianas no medievo - A crise do feudalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Islamismo; Mulçumano; Árabe; Mouro; Península ibérica; - Idade Média; Feudo; Feudalismo; Economia feudal; Catolicismo; Europa cristã; Mundo Mediterrâneo; Cruzada;
--	---	---	---

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as distinções e funções das narrativas – oral ou escrita - enquanto espaço de representação do mundo simbólico construído pelo homem para cultivo de valores dos quais ele resulta e é ao mesmo tempo construtor. - Refletir sobre o caráter artificial e diversificado da cultura que se faz mediante a relação do homem social com o meio. - Compreender as possibilidades de relação entre a maneira como os homens se organizam para produzir suas riquezas e as estruturas sociais, políticas e culturais. - Compreender o tempo histórico e o espaço como construções sociais que definem as especificidades históricas e culturais tanto no passado quanto no presente. - Reconhecer a condição histórica das instituições que, construídas pelos homens, mediam suas relações, forjando identidades. - Pensar a materialidade produzida por uma sociedade enquanto resultante e construtora de sentidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o projeto universalista da História Moderna, promotor e produto das Grandes Navegações, sem perder de vista as especificidades culturais e as pretensões políticas, próprias de cada sociedade. - Compreender a natureza do saber racional/científico renascentista e as tensões que emergem do embate com os discursos filosóficos e religiosos vigentes e como isso pode ter definido algumas das representações do mundo contemporâneo. - Reconhecer a diversidade étnica que caracteriza o continente africano, seus <i>fazer</i>es e <i>saber</i>es, e localizar muitas das contribuições que seus diversos povos trouxeram para a sociedade brasileira. - Compreender o oceano atlântico como personagem fundamental para o entendimento das representações que a Europa fazia de si, dos outros e do espaço/mundo em construção sublinhando os problemas étnicos e sócio-econômicos que disso resultaram. - Refletir sobre as formas de organização social e política dos diversos povos que habitavam a chamada América portuguesa antes da colonização européia, problematizando as respostas que produziam no exercício da sobrevivência. 	<ul style="list-style-type: none"> - A construção do Estado-Nação Moderno e as Grandes Navegações. - Desenvolvimento técnico e espírito aventureiro na expansão marítima européia; - Riqueza, sofisticação e ciência na civilização Oriental; - Ciência, Filosofia e Arte na Europa do século XV e XVI. (Renascimento). - Florença: a cidade dos mecenas; - A herança greco-romana; - A filosofia medieval e a construção do humanismo; - A reforma protestante e a reação do catolicismo; - A África seiscentista. - Povos e culturas; - Diversidade social e religiosa no continente africano; - Tecnologia e arte nas sociedades africanas; - O “mundo atlântico”: Europa, África, Ásia e América e o comércio triangular; - A construção do “Novo Mundo”; - A diáspora africana; - Os povos ameríndios. - Diversidade étnica 	<ul style="list-style-type: none"> - Modernidade; Estado Moderno; Nação; Nacionalismo; Grandes Navegações; Civilização Oriental; - Ciência; Filosofia; Renascimento; Mecenas; Humanismo; Reforma protestante; Contra-reforma; Cisma; Geopolítica; - Tradição oral; memória; povo; Continente africano; tecnologia; Religião; - “Mundo atlântico”; “Comércio triangular”; “Novo mundo”; Diáspora; - Ameríndio; etnia; nômade; Império;

<ul style="list-style-type: none"> - Atentar para os movimentos de continuidade e descontinuidade que caracterizam os processos históricos. - Pensar a diversidade étnica como elemento central na condição humana. Diversidade que nos torna iguais ao delinear nossas diferenças. - Localizar nas experiências acumuladas pelas mais diversas culturas os fundamentos para uma ética humanista que possibilite um relacionamento solidário entre os homens e as nações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atentar para as especificidades do projeto de ocupação da América portuguesa no contexto da expansão marítima e pensar de que forma as disputas entre as potências européias contribuíram para a definição da fisionomia econômica e sociocultural brasileira. - Reconhecer nos principais personagens do Iluminismo e nos discursos por eles produzidos os princípios estéticos, filosóficos e científicos que mobilizaram o mundo ocidental até pelo menos a primeira metade do século XX. - Pensar a África sob uma perspectiva endógena, no que tange à sua organização territorial e sócio-cultural. - Compreender a Revolução Francesa como o cenário da consolidação dos valores burgueses em detrimento do aparato econômico e sóciopolítico do Antigo Regime e destacar a influência dos seus ideais na construção das sociedades latino-americanas. 	<ul style="list-style-type: none"> na “América”; - Grupos nômades e Estados Imperiais no “Novo Mundo”; - A América portuguesa - Terra “brasilis”: a civilização do açúcar; - A União Ibérica; - 1590: tem início a construção de Sergipe; - Economia e Sociedade no “Brasil” do século XVII e XVIII; - “Índios” e “negros” na construção da sociedade colonial; - Iluminismo: novos paradigmas para a Sociedade Ocidental. - Filosofia e revolução na Europa do século XVII e XVIII; - Impérios africanos: filosofia, organização política e territorialidade. - O capitalismo emergente e a mão de obra escrava; - A França revolucionária de 1789. - Respingos da revolução sobre a América colonial; - Revoltas nativistas na América portuguesa; 	<ul style="list-style-type: none"> - América portuguesa; “brasilis”; Civilização; Capitanias hereditárias; Governo Geral; União Ibérica; Índio; Negro; Colônia; discurso; - Iluminismo; paradigma; Sociedade Ocidental; Filosofia; Revolução; Territorialidade; Capitalismo; Escravo; Progresso; - Liberdade; Igualdade; Fraternidade; Cidadania; Direito inalienável; Contexto; Revolta nativista; América colonial;
--	--	---	--

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS		
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as distinções e funções das narrativas – oral ou escrita - enquanto espaço de representação do mundo simbólico construído pelo homem para cultivo de valores dos quais ele resulta e é ao mesmo tempo construtor. - Refletir sobre o caráter artificial e diversificado da cultura que se faz mediante a relação do homem social com o meio. - Compreender as possibilidades de relação entre a maneira como os homens se organizam para produzir suas riquezas e as estruturas sociais, políticas e culturais. - Compreender o tempo histórico e o espaço como construções sociais que definem as especificidades históricas e culturais tanto no passado quanto no presente. - Reconhecer a condição histórica das instituições que, construídas pelos homens, mediam suas relações, forjando identidades. - Pensar a materialidade produzida por uma sociedade enquanto resultante e construtora de sentidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o projeto imperialista do governo napoleônico, seu impacto na geopolítica europeia e as consequências que algumas das suas medidas desencadearam na relação econômica e política entre o governo lisboeta e a América portuguesa. - Pensar os conflitos regionalistas e a política alfandegária do Brasil oitocentista como uma possibilidade de explicação e de compreensão da atual fisionomia territorial brasileira e nela a geografia do poder econômico que persiste em nossos dias. - Estabelecer relação entre a revolução tecnológica operada no final do século XIX, a mudança do centro gravitacional do capitalismo da Europa para América, provocada dentre outros fatores por questões de ordem demográfica e as disputas territoriais das potências européias simbolizadas pelo Congresso de Viena. - Entender a emergência do Estado brasileiro dentro de um cenário de disputas internas que ora seguia os ditames do capital proveniente das metrópoles européias, ora resistia aos imperativos políticos que podiam colocar em risco os interesses da elite agrária local produzida no período colonial. - Problematicar as tensões 	<ul style="list-style-type: none"> - A França pós-revolucionária e o Império de Napoleão. - A consolidação do capitalismo e a crise do Sistema Colonial; - Brasil, a colônia que se tornou reino. - Estrutura política e divisão territorial na América portuguesa do início do século XIX; - Sergipe: uma Província em construção; - Dos conflitos regionais aos interesses alfandegários: Tem início o processo de independência do Brasil; - O Congresso de Viena e a restauração das monarquias européias. - O equilíbrio de poder europeu nas primeiras décadas do século XIX; - A Revolução do Porto; - O Príncipe de Bragança, José Bonifácio e a proclamação da Independência; - Brasil: Primeiro Reinado. - Tem início a construção do Estado; - Senhores de terras, escravos e trabalhadores livres: a complexa teia das relações sócio-econômica no Brasil; - A difícil construção da Unidade e a queda do primeiro Imperador; - O Período Regencial; - Entre a unidade e a descentralização: Lutas regionais no Período 	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução; Hegemonia; Capitalismo; Sistema Colonial; Bloqueio Continental; - Colônia; Reino; Corte Imperial; Territorialidade; Regionalismo; Província; Alfândega; Independência; - Congresso de Viena; Restauração Monárquica; Constituição Liberal; Equilíbrio de poder; - Estado; Reinado; Senhores de Terra; Escravo; Liberto; Forro; Trabalhadores livres; Centralização política; Descentralização política; Unidade Imperial; Período Regencial; - Instabilidade política; Conflitos regionais; Revolta; Malês; Cabanagem; Balaiada; Sabinada; Farrroupilha; - Unidade Imperial; Segundo Reinado; 		
			<p>políticas e os conflitos regionais do período regencial considerando os impasses e os limites do projeto de nação que estava sendo delineado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atentar para os movimentos de continuidade e descontinuidade que caracterizam os processos históricos. - Pensar a diversidade étnica como elemento central na condição humana. Diversidade que nos torna iguais ao delinear nossas diferenças. - Localizar nas experiências acumuladas pelas mais diversas culturas os fundamentos para uma ética humanista que possibilite um relacionamento solidário entre os homens e as nações. - Situar no contexto da colonização brasileira o projeto de ocupação e de construção da identidade territorial e cultural sergipana salientando os elementos que caracterizam sua própria diversidade. 	<p>Regencial.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política e crise econômica: a questão social no Brasil Regencial; - Pela unidade imperial e manutenção do latifúndio: tem início o Segundo Reinado. - Crescimento industrial e urbanização; - A consolidação do Estado brasileiro; - Cultura popular e a europeização da elite; - O tráfico negreiro, a economia capitalista e a Lei de Terras; - O pensamento europeu e a questão racial no Brasil. - Políticas de imigração e o problema da mão de obra; - O café, as economias periféricas e a tensão escravista no país; - A política do Império para a América do Sul e a guerra do Paraguai; - Sergipe no contexto do Segundo reinado. - Economia e regionalismo na Província de Sergipe: o vale do Cotinguiba, a vida sertanista e a cultura de subsistência; - Negros e índios na formação étnica sergipana; - A mudança da Capital e as relações de poder na província; - As festas populares: ritos religiosos e cultura profana no cotidiano sergipano. 	<p>Latifúndio; Urbanização; Nação; Estado; Cultura popular; Elite; Tráfico negreiro; Lei de Terras; Economia capitalista;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pensamento europeu; Raça; Racismo; Imigração; Emigração; Migração; Centro/Periferia; “Escola do Recife”; - Regionalismo; Província; Vale do Cotinguiba; Sertanista; Subsistência; Etnia; Abolição; Profano; Cotidiano;

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as distinções e funções das narrativas – oral ou escrita – enquanto espaço de representação do mundo simbólico construído pelo homem para cultivo de valores dos quais ele resulta e é ao mesmo tempo construtor. - Refletir sobre o caráter artificial e diversificado da cultura que se faz mediante a relação do homem social com o meio. - Compreender as possibilidades de relação entre a maneira como os homens se organizam para produzir suas riquezas e as estruturas sociais, políticas e culturais. - Compreender o tempo histórico e o espaço como construções sociais que definem as especificidades históricas e culturais tanto no passado quanto no presente. - Reconhecer a condição histórica das instituições que, construídas pelos homens, mediam suas relações, forjando identidades. - Pensar a materialidade produzida por uma sociedade enquanto resultante e construtora de sentidos. - Atentar para os movimentos de continuidade e 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as principais correntes de pensamento produzidas na segunda metade do século XIX e problematizar o impacto dessas ideias nas relações econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira. - Compreender os impactos no mundo da produção e do trabalho resultantes da revolução tecnológica que ocorreu no final do século XIX e sua contribuição para o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial, para a abolição da escravidão no Brasil e, em conjunto com outros fatores, para o enfraquecimento do próprio regime monárquico brasileiro. - Caracterizar a ordem política brasileira na Primeira República, seu pacto federativo e as mudanças sociais verificadas, no país, nas primeiras décadas do regime. - Compreender a Primeira Guerra Mundial como resultado das tensões territoriais-nacionalistas que marcaram a Europa entre o final do XIX e o início do XX, aliada às disputas por reservas de mercado característica da segunda revolução industrial; - Pensar a revolução de outubro de 1917 que eclode na Rússia dentro do contexto mais amplo do 	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência e Tecnologia na Europa do final do século XIX. - Liberalismo e Socialismo na agenda novecentista; - O evolucionismo Darwiniano e seu impacto na história; - Silvío Romero: um pensador sergipano na agenda brasileira. - A Segunda revolução industrial. - Estados Unidos: uma potência extra-europeia; - A Conferência de Berlim e a partilha da África; - Reação e mudança social na África sob o contexto do imperialismo; - Do Atlântico ao Pacífico: o deslocamento do comércio mundial; - Brasil: um Império em crise. - O movimento abolicionista e a resposta do Estado; - A “Escola Militar”, as disputas religiosas e o 13 de maio de 1888; - A cultura escravista e o movimento abolicionista em 	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência; Tecnologia; Liberalismo; Socialismo; Evolucionismo; Pensamento brasileiro; Agenda novecentista; - Revolução Industrial; Potência econômica; Partilha da África; Imperialismo; Descolamento comercial; Comercio mundial; - Império; Brasil Império; Abolicionismo; Movimento abolicionista; Estado; Crise; Escola Militar; Cultura; Cultura escravista; Proclamação; República; - Republica Velha; Economia; Sociedade; Primeira República; Pacto federativo; Política dos governadores; Movimento negro; Cultura afro-brasileira; Estado; Belle époque;

<ul style="list-style-type: none"> - descontinuidade que caracterizam os processos históricos. - Pensar a diversidade étnica como elemento central na condição humana. Diversidade que nos torna iguais ao delinear nossas diferenças. - Localizar nas experiências acumuladas pelas mais diversas culturas os fundamentos para uma ética humanista que possibilite um relacionamento solidário entre os homens e as nações. 	<ul style="list-style-type: none"> - debate político-ideológico entre capitalistas e socialistas e o impacto que esse evento causará na geografia econômica e político-cultural das décadas subsequentes. - Traçar um perfil político, econômico e sócio-cultural do mundo ocidental no período entre as duas Guerras Mundiais - Analisar a conjunção de fatores que fizeram eclodir a 2ª Guerra Mundial e de que forma esse evento contribuiu para as mudanças políticas e sócio-culturais que vão caracterizar a segunda metade do século XX. - Problematizar os sistemas capitalista e socialista de produção e contextualizar a bipolarização mundial que as disputas ideológicas entre eles engendraram nas quatro décadas que postergaram a 2ª Guerra Mundial. - Distinguir, a partir do estudo do golpe militar de 1964, um regime democrático de um regime ditatorial e pensar criticamente os desdobramentos políticos e as manifestações sócio-culturais que marcaram o governo ditatorial naquele período e que convergiram para o processo de redemocratização. - Elencar os principais desafios colocados às sociedades contemporâneas e problematizar as respostas que lhes estão sendo dadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sergipe; - A proclamação da República; - A Republica Velha. - Economia e sociedade no contexto da Primeira República: o caso de Canudos; - O pacto federativo e a política dos governadores: Fausto Cardoso e os impasses do federalismo; - Movimento negro, a cultura afro-brasileira e o Estado; - Reforma urbana e exclusão: a <i>belle époque</i> no Brasil; - Disputas territoriais entre as potências mundiais: antecedentes da grande guerra. - Europa: novos tempos, velhas disputas; - E. U. A, Rússia e Japão: a luta pela hegemonia no Pacífico; - A Primeira Guerra Mundial; - Outubro de 1917: a Rússia e a Revolução socialista; - O Tratado de Versalhes e a nova geopolítica europeia; - O nascimento da URSS e o projeto socialista; 	<ul style="list-style-type: none"> - Território; Territorialidade; Potências Mundiais; Revolução Socialismo; Hegemonia; Tratado; - Economia capitalista; Liberalismo; Regimes totalitários; Nazismo; Fascismo; Industrialização; Urbanização; Populismo; Revolução; Comunismo; Integralistas;
---	--	--	---

- A economia capitalista do pós-guerra e a quebra da bolsa de Nova Yorque.
- A crise do Liberalismo e a construção dos regimes totalitários;
- O nazi-fascismo e o projeto expansionista da Alemanha;
- A “Revolução” de 1930;
- Industrialização e urbanização sob o Estado “populista” de Getúlio Vargas;
- Comunistas e Integralistas no tenso debate político-ideológico brasileiro;
- A Segunda Guerra Mundial.
- Os projetos expansionistas das potências industriais e o conceito de “espaço vital”;
- As implicações étnicas do projeto nazista;
- Uma guerra global: Aracaju e os torpedamentos de agosto de 1942;
- O desfecho da Segunda Grande Guerra e as Instituições de arbítrio internacional;
- Entre o Capitalismo e o Comunismo: O mundo bipolarizado do pós-guerra.
- Economia, sociedade e
- Espaço vital; Etnia; Guerra global; arbítrio internacional;
- Mundo bipolarizado; Contra-cultura; Teatro; Golpe; Autoritarismo; Revolução; Socialismo; Liberalismo; Democracia; Comunismo; Capitalismo;
- Ditadura; Regime militar; Redemocratizar; Neoliberalismo; Abertura econômica; Anistia; Diretas já; Ato Institucional; Movimento estudantil;

cultura no mundo pós 1945;

- TEN- Teatro experimental negro;
- A luta pela independência dos estados africanos;
- A revolução cubana de 1959;
- O socialismo soviético e suas contradições;
- Liberalismo e autoritarismo na frágil democracia brasileira: o golpe militar de 1964;
- Seixas Doria: o governador deposto.
- O Regime ditatorial no Brasil e a redemocratização.
- A resistência do movimento estudantil;
- o Maio de 68 e o AI- 5 no Brasil;
- A lei da anistia e as Diretas já;
- A queda do Muro de Berlim e o esfacelamento das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- A tese neoliberal e a abertura da economia brasileira;
- Uma viagem pelo Brasil e pelo Mundo nas últimas três décadas.
- Terrorismo; Fundamentalismo; Anti-semitismo; Genoma; Globalização; Mundialização; Era da informação; Era do conhecimento; Ecologia; Desenvolvimento sustentável; Educação patrimonial, Diversidade.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – HISTÓRIA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana. - Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto dos mesmos. - Reconhecer os elementos que constituem sua própria identidade e a do grupo, Valorizar o patrimônio sócio cultural respeitando a diversidade considerando critérios éticos. - Identificar, compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais e religiosas de gerações e de classes como manifestações culturais próprias e por vezes conflitantes. - Apropriar-se das diferentes linguagens presentes na construção do conhecimento histórico. - Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos metodológicos da História. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os fatores que motivaram a expansão marítimo-comercial europeia. - Compreender e analisar a importância do alargamento das antigas rotas comerciais; o ressurgimento e expansão do comércio e as novas mercadorias. - Desenvolver a capacidade crítica em relação à história dos Vencedores, identificando a visão eurocêntrica da história. - Relacionar a ocupação do território brasileiro pelos colonizadores europeus com a destruição de várias sociedades indígenas. - Valorizar a cultura em seus múltiplos aspectos e níveis de constituição, compreendendo e respeitando os padrões culturais intrínsecos a cada civilização. - Relacionar a ocupação do território sergipano pelos colonizadores europeus com a destruição de várias sociedades indígenas. - Analisar a dependência colonial como decorrente do sistema produtivo implantado na América. - Compreender o papel econômico complementar das colônias no contexto do pacto colonial. - Reconhecer os fatores que levaram o governo de Portugal a decidir pela economia canaveira para iniciar o 	<ul style="list-style-type: none"> - O Absolutismo e o Estado Moderno; - A Reconquista Ibérica e a As Grandes Navegações; - A Revolução Comercial; - O Novo Mundo. - As Nações Indígenas; - Os Maias; - Os Astecas; - Os Incas; - O Período Pré-Colonial. - O Início da Colonização e o Choque de Culturas; - O Processo de conquista e ocupação da Capitania de Sergipe Del Rei. - O sistema Colonial; - A Administração Portuguesa; - As Capitanias Hereditárias; - As Câmaras Municipais; - O Governo Geral; - A Estrutura Econômica Colonial; - As Câmaras Municipais e os “Homens Bons”. - A empresa agrícola colonial; - A grande propriedade rural monocultora. - O escravismo colonial; - Sociedade Colonial Açucareira; - Mercado Interno Colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Absolutismo; - Estado Moderno; - Expansão Marítima; - Estado; - Nação. - Feitorias; - Escambo; - Tribo; - Diversidade; - Mercantilismo; - Balança favorável; - Metalismo; - Monopólio Comercial; - Protecionismo; - Pacto Colonial; - Guerra Justa; - Genocídio; - Etnocídio; - Colonização; - Aculturação; - Plantat ion; - Capitanias; - Sesmarias; - Foral; - Padroado; - Latifúndio; - Monocultura; - “Terra arrasada”; - Província; - Monocultura; - Plantation; - Economia Mercantil. - Racismo; - Escravidão; - Raça; - Diversidade Cultural; - Alteridade; - Patriarcalismo; - Catequese; - Trabalho Livre/Compulsório. - Quilombos. - Resistência; - Sincretismo; - Diversidade Cultural; - Resistência; - Alteridade; - Remanescentes; - Etnia; - Miscigenação; - Sincretismo.
			<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os diferentes agentes sociais e os contextos envolvidos na produção do conhecimento histórico. - Perceber os processos históricos como dinâmicos e não determinados por forças externas às ações humanas. - Compreender o passado como construção cognitiva que se baseia em registros deixados pela humanidade e pela natureza (documentos, fontes). - Identificar e compreender as relações de poder nas diversas instâncias da sociedade, como as organizações do trabalho e as instituições da sociedade organizada – sociais, políticas, étnicas e religiosas. - Perceber como o jogo das relações de dominação, subordinação e resistência faz parte das construções políticas, sociais e econômicas. - Compreender a cultura como um conjunto de representações sociais que emerge no cotidiano da vida social e se solidifica nas diversas organizações e instituições da sociedade. - Reconhecer o valor da coletividade na constituição dos processos históricos estudados e vivenciados.
			<ul style="list-style-type: none"> - processo de colonização do Brasil. - Conhecer as principais características da economia canaveira, ressaltando a contribuição compulsória dos negros para o desenvolvimento do nosso modelo econômico. - Identificar as diversidades étnicas, espaciais e culturais dos povos africanos. - Identificar a origem étnica e geográfica dos escravos trazidos para o Brasil. - Identificar e analisar as diferentes formas e relações de trabalho escravo instituído na América Portuguesa. - Estabelecer diferenças entre o tipo de escravidão existente na África e o tipo implantado na América Portuguesa. - Estabelecer relações entre escravismo colonial e capitalismo. - Analisar e diferenciar as formas de resistência à escravidão dos africanos utilizados como mão de obra compulsória no Brasil. - Relacionar a reforma religiosa como resultante do descompasso do ideário católico com a nova realidade política econômica e social fundados pela modernidade. - Identificar os fatores que provocaram o surgimento dos movimentos Luterano, Calvinista e Anglicano e caracterizar as principais ideias norteadoras desses grupos. - Compreender o movimento de contra-reforma católico, identificando a importância
			<ul style="list-style-type: none"> - Patrimônio; - Cultura; - Tombamento; - Folclore; - Folgado; - Artesanato; - Corde; - “Plantation”; - Latifúndio; - Pecuária; - Aulas régias; - Simonia; - Indulgências; - Ética Protestante; - Concílio; - Inquisição. - Insurreição; - Restauração Monárquica; - União Ibérica; - Povos da África Subsaariana; - O tráfico Negroiro. - A Resistência Quilombola. - Entradas; - Bandeiras; - Sertanismo; - Missões. - Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – HISTÓRIA – 2º ANO

	dos jesuítas nesse processo.	
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, distinguir e ordenar os fenômenos Sociais, políticos e econômicos observando as permanências e rupturas próprias do processo histórico. - Dominar e Relativizar as diversas concepções de tempo e as diversas formas de periodização cronológicas, reconhecendo-as como construções culturais e históricas. - Desenvolver a capacidade de observação e interpretação de documentos historiográficos, iconográficos e cartográficos. - Compreender e situar as diversas produções da cultura (as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências e as tecnologias) nos contextos históricos de sua constituição e significação. - Confrontar um discurso histórico com seu contexto de produção. - Situar os momentos históricos nos diversos ritmos da duração e nas relações de sucessão e/ou de simultaneidade. - Identificar compreender e comparar diferentes pontos de vista ou interpretações históricas sobre um mesmo tema. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os fatores que provocaram a submissão de Portugal ao reino Espanhol. - Relacionar as Invasões Holandesas ao domínio espanhol sobre a colônia. - Compreender e caracterizar os dois projetos de invasão holandesa o da Bahia e o de Pernambuco. - Caracterizar o governo de Maurício de Nassau e Identificar os fatores que provocaram a reação dos luso-brasileiros contra a dominação holandesa. - Identificar a prática da pecuária extensiva nos séculos XVI e XVII como um fator Fundamental para a ocupação do interior da região nordestina. - Caracterizar e distinguir os movimentos de entradas e bandeiras relacionando com o apresamento de indígenas e prospecção dos metais preciosos. - Compreender e caracterizar as revoltas nativistas dentro do contexto da crítica a aspectos da política colonial. - Identificar a prática da pecuária do século XVIII, ocorrida nas regiões Centro-Oeste e Sul, como um fator básico para a expansão do território brasileiro além das Tordesilhas. - Compreender como os tratados de Utrecht, Madri, Santo Ildefonso e Badajós modificaram as fronteiras coloniais da América do Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revoltas Nativistas. - Conselho Ultramarino; - Intendência das Minas; - Casas de Fundição; - Derrama. - As Invasões Francesas; - A União Ibérica; - As Invasões Holandesas; - O Brasil Holandês; - Os holandeses em Sergipe. - Restauração Portuguesa; - Insurreição Pernambucana. - Expansão Territorial e seus Conflitos; - Expedições Militares; - Bandeirismo; - Aldeamentos Jesuíticos; - Expansão da Pecuária; - Tratados e Fronteiras. - A Crise Econômica Portuguesa; - As Revoltas Nativistas; - A Revolta dos Beckman; - A Guerra dos Mascates; - A guerra dos Emboabas. - Tratados Econômicos; - A Mineração; - Guerra dos Emboabas; - Revolta de Vila Rica; - Mercado Interno Colonial.

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana. - Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto dos mesmos. - Reconhecer os elementos que constituem sua própria identidade e a do grupo, Valorizar o patrimônio sócio cultural respeitando a diversidade considerando critérios éticos. - Identificar, compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais e religiosas de gerações e de classes como manifestações culturais próprias e por vezes conflitantes. - Apropriar-se das diferentes linguagens presentes na construção do conhecimento histórico. - Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos metodológicos da História. - Reconhecer os diferentes agentes sociais e os contextos envolvidos na 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a prática da mineração do século XVIII, ocorrida na região Centro-oeste, como fator básico para a expansão do território brasileiro além das Tordesilhas. - Estabelecer relações entre a mineração e o desenvolvimento da Sociedade Urbana a Expansão e Integração do Território e o Desenvolvimento do mercado interno colonial. - Compreender os fatores que favoreceram a revolução Industrial e caracterizar as etapas desse processo. - Caracterizar o Iluminismo. - Identificar as principais correntes ideológicas dos pensadores iluministas. - Identificar os fatores que favoreceram a eclosão da Revolução Francesa e caracterizar as principais fases desse movimento. - Reconhecer que a independência de Sergipe esta relacionada aos serviços prestados à causa real durante a Revolução Pernambucana de 1817. 	<ul style="list-style-type: none"> - As Revoluções Inglesas do séc. XVII; - A Revolução Industrial; - O Iluminismo; - A Independência dos E.U.A.; - A Revolução Francesa; - A Crise do Sistema Colonial; - As Revoltas Anticoloniais: - Inconfidência Mineira; - Conjuração Baiana. - O Império Napoleônico; - A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil; - O Fim do Pacto Colonial; - Brasil: Reino Unido a Portugal e Algarves. - O Congresso de Viena e a Santa Aliança; - A Revolução Pernambucana; - A Emancipação política: criação da Comarca de Sergipe. A Integração de Sergipe ao Estado Nacional, reconhecimento da Independência. Organização política. Formação dos primeiros partidos: Liberal e Corcunda. - A Revolução Liberal do Porto e a Tentativa de Recolonizar o Brasil; 	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução; - Revolução Puritana; - Revolução Gloriosa; - Revolução Industrial; - Artesanato; - Manufatura; - Maquinofatura; - Absolutismo; - Monarquia; - Racionalismo; - Ideologia; - Liberalismo; - Iluminismo; - Ilustração; - Razão; - Constituição; - Burguesia; - Capitalismo; - Maçonaria. - Consulado; - Império; - Bloqueio Continental; - Nacionalismo. - Federalismo; - Reformas Liberais; - Cabanagem; - Balaiada; - Sabinada;

continua >>>

produção do conhecimento histórico.			- Revolução Farroupilha; - Levante dos Malês.
- Perceber os processos históricos como dinâmicos e não determinados por forças externas às ações humanas.	- Identificar as principais características da constituição de 1824. - Caracterizar a Confederação do Equador. - Estabelecer relações entre a Conjuração Baiana e a Revolução Francesa.	- O Processo de Independência. - Formação dos Estados Latino-Americanos; - Os Estados Unidos da América no século XVIII e XIX; - A guerra de independência; - A Revolução industrial americana; - A Guerra de Secessão; - O Imperialismo Americano.	
- Compreender o passado como construção cognitiva que se baseia em registros deixados pela humanidade e pela natureza (documentos, fontes).	- Comparar os movimentos de resistência contra a colonização portuguesa, identificando suas especificidades.		
- Identificar e Compreender as relações de poder nas diversas instâncias da sociedade, como as organizações do trabalho e as instituições da sociedade organizada – sociais, políticas, étnicas e religiosas.	- Identificar o Império Napoleônico como o início da consolidação das conquistas burguesas. - Compreender e analisar a crise do sistema colonial em seus processos internos e em suas conexões com o ideário liberal.	- O Primeiro Reinado; - A Constituição Imperial; - A Confederação do Equador; - A abdicação de D. Pedro I.	- Regência; - Abolição; - República; - Liberalismo; - Religião; - Manifestações literárias; - Manifestações culturais.
- Perceber como o jogo das relações de dominação, subordinação e resistência faz parte das construções políticas, sociais e econômicas.	- Identificar a transferência da família real portuguesa e a elevação do Brasil a Reino Unido como o início do processo de independência do nosso território.	- O Período Regencial; - As Contradições Políticas e a instabilidade social; - Revoltas Populares; - Sergipe: Situação política durante o período regencial: Revolta de Santo Amaro. - Sergipe: A Mudança da capital (1855).	
- Compreender a cultura como um conjunto de representações sociais que emerge no cotidiano da vida social e se solidifica nas diversas organizações e instituições da sociedade.	- Identificar os fatores que favoreceram a independência dos países da América espanhola.	- As Reformas Liberais; - O Segundo Reinado; - A Consolidação do Estado; - O Parlamentarismo Imperial; - Os partidos políticos; - O café e a economia colonial;	
- Reconhecer o valor da coletividade na constituição dos processos históricos estudados e vivenciados.	- Caracterizar a sociedade colonial espanhola, reconhecendo o papel dos criollos no movimento da independência.	- A Guerra do Paraguai; - A imigração estrangeira.	
- Identificar, distinguir e	- Identificar os motivos que geraram: A Guerra de Secessão, A doutrina Monroe e o Expansionismo		

ordenar os fenômenos Sociais, políticos e econômicos observando as permanências e rupturas próprias do processo histórico.	Americano.	- A Questão Militar; - A Questão Abolicionista; - A Questão Religiosa; - A Queda do Império.	- Abolicionismo; - Socialismo; - Anarquismo; - Positivismo; - Comunismo; - Comuna.
- Dominar e Relativizar as diversas concepções de tempo e as diversas formas de periodização cronológicas, reconhecendo-as como construções culturais e históricas.	- Identificar e caracterizar: o processo de independência do Brasil, a resistência portuguesa e o reconhecimento da independência. - Caracterizar os processos de unificação Alemã e italiana.	- Doutrinas sociais no século XIX: - A Primavera dos Povos; - Socialismo Utópico; - Socialismo científico; - O anarquismo; - O positivismo; - A comuna de Paris. - A unificação Alemã e Italiana;	
- Desenvolver a capacidade de observação e interpretação de documentos historiográficos, iconográficos e cartográficos.	- Relacionar o Desenvolvimento industrial da Inglaterra e das demais potências europeias, com as disputas econômicas e territoriais próprias do período.		
- Compreender e situar as diversas produções da cultura (as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências e as tecnologias) nos contextos históricos de sua constituição e significação.			
- Confrontar um discurso histórico com seu contexto de produção.			
- Situar os momentos históricos nos diversos ritmos da duração e nas relações de sucessão e/ou de simultaneidade.			
- Identificar compreender e comparar diferentes pontos de vista ou interpretações históricas sobre um mesmo tema.			

econômicos observando as permanências e rupturas próprias do processo histórico.

- Dominar e Relativizar as diversas concepções de tempo e as diversas formas de periodização cronológicas, reconhecendo-as como construções culturais e históricas.

- Desenvolver a capacidade de observação e interpretação de documentos historiográficos, iconográficos e cartográficos.

- Compreender e situar as diversas produções da cultura (as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências e as tecnologias) nos contextos históricos de sua constituição e significação.

- Confrontar um discurso histórico com seu contexto de produção.

- Situar os momentos históricos nos diversos ritmos da duração e nas relações de sucessão e/ou de simultaneidade.

- Identificar compreender e comparar diferentes pontos de vista ou interpretações históricas sobre um mesmo tema.

militar; o nacional desenvolvimentismo, a Implantação das Reformas de Base o Fortalecimento dos Movimentos sociais: UNE e Ligas Camponesas e a Oposição das elites conservadoras, Igreja e classe média, relacionando este quadro com a deflagração da Ditadura Militar.

- Caracterizar os Governos Militares (1964-85): analisando o uso da repressão / investigação (SNI), a censura o bipartidarismo: ARENA X MDB, o “milagre econômico”-crescimento sem distribuição de renda e aumento da dívida externa, as prisões / tortura / exílio e a oposição armada ao regime militar: guerrilha urbana e rural.

- Analisar o processo de redemocratização política e social no Brasil contemporâneo e as sucessivas crises e planos econômicos dos anos de 1980-90;

- Caracterizar a nova ordem mundial Relacionando a globalização, o neoliberalismo e a união européia.

- A Crise e o Fim da Ditadura Militar.
- A Nova República: “A Dívida Social”
- O Governo Sarney.
- O Impeachment de Collor.
- De FHC a Lula.

- A Nova Ordem Mundial.
- A Queda do socialismo Soviético.
- O Neoliberalismo.
- O Mundo Globalizado.
- A União Européia.
- O Mercosul.

- Segurança Nacional;
- Golpe de Estado;
- Ditadura Militar;
- TerceiroMundo;

- Desenvolvimento;
- Teologia da Libertação.

- Transição; Descolonização; Distensão.

- Perestroika; Glasnost; Globalização;
Regionalização;
Neoliberalismo; Nova Ordem Mundial.



REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – HISTÓRIA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana. - Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto dos mesmos. - Reconhecer os elementos que constituem sua própria identidade e a do grupo, Valorizar o patrimônio sócio cultural respeitando a diversidade considerando critérios éticos. - Identificar, compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais e religiosas de gerações e de classes como manifestações culturais próprias e por vezes conflitantes. - Apropriar-se das diferentes linguagens presentes na construção do conhecimento histórico. - Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos metodológicos da História. - Reconhecer os diferentes agentes sociais e os contextos envolvidos na 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os domínios europeus no continente africano e asiático. - Identificar os motivos que levaram o mundo à primeira guerra mundial. - Caracterizar as principais fases do conflito. - Compreender as principais consequências da primeira guerra e relacionar o tratado de Versalhes com a crise da democracia alemã e ascensão do Nazismo. - Relacionar a crise de 1929 com a queda do modelo econômico liberal no mundo entre guerras. - Identificar os motivos que provocaram a crise do encilhamento. - Caracterizar o Movimento Tenentista em Sergipe, relacionando-o com o movimento nacional. Compreendendo que também em Sergipe esse movimento representou o confronto entre um grupo modernizador e uma elite conservadora. - Compreender a importância do café no contexto econômico e político da república velha. - Identificar os fatores que provocaram a revolução de 1930 que derrubou a política oligárquica da república velha. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Imperialismo e o Capitalismo monopolista; - O neocolonialismo; - A Primeira Guerra Mundial; - A Revolução Russa. - A República Velha; - A República da Espada; - A Revolução Federalista e a Revolta da Armada; - A República Oligárquica; - A Guerra de Canudos; - Sergipe: A cultura no século XIX: o primeiro jornal, a primeira biblioteca, as primeiras manifestações literárias. - Sergipe: O período republicano: “Olimpistas” x “Faustistas”. A revolta de Fausto Cardoso (1906). - A Evolução Política da República Oligárquica; - O movimento tenentista em Sergipe e a revolta de 13 de julho (1924); - Sergipe: A repressão aos movimentos tenentistas. Revolta de Augusto Maynard; - A Crise da República Velha; - A Revolução de 1930. - Sergipe sob o domínio dos Interventores 1930-1945; - O cangaço em Sergipe; - A Era Vargas; - O Populismo no Brasil: ascensão e colapso; 	<ul style="list-style-type: none"> - Monopólio; - Oligopólio; - Neocolonialismo; - Sindicalismo; - Pan-germanismo; - Pan-eslavismo; - Revanchismo Francês; - Bolchevismo. - Comunismo; - Anarquismo; - Socialismo. - República Oligárquica; - Oligarquia; - Coronelismo; - Messianismo; - Voto de cabresto; - Correligionários. - Tenentismo; - Modernismo;
			<ul style="list-style-type: none"> - produção do conhecimento histórico. - Perceber os processos históricos como dinâmicos e não determinados por forças externas às ações humanas. - Compreender o passado como construção cognitiva que se baseia em registros deixados pela humanidade e pela natureza (documentos, fontes). - Identificar e Compreender as relações de poder nas diversas instâncias da sociedade, como as organizações do trabalho e as instituições da sociedade organizada – sociais, políticas, étnicas e religiosas. - Perceber como o jogo das relações de dominação, subordinação e resistência faz parte das construções políticas, sociais e econômicas. - Compreender a cultura como um conjunto de representações sociais que emerge no cotidiano da vida social e se solidifica nas diversas organizações e instituições da sociedade. - Reconhecer o valor da coletividade na constituição dos processos históricos estudados e vivenciados. - Identificar, distinguir e ordenar os fenômenos Sociais, políticos e
			<ul style="list-style-type: none"> - O Governo Democrático de Vargas; - O Período Entre Guerras; - A Crise do Capitalismo Liberal; - A ascensão dos regimes totalitários europeus: o Nazismo e o Fascismo - A Segunda Guerra Mundial: - Os combates na Europa; - A guerra no Pacífico; - Populismo; - Trabalhismo; - Integralismo; - Corporativismo; - Nacionalismo; - Intendentes - A Descolonização da Ásia e África. - Guerra Fria; - A Revolução Socialista na China; - A Revolução Cubana; - A Guerra do Vietnã. - O Governo Juscelino Kubitschek; - O Governo Jânio Quadros; - O Governo João Goulart. - O Golpe Militar de 1964; - As Ditaduras Militares no Brasil e na América Latina. - Sergipe: O golpe de 1964: deposição de Seixas Dórea; - A Luta pela Redemocratização e a transição Democrática. - Estado Novo; - New Deal; - Totalitarismo; - Fascismo; - Nazismo. - Guerra Fria; - Dependência; - Distensão; - Reformas de Base.

continua >>>

Sociologia

O estudo da Sociologia no Ensino Médio tem como objetivo geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas da referida disciplina. Assim sendo, ela pode contribuir para a construção de uma leitura da realidade social que ultrapasse os limites das primeiras impressões, que possibilite ao aluno problematizar as questões sociais a partir de uma perspectiva científica.

A Sociologia é a ciência que se preocupa em analisar, explicar e compreender os fatos sociais, as relações ou as ações sociais, conforme a corrente sociológica que se venha a adotar. Enfatizam-se dois eixos fundamentais em torno dos quais vem se construindo grande parte da tradição sociológica: a relação entre indivíduo e sociedade, a partir da influência da ação individual sobre os processos sociais, bem como o inverso, e a dinâmica social, pautada em processos que envolvem, ao mesmo tempo, porém em níveis variados, a manutenção da ordem ou, por outro lado, a mudança social.

É importante destacar que a intenção é situar as várias linhas do pensamento sociológico que permeiam essas questões de forma introdutória, proporcionando as vinculações com a realidade brasileira.

Em relação aos conteúdos, a proposta busca contemplar as principais matrizes teóricas legadas pela Sociologia. Assim, inicialmente, numa linguagem ajustada à faixa etária dos alunos do Ensino Médio, devemos trabalhar conceitos relacionados às correntes teóricas clássicas, destacando as contribuições de Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Além disso, é relevante que o aluno compreenda a contextualização social que contribuiu para que a Sociologia aparecesse como uma ciência nova, na sociedade capitalista, fruto das Revoluções Industrial e Francesa. Sob esse contexto conturbado, a Sociologia representa uma reação ao movimento de efervescência do mundo ocidental, no século XVIII,

desencadeando compreensões diversas da realidade social. Faz-se necessário demonstrar para o aluno que o pensar e o fazer sociologia estão situados em um campo complexo, e que podem contribuir para explicar, questionar, conservar ou transformar a sociedade.

Com base nisso, os Parâmetros Curriculares Nacionais colocam que a pesquisa teórica e empírica em Sociologia nos permite problematizar os fenômenos sociais, no processo de ensino-aprendizagem, nos seguintes termos:

- a) De que maneira podemos explicar a existência e a manutenção das coletividades humanas? De que modo ocorre a interação entre o indivíduo e essas coletividades?
- b) Que mecanismos interferem na organização e estruturação dos quadros sociais da vida humana?
- c) Como a mudança social é produzida e pode ser explicada?

Sendo sabido que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, fica evidente que ele permite instrumentalizar o aluno para que este possa decodificar a complexidade da realidade social. Assim, pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno.

Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, o aluno poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformá-la através do exercício pleno de sua cidadania. Por outro lado, o ensino da Sociologia no Ensino Médio, também deve fornecer instrumentais teóricos para que o aluno entenda o processo de mundialização do capital, em correspondência com as sucessivas revoluções tecnológicas – um processo amplo que acabou gerando um reordenamento nas dimensões políticas e sócio-culturais.

Para tanto, a sociologia contemporânea está muito

empenhada em oferecer ao aluno uma melhor compreensão das estruturas sociais, do papel do indivíduo na sociedade e da dinâmica social, isto é, das possibilidades reais de transformação social. Dessa forma, uma das principais preocupações da Sociologia se liga à compreensão das relações sociais. Para a elaboração dessa categoria sociológica é fundamental uma abordagem que considere as relações entre indivíduo e sociedade; as instituições sociais e o processo de socialização; a definição de sistemas sociais; a importância da participação política de indivíduos e grupos; os sistemas de poder e os regimes políticos; as formas do Estado; a democracia; os direitos dos cidadãos; os movimentos sociais, entre outros princípios.

Essa empreitada pode ser operacionalizada a partir de uma perspectiva teórica plural que afaste as interpretações dogmáticas e unilaterais da realidade social, e que contribua para um melhor entendimento da diversidade sócio-cultural. O entendimento da Sociologia, nesta dimensão pluralista, relaciona-se com as orientações e diretrizes que nortearam a construção dos PCNs, propondo uma reorganização do Ensino Médio, que implica a compreensão da realidade econômica, social e política, na qual o indivíduo está inserido, oferecendo, a partir da análise, condições que propiciem uma atuação transformadora.

Por fim, acreditamos que, no atual estágio de desenvolvimento da sociedade globalizada, é no tempo e no espaço da Educação Básica que valores como cidadania, consciência ecológica, direitos humanos, democracia e solidariedade, por exemplo, devem ser analisados e vivenciados pelo aluno. São princípios que permitem romper com os círculos de desigualdade e de preconceitos que ainda dividem e agridem a humanidade e, em particular, a sociedade brasileira.

Fernanda Oliveira de Araújo

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BRASIL. Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei: 9394/96*. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares: Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade*. São Paulo: Moderna, 1997.

GIDDENS, A. *Sociologia*. São Paulo: Thompson, 2005.

MARTINS, Carlos B. *O que é Sociologia*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. [Coleção Primeiros Passos].

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à Sociologia*, São Paulo: Ática, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto; RODRIGUES, Marta M. Assumpção; GIANANTI, Álvaro César. *Dez lições de sociologia para um Brasil cidadão: volume único*. São Paulo: FTD, 2008.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO - SOCIOLOGIA – 1º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum. - Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas. - Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais. - Construir uma visão crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do marketing, como estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor. - Compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica. - Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual. - Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os princípios que tornam uma abordagem sociológica diferente de uma abordagem do senso comum; - Compreender a diferença entre as categorias sociais utilizadas na convivência do dia-a-dia e aquelas desenvolvidas a partir de uma atitude mais objetiva, distanciada do contexto em que vivemos; - Construir uma compreensão da vida cotidiana, a qual amplia a concepção de mundo em torno da natureza sociológica das relações humanas, principalmente no que diz respeito às interações entre os vários grupos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - O indivíduo na sociedade e a Sociologia <ul style="list-style-type: none"> - A Sociologia e o trabalho do sociólogo; - O processo de desnaturalização ou estranhamento da realidade; - O homem como ser social. - O que permite ao indivíduo viver em sociedade <ul style="list-style-type: none"> - A inserção em grupos sociais: família, escola, vizinhança, trabalho, religião; - Relações e interações sociais; - Socialização. - O que nos une e nos diferencia como humanos <ul style="list-style-type: none"> - Conteúdos simbólicos da vida humana: cultura; - Características da cultura; - A humanidade na diferença. - O que nos desiguala como humanos <ul style="list-style-type: none"> - Da diferença à desigualdade: etnia, classe social, gênero e geração. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociologia; Indivíduo; Sociedade; Fato Social; Ação Social; Realidade Social; Alteridade. - Grupos Sociais; Instituições Sociais; Relações Sociais; Interação Social; Socialização. - Cultura, diversidade; Desigualdade social, Etnia, classe social; Gênero, Geração, preconceito, etnocentrismo, Racismo.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO - SOCIOLOGIA – 2º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum. - Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas. - Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais. - Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do marketing, como estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor. - Compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica. - Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual. - Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar focos e bases de identidade que mobilizam pessoas e grupos dentro da sociedade brasileira, bem como analisar dados sobre mobilidade e estratificação social. - Desenvolver um posicionamento mais crítico sobre a Cultura de Massa a partir do contato com a abordagem sociológica sobre as novas formas de identidade e expressão dos sujeitos na contemporaneidade. - Compreender o mundo do trabalho com seus aspectos específicos, bem como sua relação com o desenvolvimento de diferentes estruturas econômicas, políticas e sociais. - Diferenciar as explicações das do senso comum sobre a violência, suas causas e repercussões. - Compreender o processo de globalização e sua relação com o desenvolvimento de diferentes estruturas econômicas, políticas e culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - A diversidade social brasileira <ul style="list-style-type: none"> - A população brasileira: diversidades regionais; - O estrangeiro sob a ótica da sociologia; - A formação da diversidade: Migração, aculturação e assimilação; - A cultura na vida social <ul style="list-style-type: none"> - Cultura e comunicação de massa: música, televisão, internet, cinema, artes, literatura. - O trabalho na vida social <ul style="list-style-type: none"> - A centralidade do trabalho na vida social; - Divisão social do trabalho: divisão por sexo (gênero), idade; - Processo de trabalho e relações de trabalho; - As transformações no mundo do trabalho; - Emprego e desemprego na atualidade. - A questão da violência <ul style="list-style-type: none"> - Tipos de violência: simbólica, física, psicológica; - Violência doméstica, sexual e na escola; - Causas da violência. - A Globalização <ul style="list-style-type: none"> - O surgimento e desenvolvimento da globalização no mundo; - Aspectos econômicos, políticos sociais e culturais; - A globalização no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade; Desigualdade Social; Migração; Aculturação; Assimilação; Xenofobia; Regionalismo. - Cultura; Massa; Ideologia; Cultura de Massa; Indústria Cultural; Cultura Popular; Cultura Erudita. - Trabalho; Divisão Social do Trabalho; Ócio Criativo; Alienação; Fordismo; Taylorismo; Toyotismo; Reestruturação Produtiva; Terceirização; Exclusão Social. - Violência e suas variadas formas de apresentação: Simbólica, Física, Psicológica, Doméstica, Sexual; Intolerância; Conflito Social. - Globalização; Global e Local; Cultura; Integração; Interdependência; Exclusão.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO - SOCIOLOGIA – 3º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum. - Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas. - Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais. - Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do marketing, como estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor. - Compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica. - Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual. - Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as tensões entre os direitos e deveres da cidadania e, a partir disso, construir uma prática que envolva sua participação política nos diversos processos sociais que constituem a sociedade contemporânea, ou seja, exercitar a cidadania plena. - Distinguir um sistema político representativo de um autoritário, bem como analisar e interpretar dados sobre a organização política brasileira. - Compreender a construção da sub-cidadania no país, bem como analisar e interpretar dados referentes à desigualdade social brasileira em seus aspectos sociológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadania <ul style="list-style-type: none"> - O significado de ser cidadão no passado e no presente; - Cidadania para as minorias e grupos especiais: crianças e adolescentes, idosos e mulheres. - Participação Política <ul style="list-style-type: none"> - Formas de participação popular e direitos do cidadão; - Movimentos Sociais ontem e hoje: movimento operário e sindical, movimentos populares urbanos; - "Novos" Movimentos Sociais: negro, feminista, ambientalista, LGBT. - ONG's. - Organização Política do Estado Brasileiro <ul style="list-style-type: none"> - Estado e Governo; Sistemas de Governo; Eleições e Partidos Políticos. - O que é a não-cidadania <ul style="list-style-type: none"> - Desumanização e coisificação do outro; - Reprodução da violência e da desigualdade social; -Corrupção: causas e consequências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadania; Direitos e Deveres; Minorias Sociais; Sufrágio Universal; Direitos Cívicos; Direitos Sociais e Direitos Políticos. - Minorias Sociais; Movimentos Sociais; Novos Movimentos Sociais; Sindicalismo; Feminismo; Ambientalismo; Identidade de Gênero; ONG. - Estado; Governo; Sistemas de Governo; Partido Político; Poder e Democracia. - Sub-cidadania; desumanização; Coisificação; Corrupção; Dominação; Concentração de renda; Pobreza e Exclusão Social.



7.2.4 Ensino Religioso

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender a gênese dos diferentes troncos religiosos;	- Identificar as bases históricas/filosóficas para compreensão da gênese religiosa;	- Culturas e tradições religiosas na visão do mundo oriental e ocidental: histórias e fundamento do cristianismo, islamismo, judaísmo, candomblé, umbanda, budismo, etc;	- Religião;
- Perceber as transformações e dinâmica “evolutiva” das religiões;	- Identificar as tradições religiosas indígenas e quilombolas;	- A “evolução” da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer do tempo.	- Cultura;
- Analisar e entender o significado religioso nas comunidades indígenas e quilombolas;	- Conhecer e valorizar as manifestações religiosas da cultura indígena e africana.	- Significados e papel da religião nas comunidades indígenas e quilombolas.	- Evolução;
- Estabelecer e analisar a relação entre hierarquia e poder nas organizações religiosas;	- Perceber a estrutura hierárquica que permeia as organizações religiosas;	- Hierarquia e poder na construção formal das religiosidades.	- Poder;
- Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e tradição das diversidades culturais e manifestações sócio-culturais;	- Evidenciar as tradições religiosas enquanto tradição sócio-cultural;	- As religiões, seus valores e seus símbolos.	- Símbolo;
- Identificar, problematizar e contextualizar os símbolos e os rituais que caracterizam as principais religiões.	- Identificar, diferenciar e respeitar os diferentes símbolos religiosos;	- Religiões monoteístas versus politeístas;	- Rito;
- Compreender a relação entre os diferentes ritos religiosos.	- Compreender os ritos religiosos como manifestações culturais de fé.	- o significado de Deus nas diferentes religiões.	- Dogma;
		- Principais ritos, dogmas e lugares sagrados das religiões:	- Consumo
		- cristã;	- Solidariedade
		- Candomblé;	- Valores
		- Umbanda;	- Legalidade
		- Indígena Xokó	- Verdade

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Compreender as explicações filosóficas para origem e desenvolvimentos das religiões;	- Adotar atitudes de solidariedade e de amor ao próximo	- Filosofia e religião;	- Religião;
- Analisar de forma crítica o posicionamento religioso frente aos fatos sociais;	- Identificar e Compreender as causas dos fatos sociais;	- Religiosidade e relações sociais: visão e ação das religiões sobre as questões sociais:	- Filosofia;
- Possibilitar a compreensão da violência enquanto produto das relações sociais desiguais;	- Estimular atitudes que garantam a integridade física e moral das pessoas.	- pobreza;	- Sistema econômico;
- Estabelecer relações de respeito com todos os indivíduos.	- Perceber as formas de exclusão social geradoras de violência;	- violência;	- Violência;
- Contextualizar e problematizar as relações sociais capitalistas que provocam segregação social;	- Identificar as diferentes organizações familiares da atualidade	- A presença da violência nos diversos espaços sociais;	- Sexo;
- Analisar os contextos e as consequências dos atos sexuais na adolescência.	- Refletir sobre as causas da violência;	- Religião e sistema econômico: orientação para o relacionamento com o outro e o mercado consumidor;	- Sexualidade;
	- Desnaturalizar a barbárie social;	- Religião e sistema econômico: da natureza da criminalidade à desnaturalização da barbárie social.	- Integridade;
	- Refletir sobre as atitudes que geram violência nos diferentes ambientes e instituições sociais.	- Visão religiosa e científica sobre o sexo e gravidez na infância e na adolescência.	- Individualidade;
	- Adotar atitudes de respeito ao corpo e as ideias próprias e as das outras pessoas.	- Preconceito e discriminação;	- Privacidade;
			- Preconceito
			- Discriminação

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Diferenciar os conhecimentos mitológicos e religiosos do conhecimento científico;	- Compreender o que é um mito, religião e conhecimento científico;	- Mito, religião e ciência;	- Mito;
- Compreender a origem do mundo de acordo com o conhecimento científico e religioso;	- Respeitar e valorizar todas as formas de religiosidade;	- A origem do mundo e do ser humano na visão das diferentes religiões.	- Religião;
- Analisar e compreender a importância do Estado laico para liberdade religiosa dos indivíduos;	- Refletir o valor da sexualidade na vida de cada ser humano;	- A religião e o ceticismo	- Ciência;
- Promover o diálogo e incentivar o respeito à liberdade religiosa, evitando qualquer competição religiosa e ideológica.	- Compreender a organização política do Estado brasileiro;	- Os jovens e suas relações sociais.	- Política;
- Compreender o sincretismo religioso brasileiro enquanto manifestação de resistência e afirmação dos grupos sociais excluídos;	- Relacionar e identificar as principais religiões presentes no território brasileiro	- A visão das diferentes religiões sobre o sexo.	- Sincretismo;
- Distinguir as diversidades religiosas compreendendo a importância de cada uma.	- Conhecer e valorizar as manifestações religiosas da cultura indígena e africana.	- A religião e a violência.	- Conflito étnico;
- Analisar as aproximações e os distanciamentos entre as principais religiões da atualidade e de que forma suas teses contribuíram, ao longo da história, para muitos dos conflitos étnicos e preconceitos que persistem em nossos dias.	- Identificar as características de sincretismo nas manifestações religiosas brasileiras.	- Política e religião: o papel da religião na ocupação do território brasileiro;	- Valores
	- Perceber o radicalismo religioso como uma manifestação de intolerância e preconceito.	- O Estado brasileiro e a religião: - O Estado é laico;	- Ética
		- Principais religiões presentes no Brasil e em Sergipe;	- Sexualidade
		- Diversidade e sincretismo religioso no Brasil.	- Violência
		- A raiz religiosa de muitos conflitos étnicos.	- Sexo
			- Companhia
			- Valores

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Distinguir as diversas formas de cultura e tradições religiosas à luz da razão humana.	- Reconhecer e respeitar as diversas culturas e tradições religiosas.	- Filosofia, ciência e religião.	- Filosofia;
- Respeitar os ritos sagrados e os símbolos nas diversas religiões.	- Conhecer os ritos sagrados e os símbolos de diversas religiões.	- História das Tradições Religiosas	- Cultura;
- Refletir sobre a importância do transcendente na vida do ser humano.	- Conhecer as diferentes visões sobre a origem do mundo e do homem.	- A visão da religião e da ciência sobre a vida após a morte, ressurreição e reencarnação.	- Tradição religiosa;
- Viver de forma ética.	- Conduzir sua própria vida baseando-se em valores éticos e morais.	- As escrituras sagradas nas diferentes religiões, seitas e filosofias de vida.	- Ideologia;
- Analisar e respeitar as diferentes visões religiosas sobre o surgimento do mundo, a existência humana, a vida após a morte.	- Respeitar a fé de cada ser humano.	- Os espaços destinados aos cultos religiosos.	- Teologia;
- Compreender o papel mobilizador que a cultura religiosa desempenha nas relações humanas enalteçando valores que possam contribuir para posturas caracterizadas pela alteridade e pelo respeito à diversidade.	- Conhecer o papel da música da difusão das religiões.	- Os rituais religiosos e suas funções.	- Transcendente
	- Conhecer as diversas visões religiosas sobre a vida após a morte.	- Os símbolos como manifestação/representações do sagrado.	- Vida;
	- Conhecer o papel da música da difusão das religiões.	- A música nas manifestações religiosas.	- Morte;
	- A “evolução” da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer do tempo	- As ideologias religiosas na construção do inconsciente individual e coletivo.	- Ética
			- Rito
			- Rituais
			- Símbolos religiosos
			- Moral
			- Inconsciente
			- Consciente
			- Liberdade

SUGESTÃO DE MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL																												CARGA HORÁRIA ANUAL
		1ª		2ª		3ª		4ª		5ª		6ª		7ª		8ª		9ª		SUBTOTAL ANUAL										
		A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S		A	S	A	S						
BASE NACIONAL COMUM	LÍNGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	8	320	7	280	7	280	7	280	7	280	7	280	7	280	5	200	5	200	5	200	4	160	4	160	2160			
		Arte	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	720			
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	720			
		Matemática	7	280	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	5	200	5	200	4	160	4	160	1960					
		Ciência	2	80	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	4	160	4	160	1120			
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	História	2	80	3	120	3	120	2	80	2	80	2	80	2	80	3	120	3	120	3	120	4	160	4	160	1040				
	Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	880				
LÍNGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Estrangeira Moderna Obrigatória		1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	960			
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	320			
PARTE DIVERSIFICADA	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	Ética e Cidadania																									80			
TOTAL DE MÓDULO/AULA			26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	9360			
CARGA HORÁRIA GERAL			21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	21h 40'	834h 10'	75.03h 20'			

OBSERVAÇÕES:

- Cada módulo-aula terá a duração de 50 minutos; cada dia letivo terá 05 módulos e o ano letivo terá 40 semanas.
- Considerando a natureza polivalente que se estende do 1º ao 5º ano cabe salientar dois aspectos: 1. As disciplinas são aqui campos temáticos; 2. A carga horária sugerida leva em conta o papel que certos saberes desempenham nessa fase de desenvolvimento da aprendizagem.
- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de História, Artes e Língua Portuguesa.
- Os conteúdos referentes à História de Sergipe, Cultura Sergipana e Geografia de Sergipe serão ministrados respectivamente no contexto das disciplinas de História e Geografia.
- Educação Ambiental será abordada como tema transversal, com ênfase na disciplina de Ciência.
- O conteúdo de música será trabalhado dentro do componente curricular de Arte.
- O conteúdo curricular Estudos sobre idosos, abrangendo o Processo de envelhecimento e desenvolvimento do respeito e valorização do idoso, será abordado, sobretudo nos componentes Educação Física e Ciência, mas deverá transveralizar todo o currículo.
- O componente Ensino Religioso será de oferta obrigatória e matrícula optativa para o aluno. E a oferta do Programa poderá ocorrer no formato de módulos, seminários e palestras ou na opção do sexto horário, como rege a legislação vigente.

SUGESTÃO DE MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO REGULAR

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL										CARGA HORÁRIA ANUAL			
		1ª		2ª		3ª		3ª		A			SUBTOTAL ANUAL		
		S	A	S	A	S	A	S	A	S	A				
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	480
		Arte	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	120
		Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	240
	Ciências da Natureza, Matemática e Suas Tecnologias	Matemática	3	120	3	120	3	120	4	160	4	160	4	160	400
		Física	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	240
Química		2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	240	
Ciências Humanas e Suas Tecnologias	Biologia	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	240	
	História	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	240	
	Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	240	
PARTE DIVERSIFICADA	Ling. Estr. Moderna Obrigatória	Filosofia	2	80	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	160
		Sociologia	1	40	2	80	1	40	1	40	1	40	1	40	160
		Ling. Estr. Espanhol	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	120
TOTAL DE MÓDULO/AULA			25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	3000
CARGA HORÁRIA GERAL			20h 50'	833h 20'	20h 50'	833h 20'	20h 50'	833h 20'	20h 50'	833h 20'	20h 50'	833h 20'	20h 50'	833h 20'	2500h

OBSERVAÇÕES:

- Cada módulo-aula terá a duração de 50 minutos; cada dia letivo terá 05 módulos e o ano letivo terá 40 semanas.
- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e indígena serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de História, Artes, Sociologia e Língua Portuguesa.
- Os conteúdos referentes à História de Sergipe, Cultura Sergipana e Geografia de Sergipe serão ministrados respectivamente no contexto das disciplinas de História e Geografia.
- Educação Ambiental será abordada como tema transversal, com ênfase nas disciplinas de Química e Biologia.
- O conteúdo de música será trabalhado dentro do componente curricular de Arte.
- O conteúdo curricular Estudos sobre idosos, abrangendo o Processo de envelhecimento e desenvolvimento do respeito e a valorização do idoso, será abordado nos componentes de Sociologia e Educação Física.
- O componente Língua Estrangeira Moderna-Espanhol será de oferta obrigatória e matrícula optativa. O aluno que optar por não cursar o Espanhol, terá o acréscimo de uma aula na língua estrangeira moderna obrigatória da escola.
- Os conteúdos de Redação e Literatura deverão ser ministrados através do componente Língua Portuguesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM 2009

EIXOS COGNITIVOS (comuns a todas as áreas de conhecimento)

- I. **Dominar linguagens (DL):** dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. **Compreender fenômenos (CF):** construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. **Enfrentar situações-problema (SP):** selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. **Construir argumentação (CA):** relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. **Elaborar propostas (EP):** recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

- H1** - Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.
- H2** - Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.
- H3** - Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.
- H4** - Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.

Competência de área 2 - Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais*.

- H5** – Associar vocábulos e expressões de um texto em LEM ao seu tema.
- H6** - Utilizar os conhecimentos da LEM e de seus mecanismos como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informações, tecnologias e culturas.
- H7** – Relacionar um texto em LEM, as estruturas linguísticas, sua função e seu uso social.
- H8** - Reconhecer a importância da produção cultural em LEM como representação da diversidade cultural e linguística.

***A área 2 será incluída apenas a partir de 2010**

Competência de área 3 - Compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.

- H9** - Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.
- H10** - Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.
- H11** - Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos.

Competência de área 4 - Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade.

H12 - Reconhecer diferentes funções da arte, do trabalho da produção dos artistas em seus meios culturais.

H13 - Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos.

H14 - Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.

H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.

Competência de área 6 - Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 - Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

H19 - Analisar a função da linguagem predominante nos textos em situações específicas de interlocução.

H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional.

Competência de área 7 - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H21 - Reconhecer em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não-verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos.

H22 - Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.

H23 - Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos argumentativos utilizados.

H24 - Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras.

Competência de área 8 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.

H26 - Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.

H27 - Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação.

Competência de área 9 - Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-o aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem solucionar.

H28 - Reconhecer a função e o impacto social das diferentes tecnologias da comunicação e informação.

H29 - Identificar pela análise de suas linguagens, as tecnologias da comunicação e informação.

H30 - Relacionar as tecnologias de comunicação e informação ao desenvolvimento das sociedades e ao conhecimento que elas produzem.

Matriz de Referência de Matemática e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Construir significados para os números naturais, inteiros, racionais e reais.

- H1** - Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representações dos números e operações - naturais, inteiros, racionais ou reais.
- H2** - Identificar padrões numéricos ou princípios de contagem.
- H3** - Resolver situação-problema envolvendo conhecimentos numéricos.
- H4** - Avaliar a razoabilidade de um resultado numérico na construção de argumentos sobre afirmações quantitativas.
- H5** - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos numéricos.

Competência de área 2 - Utilizar o conhecimento geométrico para realizar a leitura e a representação da realidade e agir sobre ela.

- H6** - Interpretar a localização e a movimentação de pessoas/objetos no espaço tridimensional e sua representação no espaço bidimensional.
- H7** - Identificar características de figuras planas ou espaciais.
- H8** - Resolver situação-problema que envolva conhecimentos geométricos de espaço e forma.
- H9** - Utilizar conhecimentos geométricos de espaço e forma na seleção de argumentos propostos como solução de problemas do cotidiano.

Competência de área 3 - Construir noções de grandezas e medidas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.

- H10** - Identificar relações entre grandezas e unidades de medida.
- H11** - Utilizar a noção de escalas na leitura de representação de situação do cotidiano.
- H12** - Resolver situação-problema que envolva medidas de grandezas.
- H13** - Avaliar o resultado de uma medição na construção de um argumento consistente.
- H14** - Avaliar proposta de intervenção na realidade utilizando conhecimentos geométricos relacionados a grandezas e medidas.

Competência de área 4 - Construir noções de variação de grandezas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.

H15 - Identificar a relação de dependência entre grandezas.

H16 - Resolver situação-problema envolvendo a variação de grandezas, direta ou inversamente proporcionais.

H17 - Analisar informações envolvendo a variação de grandezas como recurso para a construção de argumentação.

H18 - Avaliar propostas de intervenção na realidade envolvendo variação de grandezas.

Competência de área 5 - Modelar e resolver problemas que envolvem variáveis socioeconômicas ou técnico-científicas, usando representações algébricas.

H19 - Identificar representações algébricas que expressem a relação entre grandezas.

H20 - Interpretar gráfico cartesiano que represente relações entre grandezas.

H21 - Resolver situação-problema cuja modelagem envolva conhecimentos algébricos.

H22 - Utilizar conhecimentos algébricos/geométricos como recurso para a construção de argumentação.

H23 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos algébricos.

Competência de área 6 - Interpretar informações de natureza científica e social obtidas da leitura de gráficos e tabelas, realizando previsão de tendência, extrapolação, interpolação e interpretação.

H24 - Utilizar informações expressas em gráficos ou tabelas para fazer inferências.

H25 - Resolver problema com dados apresentados em tabelas ou gráficos.

H26 - Analisar informações expressas em gráficos ou tabelas como recurso para a construção de argumentos.

Competência de área 7 - Compreender o caráter aleatório e não-determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculos de probabilidade para interpretar informações de variáveis apresentadas em uma distribuição estatística.

H27 - Calcular medidas de tendência central ou de dispersão de um conjunto de dados expressos em uma tabela de frequências de dados agrupados (não em classes) ou em gráficos.

H28 - Resolver situação-problema que envolva conhecimentos de estatística e probabilidade.

H29 - Utilizar conhecimentos de estatística e probabilidade como recurso para a construção de argumentação.

H30 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos de estatística e probabilidade.

Matriz de Referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência de área 1 – Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas como construções humanas, percebendo seus papéis nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.

H1 – Reconhecer características ou propriedades de fenômenos ondulatórios ou oscilatórios, relacionando-os a seus usos em diferentes contextos.

H2 – Associar a solução de problemas de comunicação, transporte, saúde ou outro, com o correspondente desenvolvimento científico e tecnológico.

H3 – Confrontar interpretações científicas com interpretações baseadas no senso comum, ao longo do tempo ou em diferentes culturas.

H4 – Avaliar propostas de intervenção no ambiente, considerando a qualidade da vida humana ou medidas de conservação, recuperação ou utilização sustentável da biodiversidade.

Competência de área 2 – Identificar a presença e aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais em diferentes contextos.

H5 – Dimensionar circuitos ou dispositivos elétricos de uso cotidiano.

H6 – Relacionar informações para compreender manuais de instalação ou utilização de aparelhos, ou sistemas tecnológicos de uso comum.

H7 – Selecionar testes de controle, parâmetros ou critérios para a comparação de materiais e produtos, tendo em vista a defesa do consumidor, a saúde do trabalhador ou a qualidade de vida.

Competência de área 3 – Associar intervenções que resultam em degradação ou conservação ambiental a processos produtivos e sociais e a instrumentos ou ações científico-tecnológicos.

H8 – Identificar etapas em processos de obtenção, transformação, utilização ou reciclagem de recursos naturais, energéticos ou matérias-primas, considerando processos biológicos, químicos ou físicos neles envolvidos.

H9 – Compreender a importância dos ciclos biogeoquímicos ou do fluxo energia para a vida, ou da ação de agentes ou fenômenos que podem causar alterações nesses processos.

H10 – Analisar perturbações ambientais, identificando fontes, transporte e(ou) destino dos poluentes ou prevendo efeitos em sistemas naturais, produtivos ou sociais.

H11 – Reconhecer benefícios, limitações e aspectos éticos da biotecnologia, considerando estruturas e processos biológicos envolvidos em produtos biotecnológicos.

H12 – Avaliar impactos em ambientes naturais decorrentes de atividades sociais ou econômicas, considerando interesses contraditórios.

Competência de área 4 – Compreender interações entre organismos e ambiente, em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.

H13 – Reconhecer mecanismos de transmissão da vida, prevendo ou explicando a manifestação de características dos seres vivos.

H14 – Identificar padrões em fenômenos e processos vitais dos organismos, como manutenção do equilíbrio interno, defesa, relações com o ambiente, sexualidade, entre outros.

H15 – Interpretar modelos e experimentos para explicar fenômenos ou processos biológicos em qualquer nível de organização dos sistemas biológicos.

H16 – Compreender o papel da evolução na produção de padrões, processos biológicos ou na organização taxonômica dos seres vivos.

Competência de área 5 – Entender métodos e procedimentos próprios das ciências naturais e aplicá-los em diferentes contextos.

H17 – Relacionar informações apresentadas em diferentes formas de linguagem e representação usadas nas ciências físicas, químicas ou biológicas, como texto discursivo, gráficos, tabelas, relações matemáticas ou linguagem simbólica.

H18 – Relacionar propriedades físicas, químicas ou biológicas de produtos, sistemas ou procedimentos tecnológicos às finalidades a que se destinam.

H19 – Avaliar métodos, processos ou procedimentos das ciências naturais que contribuem para diagnosticar ou solucionar problemas de ordem social, econômica ou ambiental.

Competência de área 6 – Apropriar-se de conhecimentos da física para, em situações problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H20 – Caracterizar causas ou efeitos dos movimentos de partículas, substâncias, objetos ou corpos celestes.

H21 – Utilizar leis físicas e (ou) químicas para interpretar processos naturais ou tecnológicos inseridos no contexto da termodinâmica e(ou) do eletromagnetismo.

H22 – Compreender fenômenos decorrentes da interação entre a radiação e a matéria em suas manifestações em processos naturais ou tecnológicos, ou em suas implicações biológicas, sociais, econômicas ou ambientais.

H23 – Avaliar possibilidades de geração, uso ou transformação de energia em ambientes específicos, considerando implicações éticas, ambientais, sociais e/ou econômicas.

Competência de área 7 – Apropriar-se de conhecimentos da química para, em situações problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H24 – Utilizar códigos e nomenclatura da química para caracterizar materiais, substâncias ou transformações químicas.

H25 – Caracterizar materiais ou substâncias, identificando etapas, rendimentos ou implicações biológicas, sociais, econômicas ou ambientais de sua obtenção ou produção.

H26 – Avaliar implicações sociais, ambientais e/ou econômicas na produção ou no consumo de recursos energéticos ou minerais, identificando transformações químicas ou de energia envolvidas nesses processos.

H27 – Avaliar propostas de intervenção no meio ambiente aplicando conhecimentos químicos, observando riscos ou benefícios.

Competência de área 8 – Apropriar-se de conhecimentos da biologia para, em situações problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H28 – Associar características adaptativas dos organismos com seu modo de vida ou com seus limites de distribuição em diferentes ambientes, em especial em ambientes brasileiros.

H29 – Interpretar experimentos ou técnicas que utilizam seres vivos, analisando implicações para o ambiente, a saúde, a produção de alimentos, matérias primas ou produtos industriais.

H30 – Avaliar propostas de alcance individual ou coletivo, identificando aquelas que visam à preservação e a implementação da saúde individual, coletiva ou do ambiente.

Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades

- H1** - Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- H2** - Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- H3** - Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- H4** - Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- H5** - Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Competência de área 2 - Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

- H6** - Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
- H7** - Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações
- H8** - Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
- H9** - Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- H10** - Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Competência de área 3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

- H11** - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- H12** - Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.
- H13** - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou

rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Competência de área 4 - Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

H16 - Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

H17 - Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.

H18 - Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.

H19 - Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

H20 - Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Competência de área 5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H21 - Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

H22 - Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

H24 - Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Competência de área 6 - Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26 - Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

H27 - Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos.

H28 - Relacionar o uso das tecnologias com os impactos sócio-ambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

H29 - Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

H30 - Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

ANEXO

Objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência

1. Linguagem, Códigos e suas Tecnologias

- **Estudo do texto: as sequências discursivas e os gêneros textuais no sistema de comunicação e informação** - modos de organização da composição textual; atividades de produção escrita e de leitura de textos gerados nas diferentes esferas sociais - públicas e privadas.
- **Estudo das práticas corporais: a linguagem corporal como integradora social e formadora de identidade** - *performance* corporal e identidades juvenis; possibilidades de vivência crítica e emancipada do lazer; mitos e verdades sobre os corpos masculino e feminino na sociedade atual; exercício físico e saúde; o corpo e a expressão artística e cultural; o corpo no mundo dos símbolos e como produção da cultura; práticas corporais e autonomia; condicionamentos e esforços físicos; o esporte; a dança; as lutas; os jogos; as brincadeiras.
- **Produção e recepção de textos artísticos: interpretação e representação do mundo para o fortalecimento dos processos de identidade e cidadania** - Artes Visuais: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade. Teatro: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Música: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Dança: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Conteúdos estruturantes das linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), elaborados a partir de suas estruturas morfológicas e sintáticas; inclusão, diversidade e multiculturalidade: a valorização da pluralidade expressada nas produções estéticas e artísticas das minorias sociais e dos portadores de necessidades especiais educacionais.
- **Estudo do texto literário: relações entre produção literária e processo social, concepções artísticas, procedimentos de construção e recepção de textos** - produção literária e processo social; processos de formação literária e de formação nacional; produção de textos literários, sua recepção e a constituição do patrimônio literário nacional; relações entre a dialética cosmopolitismo/localismo e a produção literária nacional; elementos de continuidade e ruptura entre os diversos momentos da literatura brasileira; associações entre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário em seus gêneros (épico/narrativo, lírico e dramático) e formas diversas.; articulações entre os recursos expressivos e estruturais do texto literário e o processo social relacionado ao momento de sua produção; representação literária: natureza, função, organização e estrutura do texto literário; relações entre literatura, outras artes e outros saberes.

- **Estudo dos aspectos linguísticos em diferentes textos: recursos expressivos da língua, procedimentos de construção e recepção de textos** - organização da macroestrutura semântica e a articulação entre idéias e proposições (relações lógico-semânticas).
- **Estudo do texto argumentativo, seus gêneros e recursos linguísticos: argumentação: tipo, gêneros e usos em língua portuguesa** - formas de apresentação de diferentes pontos de vista; organização e progressão textual; papéis sociais e comunicativos dos interlocutores, relação entre usos e propósitos comunicativos, função sociocomunicativa do gênero, aspectos da dimensão espaço-temporal em que se produz o texto.
- **Estudo dos aspectos linguísticos da língua portuguesa: usos da língua: norma culta e variação linguística** - uso dos recursos linguísticos em relação ao contexto em que o texto é constituído: elementos de referência pessoal, temporal, espacial, registro linguístico, grau de formalidade, seleção lexical, tempos e modos verbais; uso dos recursos linguísticos em processo de coesão textual: elementos de articulação das sequências dos textos ou à construção da micro estrutura do texto.
- **Estudo dos gêneros digitais: tecnologia da comunicação e informação: impacto e função social** - o texto literário típico da cultura de massa: o suporte textual em gêneros digitais; a caracterização dos interlocutores na comunicação tecnológica; os recursos linguísticos e os gêneros digitais; a função social das novas tecnologias.

2. Matemática e suas Tecnologias

- **Conhecimentos numéricos:** operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais), desigualdades, divisibilidade, fatoração, razões e proporções, porcentagem e juros, relações de dependência entre grandezas, seqüências e progressões, princípios de contagem.
- **Conhecimentos geométricos:** características das figuras geométricas planas e espaciais; grandezas, unidades de medida e escalas; comprimentos, áreas e volumes; ângulos; posições de retas; simetrias de figuras planas ou espaciais; congruência e semelhança de triângulos; teorema de Tales; relações métricas nos triângulos; circunferências; trigonometria do ângulo agudo.
- **Conhecimentos de estatística e probabilidade:** representação e análise de dados; medidas de tendência central (médias, moda e mediana); desvios e variância; noções de probabilidade.
- **Conhecimentos algébricos:** gráficos e funções; funções algébricas do 1.º e do 2.º grau, polinomiais, racionais, exponenciais e logarítmicas; equações e inequações; relações no ciclo trigonométrico e funções trigonométricas.
- **Conhecimentos algébricos/geométricos:** plano cartesiano; retas; circunferências; paralelismo e perpendicularidade, sistemas de equações.

3. Ciências da Natureza e suas Tecnologias

3.1 Física

- **Conhecimentos básicos e fundamentais** - Noções de ordem de grandeza. Notação Científica. Sistema Internacional de Unidades. Metodologia de investigação: a procura de regularidades e de sinais na interpretação física do mundo. Observações e mensurações: representação de grandezas físicas como grandezas mensuráveis. Ferramentas básicas: gráficos e vetores. Conceituação de grandezas vetoriais e escalares. Operações básicas com vetores.
- **O movimento, o equilíbrio e a descoberta de leis físicas** - Grandezas fundamentais da mecânica: tempo, espaço, velocidade e aceleração. Relação histórica entre força e movimento. Descrições do movimento e sua interpretação: quantificação do movimento e sua descrição matemática e gráfica. Casos especiais de movimentos e suas regularidades observáveis. Conceito de inércia. Noção de sistemas de referência inerciais e não inerciais. Noção dinâmica de massa e quantidade de movimento (momento linear). Força e variação da quantidade de movimento. Leis de Newton. Cento de massa e a idéia de ponto material. Conceito de forças externas e internas. Lei da conservação da quantidade de movimento (momento linear) e teorema do impulso. Momento de uma força (torque). Condições de equilíbrio estático de ponto material e de corpos rígidos. Força de atrito, força peso, força normal de contato e tração. Diagramas de forças. Identificação das forças que atuam nos movimentos circulares. Noção de força centrípeta e sua quantificação. A hidrostática: aspectos históricos e variáveis relevantes. Empuxo. Princípios de Pascal, Arquimedes e Stevin: condições de flutuação, relação entre diferença de nível e pressão hidrostática.
- **Energia, trabalho e potência** - Conceituação de trabalho, energia e potência. Conceito de energia potencial e de energia cinética. Conservação de energia mecânica e dissipação de energia. Trabalho da força gravitacional e energia potencial gravitacional. Forças conservativas e dissipativas.
- **A Mecânica e o funcionamento do Universo** - Força peso. Aceleração gravitacional. Lei da Gravitação Universal. Leis de Kepler. Movimentos de corpos celestes. Influência na Terra: marés e variações climáticas. Concepções históricas sobre a origem do universo e sua evolução.
- **Fenômenos Elétricos e Magnéticos** - Carga elétrica e corrente elétrica. Lei de Coulomb. Campo elétrico e potencial elétrico. Linhas de campo. Superfícies equipotenciais. Poder das pontas. Blindagem. Capacitores. Efeito Joule. Lei de Ohm. Resistência elétrica e resistividade. Relações entre grandezas elétricas: tensão, corrente, potência e energia. Circuitos elétricos simples. Correntes contínua

- e alternada. Medidores elétricos. Representação gráfica de circuitos. Símbolos convencionais. Potência e consumo de energia em dispositivos elétricos. Campo magnético. Imãs permanentes. Linhas de campo magnético. Campo magnético terrestre.
- **Oscilações, ondas, óptica e radiação** - Feixes e frentes de ondas. Reflexão e refração. Óptica geométrica: lentes e espelhos. Formação de imagens. Instrumentos ópticos simples. Fenômenos ondulatórios. Pulsos e ondas. Período, frequência, ciclo. Propagação: relação entre velocidade, frequência e comprimento de onda. Ondas em diferentes meios de propagação.

- **O calor e os fenômenos térmicos** - Conceitos de calor e de temperatura. Escalas termométricas. Transferência de calor e equilíbrio térmico. Capacidade calorífica e calor específico. Condução do calor. Dilação térmica. Mudanças de estado físico e calor latente de transformação. Comportamento de Gases ideais. Máquinas térmicas. Ciclo de Carnot. Leis da Termodinâmica. Aplicações e fenômenos térmicos de uso cotidiano. Compreensão de fenômenos climáticos relacionados ao ciclo da água.

3.2 Química

- **Transformações Químicas** - Evidências de transformações químicas. Interpretando transformações químicas. Sistemas Gasosos: Lei dos gases. Equação geral dos gases ideais, Princípio de Avogadro, conceito de molécula; massa molar, volume molar dos gases. Teoria cinética dos gases. Misturas gasosas. Modelo corpuscular da matéria. Modelo atômico de Dalton. Natureza elétrica da matéria: Modelo Atômico de Thomson, Rutherford, Rutherford-Bohr. Átomos e sua estrutura. Número atômico, número de massa, isótopos, massa atômica. Elementos químicos e Tabela Periódica. Reações químicas.
- **Representação das transformações químicas** - Fórmulas químicas. Balanceamento de equações químicas. Aspectos quantitativos das transformações químicas. Leis ponderais das reações químicas. Determinação de fórmulas químicas. Grandezas Químicas: massa, volume, mol, massa molar, constante de Avogadro. Cálculos estequiométricos.
- **Materiais, suas propriedades e usos** - Propriedades de materiais. Estados físicos de materiais. Mudanças de estado. Misturas: tipos e métodos de separação. Substâncias químicas: classificação e características gerais. Metais e Ligas metálicas. Ferro, cobre e alumínio. Ligações metálicas. Substâncias iônicas: características e propriedades. Substâncias iônicas do grupo: cloreto, carbonato, nitrato e sulfato. Ligação iônica. Substâncias moleculares: características e propriedades. Substâncias moleculares: H_2 , O_2 , N_2 , Cl_2 , NH_3 , H_2O , HCl , CH_4 . Ligação Covalente. Polaridade de moléculas. Forças intermoleculares. Relação entre estruturas, propriedade e aplicação das substâncias.

- **Água** - Ocorrência e importância na vida animal e vegetal. Ligação, estrutura e propriedades. Sistemas em Solução Aquosa: Soluções verdadeiras, soluções coloidais e suspensões. Solubilidade. Concentração das soluções. Aspectos qualitativos das propriedades coligativas das soluções. Ácidos, Bases, Sais e Oxidos: definição, classificação, propriedades, formulação e nomenclatura. Conceitos de ácidos e base. Principais propriedades dos ácidos e bases: indicadores, condutibilidade elétrica, reação com metais, reação de neutralização.
- **Transformações Químicas e Energia** - Transformações químicas e energia calorífica. Calor de reação. Entalpia. Equações termoquímicas. Lei de Hess. Transformações químicas e energia elétrica. Reação de oxirredução. Potenciais padrão de redução. Pilha. Eletrólise. Leis de Faraday. Transformações nucleares. Conceitos fundamentais da radioatividade. Reações de fissão e fusão nuclear. Desintegração radioativa e radioisótopos.
- **Dinâmica das Transformações Químicas** - Transformações Químicas e velocidade. Velocidade de reação. Energia de ativação. Fatores que alteram a velocidade de reação: concentração, pressão, temperatura e catalisador.
- **Transformação Química e Equilíbrio** - Caracterização do sistema em equilíbrio. Constante de equilíbrio. Produto iônico da água, equilíbrio ácido-base e pH. Solubilidade dos sais e hidrólise. Fatores que alteram o sistema em equilíbrio. Aplicação da velocidade e do equilíbrio químico no cotidiano.
- **Compostos de Carbono** - Características gerais dos compostos orgânicos. Principais funções orgânicas. Estrutura e propriedades de Hidrocarbonetos. Estrutura e propriedades de compostos orgânicos oxigenados. Fermentação. Estrutura e propriedades de compostos orgânicos nitrogenados. Macromoléculas naturais e sintéticas. Noções básicas sobre polímeros: Amido, glicogênio e celulose. Borracha natural e sintética. Polietileno, poliestireno, PVC, Teflon, náilon. Óleos e gorduras, sabões e detergentes sintéticos. Proteínas e enzimas.
- **Relações da Química com as Tecnologias, a Sociedade e o Meio Ambiente** - Química no cotidiano. Química na agricultura e na saúde. Química nos alimentos. Química e ambiente. Aspectos científico-tecnológicos, socioeconômicos e ambientais associados à obtenção ou produção de substâncias químicas. Indústria Química: obtenção e utilização do cloro, hidróxido de sódio, ácido sulfúrico, amônia e ácido nítrico. Mineração e Metalurgia. Poluição e tratamento de água. Poluição atmosférica. Contaminação e proteção do ambiente.
- **Energias Químicas no Cotidiano** - Petróleo, gás natural e carvão. Madeira e hulha. Biomassa. Biocombustíveis. Impactos ambientais de combustíveis fósseis. Energia nuclear. Lixo atômico. Vantagens e desvantagens do uso de energia nuclear.

3.3 Biologia

- **Moléculas, células e tecidos** - Estrutura e fisiologia celular: membrana, citoplasma e núcleo. Divisão celular. Aspectos bioquímicos das estruturas celulares. Aspectos gerais do metabolismo celular. Metabolismo energético: fotossíntese e respiração. Codificação da informação genética. Síntese protéica. Diferenciação celular. Principais tecidos animais e vegetais. Origem e evolução das células. Noções sobre células-tronco, clonagem e tecnologia do DNA recombinante. Aplicações de biotecnologia na produção de alimentos, fármacos e componentes biológicos. Aplicações de tecnologias relacionadas ao DNA a investigações científicas, determinação da paternidade, investigação criminal e identificação de indivíduos. Aspectos éticos relacionados ao desenvolvimento biotecnológico. Biotecnologia e sustentabilidade.
- **Hereditariedade e diversidade da vida** - Princípios básicos que regem a transmissão de características hereditárias. Conceções pré-mendelianas sobre a hereditariedade. Aspectos genéticos do funcionamento do corpo humano. Antígenos e anticorpos. Grupos sanguíneos, transplantes e doenças auto-imunes. Neoplasias e a influência de fatores ambientais. Mutações gênicas e cromossômicas. Aconselhamento genético. Fundamentos genéticos da evolução. Aspectos genéticos da formação e manutenção da diversidade biológica.
- **Identidade dos seres vivos** - Níveis de organização dos seres vivos. Vírus, procariontes e eucariontes. Autótrofos e heterótrofos. Seres unicelulares e pluricelulares. Sistemática e as grandes linhas da evolução dos seres vivos. Tipos de ciclo de vida. Evolução e padrões anatômicos e fisiológicos observados nos seres vivos. Funções vitais dos seres vivos e sua relação com a adaptação desses organismos a diferentes ambientes. Embriologia, anatomia e fisiologia humana. Evolução humana. Biotecnologia e sistemática.
- **Ecologia e ciências ambientais** - Ecossistemas. Fatores bióticos e abióticos. Habitat e nicho ecológico. A comunidade biológica: teia alimentar, sucessão e comunidade climax. Dinâmica de populações. Interações entre os seres vivos. Ciclos biogeoquímicos. Fluxo de energia no ecossistema. Biogeografia. Biomas brasileiros. Exploração e uso de recursos naturais. Problemas ambientais: mudanças climáticas, efeito estufa; desmatamento; erosão; poluição da água, do solo e do ar. Conservação e recuperação de ecossistemas. Conservação da biodiversidade. Tecnologias ambientais. Noções de saneamento básico. Noções de legislação ambiental: água, florestas, unidades de conservação; biodiversidade.
- **Origem e evolução da vida** - A biologia como ciência: história, métodos, técnicas e experimentação. Hipóteses sobre a origem do Universo, da Terra e dos seres vivos. Teorias de evolução. Explicações pré-darwinistas para a modificação das espécies. A teoria evolutiva de Charles Darwin. Teoria sintética da evolução. Seleção artificial e seu impacto sobre ambientes naturais e sobre populações humanas.
- **Qualidade de vida das populações humanas** - Aspectos biológicos da pobreza e do desenvolvimento humano. Indicadores sociais, ambientais e econômicos. Índice

de desenvolvimento humano. Principais doenças que afetam a população brasileira: caracterização, prevenção e profilaxia. Noções de primeiros socorros. Doenças sexualmente transmissíveis. Aspectos sociais da biologia: uso indevido de drogas; gravidez na adolescência; obesidade. Violência e segurança pública. Exercícios físicos e vida saudável. Aspectos biológicos do desenvolvimento sustentável. Legislação e cidadania.

4. Ciências Humanas e suas Tecnologias

- **Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade**
 - Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil.
 - A Conquistada da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América.
 - História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira.
 - História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira.
 - Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.
- **Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado**
 - Cidadania e democracia na Antiguidade; Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa.
 - Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna.
 - Formação territorial brasileira; as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial.
 - As lutas pela conquista da independência política das colônias da América.
 - Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação.
 - O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX.
 - Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX.
 - A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana.
 - Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria.
 - Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazi-fascista, franquismo, salazarismo e stalinismo. Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil e ditaduras na América.
 - Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e

os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI.

- A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais. Direitos sociais nas constituições brasileiras. Políticas afirmativas.
- Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial.

- **Características e transformações das estruturas produtivas**

- Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências.
- Economia agro-exportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia.
- Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos.
- A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas.
- A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais.
- Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.

- **Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente**

- Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos; bacias hidrográficas e seus aproveitamentos.
- As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida, a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental internacional: políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais, unidades de conservação, corredores ecológicos, zoneamento ecológico e econômico.
- Origem e evolução do conceito de sustentabilidade.
- Estrutura interna da terra. Estruturas do solo e do relevo; agentes internos e externos modeladores do relevo.
- Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características

climáticas do território brasileiro.

- Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.

- **Representação espacial**

- Projeções cartográficas; leitura de mapas temáticos, físicos e políticos; tecnologias modernas aplicadas à cartografia.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 ^(*)

Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, no art. 32 da Lei nº 9.394/96, na Lei nº 11.274/2006, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A presente Resolução fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a serem observadas na organização curricular dos sistemas de ensino e de suas unidades escolares.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais e a elaboração, implementação e avaliação das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Parágrafo único. Estas Diretrizes Curriculares Nacionais aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como à Educação do Campo, à Educação Escolar Indígena e à Educação Escolar Quilombola.

FUNDAMENTOS

Art. 3º O Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos.

Art. 4º É dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.

Parágrafo único. As escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.

Art. 5º O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

§ 1º O Ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano.

^(*) Resolução CNE/CEB 7/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

§ 2º A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

§ 3º Na perspectiva de contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem.

§ 4º A educação escolar, comprometida com a igualdade de acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (Parcer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica).

PRINCÍPIOS

Art. 6º Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

Art. 7º De acordo com esses princípios, e em conformidade com o art. 22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS E CARGA HORÁRIA

Art. 8º O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

§ 1º É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.

§ 2º As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola).

§ 3º A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

CURRÍCULO

Art. 9º O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

§ 1º O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

§ 2º As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar, aqueles que compõem a parte explícita do currículo, bem como os que também contribuem, de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes. Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.

§ 3º Os conhecimentos escolares são aqueles que as diferentes instâncias que produzem orientações sobre o currículo, as escolas e os professores selecionam e transformam a fim de que possam ser ensinados e aprendidos, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno.

BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA: COMPLEMENTARIDADE

Art. 10 O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada.

Art. 11 A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

§ 1º A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

§ 2º Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

§ 3º Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Art. 12 Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Art. 13 Os conteúdos a que se refere o art. 12 são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

Art. 14 O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da Lei nº 9.394/96, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- I – Linguagens:
 - a) Língua Portuguesa;
 - b) Língua Materna, para populações indígenas;
 - c) Língua Estrangeira moderna;
 - d) Arte; e
 - e) Educação Física;
- II – Matemática;
- III – Ciências da Natureza;
- IV – Ciências Humanas:
 - a) História;
 - b) Geografia;
 - V – Ensino Religioso.

§ 1º O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, assegurada também às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, conforme o art. 210, § 2º, da Constituição Federal.

§ 2º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (art. 26, § 4º, da Lei nº 9.394/96).

§ 3º A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação (conforme art. 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008). Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias.

§ 4º A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança, conforme o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/96.

§ 5º A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas no § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394/96.

§ 6º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o art. 33 da Lei nº 9.394/96.

Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

§ 1º Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

§ 2º A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme a Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

§ 3º Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

Art. 17 Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar.

Parágrafo único. Entre as línguas estrangeiras modernas, a língua espanhola poderá ser a opção, nos termos da Lei nº 11.161/2005.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Art. 18 O currículo do Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração exige a estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais.

Art. 19 Ciclos, séries e outras formas de organização a que se refere a Lei nº 9.394/96 serão compreendidos como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos de duração do Ensino Fundamental.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 20 As escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.

§ 1º O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

§ 3º O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.

§ 4º O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

§ 5º Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Art. 21 No projeto político-pedagógico do Ensino Fundamental e no regimento escolar, o aluno, centro do planejamento curricular, será considerado como sujeito que atribui sentidos à natureza e à sociedade nas práticas sociais que vivencia, produzindo cultura e construindo sua identidade pessoal e social.

Parágrafo único. Como sujeito de direitos, o aluno tomará parte ativa na discussão e na implementação das normas que regem as formas de relacionamento na escola, fornecerá indicações relevantes a respeito do que deve ser trabalhado no currículo e será incentivado a participar das organizações estudantis.

Art. 22 O trabalho educativo no Ensino Fundamental deve empenhar-se na promoção de uma cultura escolar acolhedora e respeitosa, que reconheça e valorize as experiências dos alunos atendendo as suas diferenças e necessidades específicas, de modo a contribuir para efetivar a inclusão escolar e o direito de todos à educação.

Art. 23 Na implementação do projeto político-pedagógico, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços

de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

RELEVÂNCIA DOS CONTEÚDOS, INTEGRAÇÃO E ABORDAGENS

Art. 24 A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.

§ 1º A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares.

§ 2º Constituem exemplos de possibilidades de integração do currículo, entre outros, as propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores, projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, currículos em rede, propostas ordenadas em torno de conceitos-chave ou conceitos nucleares que permitam trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal, e projetos de trabalho com diversas acepções.

§ 3º Os projetos propostos pela escola, comunidade, redes e sistemas de ensino serão articulados ao desenvolvimento dos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, observadas as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010, art. 17) e nos termos do Parecer que dá base à presente Resolução.

Art. 25 Os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.

Art. 26 Os sistemas de ensino e as escolas assegurarão adequadas condições de trabalho aos seus profissionais e o provimento de outros insumos, de acordo com os padrões mínimos de qualidade referidos no inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394/96 e em normas específicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com vistas à criação de um ambiente propício à aprendizagem, com base:

I – no trabalho compartilhado e no compromisso individual e coletivo dos professores e demais profissionais da escola com a aprendizagem dos alunos;

II – no atendimento às necessidades específicas de aprendizagem de cada um mediante abordagens apropriadas;

III – na utilização dos recursos disponíveis na escola e nos espaços sociais e culturais do entorno;

IV – na contextualização dos conteúdos, assegurando que a aprendizagem seja relevante e socialmente significativa;

V – no cultivo do diálogo e de relações de parceria com as famílias.

Parágrafo único. Como protagonistas das ações pedagógicas, caberá aos docentes equilibrar a ênfase no reconhecimento e valorização da experiência do aluno e da cultura local que contribui para construir identidades afirmativas, e a necessidade de lhes fornecer instrumentos mais complexos de análise da realidade que possibilitem o acesso a níveis universais de explicação dos fenômenos, propiciando-lhes os meios para transitar entre a sua e outras realidades e culturas e participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política.

Art. 27 Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, enviairão esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida.

§ 1º Devem, portanto, adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática” de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem.

§ 2º A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares e as atividades de reforço, a articulação entre a escola e a comunidade, e o acesso aos espaços de expressão cultural.

Art. 28 A utilização qualificada das tecnologias e conteúdos das mídias como recurso aliado ao desenvolvimento do currículo contribui para o importante papel que tem a escola como ambiente de inclusão digital e de utilização crítica das tecnologias da informação e comunicação, requerendo o aporte dos sistemas de ensino no que se refere à:

- I – provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para o atendimento aos alunos;
- II – adequada formação do professor e demais profissionais da escola.

ARTICULAÇÕES E CONTINUIDADE DA TRAJETÓRIA ESCOLAR

Art. 29 A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica.

§ 1º O reconhecimento do que os alunos já aprenderam antes da sua entrada no Ensino Fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização.

§ 2º Na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, especial atenção será dada:

- I – pelos sistemas de ensino, ao planejamento da oferta educativa dos alunos transferidos das redes municipais para as estaduais;
- II – pelas escolas, à coordenação das demandas específicas feitas pelos diferentes professores aos alunos, a fim de que os estudantes possam melhor organizar as suas atividades diante das solicitações muito diversas que recebem.

Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

- I – a alfabetização e o letramento;
- II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;
- III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades.

Art. 31 Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.

§ 1º Nas escolas que optarem por incluir Língua Estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor deverá ter licenciatura específica no componente curricular.

§ 2º Nos casos em que esses componentes curriculares sejam desenvolvidos por professores com licenciatura específica (conforme Parecer CNE/CEB nº 2/2008), deve ser assegurada a integração com os demais componentes trabalhados pelo professor de referência da turma.

AVALIAÇÃO: PARTE INTEGRANTE DO CURRÍCULO

Art. 32 A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

- a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;
- b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;
- c) manter a família informada sobre o desempenho dos alunos;
- d) reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

II – utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III – fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal com determina a alínea “a” do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96;

IV – assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V – prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96;

VI – assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

VII – possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem idade-série.

Art. 33 Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.

§ 1º A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

§ 2º A avaliação externa do rendimento dos alunos refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado nas escolas, de sorte que as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala.

Art. 34 Os sistemas, as redes de ensino e os projetos político-pedagógicos das escolas devem expressar com clareza o que é esperado dos alunos em relação à sua aprendizagem.

Art. 35 Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em conta os parâmetros de referência dos insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos nesta etapa da educação e respectivo custo aluno-qualidade inicial (CAQI), consideradas inclusive as suas modalidades e as formas diferenciadas de atendimento como a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola e as escolas de tempo integral.

Parágrafo único. A melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação obriga:

I – os sistemas de ensino a incrementarem os dispositivos da carreira e de condições de exercício e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação e a oferecerem os recursos e apoios que demandam as escolas e seus profissionais para melhorar a sua atuação;

II – as escolas a uma apreciação mais ampla das oportunidades educativas por elas oferecidas aos educandos, reforçando a sua responsabilidade de propiciar renovadas oportunidades e incentivos aos que delas mais necessitem.

A EDUCAÇÃO EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Art. 36 Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas.

Parágrafo único. As escolas e, solidariamente, os sistemas de ensino, conjugarão esforços objetivando o progressivo aumento da carga horária mínima diária e, consequentemente, da carga horária anual, com vistas à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte o atendimento escolar em período integral.

Art. 37 A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

§ 1º O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais.

§ 2º As atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo projeto político-pedagógico.

§ 3º Ao restituir a condição de ambiente de aprendizagem à comunidade e à cidade, a escola estará contribuindo para a construção de redes sociais e de cidades educadoras.

§ 4º Os órgãos executivos e normativos da União e dos sistemas estaduais e municipais de educação assegurarão que o atendimento dos alunos na escola de tempo integral possua infraestrutura adequada e pessoal qualificado, além do que, esse atendimento terá caráter obrigatório e será passível de avaliação em cada escola.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 38 A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende, também, aos espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas, conforme as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2002; Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008).

Art. 39 A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, oferecidas em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas e, para essas populações, estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar as suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico.

§ 1º As escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilingue, com vistas à afirmação e à manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão, e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Parecer CNE/CEB nº 14/99 e Resolução CNE/CEB nº 3/99).

§ 2º O detalhamento da Educação Escolar Quilombola deverá ser definido pelo Conselho Nacional de Educação por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas.

Art. 40 O atendimento escolar às populações do campo, povos indígenas e quilombolas requer respeito às suas peculiares condições de vida e a utilização de pedagogias condizentes com as suas formas próprias de produzir conhecimentos, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

§ 1º As escolas das populações do campo, dos povos indígenas e dos quilombolas, ao contar com a participação ativa das comunidades locais nas decisões referentes ao currículo, estarão ampliando as oportunidades de:

I – reconhecimento de seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas, como fundamentais para a constituição da identidade das crianças, adolescentes e adultos;

II – valorização dos saberes e do papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo, seu ambiente natural e cultural, assim como as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam;

III – reafirmação do pertencimento étnico, no caso das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, e do cultivo da língua materna na escola para estes últimos, como elementos importantes de construção da identidade;

IV – flexibilização, se necessário, do calendário escolar, das rotinas e atividades, tendo em conta as diferenças relativas às atividades econômicas e culturais, mantido o total de horas anuais obrigatórias no currículo;

V – superação das desigualdades sociais e escolares que afetam essas populações, tendo por garantia o direito à educação;

§ 2º Os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, indígenas e quilombolas devem contemplar a diversidade nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos e estéticos, de gênero, geração e etnia.

§ 3º As escolas que atendem a essas populações deverão ser devidamente providas pelos sistemas de ensino de materiais didáticos e educacionais que subsidiem o trabalho com a diversidade, bem como de recursos que assegurem aos alunos o acesso a outros bens culturais e lhes permitam estreitar o contato com outros modos de vida e outras formas de conhecimento.

§ 4º A participação das populações locais pode também subsidiar as redes escolares e os sistemas de ensino quanto à produção e à oferta de materiais escolares e no que diz respeito a transporte e a equipamentos que atendam as características ambientais e socioculturais das comunidades e as necessidades locais e regionais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 41 O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento.

Parágrafo único. Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

Art. 42 O atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial será promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes. Ele não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia (conforme Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009).

Parágrafo único. O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 43 Os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade própria, oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames, conforme estabelece o art. 37, § 1º, da Lei nº 9.394/96.

Art. 44 A Educação de Jovens e Adultos, voltada para a garantia de formação integral, da alfabetização às diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade, é pautada pela inclusão e pela qualidade social e requer:

I – um processo de gestão e financiamento que lhe assegure isonomia em relação ao Ensino Fundamental regular;

II – um modelo pedagógico próprio que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais;

III – a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação;

IV – uma política de formação permanente de seus professores;

V – maior alocação de recursos para que seja ministrada por docentes licenciados.

Art. 45 A idade mínima para o ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e para a realização de exames de conclusão de EJA será de 15 (quinze) anos completos (Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010).

Parágrafo único. Considerada a prioridade de atendimento à escolarização obrigatória, para que haja oferta capaz de contemplar o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos na faixa dos 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade/série, tanto na sequência do ensino regular, quanto em Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, torna-se necessário:

I – fazer a chamada ampliada dos estudantes em todas as modalidades do Ensino Fundamental;

II – apoiar as redes e os sistemas de ensino a estabelecerem política própria para o atendimento desses estudantes, que considere as suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho, inclusive com programas de aceleração da aprendizagem, quando necessário;

III – incentivar a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos períodos diurno e noturno, com avaliação em processo.

Art. 46 A oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, será presencial e a sua duração ficará a critério de cada sistema de ensino, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, tal como remete o Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 3/2010. Nos anos finais, ou seja, do 6º ano ao 9º ano, os cursos poderão ser presenciais ou a distância, devidamente credenciados, e terão 1.600 (mil e seiscentas) horas de duração.

Parágrafo único. Tendo em conta as situações, os perfis e as faixas etárias dos adolescentes, jovens e adultos, o projeto político-pedagógico da escola e o regime escolar viabilizarão um modelo pedagógico próprio para essa modalidade de ensino que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, assegurando:

I – a identificação e o reconhecimento das formas de aprender dos adolescentes, jovens e adultos e a valorização de seus conhecimentos e experiências;

II – a distribuição dos componentes curriculares de modo a proporcionar um patamar igualitário de formação, bem como a sua disposição adequada nos tempos e espaços educativos, em face das necessidades específicas dos estudantes.

Art. 47 A inserção de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, incluindo, além da avaliação do rendimento dos alunos, a aferição de indicadores institucionais das redes públicas e privadas, concorrerá para a universalização e a melhoria da qualidade do processo educativo.

A IMPLEMENTAÇÃO DESTAS DIRETRIZES: COMPROMISSO SOLIDÁRIO DOS SISTEMAS E REDES DE ENSINO

Art. 48 Tendo em vista a implementação destas Diretrizes, cabe aos sistemas e às redes de ensino prover:

I – os recursos necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas escolas e a distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;

II – a formação continuada dos professores e demais profissionais da escola em estreita articulação com as instituições responsáveis pela formação inicial, dispensando especiais esforços quanto à formação dos docentes das modalidades específicas do Ensino Fundamental e àqueles que trabalham nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;

III – a coordenação do processo de implementação do currículo, evitando a fragmentação dos projetos educativos no interior de uma mesma realidade educacional;

IV – o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e escolas e o suprimento das necessidades detectadas.

Art. 49 O Ministério da Educação, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidas pelos alunos em diferentes estágios do Ensino Fundamental (art. 9º, § 3º, desta Resolução).

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Ministério da Educação elaborar orientações e oferecer outros subsídios para a implementação destas Diretrizes.

Art. 50 A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 (*)

*Define Diretrizes Curriculares Nacionais
Gerais para a Educação Básica.*

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, nos artigos 36, 36-A, 36-B, 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, bem como no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 7/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de julho de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.

TÍTULO I
OBJETIVOS

Art. 2º Estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos:

I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencam.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

(*) Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

TÍTULO II REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Art. 4º As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de:

- I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e aos direitos;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 5º A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Art. 6º Na Educação Básica, é necessário considerar as dimensões do *educar* e do *cuidar*, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

TÍTULO III SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Art. 7º A concepção de educação deve orientar a institucionalização do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no contexto da estrutura federativa brasileira, em que convivem sistemas educacionais autônomos, para assegurar efetividade ao projeto da educação nacional, vencer a fragmentação das políticas públicas e superar a desarticulação institucional.

§ 1º Essa institucionalização é possibilitada por um Sistema Nacional de Educação, no qual cada ente federativo, com suas peculiares competências, é chamado a colaborar para transformar a Educação Básica em um sistema orgânico, sequencial e articulado.

§ 2º O que caracteriza um sistema é a atividade intencional e organicamente concebida, que se justifica pela realização de atividades voltadas para as mesmas finalidades ou para a concretização dos mesmos objetivos.

§ 3º O regime de colaboração entre os entes federados pressupõe o estabelecimento de regras de equivalência entre as funções distributiva, supletiva, normativa, de supervisão e avaliação da educação nacional, respeitada a autonomia dos sistemas e valorizadas as diferenças regionais.

TÍTULO IV ACESSO E PERMANÊNCIA PARA A CONQUISTA DA QUALIDADE SOCIAL

Art. 8º A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo.

Art. 9º A escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos:

I - revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela;

II - consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade;

III - foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes;

IV - inter-relação entre organização do currículo, do trabalho pedagógico e da jornada de trabalho do professor, tendo como objetivo a aprendizagem do estudante;

V - preparação dos profissionais da educação, gestores, professores, especialistas, técnicos, monitores e outros;

VI - compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade;

VII - integração dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias, dos agentes da comunidade interessados na educação;

VIII - valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração compatível com a jornada de trabalho definida no projeto político-pedagógico;

IX - realização de parceria com órgãos, tais como os de assistência social e desenvolvimento humano, cidadania, ciência e tecnologia, esporte, turismo, cultura e arte, saúde, meio ambiente.

Art. 10. A exigência legal de definição de padrões mínimos de qualidade da educação traduz a necessidade de reconhecer que a sua avaliação associa-se à ação planejada, coletivamente, pelos sujeitos da escola.

§ 1º O planejamento das ações coletivas exercidas pela escola supõe que os sujeitos tenham clareza quanto:

I - aos princípios e às finalidades da educação, além do reconhecimento e da análise dos dados indicados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou outros indicadores, que o complementem ou substituam;

II - à relevância de um projeto político-pedagógico concebido e assumido coletivamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural;

III - à riqueza da valorização das diferenças manifestadas pelos sujeitos do processo educativo, em seus diversos segmentos, respeitados o tempo e o contexto sociocultural;

IV - aos padrões mínimos de qualidade (Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQI);

§ 2º Para que se concretize a educação escolar, exige-se um padrão mínimo de insumos, que tem como base um investimento com valor calculado a partir das despesas essenciais ao desenvolvimento dos processos e procedimentos formativos, que levem, gradualmente, a uma educação integral, dotada de qualidade social:

I - creches e escolas que possuam condições de infraestrutura e adequados equipamentos;

II - professores qualificados com remuneração adequada e compatível com a de outros profissionais com igual nível de formação, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas em tempo integral em uma mesma escola;

III - definição de uma relação adequada entre o número de alunos por turma e por professor, que assegure aprendizagens relevantes;

IV - pessoal de apoio técnico e administrativo que responda às exigências do que se estabelece no projeto político-pedagógico.

TÍTULO V

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: CONCEITO, LIMITES, POSSIBILIDADES

Art. 11. A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País.

Parágrafo único. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, priviligia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas.

Art. 12. Cabe aos sistemas educacionais, em geral, definir o programa de escolas de tempo parcial diurno (matutino ou vespertino), tempo parcial noturno, e tempo integral (turno e contra-turno ou turno único com jornada escolar de 7 horas, no mínimo, durante todo o período letivo), tendo em vista a amplitude do papel socioeducativo atribuído ao conjunto orgânico da Educação Básica, o que requer outra organização e gestão do trabalho pedagógico.

§ 1º Deve-se ampliar a jornada escolar, em único ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens.

§ 2º A jornada em tempo integral com qualidade implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados.

§ 3º Os cursos em tempo parcial noturno devem estabelecer metodologia adequada às idades, à maturidade e à experiência de aprendizagens, para atenderem aos jovens e adultos em escolarização no tempo regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

CAPÍTULO I

FORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 13. O currículo, assumindo como referência os princípios educacionais garantidos à educação, assegurados no artigo 4º desta Resolução, configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.

§ 1º O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.

§ 2º Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os

conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos.

§ 3º A organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também, de modo flexível e variável, conforme cada projeto escolar, e assegurando:

I - concepção e organização do espaço curricular e físico que se imbriguem e alarguem, incluindo espaços, ambientes e equipamentos que não apenas as salas de aula da escola, mas, igualmente, os espaços de outras escolas e os socioculturais e esportivo-recreativos do entorno, da cidade e mesmo da região;

II - ampliação e diversificação dos tempos e espaços curriculares que pressuponham profissionais da educação dispostos a inventar e construir a escola de qualidade social, com responsabilidade compartilhada com as demais autoridades que respondem pela gestão dos órgãos do poder público, na busca de parcerias possíveis e necessárias, até porque educar é responsabilidade da família, do Estado e da sociedade;

III - escolha da abordagem didático-pedagógica disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar pela escola, que oriente o projeto político-pedagógico e resulte de pacto estabelecido entre os profissionais da escola, conselhos escolares e comunidade, subsidiando a organização da matriz curricular, a definição de eixos temáticos e a constituição de *redes de aprendizagem*;

IV - compreensão da matriz curricular entendida como propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional, de tal modo que os diferentes campos do conhecimento possam se coadunar com o conjunto de atividades educativas;

V - organização da matriz curricular entendida como alternativa operacional que embase a gestão do currículo escolar e represente subsídio para a gestão da escola (na organização do tempo e do espaço curricular, distribuição e controle do tempo dos trabalhos docentes), passo para uma gestão centrada na abordagem interdisciplinar, organizada por eixos temáticos, mediante interlocução entre os diferentes campos do conhecimento;

VI - entendimento de que eixos temáticos são uma forma de organizar o trabalho pedagógico, limitando a dispersão do conhecimento, fornecendo o cenário no qual se constroem objetos de estudo, propiciando a concretização da proposta pedagógica centrada na visão interdisciplinar, superando o isolamento das pessoas e a compartimentalização de conteúdos rígidos;

VII - estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez utilizando a linguagem digital e professores que dela ainda não se apropriaram;

VIII - constituição de rede de aprendizagem, entendida como um conjunto de ações didático-pedagógicas, com foco na aprendizagem e no gosto de aprender, subsidiada pela consciência de que o processo de comunicação entre estudantes e professores é efetivado por meio de práticas e recursos diversos;

IX - adoção de rede de aprendizagem, também, como ferramenta didático-pedagógica relevante nos programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, sendo que esta opção requer planejamento sistemático integrado estabelecido entre sistemas educativos ou conjunto de unidades escolares;

§ 4º A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas.

§ 5º A transversalidade difere da interdisciplinaridade e ambas complementam-se, rejeitando a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado.

§ 6º A transversalidade refere-se à dimensão didático-pedagógica, e a interdisciplinaridade, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento.

FORMAÇÃO BÁSICA COMUM E PARTE DIVERSIFICADA CAPÍTULO II

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

§ 1º Integram a base nacional comum nacional:

- a) a Língua Portuguesa;
- b) a Matemática;
- c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena,
- d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;
- e) a Educação Física;
- f) o Ensino Religioso.

§ 2º Tais componentes curriculares são organizados pelos sistemas educativos, em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.

§ 3º A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes, mas devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos.

Art. 15. A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola.

§ 1º A parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar.

§ 2º A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de relações.

§ 3º A língua espanhola, por força da Lei nº 11.161/2005, é obrigatoriamente ofertada no Ensino Médio, embora facultativa para o estudante, bem como possibilitada no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano.

Art. 16. Leis específicas, que complementam a LDB, determinam que sejam incluídos componentes não disciplinares, como temas relativos ao trânsito, ao meio ambiente e à condição e direitos do idoso.

Art. 17. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, destinar-se-ão, pelo menos, 20% do total da carga horária anual ao conjunto de programas e projetos interdisciplinares eletivos criados pela escola, previsto no projeto pedagógico, de modo que os estudantes do Ensino Fundamental e do Médio possam escolher aquele programa ou projeto com que se identifiquem e que lhes permitam melhor lidar com o conhecimento e a experiência.

§ 1º Tais programas e projetos devem ser desenvolvidos de modo dinâmico, criativo e flexível, em articulação com a comunidade em que a escola esteja inserida.

§ 2º A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas e eixos temáticos, passando todo o currículo e propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento.

TÍTULO VI ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 18. Na organização da Educação Básica, devem-se observar as Diretrizes Curriculares Nacionais comuns a todas as suas etapas, modalidades e orientações temáticas, respeitadas as suas especificidades e as dos sujeitos a que se destinam.

§ 1º As etapas e as modalidades do processo de escolarização estruturam-se de modo orgânico, sequencial e articulado, de maneira complexa, embora permanecendo individualizadas ao longo do percurso do estudante, apesar das mudanças por que passam:

I - a dimensão orgânica é atendida quando são observadas as especificidades e as diferenças de cada sistema educativo, sem perder o que lhes é comum: as semelhanças e as identidades que lhe são inerentes;

II - a dimensão sequencial compreende os processos educativos que acompanham as exigências de aprendizagens definidas em cada etapa do percurso formativo, contínuo e progressivo, da Educação Básica até a Educação Superior, constituindo-se em diferentes e insubstituíveis momentos da vida dos educandos;

III - a articulação das dimensões orgânica e sequencial das etapas e das modalidades da Educação Básica, e destas com a Educação Superior, implica ação coordenada e integradora do seu conjunto.

§ 2º A transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de *articulação* das dimensões orgânica e sequencial que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento.

Art. 19. Cada etapa é delimitada por sua finalidade, seus princípios, objetivos e diretrizes educacionais, fundamentando-se na inseparabilidade dos conceitos referenciais: *cuidar e educar*, pois esta é uma concepção norteadora do projeto político-pedagógico elaborado e executado pela comunidade educacional.

Art. 20. O respeito aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários é um princípio orientador de toda a ação educativa, sendo responsabilidade dos sistemas a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar.

CAPÍTULO I ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 21. São etapas correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional:

I - a Educação Infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos;

II - o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 (cinco) anos iniciais e a dos 4 (quatro) anos finais;

III - o Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Essas etapas e fases têm previsão de idades próprias, as quais, no entanto, são diversas quando se atenta para sujeitos com características que fogem à norma, como é o caso, entre outros:

- I - de atraso na matrícula e/ou no percurso escolar;
- II - de retenção, repetência e retorno de quem havia abandonado os estudos;
- III - de portadores de deficiência limitadora;
- IV - de jovens e adultos sem escolarização ou com esta incompleta;
- V - de habitantes de zonas rurais;
- VI - de indígenas e quilombolas;
- VII - de adolescentes em regime de acolhimento ou internação, jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

Seção I Educação Infantil

Art. 22. A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade.

§ 1º As crianças provêm de diferentes e singulares contextos socioculturais, socioeconômicos e étnicos, por isso devem ter a oportunidade de ser acolhidas e respeitadas pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade.

§ 2º Para as crianças, independentemente das diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais, linguísticas, étnico-raciais, socioeconômicas, de origem, de religião, entre outras, as relações sociais e intersubjetivas no espaço escolar requerem a atenção intensiva dos profissionais da educação, durante o tempo de desenvolvimento das atividades que lhes são peculiares, pois este é o momento em que a curiosidade deve ser estimulada, a partir da brincadeira orientada pelos profissionais da educação.

§ 3º Os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar-se na Educação Infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo da Educação Básica.

§ 4º Os sistemas educativos devem enviar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de Educação Infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos.

§ 5º A gestão da convivência e as situações em que se torna necessária a solução de problemas individuais e coletivos pelas crianças devem ser previamente programadas, com foco nas motivações estimuladas e orientadas pelos professores e demais profissionais da educação e outros de áreas pertinentes, respeitados os limites e as potencialidades de cada criança e os vínculos desta com a família ou com o seu responsável direto.

Seção II Ensino Fundamental

Art. 23. O Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração, de matrícula obrigatória para as crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade, tem duas fases seguintes com características próprias, chamadas de anos iniciais, com 5 (cinco) anos de duração, em regra

para estudantes de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade; e anos finais, com 4 (quatro) anos de duração, para os de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos.

Parágrafo único. No Ensino Fundamental, acolher significa também *cuidar e educar*, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares, para que o estudante desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua cidade ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem ainda sentir-se como produtor valorizado desses bens.

Art. 24. Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo, mediante:

- I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos;
- III - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- IV - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- V - fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

Art. 25. Os sistemas estaduais e municipais devem estabelecer especial forma de colaboração visando à oferta do Ensino Fundamental e à articulação sequente entre a primeira fase, no geral assumida pelo Município, e a segunda, pelo Estado, para evitar obstáculos ao acesso de estudantes que se transifram de uma rede para outra para completar esta escolaridade obrigatória, garantindo a organicidade e a totalidade do processo formativo do escolar.

Seção III Ensino Médio

Art. 26. O Ensino Médio, etapa final do processo formativo da Educação Básica, é orientado por princípios e finalidades que preveem:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para a cidadania e o trabalho, tomado este como princípio educativo, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;
- III - o desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e estética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea, relacionando a teoria com a prática.

§ 1º O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

§ 2º A definição e a gestão do currículo inscrevem-se em uma lógica que se dirige aos jovens, considerando suas singularidades, que se situam em um tempo determinado.

§ 3º Os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que

atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica.

CAPÍTULO II MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 27. A cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação a Distância.

Seção I

Educação de Jovens e Adultos

Art. 28. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

§ 1º Cabe aos sistemas educativos viabilizar a oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos, exames, ações integradas e complementares entre si, estruturados em um projeto pedagógico próprio.

§ 2º Os cursos de EJA, preferencialmente tendo a Educação Profissional articulada com a Educação Básica, devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja(m):

- I - rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;
- II - providos o suporte e a atenção individuais às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;
- III - valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;
- IV - desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;
- V - promovida a motivação e a orientação permanente dos estudantes, visando maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho;
- VI - realizada, sistematicamente, a formação continuada, destinada, especificamente, aos educadores de jovens e adultos.

Seção II

Educação Especial

Art. 29. A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar.

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

§ 2º Os sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE deve identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar e orientar sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes.

§ 3º Na organização desta modalidade, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais:

- I - o pleno acesso e a efetiva participação dos estudantes no ensino regular;
- II - a oferta do atendimento educacional especializado;
- III - a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas;
- IV - a participação da comunidade escolar;
- V - a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes;
- VI - a articulação das políticas públicas intersetoriais.

Seção III Educação Profissional e Tecnológica

Art. 30. A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância.

Art. 31. Como modalidade da Educação Básica, a Educação Profissional e Tecnológica ocorre na oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e nos de Educação Profissional Técnica de nível médio.

Art. 32. A Educação Profissional Técnica de nível médio é desenvolvida nas seguintes formas:

- I - articulada com o Ensino Médio, sob duas formas:
 - a) integrada, na mesma instituição; ou
 - b) concomitante, na mesma ou em distintas instituições;
- II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
- § 1º Os cursos articulados com o Ensino Médio, organizados na forma integrada, são cursos de matrícula única, que conduzem os educandos à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica.
- § 2º Os cursos técnicos articulados com o Ensino Médio, ofertados na forma concomitante, com dupla matrícula e dupla certificação, podem ocorrer:
 - I - na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - II - em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - III - em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, com planejamento e desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

§ 3º São admitidas, nos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, a organização e a estruturação em etapas que possibilitem qualificação profissional intermediária.

§ 4º A Educação Profissional e Tecnológica pode ser desenvolvida por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de

trabalho, incluindo os programas e cursos de aprendizagem, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 33. A organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica por eixo tecnológico fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos.

Art. 34. Os conhecimentos e as habilidades adquiridos tanto nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, como os adquiridos na prática laboral pelos trabalhadores, podem ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Seção IV Educação Básica do Campo

Art. 35. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Art. 36. A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante.

Seção V Educação Escolar Indígena

Art. 37. A Educação Escolar Indígena ocorre em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas, as quais têm uma realidade singular, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas indígenas, é reconhecida a sua condição de possuidores de normas e ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilingue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Art. 38. Na organização de escola indígena, deve ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

- I - suas estruturas sociais;
- II - suas práticas socioculturais e religiosas;

III - suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;

IV - suas atividades econômicas;

V - edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas;

VI - uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena.

Seção VI

Educação a Distância

Art. 39. A modalidade Educação a Distância caracteriza-se pela mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem que ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Art. 40. O credenciamento para a oferta de cursos e programas de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional Técnica de nível médio e Tecnológica, na modalidade a distância, compete aos sistemas estaduais de ensino, atendidas a regulamentação federal e as normas complementares desses sistemas.

Seção VII

Educação Escolar Quilombola

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem com nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural.

TÍTULO VII

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 42. São elementos constitutivos para a operacionalização destas Diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.

CAPÍTULO I

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O REGIMENTO ESCOLAR

Art. 43. O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

§ 1º A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.

§ 2º Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.

§ 3º A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

Art. 44. O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultural-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo dados referentes ao IDEB e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional.

Art. 45. O regimento escolar, discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em um dos instrumentos de execução do projeto político-pedagógico, com transparência e responsabilidade.

Parágrafo único. O regimento escolar trata da natureza e da finalidade da instituição, da relação da gestão democrática com os órgãos colegiados, das atribuições de seus órgãos e sujeitos, das suas normas pedagógicas, incluindo os critérios de acesso, promoção, mobilidade do estudante, dos direitos e deveres dos seus sujeitos: estudantes, professores, técnicos e funcionários, gestores, famílias, representação estudantil e função das suas instâncias colegiadas.

AVALIAÇÃO

Art. 46. A avaliação no ambiente educacional compreende 3 (três) dimensões básicas:

- I - avaliação da aprendizagem;
- II - avaliação institucional interna e externa;
- III - avaliação de redes de Educação Básica.

Seção I

Avaliação da aprendizagem

Art. 47. A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

§ 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual.

§ 2º Em nível operacional, a avaliação da aprendizagem tem, como referência, o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas, bem assim no projeto político-pedagógico da escola.

§ 3º A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental.

§ 4º A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas.

Seção II

Promoção, aceleração de estudos e classificação

Art. 48. A promoção e a classificação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio podem ser utilizadas em qualquer ano, série, ciclo, módulo ou outra unidade de percurso adotada, exceto na primeira do Ensino Fundamental, alicercando-se na orientação de que a avaliação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

I - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

II - possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar;

III - possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

IV - aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

V - oferta obrigatória de apoio pedagógico destinado à recuperação contínua e concomitante de aprendizagem de estudantes com déficit de rendimento escolar, a ser previsto no regimento escolar.

Art. 49. A aceleração de estudos destina-se a estudantes com atraso escolar, àqueles que, por algum motivo, encontram-se em descompasso de idade, por razões como ingresso tardio, retenção, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem ou outras.

Art. 50. A progressão pode ser regular ou parcial, sendo que esta deve preservar a sequência do currículo e observar as normas do respectivo sistema de ensino, requerendo o redesenho da organização das ações pedagógicas, com previsão de horário de trabalho e espaço de atuação para professor e estudante, com conjunto próprio de recursos didático-pedagógicos.

Art. 51. As escolas que utilizam organização por série podem adotar, no Ensino Fundamental, sem prejuízo da avaliação do processo ensino-aprendizagem, diversas formas de progressão, inclusive a de progressão continuada, jamais entendida como promoção automática, o que supõe tratar o conhecimento como processo e vivência que não se harmoniza com a ideia de interrupção, mas sim de construção, em que o estudante, enquanto sujeito da ação, está em processo contínuo de formação, construindo significados.

Seção III Avaliação institucional

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político-pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Seção IV Avaliação de redes de Educação Básica

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

CAPÍTULO III GESTÃO DEMOCRÁTICA E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

Art. 54. É pressuposto da organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola conceber a organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e procedimentos que viabilizam o trabalho expresso no projeto político-pedagógico e em planos da escola, em que se conformam as condições de trabalho definidas pelas instâncias colegiadas.

§ 1º As instituições, respeitadas as normas legais e as do seu sistema de ensino, têm incumbências complexas e abrangentes, que exigem outra concepção de organização do trabalho pedagógico, como distribuição da carga horária, remuneração, estratégias claramente definidas para a ação didático-pedagógica coletiva que inclua a pesquisa, a criação de novas abordagens e práticas metodológicas, incluindo a produção de recursos didáticos adequados às condições da escola e da comunidade em que esteja ela inserida.

§ 2º É obrigatória a gestão democrática no ensino público e prevista, em geral, para todas as instituições de ensino, o que implica decisões coletivas que pressupõem a participação da comunidade escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação.

§ 3º No exercício da gestão democrática, a escola deve se empenhar para constituir-se em espaço das diferenças e da pluralidade, inscrita na diversidade do processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, cuja meta é a de se fundamentar em princípio educativo emancipador, expresso na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Art. 55. A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da e na escola mediante:

I - a compreensão da globalidade da pessoa, enquanto ser que aprende, que sonha e ousa, em busca de uma convivência social libertadora fundamentada na ética cidadã;

II - a superação dos processos e procedimentos burocráticos, assumindo com pertinência e relevância: os planos pedagógicos, os objetivos institucionais e educacionais, e as atividades de avaliação contínua;

III - a prática em que os sujeitos constitutivos da comunidade educacional discutam a própria práxis pedagógica impregnando-a de entusiasmo e de compromisso com a sua própria comunidade, valorizando-a, situando-a no contexto das relações sociais e buscando soluções conjuntas;

IV - a construção de relações interpessoais solidárias, geridas de tal modo que os professores se sintam estimulados a conhecer melhor os seus pares (colegas de trabalho, estudantes, famílias), a expor as suas ideias, a traduzir as suas dificuldades e expectativas pessoais e profissionais;

V - a instauração de relações entre os estudantes, proporcionando-lhes espaços de convivência e situações de aprendizagem, por meio dos quais aprendam a se compreender e se organizar em equipes de estudos e de práticas esportivas, artísticas e políticas;

VI - a presença articuladora e mobilizadora do gestor no cotidiano da escola e nos espaços com os quais a escola interage, em busca da qualidade social das aprendizagens que lhe caiba desenvolver, com transparência e responsabilidade.

CAPÍTULO IV O PROFESSOR E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Art. 56. A tarefa de cuidar e educar, que a fundamentação da ação docente e os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação instauram, reflete-se na eleição de um ou outro método de aprendizagem, a partir do qual é determinado o perfil de docente para a Educação Básica, em atendimento às dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas.

§ 1º Para a formação inicial e continuada, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, deverão incluir em seus currículos e programas:

- a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- b) a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- c) a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino;
- d) a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto político-pedagógico, mediante trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

§ 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor.

§ 2º Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário:

- a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;
- b) trabalhar cooperativamente em equipe;
- c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa;
- d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.

Art. 58. A formação inicial, nos cursos de licenciatura, não esgota o desenvolvimento dos conhecimentos, saberes e habilidades referidas, razão pela qual um programa de formação continuada dos profissionais da educação será contemplado no projeto político-pedagógico.

Art. 59. Os sistemas educativos devem instituir orientações para que o projeto de formação dos profissionais preveja:

- a) a consolidação da identidade dos profissionais da educação, nas suas relações com a escola e com o estudante;
- b) a criação de incentivos para o resgate da imagem social do professor, assim como da autonomia docente tanto individual como coletiva;
- c) a definição de indicadores de qualidade social da educação escolar, a fim de que as agências formadoras de profissionais da educação revejam os projetos dos cursos de formação inicial e continuada de docentes, de modo que correspondam às exigências de um projeto de Nação.

Art. 60. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 26 DE JUNHO DE 1998 ⁽¹⁾ ^(**)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no art. 9º § 1º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 26, 35 e 36 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e tendo em vista o Parecer CEB/CNE 15/98, homologado pelo Senhor Ministro da Educação e do Desporto em 25 de junho de 1998, e que a esta se integra,

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, estabelecidas nesta Resolução, se constituem num conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho.

Art. 2º A organização curricular de cada escola será orientada pelos valores apresentados na Lei 9.394, a saber:

- I - os fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - os que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.

Art. 3º Para observância dos valores mencionados no artigo anterior, a prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de política educacional, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de ensino aprendizagem e os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes com princípios estéticos, políticos e éticos, abrangendo:

I - a Estética da Sensibilidade, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade, bem como facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável.

II - a Política da Igualdade, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando à constituição de identidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do Estado de Direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano.

⁽¹⁾ Publicada no D.O.U. de 5/8/98 - Seção I – p. 21

^(**) Ver Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de fevereiro de 2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004

III - a Ética da Identidade, buscando superar dicotomias entre o mundo da moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores de seu tempo, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade, da responsabilidade e da reciprocidade como orientadoras de seus atos na vida profissional, social, civil e pessoal.

Art. 4º As propostas pedagógicas das escolas e os currículos constantes dessas propostas incluirão competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos, previstas pelas finalidades do ensino médio estabelecidas pela lei:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;

II - constituição de significados socialmente construídos e reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural, sobre a realidade social e política;

III - compreensão do significado das ciências, das letras e das artes e do processo de transformação da sociedade e da cultura, em especial as do Brasil, de modo a possuir as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e do trabalho;

IV - domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

V - competência no uso da língua portuguesa, das línguas estrangeiras e outras linguagens contemporâneas como instrumentos de comunicação e como processos de constituição de conhecimento e de exercício de cidadania.

Art. 5º Para cumprir as finalidades do ensino médio previstas pela lei, as escolas organizarão seus currículos de modo a:

I - ter presente que os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências cognitivas ou sociais, priorizando-as sobre as informações;

II - ter presente que as linguagens são indispensáveis para a constituição de conhecimentos e competências;

III - adotar metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a reconstrução do conhecimento e mobilizem o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas superiores;

IV - reconhecer que as situações de aprendizagem provocam também sentimentos e requerem trabalhar a afetividade do aluno.

Art. 6º Os princípios pedagógicos da Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização, serão adotados como estruturadores dos currículos do ensino médio.

Art. 7º Na observância da Identidade, Diversidade e Autonomia, os sistemas de ensino e as escolas, na busca da melhor adequação possível às necessidades dos alunos e do meio social:

I - desenvolverão, mediante a institucionalização de mecanismos de participação da comunidade, alternativas de organização institucional que possibilitem:

a) identidade própria enquanto instituições de ensino de adolescentes, jovens e adultos, respeitadas as suas condições e necessidades de espaço e tempo de aprendizagem;

b) uso das várias possibilidades pedagógicas de organização, inclusive espaciais e temporais;

c) articulações e parcerias entre instituições públicas e privadas, contemplando a preparação geral para o trabalho, admitida a organização integrada dos anos finais do ensino fundamental com o ensino médio;

II - fomentarão a diversificação de programas ou tipos de estudo disponíveis, estimulando alternativas, a partir de uma base comum, de acordo com as características do alunado e as demandas do meio social, admitidas as opções feitas pelos próprios alunos, sempre que viáveis técnica e financeiramente;

III - instituirão sistemas de avaliação e/ou utilizarão os sistemas de avaliação operados pelo Ministério da Educação e do Desporto, a fim de acompanhar os resultados da diversificação, tendo como referência as competências básicas a serem alcançadas, a legislação do ensino, estas diretrizes e as propostas pedagógicas das escolas;

IV - criarão os mecanismos necessários ao fomento e fortalecimento da capacidade de formular e executar propostas pedagógicas escolares características do exercício da autonomia;

IV - criarão mecanismos que garantam liberdade e responsabilidade das instituições escolares na formulação de sua proposta pedagógica, e evitam que as instâncias centrais dos sistemas de ensino burocratizem e ritualizem o que, no espírito da lei, deve ser expressão de iniciativa das escolas, com protagonismo de todos os elementos diretamente interessados, em especial dos professores;

V - instituirão mecanismos e procedimentos de avaliação de processos e produtos, de divulgação dos resultados e de prestação de contas, visando desenvolver a cultura da responsabilidade pelos resultados e utilizando os resultados para orientar ações de compensação de desigualdades que possam resultar do exercício da autonomia.

Art. 8º Na observância da Interdisciplinaridade as escolas terão presente que:

I - a Interdisciplinaridade, nas suas mais variadas formas, partirá do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos;

II - o ensino deve ir além da descrição e procurar constituir nos alunos a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir, objetivos que são mais facilmente alcançáveis se as disciplinas, integradas em áreas de conhecimento, puderem contribuir, cada uma com sua especificidade, para o estudo comum de problemas concretos, ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou de ação;

III - as disciplinas escolares são recortes das áreas de conhecimentos que representam, carregam sempre um grau de arbitrariedade e não esgotam isoladamente a realidade dos fatos físicos e sociais, devendo buscar entre si interações que permitam aos alunos a compreensão mais ampla da realidade;

IV - a aprendizagem é decisiva para o desenvolvimento dos alunos, e por esta razão as disciplinas devem ser didaticamente solidárias para atingir esse objetivo, de modo que disciplinas diferentes estimulem competências comuns, e cada disciplina contribua para a constituição de diferentes capacidades, sendo indispensável buscar a complementaridade entre as disciplinas a fim de facilitar aos alunos um desenvolvimento intelectual, social e afetivo mais completo e integrado;

V - a característica do ensino escolar, tal como indicada no inciso anterior, amplia significativamente a responsabilidade da escola para a constituição de identidades que integram conhecimentos, competências e valores que permitam o exercício pleno da cidadania e a inserção flexível no mundo do trabalho.

Art. 9º Na observância da Contextualização as escolas terão presente que:

I - na situação de ensino e aprendizagem, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, e por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou a experiência do aluno a fim de adquirir significado;

II - a relação entre teoria e prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania;

III - a aplicação de conhecimentos constituídos na escola às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão.

Art. 10 A base nacional comum dos currículos do ensino médio será organizada em áreas de conhecimento, a saber:

I - Línguas, Códigos e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

a) Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes línguas como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

b) Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes línguas e suas manifestações específicas.

c) Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das línguas, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

d) Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

e) Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.

f) Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às línguas que lhes dão suporte e aos problemas que se propõem solucionar.

g) Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, línguas e códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais tecnologias.

h) Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

i) Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

II - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, objetivando a constituição de habilidades e competências que permitam ao educando:

a) Compreender as ciências como construções humanas, entendendo como elas se desenvolvem por acumulação, continuidade ou ruptura de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.

b) Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das ciências naturais.

c) Identificar variáveis relevantes e selecionar os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos ou experimentos científicos e tecnológicos.

d) Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades.

- e) Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas, realizando previsão de tendências, extrapolações e interpolações e interpretações.
- f) Analisar qualitativamente dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente relacionados a contextos sócio-econômicos, científicos ou cotidianos
- g) Apropriar-se dos conhecimentos da física, da química e da biologia e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural.
- h) Identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade.
- i) Entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.
- j) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências naturais na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- l) Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.
- m) Compreender conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas e aplicá-las a situações diversas no contexto das ciências, da tecnologia e das atividades cotidianas.
- III - Ciências Humanas e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:
- a) Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros.
- b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nelas intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.
- c) Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.
- d) Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos.
- e) Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural.
- f) Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver.
- g) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.
- h) Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe.
- i) Aplicar as tecnologias das ciências humanas e sociais na escola, no trabalho e outros contextos relevantes para sua vida.

§ 1º A base nacional comum dos currículos do ensino médio deverá contemplar as três áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a interdisciplinaridade e a contextualização.

§ 2º As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para:

- a) Educação Física e Arte, como componentes curriculares obrigatórios;
- b) Conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Artigo 11 Na base nacional comum e na parte diversificada será observado que:

I - as definições doutrinárias sobre os fundamentos axiológicos e os princípios pedagógicos que integram as DCNEM aplicar-se-ão a ambas:

II - a parte diversificada deverá ser organicamente integrada com a base nacional comum, por contextualização e por complementação, diversificação, enriquecimento, desdobramento, entre outras formas de integração:

III - a base nacional comum deverá compreender, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do tempo mínimo de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, estabelecido pela Lei como carga horária para o ensino médio;

IV - além da carga mínima de 2.400 horas, as escolas terão, em suas propostas pedagógicas, liberdade de organização curricular, independentemente de distinção entre base nacional comum e parte diversificada:

V - a língua estrangeira moderna, tanto a obrigatória quanto as optativas, serão incluídas no cômputo da carga horária da parte diversificada.

Artigo 12 Não haverá dissociação entre a formação geral e a preparação básica para o trabalho, nem esta última se confundirá com a formação profissional.

§ 1º A preparação básica para o trabalho deverá estar presente tanto na base nacional comum como na parte diversificada.

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, poderá preparar para o exercício de profissões técnicas, por articulação com a educação profissional, mantida a independência entre os cursos.

Artigo 13 Estudos concluídos no ensino médio, tanto da base nacional comum quanto da parte diversificada, poderão ser aproveitados para a obtenção de uma habilitação profissional, em cursos realizados concomitante ou sequencialmente, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo mínimo legalmente estabelecido como carga horária para o ensino médio.

Parágrafo único. Estudos estritamente profissionalizantes, independentemente de serem feitos na mesma escola ou em outra escola ou instituição, de forma concomitante ou posterior ao ensino médio, deverão ser realizados em carga horária adicional às 2.400 horas (duas mil e quatrocentas) horas mínimas previstas na lei.

Artigo 14 Caberá, respectivamente, aos órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino o estabelecimento de normas complementares e políticas educacionais, considerando as peculiaridades regionais ou locais, observadas as disposições destas diretrizes.

Parágrafo único. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino deverão regulamentar o aproveitamento de estudos realizados e de conhecimentos constituídos tanto na experiência escolar como na extra-escolar.

Artigo 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente da Câmara de Educação Básica



Presidência da República

Legislação Educacional



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.525, DE 25 DE SETEMBRO DE 2007.

Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 32.....

.....

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de setembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2007



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.161, DE 5 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre o ensino da língua espanhola.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.

§ 2º É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos.

Art. 3º Os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.

Art. 4º A rede privada poderá tornar disponível esta oferta por meio de diferentes estratégias que incluam desde aulas convencionais no horário normal dos alunos até a matrícula em cursos e Centro de Estudos de Língua Moderna.

Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada.

Art. 6º A União, no âmbito da política nacional de educação, estimulará e apoiará os sistemas estaduais e do Distrito Federal na execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de agosto de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.8.2005.



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.472, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011.

Vigência

Acréscencia § 6º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 32.
.....

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 1º de setembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 2.9.2011



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.769, DE 18 DE AGOSTO DE 2008.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 26.

.....

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (NR)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.8.2008



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008.

Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 36.

.....

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

§ 1º

.....

III – (revogado).

.....” (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso III do § 1º do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Ferrando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.6.2008



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

[LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.](#)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26

.....

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
 - II – maior de trinta anos de idade;
 - III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
 - IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
 - V – (VETADO)
 - VI – que tenha prole.
-" (NR)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no ano letivo seguinte à data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 2.12.2003



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

[Mensagem de veto](#)

[Vigência](#)

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

[Texto compilado](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;
- IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;
- VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda. [\(Incluído pela Lei nº 11.765, de 2008\).](#)

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela

adotados.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

TÍTULO II

Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I

Do Direito à Vida

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

CAPÍTULO II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II – opinião e expressão;
- III – crença e culto religioso;
- IV – prática de esportes e de diversões;
- V – participação na vida familiar e comunitária;
- VI – participação na vida política, na forma da lei;
- VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

CAPÍTULO III

Dos Alimentos

Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

~~Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.~~

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. [\[Redação dada pela Lei nº 11.737, de 2008\]](#)

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

CAPÍTULO IV Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- I – cadastramento da população idosa em base territorial;
- II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;
- III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;
- IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;
- V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Art. 17. Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:

- I – pelo curador, quando o idoso for interditado;
- II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;
- III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;
- IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

~~Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos:~~

- I – autoridade policial;
- II – Ministério Público;
- III – Conselho Municipal do Idoso;
- IV – Conselho Estadual do Idoso;
- V – Conselho Nacional do Idoso.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. (Incluído pela Lei nº 12.461, de 2011)

§ 2º Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista no **caput** deste artigo, o disposto na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Incluído pela Lei nº 12.461, de 2011)

CAPÍTULO V Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

CAPÍTULO VI Da Profissionalização e do Trabalho

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

- I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;
- II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;
- III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

CAPÍTULO VII Da Previdência Social

Art. 29. Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados na mesma data de reajuste do salário-mínimo, **pro rata**, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os critérios estabelecidos pela [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#).

Art. 30. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.

Parágrafo único. O cálculo do valor do benefício previsto no **caput** observará o disposto no [caput](#) e [§ 2º do art. 3º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999](#), ou, não havendo salários-de-contribuição recolhidos a partir da competência de julho de 1994, o disposto no [art. 35 da Lei nº 8.213, de 1991](#).

Art. 31. O pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Art. 32. O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

CAPÍTULO VIII Da Assistência Social

Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do **caput** não será computado para os fins do cálculo da renda familiar **per capita** a que se refere a Loas.

Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de

participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 36. O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais. [\(Vigência\)](#)

CAPÍTULO IX Da Habitação

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

— ~~reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;~~

I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos; [\(Redação dada pela Lei nº 12.418, de 2011\)](#)

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo. [\(Incluído pela Lei nº 12.419, de 2011\)](#)

CAPÍTULO X Do Transporte

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no **caput** deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: [\(Regulamento\)](#)

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamento públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

TÍTULO III

Das Medidas de Proteção

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
- III – em razão de sua condição pessoal.

CAPÍTULO II

Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 44. As medidas de proteção ao idoso previstas nesta Lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;
- IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas ilícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;
- V – abrigo em entidade;
- VI – abrigo temporário.

TÍTULO IV

Da Política de Atendimento ao Idoso

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

- I – políticas sociais básicas, previstas na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#);
- II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;
- III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;
- V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;

VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

CAPÍTULO II Das Entidades de Atendimento ao Idoso

Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a [Lei nº 8.842, de 1994](#).

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

- I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II – apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;
- III – estar regularmente constituída;
- IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V – observância dos direitos e garantias dos idosos;
- VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento:

- I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;
- II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;
- III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;
- IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;

- V – oferecer atendimento personalizado;
- VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;
- VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;
- VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;
- IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;
- X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas;
- XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;
- XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;
- XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
- XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
- XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.

Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.

CAPÍTULO III Da Fiscalização das Entidades de Atendimento

Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

Art. 53. O art. 7º da [Lei nº 8.842, de 1994](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º. Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas." (NR)

Art. 54. Será dada publicidade das prestações de contas dos recursos públicos e privados recebidos pelas entidades de atendimento.

Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

- I – as entidades governamentais:
 - a) advertência;
 - b) afastamento provisório de seus dirigentes;
 - c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
 - d) fechamento de unidade ou interdição de programa;

II – as entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa;
- e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

§ 2º A suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas ocorrerá quando verificada a má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos.

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o idoso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

CAPÍTULO IV Das Infrações Administrativas

Art. 56. Deixar a entidade de atendimento de cumprir as determinações do [art. 50 desta Lei](#):

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), se o fato não for caracterizado como crime, podendo haver a interdição do estabelecimento até que sejam cumpridas as exigências legais.

Parágrafo único. No caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, os idosos abrigados serão transferidos para outra instituição, a expensas do estabelecimento interditado, enquanto durar a interdição.

Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso.

CAPÍTULO V Da Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção ao Idoso

Art. 59. Os valores monetários expressos no Capítulo IV serão atualizados anualmente, na forma da lei.

Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

§ 1º No procedimento iniciado com o auto de infração poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, ou este será lavrado dentro

de 24 (vinte e quatro) horas, por motivo justificado.

Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação, que será feita:

- I – pelo autuante, no instrumento de autuação, quando for lavrado na presença do infrator;
- II – por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 62. Havendo risco para a vida ou à saúde do idoso, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

Art. 63. Nos casos em que não houver risco para a vida ou a saúde da pessoa idosa abrigada, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

CAPÍTULO VI

Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento

Art. 64. Aplicam-se, subsidiariamente, ao procedimento administrativo de que trata este Capítulo as disposições das [Leis nºs 6.437, de 20 de agosto de 1977](#), e [9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

Art. 65. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental de atendimento ao idoso terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.

Art. 66. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminamente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso, mediante decisão fundamentada.

Art. 67. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 68. Apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do art. 69 ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas.

§ 1º Salvo manifestação em audiência, as partes e o Ministério Público terão 5 (cinco) dias para oferecer alegações finais, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

§ 2º Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder à substituição.

§ 3º Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento do mérito.

§ 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.

TÍTULO V Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 69. Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste Capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta Lei.

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

CAPÍTULO II Do Ministério Público

Art. 72. (VETADO)

Art. 73. As funções do Ministério Público, previstas nesta Lei, serão exercidas nos termos da respectiva Lei Orgânica.

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

III – atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta Lei;

IV – promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

V – instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo:

a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;

VI – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso;

VII – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

VIII – inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

IX – requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições;

X – referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuser a lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e atribuições do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

Art. 75. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

Art. 76. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 77. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

CAPÍTULO III Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 78. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

- I – acesso às ações e serviços de saúde;
- II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;
- III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infecto-contagiosa;
- IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos em lei.

Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente:

- I – o Ministério Público;
- II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III – a Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

Art. 82. Para defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

Parágrafo único. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandato de segurança.

Art. 83. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, na forma do [art. 273 do Código de Processo Civil](#).

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do § 1º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.

Art. 84. Os valores das multas previstas nesta Lei reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.

Parágrafo único. As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

Art. 85. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 86. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

Art. 88. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único. Não se imporá sucumbência ao Ministério Público.

Art. 89. Qualquer pessoa poderá, e o servidor deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 91. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 92. O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de peças informativas, determinará o seu arquivamento, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer

em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público ou por Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

§ 4º Deixando o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, será designado outro membro do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

TÍTULO VI Dos Crimes

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 93. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#).

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na [Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#), e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. [\(Vide ADI 3.096-5 - STF\)](#)

CAPÍTULO II Dos Crimes em Espécie

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os [arts. 181 e 182 do Código Penal](#).

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa:

- I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;
- II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;
- III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;
- IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;
- V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 107. Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 108. Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 109. Impedir ou embarçar ato do representante do Ministério Público ou de qualquer outro agente fiscalizador:

 Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 110. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

 "Art. 61.

 II -

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

 " (NR)

 "Art. 121.

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

 " (NR)

 "Art. 133.

 § 3º

III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

 "Art. 140.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

 (NR)

 "Art. 141.

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

 " (NR)

 "Art. 148.

.....
§ 1º.....

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.

....." (NR)

"Art. 159.....

.....

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

....." (NR)

"Art. 183.....

.....

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

....." (NR)

Art. 111. O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 21.....

.....

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

Art. 112. O inciso II do § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

§ 4º.....

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

....." (NR)

Art. 113. O inciso III do art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.....

.....

III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação:

....." (NR)

Art. 114. O [art 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"[Art. 1º](#) As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei." (NR)

Art. 115. O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso.

Art. 116. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País.

Art. 117. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei revendo os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, de forma a garantir que o acesso ao direito seja condizente com o estágio de desenvolvimento sócio-econômico alcançado pelo País.

Art. 118. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no **caput** do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Rubem Fonseca Filho

Humberto Sérgio Costa Lima

Guido Mantega

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Benedita Souza da Silva Sampaio

Alvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 3.10.2003



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.

[Mensagem de Veto](#)

[Regulamento](#)

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei:

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

- I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;
- III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;
- IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;
- VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15. São atribuições do órgão gestor:

- I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;
- II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;
- III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definição diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17. A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

- I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;
- II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;
- III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado

pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o *caput* deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18. [VETADO](#)

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178^o da Independência e 111^o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

José Sarney Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.4.1999



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

[LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997.](#)

Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O [art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.7.1997



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Vide Lei nº 12.061, de 2009

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
 - II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
 - II - universalização do ensino médio gratuito; ~~(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)~~
 - III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
 - b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
 - c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
- X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).
- Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.
- § 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:
- I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;
- Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- § 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de

2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.~~

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

~~VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio;~~

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. [\(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003\)](#)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a

atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola. (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

- II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

- I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;
- II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;
- III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: [\(Regulamento\)](#)

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: [\(Regulamento\)](#)

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

~~II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~

~~II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; [\(Redação dada pela Lei nº 11.183, de 2005\)](#)~~

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; [\(Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009\)](#)

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

~~Art. 26. Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.~~

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. [\[Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\]](#)

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

~~§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.~~

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. [\[Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010\]](#)

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. [\[Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12-12-2004\]](#)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno. [\[Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\]](#)

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; [\[Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\]](#)
- II – maior de trinta anos de idade; [\[Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\]](#)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; [\[Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\]](#)

IV – amparado pelo [Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969](#); [\[Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\]](#)

V – [\(VETADO\)](#) [\[Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\]](#)

VI – que tenha prole. [\[Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\]](#)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. [\[Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008\]](#)

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a

educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. [\(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012\)](#)

~~Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

~~§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

~~§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

~~§ 3º [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\)](#).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\)](#).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\)](#).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;
- IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

~~Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.~~

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
 - ~~II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade;~~
 - II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)
- Art. 31. ~~Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.~~
[Lei nº 12.796, de 2013](#)
- I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)
 - II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)
 - III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)
 - IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)
 - V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

Seção III

Do Ensino Fundamental

Art. 32. ~~O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- § 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
- § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
- § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da

aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a [Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990](#), que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. [\(Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007\).](#)

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. [\(Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011\).](#)

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~

~~II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. [\(Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997\)](#)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. "

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Lei. § 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta

Lei. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008\)](#)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. [\(Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008\)](#)

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

~~§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. [\(Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)~~

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I - articulada com o ensino médio; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se

matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Da Educação Profissional e Tecnológica
[\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

~~Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. [\(Regulamento\)](#)~~

~~Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.~~

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II – de educação profissional técnica de nível médio; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. [\(Regulamento\)](#)

~~Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. [\(Regulamento\)](#)~~

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

~~Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. [\(Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)~~

~~Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. [\(Regulamento\)](#)~~

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [\(Regulamento\)](#)

~~I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente: [\(Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007\).](#)

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. [\(Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006\)](#)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. [\(Regulamento\)](#)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. [\(Regulamento\)](#)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. [\(Regulamento\)](#)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: [\(Regulamento\)](#)

- I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. [\(Regulamento\)](#)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

- I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; [\(Regulamento\)](#)
- II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VII - firmar contratos, acordos e convênios;
- VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
- IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
- X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

- I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários; atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. [\(Regulamento\)](#)

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

~~Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.~~

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

~~Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:~~

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

~~Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.~~

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

~~Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:~~ [\(Regulamento\)](#)

- ~~I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;~~
- ~~II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.~~

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas

mesmas áreas: [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

~~Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. [\(Regulamento\)](#)~~

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. [\(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009\)](#).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. [\(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009\)](#).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. [\(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009\)](#).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 7º (VETADO). [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: [\(Regulamento\)](#)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. [\(Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006\)](#)

§ 2º Para os efeitos do disposto no [§ 5º do art. 40](#) e no [§ 8º do art. 201 da Constituição Federal](#), são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. [\(Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006\)](#)

§ 3º A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita

resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o [§ 3º do art. 165 da Constituição Federal](#).

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no [art. 212 da Constituição Federal](#), no [art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. [\(Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011\)](#)

Art. 79-A. [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. [\(Regulamento\)](#)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão-reduzidos-em canais-comerciais-de radiodifusão-sonora e de sons e imagens;

II - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; [\(Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012\)](#)

III - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

IV - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedidas as disposições desta Lei.

~~Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.~~

~~Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (Revogado pela nº 11.788, de 2008)~~

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. [\(Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008\)](#)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos [arts. 41 da Constituição Federal](#) e [19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#) [\(Revogado pela lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

l—matarricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

l—matarricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: [\(Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)

a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; [\(Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)

b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e [\(Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)

e) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade; [\(Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: [\(Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006\)](#)

l—matarricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#) [\(Revogado pela lei nº 12.796, de 2013\)](#)

a) [\(Revogado\)](#) [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

b) (Revogado) [\[Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\]](#)

c) (Revogado) [\[Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\]](#)

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

~~§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.~~ [\[Revogado pela lei nº 12.796, de 2013\]](#)

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do [art. 212 da Constituição Federal](#) e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 87-A. (VETADO). [\[Incluído pela lei nº 12.796, de 2013\]](#)

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. [\[Regulamento\]](#)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das [Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e [5.540, de 28 de novembro de 1968](#), não alteradas pelas [Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995](#) e [9.192, de 21 de dezembro de 1995](#) e, ainda, as [Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971](#) e [7.044, de 18 de outubro de 1982](#), e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.1996

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2009

Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do artigo 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 22/2008, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU em 12 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Os componentes curriculares Filosofia e Sociologia são obrigatórios ao longo de todos os anos do Ensino Médio, qualquer que seja a denominação e a organização do currículo, estruturado este por sequência de séries ou não, composto por disciplinas ou por outras formas flexíveis.

Art. 2º Os sistemas de ensino deverão estabelecer normas complementares e medidas concretas visando à inclusão dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia em todas as escolas, públicas e privadas, obedecendo aos seguintes prazos de implantação:

I - início em 2009, com a inclusão obrigatória dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia em, pelo menos, um dos anos do Ensino Médio, preferentemente a partir do primeiro ano do curso;

II - prosseguimento dessa inclusão ano a ano, até 2011, para os cursos de Ensino Médio com 3 (três) anos de duração, e até 2012, para os cursos com duração de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino e escolas que já implantaram um ou ambos os componentes em seus currículos devem ser incentivados a antecipar a realização desse cronograma, para benefício maior de seus alunos.

Art. 3º Os sistemas de ensino devem zelar para que haja eficácia na inclusão dos referidos componentes, garantindo-se, além de outras condições, aulas suficientes em cada ano e professores qualificados para o seu adequado desenvolvimento.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CESAR CALLEGARI



SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO



SERGIPE
GOVERNO DE TODOS